

VOLUME I

CARLOS EUGENIO LIBANO SOARES

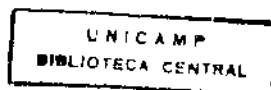
"A NEGREGADA INSTITUIÇÃO":
OS CAPOEIRAS NO RIO DE JANEIRO
1850-1890

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientador Prof. SIDNEY CHALHOUB

Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
14 / 12 / 93 /

Sidney

Novembro de 1993



SUMARIO

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	6
Capítulo I: De Malungos e N'Golos: Origens.....	14
Capítulo II: Dos Nagôas e Guayamús: A Formação das Maltas.....	58
Capítulo III: De Cativos e Menores: A Composição das Maltas.....	136
Capítulo IV: De Fadistas e Galegos: Os Portugueses na capoeira.....	215
Capítulo V: Da Flôr da Gente à Guarda Negra: Os Capoeiras na Política Imperial.....	260
Capítulo VI: De Siqueira à Sampaio: As Ondas da Repressão.....	351
Conclusão.....	446
Fontes e Bibliografia.....	451

AGRADECIMENTOS

É habitual nas dissertações de mestrado as partes de agradecimento, onde os pesquisadores relacionam as pessoas e instituições que os auxiliaram na feitura do trabalho. Não pretendemos quebrar uma tradição, mas enfatizaremos esse lado de forma especial.

Não se trata aqui de agradecer somente, mas de pagar um tributo aqueles sem os quais esse trabalho seria bem menos envolvente. Essas pessoas foram participantes plenos dessa tese, e eu dedico-a à todos esses companheiros de jornada.

O apaixonante tema da capoeira e sua história foi a magia que arrastou muita gente à colaborar para o trabalho de forma profunda e espontânea. Na realidade todos eles, de uma forma ou de outra, escreveram comigo essa obra.

Ao grande amigo Adler Homero Fonseca de Castro, companheiro pesquisador, sempre pronto para as conversas esclarecedoras sobre assuntos militares ou temas mais complexos, como informática, um agradecimento especial pela ajuda inestimável, sem o qual essa tese ficaria sem alma.

O companheiro de graduação e mestrado Flávio dos Santos Gomes foi o diálogo imprescindível em todas as fases do trabalho, particularmente nas mais difíceis, e nas dicas magistrais em praticamente tudo que envolve a pesquisa histórica. Sem ele a pesquisa perderia muito da sua moldura.

Nos arquivos, devo um abraço especial para Olympio da Biblioteca Nacional, que encontrou preciosidades que enriqueceram vigorosamente a pesquisa. No Arquivo Nacional "seu" Eliseu vai merecer

mais uma menção honrosa em mestrado, pelo afinco com que me ajudou a descobrir ofícios e códices.

Um tributo especial tem ser pago a Walda, diretora do Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, pela dedicação com que me ajudou a escavar os documentos da Casa de Detenção, o verdadeiro "filé mignon" da documentação dessa tese. Um agradecimento importante tem que ser dedicado ao Ajudante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que me permitiu acesso ao Arquivo Geral da PM.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a pessoa de Pedro Tortmam sempre foi a de um incentivador, a todo momento pronto para as discussões historiográficas que me foram de muita valia. No Arquivo Judiciário o Miro foi de uma atenção e presteza muito grande, me economizando horas no levantamento da volumosa coleção de processos. Sua paixão pelo tema me foi de grande auxílio. O professor Adilson esteve desde o começo incentivando a realização de um grande trabalho. Espero ter cumprido parte da promessa.

O jovem estudioso Wellington, com sua longa pesquisa sobre Cruz e Souza, me prestou rápido mas importante ajuda no estudo do ano de 1890. Já no fim do trabalho Jair Moura, pesquisador histórico da capoeira, me incentivou com seu entusiasmo pela temática.

O professor Robert Slenes, com seu conhecimento profundo de África e escravidão, me deu dicas valiosas. As professoras Célia Marinho, Silvia Lara e Isabel Marsom percorreram os capítulos mais importantes. Sem elas muitas passagens ficariam duvidosas.

Meus pais tiveram a paciência de suportar minha ausência, mesmo presente.

E por fim o meu orientador, Sidney Chalhoub, que com suas rápidas mas profundas observações foi o fator fundamental para a tese ter coerência e clareza. Tenho certo que pelo menos neste planeta não poderia ter um orientador melhor.

Todas essas pessoas, de uma forma ou de outra, escreveram comigo essa tese. O apaixonante tema da capoeira me foi generoso em trazer uma legião de companheiros no estafante trabalho de garimpo das fontes.

Foi, na verdade, um trabalho em muitas mãos. As omissões e equívocos, logicamente, ficam sob minha responsabilidade. Por fim agradeço à FAPESP pela falta total de apoio em todos os momentos. Sem sua ajuda o trabalho teria o mesmo desfecho que teve.

Capoeira é homem.

Um dos característicos do homem é viver com o seu tempo. Ora, o nosso tempo (nosso e do capoeira) padece de uma coisa que poderíamos chamar de erotismo da publicidade. Uns poderão achar que é achaque, outros que é uma recrudescencia de energia. Seja o que for o facto existe, e basta andar na aldeia sem ver as casas para reconhecer que nunca essa espécie de infecção chegou ao grau que vemos.

Machado de Assis, Crônicas, Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 4^o volume, 1937 p.225 .

INTRODUÇÃO

A capoeira enquanto manifestação cultural é um tema debatido por uma infinidade de abordagens diferentes. Sociólogos, antropólogos, folcloristas, uma gama de especialidades diversas tem deixado sua marca e sua visão na conceituação dessa temática tão típica do Brasil.

Quanto ao bloco dos estudos historiográficos da escravidão moderna o tema da capoeira ainda permanece pouco enfocado. Nos últimos dez anos temáticas como família escrava, resistência, economia da escravidão, transição para o trabalho livre, papel político dos escravos, ideologias do escravismo, escravidão de senzala e escravidão urbana tem alcançado volume considerável de teses de pós-graduação e publicações.

A capoeira quando abordada pelos historiadores da escravidão vem sempre acoplada ao tema mais abrangente da escravidão urbana. Um horizonte vasto de enfoques já foi produzido nessa área. A mulher negra, escrava ou livre, e seu papel no mercado informal de rua(1), a visão dos viajantes estrangeiros sobre a mulher escrava(2) e seu papel na sociedade. A própria leitura que estes estrangeiros tinham da sociedade urbana do Brasil do século XIX, e seu impacto na historiografia,(3) são alguns dos temas fragmentariamente citados nas interpretações da escravidão nas cidades.

Os estudos clássicos sobre escravidão, desde a obra de Gilberto Freyre(4) até a estudiosa da Bahia Kátia Queiroz Matto-

so(5) tem pontilhado as singularidades do regime do cativo nas grandes cidades brasileiras do século XIX. Mas somente à vinte anos que o Rio de Janeiro tem sido presença corrente nestes estudos. Desde a obra pioneira de Mary Karsch(6) passando pela dissertação da professora Leila Mezan Algranti(7) e a tese de doutorado de Luis Carlos Soares(8) a história da escravidão no Rio de Janeiro passa por uma severa revisão.

Por mais que a capoeira continuasse abordada fragmentariamente(9) estava aberto caminho para novos problemas, incorporando também questões mais gerais.

O centenário da abolição foi um celeiro de novos trabalhos. A política dos escravos, não apenas no cotidiano mas também nos macro-embates da sociedade dominante(10), as leituras possíveis da população escrava no degradingolar da instituição do cativo(11), as formas surdas de sobrevivência escrava nas cidades médias, como São Paulo(12), a criminalidade escrava na Corte(13) e outros temas foram representantes de uma enchente de trabalhos que marcou aquela época.

Essa tese busca trazer a capoeira para esse campo, e incorporá-la enquanto questão tão importante quanto os outros macro-temas já referenciados acima. Buscamos principalmente incorporar o que de mais avançado e renovador tem sido produzido no campo da história da escravidão negra no Brasil, e trazer esse debate para o estudo da cultura e da resistência escrava no Rio de Janeiro dos tempos do cativo.

Certas verdades já sacralizadas pela historiografia tradicional, e que foram sacudidas pelos novos trabalhos da área, tem

questionamentos também nesse trabalho. A resistência escrava enquanto um mecanismo heterogêneo, matizado pela dinâmica cultural, e tendo variados significados, é o enfoque que acreditamos mais fértil do que certas posições "politicamente corretas", mas que não respondem às perguntas da documentação.

A cultura enquanto um processo em constante difusão, e que reflete as relações dentro da sociedade, se intercambiando entre livres e escravos em uma troca permanente, é o conceito que escolhemos como mais capaz de englobar uma realidade complexa e difusa.

A política enquanto um universo de valores marcada pelas peculiaridades de seu tempo, com significados próprios que não obedecem aos grandes esquemas moldados pelos estudiosos, é o aporte que utilizamos ao abordar as relações de poder.

Esses conceitos, mais do que frutos de leitura da revisão conceitual e historiográfica dos últimos tempos, são produtos da interpretação da vasta documentação ainda não compilada sobre a capoeira no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

A capoeira foi um fenômeno que marcou fortemente a vida social da cidade do Rio de Janeiro no século passado. Grupos de negros ou homens pobres de todas as origens, portando facas e navalhas, atravessando as ruas em "correries", ou indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo que passaram a tradição como "capoeira", os "capoeiras", como eram chamados, faziam parte integrante da cultura popular de rua de então.

Junto com rameiras, prostitutas, vagabundos, estivadores, malandros, boêmios, policiais, os capoeiras faziam parte da buliçosa fauna das ruas dos tempos da Corte, que assustava as camadas médias e também a elite dirigente. Perseguidos pelo aparato policial os capoeiras foram presença frequente nas páginas do crime do século XIX.

Nessa tese pretendíamos mergulhar no universo social e cultural da capoeira das últimas décadas do século passado. Acabamos encontrando um rico panorama cultural, mesclado de lendas, mitos, e rituais perdidos na metamorfose do século XX. Um panorama que ainda guarda muitos dos seus segredos no cofre do tempo.

Essa dissertação de mestrado se divide em seis capítulos, cujos resumos daremos a seguir:

CAPITULO I. DE MALUNGOS E N'GOLOS: ORIGENS. Entramos no tema pela bibliografia, enfocando desde a virada do século (cronistas e pioneiros) até as teses acadêmicas. Esse debate serve para reunirmos as diversas interpretações sobre a origem do termo "Capoeira", e sua etimologia. O núcleo central desse capítulo é a documentação sobre a capoeira escrava dos primeiros anos do século XIX e seu papel na resistência e na cultura escrava.

CAPITULO II. DOS NAGOAS E GUAYAMUS: A FORMAÇÃO DAS MALTAS. Como se formaram as duas maiores maltas de capoeiras da segunda metade do século a partir de conflitos gestados dentro da comunidade escrava. As diferenças políticas dois grandes conglomerados de maltas. A ritualização dos conflitos. O controle e o "loteamento" da área

urbana. A presença no mundo militar. As formas de aprendizado.

CAPITULO III. DE CATIVOS E MENORES: A COMPOSIÇÃO DAS MALTAS. Por meio das fichas dos capoeiras presos na Casa de Detenção da Corte descobrimos a composição social dos praticantes da capoeiragem durante cerca de 30 anos (1860-1890) Os padrões ocupacionais e de moradia. Os dados de raça e faixa etária. As variantes sociais durante as três décadas.

CAPITULO IV. DOS FADISTAS E GALEGOS: OS PORTUGUESES NA CAPOEIRA. A participação dos imigrantes lusitanos nas maltas de capoeiras desde o início dos anos 1850. As tradições da mouraria lisboeta se aproximando da capoeira. A presença da navalha como influência lusitana. A troca cultural intensa entre africanos e imigrantes portugueses.

CAPITULO V. DA FLOR DA GENTE à GUARDA NEGRA: OS CAPOEIRAS NA POLÍTICA IMPERIAL. A participação dos capoeiras na vida político-eleitoral das duas últimas décadas do Segundo Reinado. A importância da Guerra do Paraguai, a aliança com o Partido Conservador na Lei do Ventre Livre. O conflito com liberais e republicanos. O Partido Capoeira na década de 1880. A Guarda Negra como reedição da aliança com os conservadores. A chegada da República e o ocaso político.

CAPITULO VI. DE SIQUEIRA A SAMPAIO: AS ONDAS DA REPRESSÃO. A repressão policial dos tempos da Conciliação. A Guerra do Paraguai

e o envio dos capoeiras para o front. A volta como heróis. O confronto com a ordem policial na Corte no início dos anos 1870. A incorporação dos capoeiras como aliados políticos durante a chefia de Polícia de Ludgero Gonçalves da Silva. A repressão desencadeada pelo novo governo liberal. As formas de dissimulação. A simbiose com a polícia. Os capoeiras em processos-crimes. Sampaio Ferraz e a repressão de 1890.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

- 1 - REIS, Liana Maria. "Mulheres de Ouro: As Negras de Tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII" in *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, nº8, 1989, pp.72-85
- 2 - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Viajantes, Século XIX: Negras Escravas e Livres no Rio de Janeiro" in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº28, pp.53-76, 1988.
- 3 - COTTRILL, Robert J. "Comparative Slave Studies: Urban Slavery as a Model, Traveler's Accounts as a Source-Bibliographic Essay" in *Journal of Black Studies* Vol.8 Nº 1, September 1977, pp.3-12.
- 4 - FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1951.
- 5 - MATTOSO, Kátia de Queirós. "Os Escravos na Bahia no alvorecer do Século XIX" in *Revista de História*, ano XXV, Volume XLVIII, São Paulo, 1974, e *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 6 - KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, Princeton, Princeton University Press, 1987, e "Anástacia And the Slave Women of Rio de Janeiro" in *Africans in Bondage*, Wisconsin, Wisconsin Press, s.d., pp.79-105.
- 7 - ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822.*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- 8 - SOARES, Luis Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century. Rio de Janeiro*, University College London, University of London, 1988.
- 9 - ALGRANTI, Leila Mezan. "Slave Crimes: The Use of Police Power to Control the Slave Population of Rio de Janeiro" in *Luso-Brazilian Review* XXV, 25:1,1988, pp.28-48
- 10 - REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Comp. das Letras, 1989.
- 11 - CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*, São Paulo, Comp. das letras, 1990.
- 12 - WISSEMBACH, Maria Cistina Cortez. *Sonhos Africanos e Viverências Iadinas. Escravos e Forros no Município de São Paulo, 1850-1880*, tese de mestrado apresentada a Faculdade de História. , USP, 1989.

13 - ALGRANTI, Leila Mezan. "Criminalidade Escrava e Controle Social no Rio de Janeiro (1810-1821)" in *Estudos Econômicos* São Paulo, 18 (no especial) pp.45-79, 1988.

CAPITULO I

MALUNGOS E N'GOLOS: ORIGENS

A capoeira tem sido uma das manifestações culturais brasileiras mais estudadas e debatidas. Forma de luta, dança acrobática, paradigma do folclore, ou quaisquer outros significados, ela tem merecido quilômetros de tinta em jornais, revistas, livros etc.

Foucas expressões do que se convencionou chamar no século XX de Cultura Popular tem ocupado um espaço tão dilatado, não somente nas preocupações da intelectualidade, mas no cotidiano e no imaginário daqueles que a ciência social denomina de "Camadas populares".

Nos últimos cem anos o interesse com o tema da capoeira tem crescido vertiginosamente. O leque de abordagens diferentes, produzidas em um século de indagações, dentro ou fora da academia, embora tornasse a bibliografia sobre o tema uma das mais privilegiadas no tocante aos estudos sociais(1), também contribuiu para criar uma "Babel" de significados e interpretações que dificulta certo consenso no campo dos estudos da cultura.

Mas, antes de ser riscada na pena dos literatos, a capoeira correu décadas no labor não tão distinto dos escrivães de polícia. Durante quase todo o século XIX a capoeira, anteriormente à receber o status de expressão cultural, sofreu o estigma do crime. Forma de luta corporal usada principalmente por escravos, isoladamente ou em grupos, chamados "malts", a capoeira foi o

alvo privilegiado da violência do Estado. Nos primeiros anos do século XIX, entre os marcos da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, e a Abdicação do primeiro Imperador, em 1831, a capoeira era o "flagelo" das autoridades responsáveis pela ordem social do incipiente Império.

Nessa época crítica da formação do Estado Nacional, como expressão combativa da massa escrava negra-africana, que monopolizava o trabalho na cidade, a capoeira foi canal expressivo da resistência escrava, e por isso vítima permanente da violência senhorial e policial.

O tema desse capítulo é a capoeira como marco da cultura escrava do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX. Nossa fonte são os chamados Códices, documentação policial resumida, guardada em grandes livros, e depositada no Arquivo Nacional.

Mas antes pretendemos fazer uma viagem pelo tema da capoeira, em todos os campos dos estudos sociais neste século

Primeiramente vamos abrir um espaço para a bibliografia produzida sobre a capoeira desde a virada do século até os dias atuais. E a forma que encontramos de desenhar o espaço ocupado pela capoeira no pensamento social brasileiro.

Em seguida faremos uma ligeira passagem na etimologia do termo "capoeira" a partir dos mesmos estudiosos aqui lembrados. E só então vamos entrar no universo da 'capoeira escrava', como chamamos a capoeira desenvolvida nos primeiros decênios do século passado.

Em síntese, veremos como, pela ótica do saber letrado, a

capoeira sai do "Mundo do Crime", e entra no "Mundo da Cultura". Por mais que não pensemos estes dois "Mundos" como separados, o dualismo, que tem caracterizado o pensamento científico, e também o censo comum, possibilita arquitetarmos essa transição.

Assim, dividimos os diversos trabalhos sobre o tema desde o final do século XIX em três blocos, a saber: Em primeiro lugar, aqueles que chamaremos de Cronistas e Pioneiros. São os primeiros escritores da temática, geralmente ligados a academia literária, desde o final do século XIX aos inícios do XX. A tônica desse momento era a "recuperação" da capoeira, de um crime banido pelo Código Penal de 1890 em uma "Lucta Nacional", como aparece na pena dos literatos. Essa linha de análise vai desde o eclipse da monarquia até os anos vinte do nosso século.

Em seguida vem os Folcloristas. Nas décadas de 20 e 30 o ideário nacionalista e modernista de parte da elite intelectual produziu uma revisão profunda no olhar desses homens sobre a cultura popular. A capoeira teve lugar de destaque nesta revolução do pensamento e da arte. Manuel Querino, Edison Carneiro, e Luís da Câmara Cascudo são figuras de proa dessa vertente.

No final do século XX a história e a Ciência Social finalmente jogam seu olhar sobre a capoeira. Chamamos esse bloco de Nova Historiografia, na medida que se preocupa com temas e abordagens antes relegados a outros campos.

A nossa panorâmica, que já por si demandaria um estudo profundo, será na realidade levemente tocada, na medida que o tema desse capítulo é outro. Ou seja, a capoeira escrava do início do século XIX.

I

CRONISTAS E PIONEIROS

A recém inaugurada Avenida Central estava em polvorosa. O público lotava as galerias do Pavilhão Internacional Paschoal Segreto. O espetáculo esperado era no mínimo *sui generis*. O campeão mundial de jiu-jitsu, o japonês Sado Miako, mais conhecido pela alcunha de Conde Koma, adentra a arena do combate. As apostas corriam solto entre os estudantes da Escola de Medicina, maioria absoluta do público.

O adversário do robusto nobre nipônico não demorou a entrar em cena. Era um mirrado mulato, de cerca de 30 anos, chamado Ciriaco, mais conhecido por 'Macaco'. Parecia uma aposta perdida. Os dois contendores entram em cena. Instruído pelos estudantes de medicina Ciriaco fazia tudo para não se deixar agarrar. A agilidade do capoeira deixava tonto o campeão japonês.

Num relâmpago, o estivador capoeira aplicou um "Rabo de Arraia" na cintura do conde. Este se abaixou para evitar o golpe. Não podia ser pior. O japonês foi atingido em cheio no rosto e jogado à metros do tablado, na fileira das cadeiras, totalmente desacordado.

A multidão das galerias entrou em delírio, jogando chapéus e moedas sobre o vencedor, que saiu carregado nos ombros dos estudantes, percorrendo a portentosa avenida sobre os aplausos do povo. No dia seguinte, o povo cantava nas ruas da capital federal uma paródia de célebre canção alusiva ao famoso aeronauta brasileiro, que tinha à poucos anos feito sucesso em Paris:

- A Asia curvou-se ante o Brasil...(2)

Esta história célebre permite entrarmos na primeira linhagem de escritores da capoeira, os chamados Cronistas. O primeiro autor dessa classe era um personagem híbrido: Flácido de Abreu. Sua maior obra, *Os Capoeiras*, escrita em 1886 é para nós um marco da literatura sobre o tema.

Esse breve trabalho guarda recordações de uma capoeira temida enquanto arma de rua do negro e do pobre urbano:

Quando iniciei este livro tive por fim descrever as atrocidades cometidas pelos capoeiras desde épocas remotas.(3)

Nascido em Portugal, Flácido era contemporâneo da capoeira enquanto uma vigorosa cultura de rua (para mais detalhes do autor ver Capítulo IV "Dos Fadistas e Galegos: O Portuguêses na Capoeira"). Seu trabalho era pioneiro no sentido de rastrear as origens do fenômeno:

E um trabalho difícil estudar a capoeiragem desde a primitiva porque não é bem conhecida a sua origem. Uns atribuem-na aos pretos africanos, o que julgo um erro, pelo simples fato que na Africa não é conhecida a nossa capoeiragem e sim algumas *sortes de cabeça*. Aos nosso índios também não se pode atribuir porque apesar de possuírem a ligeireza que caracteriza os capoeiras, contudo, não conhecem os meios que estes empregam para o ataque e a defesa. O mais racional é que a capoeiragem creou-se, desenvolveu-se e aperfeiçoou-se entre nós.(4)

Flácido além de escritor, militante republicano, era ele próprio um praticante da capoeira, o que explica seu profundo conhecimento da "arte". Sua obra não tem o risco do resgate, e sim

da denúncia. A capoeira ainda pertencia plenamente ao "Mundo do crime", e ninguém sonhava com sua "regeneração".

O primeiro escritor que podemos dizer plenamente integrado à corrente da "Belle Epoque" foi Alexandre Mello Morais Filho. Sua obra trazia o tom da contemporaneidade mesclado com a idéia base de "luta nacional", que vai dar o ritmo da produção literária dos próximos quarenta anos:

Como a febre amarela, que não sabemos porque espanta tanta gente e quer-se a todo transe debelar, a capoeiragem, que é uma *luta nacional* [grifo nosso], degenerando em assassinatos, tem merecido perseguição sem descanso, guerra sem condições.

Ebtretanto, na Europa o tifo, a difteria, o colera e mais epidemias produzem anualmente grandes destroços e a ciência não cogitou nunca do seu extermínio, mas de preveni-las; os jogos de destreza e força são regulados em seu exercício, disciplinados pela arte, não havendo quem se oponha senão aos abusos.(5)

Alexandre Mello iniciou sua obra quando da repressão movida pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, nos primórdios do regime republicano, e que passaria a história como a "morte" da capoeira no Rio de Janeiro. No auge da perseguição Mello Morais anunciou que publicaria um artigo em defesa da "Flôr da Gente"(6), como era conhecida a famosa malta da freguesia da Glória, que atuava a serviço do Partido Conservador (ver Capítulo V "Da Flôr da Gente à Guarda Negra: Os Capoeiras na Política Imperial").

Mello Morais forjaria um estilo a ser repetido. Apesar de ter sido mencionada por literatos tão ilustres como Machado de Assis (7), Silvio Romero(8) e outros, foi com Mello Morais que a capoeira se tornou um tema digno da pena dos acadêmicos.

O ano de 1890 também viu a 1ª edição de *O Cortiço*, o renomado romance naturalista de Aluizio Azevedo.(9) A figura de Firmo, o mulato capoeira, em toda sua verve e malícia, comporia um esteriótipo do capoeira por muito tempo ainda. A briga dos "Carapicus" e "Caras de Gato" seria uma alegoria dos Guayamus e Nagbas, que por tanto tempo dominaram a Corte (ver Capítulo II).

Ma somente depois do banimento dos capoeiras mais perigosos, e do seu enquadramento no Código Penal de 1890, a capoeiragem mereceria um 'resgate'.

A revista *Kosmos*, reduto da vanguarda intelectual da virada do século no Rio, abriria o campo. O temor que a capoeira inspirava no século passado é substituído pelas virtudes da luta "defensiva", que não tem igual no globo:

Dois grandes capoeiras, igualmente exímios, igualmente ágeis com conhecimentos exactos, perfeitos e totaes do jogo, jamais se ferirão, a não ser insignificante e levemente, o que bem indica o grande valor defensivo que possui essa estratégia popular e que a colloca acima de todas as congêneres de qualquer outra nacionalidade.(10)

O anônimo autor do artigo, que assina L. C., ilustrado com belas gravuras de Calixto, tinha como objetivo realçar as qualidades combativas de luta, e fazer um breve histórico. As denúncias das "barbáries" cometidas pelos navalhistas ficavam para trás. Esse pequeno artigo retoma a linha iniciada por Mello Moraes, e prepara o caminho para o resgate definitivo da capoeira na mente dos intelectuais da época.

Pouco depois Cyriaco mandaria à lona o Conde japonês, en-

carneando ao vivo o novo brilho empolgado pela capoeira na alma da geração mais nova.

Dois anos depois da *Kosmos*, Pires de Almeida em seu álbum ilustrado teceria loas à capoeiragem como uma "gymnásia, análoga à savata, ou ao boxe, e mesmo ao páo e à navalha."(11)

A busca de um lugar ao sol entre as "gynásticas bélicas" das nações mais civilizadas seria o mote do resgate até o alvorecer dos anos 1930. Coelho Neto, representante da geração que viu a Abolição e a República, levaria ao auge essa vertente em seu *Bazar*.(12) Publicado em Portugal esse pequeno ensaio leva ao máximo a vertente nacionalista da intelectualidade da "Bella Epoque". Coelho Neto não apenas realça as qualidades "gynásticas" da capoeira. Ele a celebra como a verdadeira educação física do Brasil, que deve ser ensinadas nas escolas, quartéis, lares, em quaisquer lugares onde a instrução seja importante. Coelho Neto chega a fazer a crítica do Futebol, como um esporte de origens alielíginas, e que não tinha as qualidades da capoeiragem.

Coelho Neto representou o ponto alto da versão que defendia a transformação da capoeira em "esporte nacional". Para isso era preciso apagar seu passado de crimes e violência, eliminar a navalha do seu meio, e prestigiar os ases em detrimento do "povo baixo".

Diversos precursores traçaram o caminho que desembocou em Coelho Neto. Luís Edmundo(13), Manuel Antonio de Almeida(14), Lima Barreto(15) entre outros representam nomes ilustres do mundo das letras que tiveram a capoeira como personagem de seus escritos.

Elísio de Araújo(16), Veira Fazenda(17) e Feijó Junior(18) representam outra corrente, que não se batia pelo resgate da capoeira, mas se esforçava para retirá-la do ostracismo em que foi envolvida pela perseguição republicana.

A vaga modernista das décadas de 20 e 30 e a difusão da capoeira da Bahia neste último decênio esvaziaram as propostas reabilitadoras do seu conteúdo mais ousado. Agora era a vez dos folcloristas deitarem raízes no estereótipo da capoeira.

II

OS FOLCLORISTAS

O primeiro autor que podemos mencionar nesse círculo era um estudioso de muitas maneiras *sui generis*. Não tinha se formado numa academia universitária, não possuía título de bacharel, nem vinha da classe média urbana.

Filho de escravos da Bahia, descendente de uma longa linhagem de sacerdotisas do candomblé e aristocratas africanos, Manuel Raymundo Querino se confundia muitas vezes com o tema de seus escritos. Participante da Guerra do Paraguai, funcionário público de longa carreira, se notabilizou como o intelectual da comunidade negra de Salvador, frequentador de terreiros, participante das festas religiosas afro-brasileiras.

Sua visão da capoeira se distinguiu dos seus contemporâneos. Ao invés da degeneração, a origem escrava e africana. Em lugar da educação física e da "ginástica nacional", a cultura do negro marcando seus passos:

A *capoeira* era uma espécie de jogo atlético, que consistia em rápidos movimentos de mãos, pés e cabeça, em certas desarticulações do tronco, e particularmente na agilidade de saltos para frente, para trás para os lados, tudo em defesa e ataque, corpo a corpo.(19)

No momento em que o racismo científico chegava ao seu zênite, a figura de Manuel Querino representava um incômodo contraste com a produção reinante. Mesmo restrito ao ambiente de Salvador do final do século XIX Querino traça um quadro detalhado das festas, formas de luta, ação grupal, rituais, que talvez não se tenha visto desde Flácido de Abreu. Sua descrição das músicas cantadas pelos capoeiras representava uma abordagem de muitas formas inédita.

A visão cultural traçada por Querino, distante das óticas policialescas e "regeneradoras" da 1ª República representava o marco de um novo campo de estudo: O folclore, ou a ciência da cultura popular.

O mito da capoeira bahiana, que tomaria o país nos cinquenta anos após a morte de Querino, em 1924, tomou corpo em seus escritos. Muito do que foi por ele indicado, como a participação dos capoeiristas (como seriam chamados) na Guerra do Paraguai, não foi até hoje pesquisada.

O nordeste foi pioneiro nos estudos da capoeira pela ótica do folclore. Francisco Augusto Pereira da Costa, em dois rápidos artigos pinta retratos(20)vividos da capoeira de Pernambuco do século XIX.

O fato das cidades nordestinas como Recife e Salvador não terem sofrido um processo de perseguição policial como aconteceu

no Rio, transformou esses centros urbanos em santuários da capoeiragem antiga. Sua hegemonia no século que se abria tem nisso uma das explicações.

Mas a vertente folclórica da capoeira encontraria seu ponto alto na obra de Edison Carneiro e Luís da Câmara Cascudo. O primeiro tem vasta obra sobre o tema(21) e o segundo uma forma revolucionária de tratar o tema do folclore, em especial da capoeira(22) pela primeira vez enfocada em suas origens.

Edison Carneiro não busca uma capoeira do passado, uma lembrança da escravidão, um eco dos tempos coloniais. Para ele a cultura se desenrola no presente, e longe de uma arma das "classes perigosas", como afirmava a geração que o precedeu, a capoeira era uma festa, um espaço de encontro, uma atividade lúdica:

Os capoeiras da Bahia denominam o seu jogo de *vadiagem* - e não passa disto a capoeira, tal como se realiza nas festas populares da Cidade. Os jogadores se divertem fingindo lutar...(23)

Esse preambulo, que ficaria uma marca registrada do seu trabalho, resume o novo enfoque sobre o tema que vai vigorar a partir da década de 30. A capoeira no conjunto das manifestações populares, exemplar da expressão lúdica do povo.

O estudo dos cânticos seria mais uma continuidade com a obra de Querino. Toda uma vertente nova de temas e ângulos da capoeira se apresenta nos escritos dos folcloristas. A década de 1930 seria marcada também por uma enchente de novos trabalhos no campo da cultura do negro. A publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, revoluciona os estudos de antropologia. O 10

Congresso de Estudos da Cultura Negra, realizado em Recife em 1934, reúne a nata dos estudiosos do campo social. A descriminalização da capoeira e seu status de esporte, obras do Estado Novo de Vargas em 1937, são previamente anunciadas pela formação das escolas 'Regional' e 'angola'.

Nesse ambiente frenético desponta a obra de Luís da Câmara Cascudo. Seu trabalho intitulado *Folclore do Brasil (pesquisas e notas)*(24) pela primeira vez toca no ponto obscuro da origem africana da capoeira. A **bássula** de Luanda e o **n'golo**, que detalharemos mais tarde, revelam semelhanças importantes com a capoeira brasileira, e abrem um novo campo de pesquisa.

Com sua peculiar forma de escrever, Cascudo cria um estilo particular entre os estudiosos do folclore:

Jogo atlético de origem negra, ou introduzido no Brasil pelos escravos bantos de Angola, defensivo e ofensivo, espalhado pelo território e tradicional do Recife, cidade do Salvador e Rio de Janeiro, onde são recordados os mestres, famosos pela agilidade e sucessos.(25)

Cascudo esquece melindres regionais ou narrativas pitorescas para buscar uma amplitude nacional. Os diversos significados locais contem um fio condutor, na lógica de Câmara Cascudo, que conduz uma visão integrada. Cascudo é o primeiro a construir essa síntese.

Com Câmara Cascudo a visão do folclore atinge seu estágio mais elevado. A capoeira é vista no contexto das festas populares, e como expressão de uma cultura da festa, que deve ser preservado como parte das raízes sócio-culturais da nação. A partir

desses três autores, mas principalmente a partir da década de 1950, a capoeira toma de assalto as páginas da imprensa popular. A difusão das Academias de capoeira, começando com Mestre Bimba, fundador da luta regional bahiana ajuda a apagar a imagem de "jogo da vadiagem".

Uma enchente de artigos em revistas e periódicos de todos os tipos sobre a temática da capoeira e sua história surgem nos anos 50 e 60. Renato Almeida(25) Hermeto Lima(26) e Angenor Lopes de Oliveira(27) representam momentos diversos do enfoque folclorístico, mesclado como uma tentativa de criar uma história da capoeira.

A linha do folclóre busca recuperar a capoeira enquanto festa, manifestação cultural genuinamente brasileira, expressão da nacionalidade, mas no plano de uma investigação histórica ela recupera o memorialismo, sem realizar estudos profundos na direção do passado. Uma tentativa de avançar nesse campo é a obra de Waldeloir Rego(28). Publicada em 1968, pode ser vista como a síntese de tudo que foi escrito sobre o tema no meio século anterior. Rego tem a peculiaridade de somar os estudos de escravidão da época com um corpo de hipóteses sobre a raiz da capoeira longamente reproduzido. Pode ser lido como a auge da linha do folclore, e ao mesmo tempo o seu declínio. Com Waldeloir Rego a análise folclorística chega ao seu limite.

III

A NOVA HISTORIOGRAFIA

A história demorou a se preocupar com o tema da capoeira.

Talves fosse devido a rígida divisão entre as disciplinas, que de certa forma até hoje vigora em muitas universidades. A busca de uma "História do povo", que se inicia nos anos 50, haveria de inevitavelmente criar um encontro com o tema.

Adolfo Morales de Los Rios Filho, em sua obra sobre o Rio de Janeiro da época imperial(29) faz importantes observações sobre as origens escravas da capoeira, e pela primeira vez aponta a escravidão urbana, e não uma remota origem africana, como berço da capoeira:

Adeptos da capoeiragem fizeram-se, desde logo, os pretos ao ganho, os negros de carro e carinho, os mariscadores, peixeiros e pescadores de canoa e caniço, e toda classe de carregadores marítimos ou não.

Esta pista ia demorar a ser seguida. Somente nos anos 70 a antropologia e a história definitivamente centrariam seus olhos no tema. Gerhard Kubik, cientista social norte-americano, foi o primeiro a realizar um estudo sério das raízes africanas possíveis da capoeira a partir das tradições musicais de Angola.(30) Mas somente nos anos 1980 é que a capoeira definitivamente alcança um lugar na ciência social. A tese de Júlio Cesar Tavares(31) introduz novos problemas no estudo da temática capoeira.

Buscando um projeto educacional que esteja alinhado com as raízes negro-africanas da maioria da população, Tavares constroi um conceito de "Saber Corporal" que era parte da civilização africana trazida para América. Esse saber estaria introjetado no corpo pela cultura, e teria relação com um novo modelo de memória, a memória gestual, que seria um marco da resistência e da

busca da identidade primeva dos negros na escravidão, sendo a capoeira a variante mais difundida desse saber.

O trabalho de Tavares estava acompanhando a nova temática do corpo e dos saberes não materialistas, que toma o início dos anos 80. Do mesmo tipo é a abordagem da capoeira feita por Muniz Sodré(32), publicado um ano antes da tese de Tavares. Muniz, em busca de um conceito de cultura explicativo da diáspora afro-negra do Brasil, afirma a capoeira como simbólico da resistência à escravidão, com seus significados híbridos de luta-festa.

Os anos 1980 assistem uma infinidade de trabalhos sobre o tema da capoeira. O centenário da Abolição repõem o interesse histórico do tema. Os artigos de Marcos Bretas(33) e Thomas Holloway(34) mostram que existe um abundante material documental sobre a capoeira quase totalmente inédito.

No Rio um dos pioneiros dos estudos históricos foi Luís Sergio Dias(35). Em trabalho de 1987 em parceria com Paulo Knaus de Mendonça, Luís Sergio analisa a capoeira na trajetória do século XIX, e sua força enquanto arma de resistência do escravo no ambiente urbano.

As teses de Luis Renato Vieira(36), Maria Angela Borges Salvadori(37) e Leticia Vidor de Souza Reis(38) provam o vigoroso interesse que a capoeira desperta na universidade na entrada dos anos 1990. O primeiro estava preocupado com a gênese da escola de capoeira chamada Regional, na Bahia dos anos 1930, e como esta escola era sintoma de uma nova influência da elite intelectual no campo da cultura popular.

Maria Angela não tem a capoeira como tema central, mas sim

a malandragem do Rio de Janeiro dos meados do século XX, e como a música popular da época refletia a visão de mundo e o imaginário incorporado por esse tipo de rua. O capoeira, como ancestral do malandro, é citado previamente como personagem símbolo de uma determinada vida cultural que vai criar o ambiente social da malandragem.

Leticia Vidor já tem como preocupação a forma como se gestaram os dois estilos que vão balizar a capoeira no século XX, o Angola de Mestre Pastinha, e o Regional de mestre Bimba. E como essa formação bipartida vai ter seu impacto da difusão do modelo bahiano por todo o país após 1960, especialmente em São Paulo.

Os novos estudos de escravidão, em torno do centenário da Abolição, ajudam a dar novo impulso aos interessados (a bibliografia sobre escravidão urbana foi vista na introdução). Hoje a produção intelectual sobre a capoeira é vasta, e se difunde a figura do estudioso-jogador, aquele que pesquisa e ao mesmo tempo pratica a capoeira em sua versão moderna

Essa rápida análise bibliográfica será prenunciadora de uma outra, onde enfocaremos um aspecto polêmico da vasta bibliografia da capoeira. A etimologia e as origens do termo capoeira.

IV

CAPOEIRAS E CAPOEIROS

Desde os primeiros escritos sobre o tema da capoeira, nos meados do século XIX, a questão da sua origem tem pontilhado episodicamente.

No ano de 1889, enquanto a fúria repressiva do regime re-

publicano ainda não se fazia sentir, dois renomados dicionaristas deram contribuições importantes. Antonio Joaquim Macedo Soares, em seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*(39) exhibe a vasta diversidade de significados possíveis do termo:

CAPOEIRA: Pequena perdiz de voo rasteiro, de pés curtos, de corpo cheio, listado de vermelho escuro, cauda curta e que habita todas as matas. Tem um canto singular, que é antes um assobio trêmulo e contínuo do que canto modulado. E também caça muito procurada e que se domestica com facilidade. Esse canto só se ouve ao amanhecer e ao anoitecer; assobio cantado que se tira das mãos colocadas ao modo de tubo, e imita a da capoeira. "Tocar capoeira" é tirar som igual ao do canto da ave; e dele se usam no mato os caçadores como chamado, e no campo os moleques, pastores e vigiadores de gado para se chamarem uns aos outros, e também aos bois de manhã quando o levam para o pasto e de tarde à hora de recolher.(40)

Esta seria uma das origens rurais do termo. De qualquer maneira, nos inícios do século XIX uma das práticas mais comuns de escravos presos como capoeiras era o uso do assobio, uma possível forma de alertar a presença de inimigos. Mais tarde vamos esmiuçar essa questão. E ainda Soares que continua:

Moleque que toca capoeira; moleque do campo, onde passa vairado (sic), vadio que leva a vida a dormir e brincar, e se diverte em tocar capoeira [ver acima]; *escravo da cidade* [grifo nosso], vadio, malandro, que não sai da rua, dado a peraltagem, também o criado livre nas mesmas condições(41); a peraltagem dos capoeiras, que a princípio consistia somente em exercícios de força e agilidade muscular, e depois passou ao pau e a faca, como bem define Beaurepierre...O vadio, o peralta, o livre ou o escravo, dado ao exercício, fazendo ofício de capoeira: "Leva todo o dia dar cabeçadas como um capoeira reles" (*Tribuna Liberal*) V cicerone explicou que a capoeira, na língua da terra, queria dizer navalhista; capoeira negro é o capoeira de CALDAS, Aulete.

Temos assim, segundo Soares, duas etimologias possíveis. Uma de origem rural, ligada a vida das grandes fazendas, e outras mais propriamente urbana, que pensamos tem relação íntima com o fenómeno que estudamos. Mais a versão que seria vencedora ainda seria exibida por Macedo Soares:

Pode ser que capoeira gente venha de Capueira mato. Do negro que fugiu dizia-se e diz-se ainda "foi para a capueira, caiu na capueira, meteu-se na capueira. E não só do negro, também do recruta e do desertor do exercito e da armada, e que procuravam fugir das autoridades policiaais. E diz-se também do gado que foge para o campo. Um capoeira não seria sinônimo de "negro fugido" "canhambora", "quilombola"? Este para se defender precisava atacar, e as vezes inculcava apenas mais malvadez do que tinha. "Negro fugido, canhambora, quilombola" ainda hoje são sinônimos de entes faquistas, assassino, e ao emsmo tempo vivo, esperto, ligeiro, corredor, destro em evitar que outros o peguem. Capoeiras enfim.

Os folcloristas, interessados em tornar a capoeira um elemento generalizado na história do negro escravo, assumiram essa versão e a tornaram moeda corrente nos estudos sobre o tema. Macedo Soares ainda mencionaria os verbetes CAPOEIRADA: "Bando de capoeiras, malta de faquistas, ação de capoeiras", CAPOEIRAGEM: "exercício de capoeira"... "deslealdade, traição", e CAPOEIRAR: "jogar capoeira".

Por fim, uma última versão pouco mencionada: "Cesto onde se prendem capoões, galinhas e mais criação, como se escreve geralmente por diferença de mato capueira" [g.n.]

Os estudiosos do século XX embarcaram em cheio naquela versão de Macedo Soares, esquecendo as outras:

A capoeira, instituição genuinamente carioca, nasceu de uma forma original. Os escravos, impiedosa-

mente tratados por seus senhores, fugiam para as montanhas, em cujas fraldas formavam núcleos poderosos que denominavam quilombos.(42)

Esta versão, de que a capoeira era fruto das lutas dos quilombolas, mais de meio século depois ainda vigorava, se amoldando aos autores do tema, e dando a tônica da "capoeira resistência negra":

Tendo como mestra a mãe natureza, notando nas brigas dos animais as marradas, coices saltos e botes, utilizando-se das estruturas das manifestações culturais trazidas da África (como, por exemplo, brincadeiras, competições, etc. que lá praticavam em momentos cerimoniais e ritualísticos dos vãos livres que aqui abriam no interior das matas e capoeiras, os negros criam e praticam uma luta de autodefesa para enfrentar o inimigo [...] As capoeiras, mato onde se intrincheiravam e exerciam seus treinos, emprestavam-lhe o primeiro nome: capoeira.(43)

Durante muitos anos a idéia de que a capoeira tivesse sua etimologia ligada às lutas dos escravos fugidos nos quilombos só se fortaleceu. Angenor Lopes de Oliveira em seu trabalho apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore(44) informa que o caminho chamado pelos portugueses de Engenho Pequeno, que saía do centro velho em direção às grandes fazendas de açúcar da periferia da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII era denominado de "caminho do Capueruçu".

Ele beirava o que seria depois o Campo de Santana, e nesse momento era a Lagoa da Sentinela, ou lagoa de Capueruçu. Os escravos, que usavam essa trilha como principal rota de fuga, ainda segundo Angenor, teriam sido apelidados de "capoeiras".

Mas desde o fim do século XIX uma outra versão já tinha

lugar. No mesmo ano em que foi lançado o dicionário de Macedo, o Visconde de Beaurepaire-Rohan publica seu *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*.(45). Em oposição a Flácido de Abreu, Beaurepaire-Rohan afirma a origem africana do "jogo":

Espécie de jogo atlético introduzido pelos africanos, e no qual se exercem por mero divertimento usando unicamente dos braços, das pernas e da cabeça para subjugar o adversário, e ora esgrimindo cacetes e facas de ponta, dónde resultam sérios ferimentos e ás vezes a morte de um ou ambos contendores; homem que se exercita no *jogo da capoeira*. Este nome se estende hoje a toda sorte de desordeiros pertencentes a ralé do povo. São entes perigosíssimos, por isso que, armados de instrumentos perfurantes, matam a qualquer pessoa inofensiva, só pelo prazer de matar.(46)

Mas seria na etimologia que o Visconde daria sua maior contribuição ao estudo do tema:

Como o exercício da capoeira entre dois indivíduos que se batem por mero divertimento se parece um tanto com a briga de galos, não duvido que o vocábulo tenha sua origem em *Capão*, do mesmo modo que damos em português o nome de capoeira a qualquer cesto em que se metem galinhas.(47)

A contradição entre Macedo Soares acabaria terminando em áspera polémica, travada nas páginas da *Revista Brasileira*, periódico predileto da intelectualidade do tempo.(48)

Para Beaurepaire-Rohan capoeira não podia se confundir com "Capueira", "nome que dão ao mato que nasce e se desenvolve em terreno outr'ora cultivado"(49) Para o Visconde se criou uma confusão entre um vocábulo e outro, e isto era devido à usos de linguagem.

No século seguinte um outro autor colocaria mais lenha na

fogueira. Em artigos escritos para o jornal *Rio Esportivo* entre julho e outubro de 1926(50) o estudioso argentino radicado no Brasil, Adolfo Morales de Los Rios Filho, fez cuidadosas observações etimológicas para refutar a hipótese de "capoeira" ser um termo derivado dos quilombos. Discordando de etimologistas "facilmente contentados" que atribuem o termo aos usos e refúgios de escravos fugidos, Adolfo Morales pergunta se escravos em fuga escolheriam "misérrimas capoeiras" ao invés do alto das montanhas e as serras ingrimes, em risco de enfrentar Capitães-do-Mato bem armados e à cavalo.

A temeridade de usar golpes de capoeiras contra jagunços com armas de fogo em terreno aberto é visto com zombaria pelo intelectual argentino. Ele conclui que as "capoeiras", (mato ralo, extinto, roça abandonada) não foram campo de luta para os "capoeiras", pela sua própria conformação física. A correta etimologia do tupi para os significados de mato baixo, ou mata extinta, como detalhadamente ele mostra, não poderia gerar o termo "capoeira", e sim outros, algo semelhantes, mas diversos.

Afastada a hipótese anterior, ele procura outras. O "Cá" indígena, que se refere à qualquer material oriundo da mata, da floresta, com o "Pú" referente à cesto, indicam o termo nativo que significa cestos feitos com produtos da mata: "Cá-Pú".

Com efeito os grandes cestos carregados pelos escravos no período colonial para desembarcar e carregar mercadorias eram chamados "Cápu". Esses escravos, como carregadores quase exclusivos dos grandes cestos, muitos colocados ao ganho, se tornariam, segundo a lógica do autor, "capoeiros", ou aqueles encarregados

de carregar o "Capú", como açogueiros, leiteiros e aguadeiros formariam outros tantos ofícios da escravaria urbana.

Nas hipóteses do estudioso a capoeira enquanto luta teria nascido nas disputas da estiva, nas horas de lazer, nos "simulacros de combate" entre companheiros de trabalho, que pouco a pouco se tornaram hierarquias de habilidades, onde se duelava pela primazia no grupo. Dessas disputas de "perna" teria nascido o "jogo do capoeira" ou a dança do escravo carregador do "Capú".

Moralles de Los Rios chega a entrar em detalhes sobre onde essa gênese teria ocorrido: a praia da Piaçava, atual rua Dom Manuel, antigamente fronteira ao morro do Castelo, local predileto de embarque e desembarque do Rio pré-Joanino.

De qualquer maneira aquela região décadas depois seria marco da fronteira entre Guayamús e Nagôs, as maltas que dividiriam o Rio na segunda metade do século XIX.

As hipóteses de autor argentino tem várias vantagens sobre as que o precederam. Em primeiro lugar, coloca o berço da capoeira como próprio do ambiente urbano, onde ela teve seu espaço social de reprodução por todo o século XIX. Enquanto fenômeno restrito ao contexto social da cidade, seria lógico conceber suas origens como intrinsecamente ligadas ao mundo citadino.

Em segundo lugar, não deixa de ser notável a hipótese de Moralles de que capoeira e escravidão de ganho tinham uma raiz visceralmente unida. Essa tese reforça a visão da capoeira como um dado cultural derivado da condição escrava, mais particularmente da escravidão urbana, que tem suas raízes no Rio de Janeiro e nas Minas Geraes do século XVIII.

Décadas depois Adolfo Morales daria os contornos finais de sua idéia na sua obra sobre o Rio Imperial.(51)

Antes de concluirmos este preâmbulo quero mencionar outra tese sobre as origens possíveis da capoeira, desta vez além atlântico. Referidas por Câmara Cascudo, como já mencionamos, estes dado abrem um horizonte imenso de possibilidades

Refiro-me às origens africanas da capoeira. O viajante português Neves de Souza, no início dos anos 1960 registrou em Angola uma dança cerimonial de iniciação, praticada entre grupos da região de Mocupe e Mulondo, atual sul de Angola. Realizada durante as festas do *Mufico*, rito de puberdade das moças do grupo, é executada dentro de um grande círculo de pessoas da tribo, que batendo palmas fazem a cadência. Dentro da roda dois jovens realizam a Dança da Zebra, ou *N'GoIo*, na qual, imitando movimentos de animais, tentam atingir o rosto do oponente com o pé.(52)

Para Câmara Cascudo, autor do prefácio do livro, esta seria uma das origens possíveis da capoeira. Além dela, a *Bassula* - luta de pescadores da região de Luanda - teria sido também um dos ancestrais da capoeira carioca. O viajante português do início do século, Augusto Bastos, menciona também o *Umudinhu*, cultivada entre os quilengues.(53) Estudos recentes tem mostrado a persistências de danças marcias negras semelhantes a capoeira, como a *manjoubombosa* de Cuba e *alagya* de Martinica para povos de origem escrava do Caribe(54), o que pode atestar a disseminação das danças aqui descritas em um arco mais amplo que o Brasil. Já vamos longe em nossa viagem introdutória. É hora de encontrarmos os nossos personagens frente a frente.

V

A CAPOEIRA ESCRAVA

No dia 17 do corrente fugiu um escravo por nome Manoel de nação Cabinda, estatura ordinária, rosto meio redondo, beiços grossos, olhos pequenos, bastante asibichado de cõr, com os tornozelos grossos, e com cicatrizes nas pernas de chagas. Costuma andar pela rua da Vala com outros **capoeirando**; quem o apanhar e levar à rua Direita 16, será bem recompensado.

Diário do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1826

As primeiros décadas do século XIX foram marcadas na cidade do Rio de Janeiro pelo terror da capoeira. Geralmente identificados como escravos portadores, de facas, estoques, ou qualquer instrumento perfurante, ou então formando "maltas", grupos armados que percorriam as ruas da cidade, os capoeiras mantiveram em permanente vigilância a capital da colônia e depois Império.

Na 1ª metade do século a capoeira estava irremediavelmente ligada à condição escrava e à origem africana.

Mesmo não sendo possível sugerir qualquer origem étnica específica na prática da capoeiragem do começo do século por meio dos registros policiais, não temos dúvida que a identidade africana era um forte componente. Como veremos na documentação que vamos apresentar, todas as Nações africanas tiveram representantes presos como capoeiras, nas mais diversas proporções, por todo período estudado. Esses dados reforçam a idéia da capoeira ser uma invenção escrava, isto é, ter sido criada no Brasil, nas condições peculiares da escravidão urbana, mesmo majoritariamente por

africanos.

De acordo com recente artigo do professor Robert Slenes(55) a escravidão africana nas Américas representou uma mescla de povos e culturas diferentes como nunca tinha ocorrido no Continente Negro. Em outras palavras, o mosaico de línguas, religiões e formas culturais díspares, que caracteriza a África ao sul do Equador até hoje, teve, sob a escravidão moderna, e principalmente no Brasil, a oportunidade singular de reordenar valores e símbolos em torno de um ponto comum: a condição escrava e a origem africana.

Assim, podemos dizer que Cultura Africana é um elemento que só teve existência articulada enquanto categoria específica no Brasil, no guante da experiência escrava. Angolas, Minas, Monjolos, Cabindas, só puderam se descobrir enquanto africanos, e partilhando uma herança comum na experiência do cativo e da diáspora.

E o que o professor Slenes chama de "Descoberta da África no Brasil". A identidade étnica criada pelo tráfico, silenciadora da identidade nativa,(56) seria substituída, por sua vez, pelo novo código construído no cativo, em conflito com as identidades "Crioulas" e brancas.

Essa "descoberta", fruto da intensa troca cultural inter-africana, teria criado uma "super" Nação: A 'Proto-Nação Bantu', reforçada pelas débeis variações da língua bantu, e cimentada pelos laços comuns generalizantes de religião e grandes esquemas culturais.

Pensamos a capoeira como um braço possível dessa 'Proto-

Nação Bantu'; síntese de uma disparidade de ritos, rituais e danças cerimoniais e guerreiras, ela representou a forma cultural possível que os jovens africanos encontraram de responder às violências e demandas de uma sociedade urbana hostil.

Essa resposta cultural teria sido tão bem sucedida que rapidamente crioulos e mesmo livres se acoitaram à sombra das malhas, e a capoeira não deixaria jamais de desafiar o Estado escravista e senhorial em nenhum momento do século que se abria.

Esse vigor se acha retratado nos Códices, grandes volumes que registravam os ofícios e correspondências entre as autoridades policiais da Corte na 1ª metade, principalmente no período joanino (1808-1821). Conservados no Arquivo Nacional, essa grande coleção guarda curtas mais significativas informações que, montados como um quebra-cabeças, traçam um panorama vívido da criminalidade escrava na maior cidade do Império.

Geralmente as informações recolhidas dos Códices dão conta de rápidos momentos de violência em que as agressões eram cometidas, não dando nenhuma pista das razões que levavam os conflitos a acontecer:

Pedro cabinda, escravo de Jorge Inglês foi preso por capoeira e dar uhã pedrada em Francisco José da Cunha, morador na rua do Lavradio, e na ocasião se lhe achou uma pedra na algibeira e hum porrete - 200 assoutes.(57)

A brutalidade dos castigos aplicados aos capoeiras testemunham a preocupação e o temor que as autoridades mantinham sobre o fenômeno, mesmo com o prejuízo dos senhores, privados por largo tempo de suas propriedades.

Nem só de africanos vive a capoeira em seus primórdios. Os pardos Laureano e José, e o cabra Bernardino formaram uma malta e agrediram o aguadeiro da Fazenda Real Hipólito Fires junto com sua mulher. Possivelmente a causa foi ter Hipólito surpreendido os três em práticas de "capoeiragem", e depois os denunciado.(58)

A capoeira não era usada somente contra policiais, soldados ou senhores violentos. Ela servia para acertar diferenças e marcar hierarquias dentro da própria massa escrava, como no caso de Manoel, escravo de Antonio São Paio, que partiu a cabeça do preto João(59).

O fugido muitas vezes se misturava com o capoeira, pronto para enfrentar qualquer estranho que quisesse suprimir sua liberdade, como Francisco Cassange, escravo de João Narciso de Brito.(60) A intensidade de escravos evadidos presos como capoeiras na cidade mostra a existência de canais de fuga dentro do próprio centro urbano, em que o fugido recebe auxílio de outros negros e se socializa novamente longe de seu senhor. Eram os primórdios da "Cidade Esconderijo".(61)

Mesmo estranhas parcerias são encontradas na trajetória dos fugidos. Lourenço Benguela, preso como capoeira e fugido no início de 1815, compartilha um destino com o seu senhor, ao mesmo tempo procurado como desertor.(62) É difícil caracterizar a arma específica que caracteriza o escravo capoeira dos inícios do século XIX. Pedras, porretes, solevão, garrafas, qualquer objeto contundente serve como instrumento de luta para o capoeira. A navalha ainda não é o símbolo da capoeiragem que vai se generalizar

na 2ª metade do século.

O escravo capoeira não age como um desesperado, dando facadas à torto e à direita, como a documentação da época sugere, mas demonstra muitas vezes conhecimento das formas de repressão usadas pela lei dos brancos para comprometer cativos nesse tipo de ação. Assim João Rebollo, quando sentiu a investida dos permanentes, jogou sua navalha por cima do telhado de uma casa(63), como pouco depois faria João Congo. As formas de se evadir da punição policial, sempre severa, são repartidas no plano comum da troca, e se tornam estratégias sociais de burlar a ordem escravista.

Algumas vezes não era possível escapar do Calabouço, destino comum dos africanos presos como capoeiras, como no caso de Lourenço Congo, seguido por uma multidão que o acusava de ser capoeira.(64)

Mas talvez o aspecto mais sedutor dos registros de prisão de escravos por capoeira nas primeiras décadas do século XIX foi a percepção de uma identidade cultural própria, com certeza construída com base em códigos africanos de identidade tribal combinados com rivalidades locais produzidas pela experiência da escravidão urbana. Assim o uso de fitas amarelas e encarnadas, e de partes da roupagem como símbolo, sugere a existência de emblemas grupais muito particulares, indicando uma rivalidade que estrapo-la o inimigo comum escravista. O capoeira Domingos Angola, desta forma, fez questão de exibir sua longa fita amarela, que "largava para sinal" quando foi preso.(65)

Mesmo sendo resquício de códigos grupais africanos o uso

de fitas amarelas e vermelhas era partilhado por africanos e crioulos como marcos de uma rivalidade da capoeira escrava:

José Cabinda, escravo de Joaquim Fortella e Antonio Pardo escravo de Frei Manuel da Natividade foram presos por serem encontrados *jogando capoeira com fita de cores* [grifo nosso] atirando pedradas, e o primeiro feriu o segundo com hum canivete.(66)

Esse código de cores por certo não tinha sentido somente como uma marca "africana", ou um símbolo da malta, mas indicava uma leitura específica da cidade, construída pela experiência do cativo e moldada pelo controle de partes do perímetro urbano:

Em 14 de maio de 1815 foi preso Bernardo Moçambique, escravo de tal, por capoeira e achado de uma navalha, e atar uma fita encarnada em hum mastro do Largo de Santa Rita.[g.n.] 300 açoites e 3 meses de prisão.(67)

Na 2ª metade do século seria marca registrada da capoeiragem na cidade os Nagôas e Guayamús, os primeiros dominando o Campo de Santana e sob o braço da cor branca, e os últimos controlando a área central e defendendo a cor vermelha. Seria Bernardo um prenúncio da dominação Guayamú no Largo de Santa Rita, que meio século depois ainda obedecia ao braço encarnado?

O loteamento urbano das maltas do final do século decerto deita raízes na política escrava de dominação da *urbs* em seus primórdios. Essa obscura passagem da história da escravidão urbana ainda não foi tocada pelos pesquisadores.

A indumentária seria o símbolo da geografia escrava do Rio, e decerto um aviso para maltas rivais que os "Donos da Rua" estavam vigilantes contra qualquer invasão pretendida por outros

grupos de cativos, em permanente luta pela hegemonia nos estreitos limites da cidade colonial:

Foram presos Francisco Rebollo, escravo de José Pereira Guimarães e João Benguela, escravo de Manuel de Souza Bastos, por serem encontrados em ajuntamento de capoeiras e se achou hum **bonet encarnado** [g.n.], distintivo de capoeira, e hum pau que deitou fora na ocasião da prisão.(67)

A rivalidade estrapolava os segredos internos das maltas, e muitas vezes era difundida para um público maior, possivelmente fazendo parte de uma política deliberada de prestígio social:

Foi preso Joaquim Rebollo, escravo de Antonio da Veiga Guerra, por ir adiante da Proscissão do Enterro **desafiando outros negros para jogarem capoeira** [g.n.].(68)

Algumas vezes o código demarcador das maltas era mesclado de elementos mágicos, ou portadores de poderes simbólicos, misteriosos ritos que permanecem obscuros para os estudiosos. Como no caso de Cristovão Cassange, preso jogando capoeira e que portava estranho chapéu ornado de alfinetes com as pontas voltadas para fora.(68)

O uso de fitas vermelhas e amarelas era certamente uma simbologia ancestral daquela usada pelas maltas de capoeiras das últimas décadas da monarquia. E revela o vigor das disposições rituais e dos códigos de identificação, construídos pela interpenetração de memórias africanas e imposições escravas no plano árido da violência urbana. Nem mesmo a punição severa de 300 açoites, em alguns casos mortal, era capaz de ocultar a colorida rivalidade das maltas, ou a disposição de jovens africanos e

crioulos de exibirem suas habilidades pelas estreitas e sujas ruas da cidade colonial, tal como José Rebollo, preso como capoeira usando um "chapéu de palha branca com huã grande fita amarela e encarnada atada na copa".(69)

A partir de 1824 a punição de escravos presos como capoeiras se tornou ainda mais brutal. Além das chibatadas, o escravo era enviado ao Dique da Ilha das Cobras, onde podia ficar três meses(70). Ali o cativo era submetido a extenuantes trabalhos forçados, e era isolado da vida da cidade. Outra punição para escravos capoeiras reincidentes era trabalho forçado na estrada da Tijuca (71)na periferia da cidade.

Um dispositivo cultural característico dos capoeiras daquela época era o assobio. Recurso para avisar companheiros da proximidade do perigo, ou código identificador do portador da habilidade do capoeira, o certo é que em pouco tempo era notório para os agentes da repressão a sua serventia:

Foi preso João Angola, escravo de José Joaquim de Gouveia por estar junto de outros e armado de pau **assobiando como capoeira** [g.n.] tendo na mão huã pedra.(72)

Setenta anos depois desse caso o dicionarista Joaquim de Macedo Soares, já tão citado antes, no verbete CAPOEIRA de seu dicionário(73) define o que poderia ser o assobio tão usado pelos capoeiras do princípio do século:

Ainda hoje o toque da capoeira nas mãos em forma de tubo é usado como e por quem se diz capoeira, e por gente do vulgo quando querem chamar uns aos outros sem que sua voz seja conhecida. E este estratagema é tido em conta da capoeiragem, isto é, do sujeito dito.

O folclorista Angenor Lopes encontra outra raiz para explicar o fenômeno. Partindo do grito de desafio que as maltas lançavam contra os grupos adversários - "Quem qué vê a cotia assoviá"? - Angenor explica-o como um aviso, um anúncio para que a malta inimiga se afaste do terreno para não ser atacada. No caso, a cotia tinha como principal recurso de combate o espirro, ou "líquido fétido", jogado sobre seus agressores:

Esta exclamação popular, ainda hoje muito usada na gíria carioca "Você vai ver a cutia assoviar"...significa que o indivíduo vai encontrar uma situação desagradável, complicada, difícil, perigosa nociva, etc. - julgamos que é uma confusão popular entre o animal CUTIA (alteração de A-CUTI, o que come em pé, ereto)...e o canganbá, animal também chamado de Jacariticaca (alteração de YARD TICAGA, o indivíduo que arrota fétido)...pequeno mamífero que possui a interessante particularidade de projetar por meio de defesa, pelo orifício que tem próximo ao ânus um líquido extremamente fétido, cáustico, irritante...Pensamos assim que esse é o tal assovio da cutia.(74)

O canto era parte integrante da cultura da capoeira escrava. A famosa gravura de Rugendas representando um duelo de capoeiras(75) revela detalhes importantes: A roda, onde escravos de todo tipo observavam o combate; a presença da negra vendedora de Angú, denunciando que o local era um ponto de passagem e circulação de escravos na área; a cadência das palmas, fazendo o ritmo; e a presença do tambor, executando os toques que marcam o compasso:

Em 16 de dezembro foi preso João Angola, escravo de José Pedro de Souza, por ser encontrado em ajuntamento de capoeiras, achando-lhe um tambor pequeno.(76)

O tambor era um elemento comum da cultura africana cons-

truída pelos escravos no Brasil. Apropriado pelas maltas, se tornou mais um dado característico da capoeiragem.

Os capoeiras possivelmente representavam a vanguarda da violência escrava na reação às truculências do Estado escravagista. Mais do que quaisquer outros, os escravos capoeiras constantemente desafiavam a vigilância permanente à que era submetida a massa escrava, e enfrentamentos com policiais e autoridades eram uma constante no Rio de Janeiro joanino.

Foi preso Joaquim Benguela, escravo de Antonio Romão, preso pela sentinela do Real Paço por se dizer que estava jogando capoeira e se atracar com a mesma sentinela.(77)

Manuel Mojumbe, escravo de Manoel Gomes de Oliveira Couto foi preso por capoeira, e por pretender lutar com sentinela, ultrajando-o de palavra.(78)

Mas a violência capoeira se voltava também contra escravos e negros, expressando seu potencial de afirmação individual na turbulenta vivência das ruas:

Foi preso Francisco Benguela, escravo de Joaquim José de Siqueira, por capoeira, entrando na casa da preta Francisca, deitando-lhe fora a quitanda que a mesma vendia e puxou de uma navalha, que deitou fora quando viu a patrulha.(79)

A capoeira nos primórdios do século passado era bem mais que uma forma de resistência escrava. Era uma leitura do espaço urbano, uma forma de identidade grupal, um recurso de afirmação pessoal na luta pela vida, um instrumento decisivo do conflito dentro da própria população cativa.

Mesmo negros de outras nações escravistas, em suas passa-

gens pelo Brasil, poderiam ter aprendido e utilizado os golpes da capoeiragem nativa, atraídos pela gestualidade pitoresca e pela eficiência combativa criada pelos seus distantes irmãos da diáspora?:

João Thompson e Pedro Cabrete, preto forros americanos foram presos pelas 10 horas da noite na rua do sabão jogando capoeira, digo pancada.(80)

É digno de nota que a palavra capoeira foi riscada, e em seu lugar colocada a palavra "pancada". Segundo Morais e Silva em sua edição de 1813 "pancada" é "golpe que se dá com a mão, com um pau, com espada de prancha; o que se leva caindo ou de encontro.. .(81) Não podemos ter certeza se os dois forros americanos eram capoeiras, mas podemos sugerir que a capoeira era um importante espaço de sociabilidade para pretos e pardos recém-chegados no interior da população negra, fossem jovens "malungos" desembarcados à pouca dos tumbeiros, ou marinheiros e escravos de viajantes, que permaneciam longo tempo na cidade. Esta característica foi bastante acentuada na 2ª metade do século.

Outro significado possível que a capoeira poderia ter para escravos e libertos era simplesmente ser uma válvula de escape da sufocante rotina da escravidão. Assim o cativo devolvia a truculência e a brutalidade que sob ele era jogada cotidianamente, muitas vezes sobre quaisquer passantes, como no caso do Angola Jacinto, que com uma navalha de mola se postou no meio da rua, ameaçando todos que se aproximavam dizendo que "para alguém havia de servir"(82) ou o preto forro Caetano José Salgado, que para mostrar suas habilidades de capoeira jogava ao chão aqueles que

lhe cruzavam o caminho, chegando a buscar uma tesoura para ferir a "quem lhe aprouvesse".(83)

Atacando soldados(84), agredindo outros escravos(85), utilizando chapéus com fitas amarelas e encarnadas(86), fazendo "correrias" pelas ruas da cidade.(87) ou simplesmente treinando golpes em locais ermos(88), os escravos praticantes de capoeira dos inícios do século XIX colocavam em polvorosa as autoridades incumbidas de zelar pela ordem na capital, o que significava a submissão total dos escravos urbanos aos ditames do Estado colonial.

A escravidão urbana, como já vários historiadores tiveram oportunidade de realçar(89), se diferenciava da escravidão das fazendas e engenhos principalmente pela necessidade de mobilidade dos cativos, fator imprescindível para a reprodução econômica do escravo e da própria economia a urbana. A circulação escrava facilitava e até impunha a troca social e cultural entre escravos e libertos, e mesmo africanos de todas as nações.

O constante movimento das maltas pela cidade, sua dinâmica atuação, mesmo na defesa de pontos fixos do tabuleiro urbano, o que um historidor do tema

chamou de "estratégia sinuosa"(90), era resultante dessa circulação escrava, e foi uma dor de cabeça permanente para os donos do poder na cidade por mais de cem anos.

As características da capoeira escrava da 1ª metade do século, assim definida por sua quase exclusiva abrangência negra e africana, serão introjetadas entre homens livres e estrangeiros nos próximos cinquenta anos. E essa circularidade cultural e sim-

bólica que marca o âmago da tese aqui apresentada.

GRAVURA 1

obs: Escravos jogando "a capoeira", segundo Rugendas, cerca de 1830.

fonte: *In Voyage Pittoresque dans Le Brésil* desenho litografado po Deroy, Litografia de Thierry Frhres, Paris, Biblioteca Nacional.

Reproduzido de CRULS, Gastão. *A Aparência do Rio de Janeiro*, Rio de janeiro, Ed. José Olympio, 1965, p.406



GRAVURA 2

obs: Dança do N'Golo, ou Dança da Zebra, ritual que segundo Luís da Câmara Cascudo poderia ter sido um dos ancestrais africanos da capoeira.

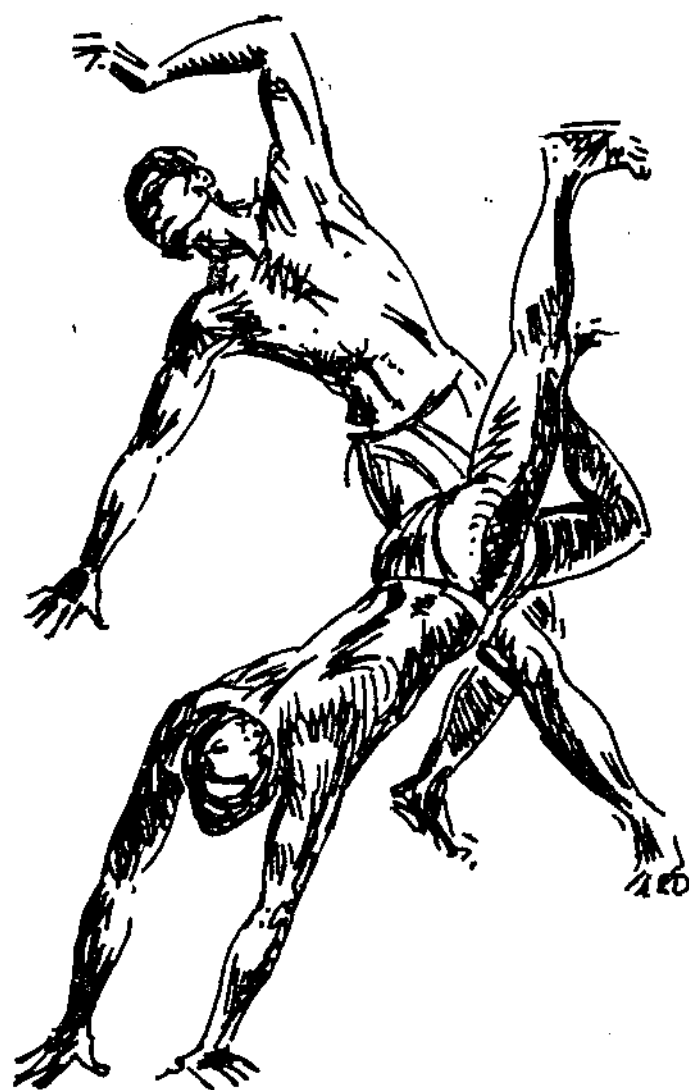
fonte: SOUZA, Albano Neves de *Da Minha Africa e do Brasil que eu Vi*, Ed. Luanda, Angola, s.d.



GRAVURA 3

Obs: Dança do N'Golo. Sul de Angola.

fonte: idem



NOTAS DO CAPITULO 1

- 1 - SALLES, Vicente de. "Bibliografia Crítica do Folclore Brasileiro" in *Revista do Folclore*, janeiro 1969. Contem 144 referências sobre capoeira, entre jornais, revistas, livros etc.
- 2 - Sobre a luta de Ciriaco com o japonês existem várias descrições. OLIVEIRA, Angenor Lopes de. "Os Capoeiras" in *Brasil Policial*, 05/10/1951. *O Malho* 13 à 20/08/1910. *Jornal do Brasil*, 09/05/1912 e *Correio do Povo* 21/05/1912. LIMA, Hermeto. *Revista da Semana*, 10/10/1925 e MOURA, Jair. "Evolução. Apogeu e Declínio da Capoeiragem no Rio de Janeiro. *Cadernos Rioarte* nº 3, 1985. Existem também fotos de Ciriaco com os estudantes CARETA 29/05/1909. Agradeço à Olympio da Biblioteca nacional pela descoberta dessa raridade.
- 3 - ABREU, Plácido de. *Os Capoeiras*, Rio de Janeiro Tip. Seraphim Alves de Brito, 1886.
- 4 - idem.
- 5 - MORAES FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de janeiro, Ed. de Ouro, s.d.
- 6 - *Revista Ilustrada* 14/10/1889.
- 7 - MACHADO DE ASSIS. Joaquim Maria. *Crônicas. 1878-1888*. Rio de Janeiro, Ed. W.M.Jackson Inc., 1944. pp.227-230
- 8 - ROMERO, Silvio. "A Poesia popular no Brasil" in *Revista Brasileira* 1, 273, Rio de Janeiro, 1879.
- 9 - AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço* Rio de janeiro, Ed. de Ouro, s.d.
- 10 - *Kosmos* ano III, nº3, março 1906.
- 11 - ALMEIDA, Pires de. *Brazil-Album* Rio de janeiro, Tip. Leuzinger, 1908. pp.15-22
- 12 - NETO, Coelho. "O Nosso Jogo" *Bazar*, Porto, Livraria Char-dron, 1928, p.137
- 13 - EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis 1763-1808* Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1932, pp.38-40 e *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, Rio de Janeiro, Ed. Xenon, 1987, pp. 137-139.
- 14 - ALMEIDA. Manuel Antonio. *Memórias de um Sargento de Milícias*, Rio de janeiro, ed. de ouro s.d.
- 15 - SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de janeiro de Lima Barreto* v.2, 1983 pp.91-92

- 16 - ARAUJO, Elísio de. *Estudos Históricos sobre a Polícia da capital Federal 1808-1831* Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1898, p.55,59 e 62
- 17 - FAZENDA, José Vieira. "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante RIHGB) [93 (147)5-615, 1923] pp.75-76 e 87-90.
- 18 - FEIJO JUNIOR. "O Vidigal" *Vida Policial*, Rio de Janeiro, 28/03/1925 pp.44-46. Além desse há o artigo anônimo "A Capoeira e seus principais cultores" 21/03/1925 e "O primeiro chefe de polícia do regime republicano", 14/03/1925.
- 19 - QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora* Col. Estudos Brasileiros, Salvador, Ed. progresso, 1946, p.66
- 20 - COSTA, Francisco Augusto Pereira da. RIHGB, Rio de Janeiro, [69 (70):3-641, pp.240-242] e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco* separata do Vol.XXXIV (publicação póstuma), Recife, 1935.
- 21 - CARNEIRO, Edison. "Berimbau", *Correio da Manhã* 10/10/1968; *Dinâmica do Folclore* Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 1985, p.49-57; "Folclore do Negro" in *Folclore*, São Paulo, 1953, pp.28-37; "O Jogo da capoeira" in *Jornal do Comércio* 11/07/1965; *A Linguagem Popular da Bahia*, Rio de Janeiro, s.d. 1951; *Negros Bantus: Notas de ethnographia religiosa e folclore*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1937. pp.147-165; "A pernada carioca" in *Quilombo*, Rio de Janeiro, 06/05/1950; *A Sabedoria Popular*. Rio de Janeiro, INL, 1957, pp.198-206
- 22 - CASCUDO, Luis da Câmara. *Folclore do Brasil* Rio de Janeiro. Ed. fundo de cultura, 1967, pp.179-189.
- 23 - CARNEIRO, Edison. *A Sabedoria Popular*, p.198.
- 24 - CASCUDO, Luis da Câmara. op. cit. e *Dicionário do Folclore*, Belo Horizonte.], Ed. Itatiaia, 1984.
- 25 - ALMEIDA, Renato. "O Brinquedo da Capoeira", *Revista do Arquivo Municipal*, Vol.LXXXIV, julho-agosto, 1942, São Paulo, pp.155-162
- 26 - LIMA, Hermeto. *Op. cit.*
- 27 - OLIVEIRA, Angenor Lopes de. *op. cit.*
- 28 - REGO, Waldeloir. *Capoeira de Angola: Ensaio sócio-etnográfico*, Salvador, Ed. Itapuã, 1968.
- 29 - RIOS FILHO, Adolfo Moralles de Los. *O Rio de Janeiro Imperial*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1946, pp.51-54.

- 30 - KUBICK, Gerhard. "Capoeira Angola" in *Angolan traits in Black Music, Games and Dances of Brazil*, Estudos de Antropologia cultural nº 10. Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979.
- 31 - TAVAREZ, Júlio Cesar. *Dança da Guerra: Arquivo-Arma*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Sociologia, UNEB, 1984.
- 33 - SODRE, Muniz. *A Verdade Seduzida: Por um conceito de cultura no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1983. pp.203-215.
- 34 - HOLLOWAY, Thomas H. "A Healthy Terror: Police repression of capoeiras in nineteenth century. Rio de Janeiro" in *Hispanic American Historical Review* 69:4, 1989, Duke University Press.
- 35 - DIAS, Luis Sergio e MENDONÇA. *Paulo Knaus de Capoeira Vida e Morte no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Projeto Gonzaga de Sá. 1986.
- 36 - VIEIRA, Luis Renato. *Da Vadiagem à Capoeira Regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil*, Diss. de mestrado, Fac. de Sociologia, UNEB, 1990.
- 37 - SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e Malandros: pedagogos de uma sonora tradição popular. 1890-1950*, Diss. de mestrado, Fac. de História, UNICAMP, 1990.
- 38 - REIS, Leticia Vidor de Souza. *Negros e Brancos no jogo da capoeira: a Reinvenção da tradição*, Diss. de mestrado, Fac. de antropologia, FFLCH-USP, 1993.
- 39 - SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, INL, 1954, p.51, (1ª edição 1889)
- 40 - Ibidem, p.106.
- 41 - Quanto a referência de capoeira como "criado" é curioso que o padrão ocupacional mais disseminado entre escravos presos como capoeira, segundo os registros da Casa de Detenção, é de escravo doméstico, entre cozinheiros e criados. Ver 3º Capítulo *De Escravos e Menores: A composição das malhas*.
- 42 - "A Capoeira e seus principais cultores" *op. cit.*. ver nota 18.
- 43 - AREIAS, Almir das. *O que é capoeira* Col. Primeiros Passos, nº 96, São Paulo, Brasiliense, 1983, 3ª ed.
- 44 - OLIVEIRA, Angenor Lopes. "Os Capoeiras" *op. cit.* Ver também do mesmo autor *Toponímia carioca*, Col. cidade do Rio de Janeiro, prefeitura do Distrito Federal, 1935.

45 - BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de vocábulos Brasileiros* Salvador, Ed. Progresso, 1956, p.72 (1ª edição 1869). Curiosamente um dos escravos pertencentes ao Visconde, de nome Firmino, foi preso como capoeira na Casa de Detenção. ver Livro de Matrícula da casa de Detenção no 4671, ficha 1192, 07/09/1879. AP.

46 - BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *op. cit.* p.72

47 - *idem.*

48 - Sobre a polémica entre Macedo Soares e Beaurepaire-Rohan ver REGO, Waldeloir. *op. cit.* p.18-19.

49 - BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *op. cit.* p.73

50 - RIOS FILHO, Adolfo Moralles de. "Capoeiras e Capoeiragem" in *Rio Esportivo*, 19/07, 27/07, 03/08, 31/08, 16/09, 18/10/1926.

51 - "Primitivamente *capoeiro* era o nome dos grandes cestos, destinados ao transporte de aves, fechados na parte superior por uma espécie de cúpula feita de cipó entrelachado. Por extensão, *homens dos capoeiros* eram os respectivos carregadores; os escravos que transportavam à cabeça esses cestos, inclusive aos trabalhadores na estiva das embarcações, porquanto esses também transportavam a granel, com o auxílio de cestos, um sem número de produtos. Nos momentos de folga, os negros estivadores - agilíssimos, gesticuladores e barulhentos - procuravam demonstrar, uns aos outros, habilidades superiores às já exibidas nas horas de serviço, e assim, eram instintivamente criados outros passos, trejeitos, brincadeiras e rudes cumprimentos. Os visados por tais golpes tomavam atitudes e guardavam posições que os punham a salvo de quedas e situações cômicas. E daí, o simulacro de uma luta, de uma disputa brincalhona ao desafio real foi um passo: criou-se, sem querer, uma escola de luta, de destreza e de defesa pessoal, genuinamente nacional. Nascida na antiga *Peaçaba* - sopé do morro do Castelo - no descanso das embarcações veleiras que ali existia, a brincadeira chamada dos *capoeiros* degenerou em *Capoeira*, e portanto em *capoeiragem* - exercício, luta de defesa dos *capoeiras* - e se desenvolveu pelas praias, varadouros, embarcadouros, mercados e trapiches. Desses lugares ela se estendeu pelos becos, travessas e largos próximos ao mar. Os corredores das casa de sobrado constituíam, por vezes, recintos muito apreciados para os ensaios e aprendizagem dos neófitos." RIOS FILHO, Adolfo Moralles de. Ver nota 29, p.51-52.

52 - SOUZA, Albano Neves de. *...Da minha África e do Brasil que eu vi...*, Luanda, s.d. 19..? gravuras 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 68

53 - REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*, Luanda, banco de Angola, 1975. LOPES, Nei. "Sobrevivências e recriações bantas no

Rio de Janeiro" in *Estudos Afro-Asiáticos*, no 15, 1988, pp.69-75, *Grande Enciclopédia Delta-Larousse*, Rio de Janeiro, 1970, p.4.791.

54 - THOMPSON, Robert Farris. "Black martial of the Caribbean" in *Review Latin literature and arts*, no 37, 1987, pp.44-47.

55 - SLENES, Robert. W. "Malungo N'Goma vem: Africa Encoberta e Descoberta no Brasil" in *Revista USP*, 12 (1991-92) pp.48-67.

56 - As "Nações" do tráfico atlântico eram nomeadas tendo por base somente os portos de origem do negreiro, geralmente ocultando ou omitindo origens tribais e locais. Assim os africanos carregados no bojo dos "Tumbeiros" teriam duas "Nações", uma genuinamente africana, e outra funcional, para uso do comércio atlântico de escravos.

57 - Códice 403 (Todas referências são desse Códice. Qualquer outra fonte será explicitada). Volume I (doravante V.) no72101, 05/04/1815

58 - V.I, no71532, 22/03/1815.

59 - V.I, no71663, 15/06/1814

60 - V.I, no71781, 20/09/1814

61 - CHALHOUB, Sidney. "A cidade-esconderijo" in *Visões de Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp.212-232.

62 - V.I, no71981, 10/02/1815

63 - V.I, no73303, 16/10/1818

64 - O Calabouço se localizou na ponta da Fortaleza de Santiago até 1831, e o Dique era uma obra na Ilha das Cobras que durou décadas, destino comum para galés e trabalhos forçados.

65 - V.I, no71822, 25/01/1814.

66 - V.I, no71892 e 71893, 13/12/1814.

67 - V.II, no73962 e 73960, 28/02/1820.

68 - V.II, no73352, 19/11/1818.

69 - V.I, no73092, 15/04/1818.

70 - Códice 324, V.I, folha 19, 22/10/1829.

71 - ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*, Petrópolis, Vozes, 1988. p.194.

- 72 - V.II, ng73692, 25/08/1819.
- 73 - SOARES, Joaquim Macedo. *op. cit.* p.106.
- 74 - OLIVEIRA, Angenor Lopes de. "Os capoeiras" in *op. cit.*
- 75 - CRULS, Gastão. *A aparência do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, p.406,407
- 76 - V.II, ng73411, 16/12/1818.
- 77 - V.II, ng73992, 20/03/1820.
- 78 - V.I, ng722011, 07/05/1815.
- 79 - V.I, ng73921, 05/02/1820.
- 80 - V.I, folha 71, 21/10/1812.
- 81 - MORAES E SILVA, Antonio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tipographia fluminense, 1922 (1ª ed. de 1813). No verbete "pancada" há o seguinte: "juntamente: ex. vierão à pancada; De pancada: de repente; inconsideradamente, sem modo: ex. sangrar de pancada; ...golpe que prejudica, ou o dano que se faz a alguma cidade ou pessoa.
- 82 - V.II, ng7413, 21/03/1821.
- 83 - V.II, ng74263, s.d.
- 84 - V.I, ng72121 e 72122, 17/04/1815. João Cabundá, Paulo Mofunde e Caetano Calabar presos por ferirem o Capitão José Antonio da Silva peixoto.
- 85 - V.II, ngs72991 e 72992, 21/01/1818. José Mina e Manuel Congo feriram um dos companheiros com faca.
- 86 - V.I, ng72201, 17/05/1815. João Congo preso jogando capoeira com uma faca e um bone de fita.
- 87 - V.I, ng70762, 12/11/1812. Roberto Moçambique preso por estar correndo pelo beco dos Cachorros com uma faca na mão e uma "fita de capoeira".
- 88 - V.II, ng73422, 22/12/1818. Joaquim Cabinda e João Cabinda encontrados no Largo do Capim "ensaiando para capoeiragem"
- 89 - REIS, João José. "A greve negra de 1857" in *Revista USP*, julho 1993.
- 90 - Luís Sergio Dias usou o termo para definir a movimentação das maltas de capoeiras na cidade em um encontro de pesquisadores no final de 1992 na UFRJ, IFCS.

CAPITULO II
 DOS NAGÔAS E GUAYAMÚS:
 A FORMAÇÃO DAS MALTAS

Os Guayamús cantavam:

*Therezinha de Jesus
 Abre a porta apaga a luz,
 Quero ver morrer Nagôa
 A porta do Bom Jesus!*

Os Nagôas respondiam:

*O Castelo içou bandeira
 São Francisco repicou,
 Guayamú está reclamando
 Manoel preto já chegou!(1)*

A tradição literária do final do século XIX sempre que se referia as maltas de capoeiras dos tempos da Corte, mencionava os Nagôas e Guayamús. Maltas adversárias que por décadas se digladiaram pelas ruas da cidade, ou conglomerados de grupos que controlavam regives inteiras da capital, os Nagôas e Guayamús sempre aparentavam estar imersos num universo imaginário, fronteira entre a ficção acadêmica e uma nebulosa tradição popular.

Algumas vezes parecia que as duas denominações estavam ligadas a um processo de sedimentação da geografia das maltas de capoeiras que datava da segunda metade do século:

Durante o segundo Império, a capoeira chegou ao auge, foi verdadeiramente aquela época a do seu pleno domínio e máximo desenvolvimento (...). Foram formados os

partidos aguerridos, as maltas como eram chamadas: Conceição da Marinha, Moura, Lapa, Carpinteiros de São José, Glória, etc.(...)

Depois, todas essas maltas decahiram, ou antes se fundiram em duas grandes legiões: Nagôas e Guayamús, ou simplesmente Guayas, como, por euphonicamente mais belo, se chamavam, as vezes, os próprios representantes desta phalange.(2)

A malta de capoeiras é a unidade fundamental da atuação dos praticantes da capoeiragem. Formada por três, vinte e até mesmo cem indivíduos, a malta era a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Por volta da década de 1850 a geografia das maltas já estava bastante sofisticada para comportar uma elaborada denominação pitoresca, ligada geralmente aos mais importantes marcos de referência da cidade colonial: as igrejas que pontilhavam o ambiente urbano.:

O capoeira antigo tinha igualmente seus bairros, o ponto de reunião das maltas; suas escolas eram as praças, as ruas, os corredores. A malta de Santa Luzia chamava-se de "luzianos"; a do Castelo de "Santo Inácio"; a de São Jorge da "lança"; dos "ossos" a do Senhor Bom Jesus do Calvário; "Flôr da Uva" a de Santa Rita, etc.(3)

Por volta da Abolição os codinomes das maltas tinham se alterado, e seu campo de atuação tinha se estendido, abarcando áreas periféricas do Cidade Velha, centro histórico que durante muitos decênios concentrou a vida urbana da cidade. Como veremos, no interregno entre as duas época ocorreria a gênese dos Nagôas e Guayamús:

Cada malta tem sua denominação: "Cadeira da Senhora" é da freguesia de Santana; "Três Cachos" da freguesia de Santa Rita; "Franciscanos" a de São Francisco de Paula; "Flôr da Gente" da freguesia da Glória; "Es-

pada" a do Largo da Lapa; "Guaiamú" a da Cidade Nova; "Monturo" a da praia de Santa Luzia, etc.(4)

Por volta da Proclamação da República, segundo a pena dos próprios memorialistas, esse processo de divisão da cidade em dois grandes grupos rivais estava completo, definindo uma linha divisória que mantinha Nagôas e Guayamús em lados opostos, e em permanente conflito pelo controle de cada área :

Dividiam-se em dois partidos - o dos Guayamús e dos Nogos, ou Nagôas, cada qual mais ou menos localizado numa parte da cidade. Aludia-se frequentemente a zona dos Guaiamús e à zona dos Nagôas, como se fossem territórios intransponíveis para uma ou outra facção.(5)

Outra hipótese, defendida por autores diversos, era que o conflito político-partidário entre liberais e conservadores acabou se cristalizando como a clivagem mais importante entre as maltas de capoeiras, que assim se ligaram indelévelmente com o destino dos dois partidos principais do sistema político do Império:

Aos poucos os capoeiras foram se agrupando, ao ponto de constituírem duas "naçves": a dos "guayamús" e a dos "nagôs", que mantinham entre si rivalidade intransigente, fazendo guerra uma outra.(...) Uma das "naçves" se ligara aos conservadores, outra aos liberais. Assim, quando eram perseguidos os "guaiamús", folgavam as costas dos "nagôs", e vice versa.(6)

Para os cronistas da Primeira República essa divisão das duas principais maltas entre os maiores partidos do Império definia uma estratégia específica, que garantia a perene permanência das maltas contra as investidas freqüentes da ação policial. Transformados em braços armados dos dois pólos do poder do regime

Nagôas e Guayamús garantiam sua própria sobrevivência frente às intempéries políticas do Segundo Reinado.

Estava no domínio público a razão principal da impunidade que eles gozavam. Era que chefetes políticos de algumas paróquias não se vexavam de protegê-los, em compensação de serviços que prestavam por ocasião das eleições (...). E isso parecia encontrar tal ou qual confirmação nesta circunstância: Quando subiam os liberais eram mais freqüentemente presos os Nagôas, acontecendo o inverso se iam para o poder os conservadores... (7)

Os cronistas reiteravam a rivalidade simbólica das duas maltas, com seus emblemas, cores, signos, como expressão dessa luta pelo espaço urbano e desse embate político das ruas, inclusive utilizando expressão marcadamente política: partidos.

Dividiam-se em dois partidos principais - nagôas e guayamús, os quais se hostilizavam e possuíam sinais particulares para serem conhecidos.(8)

Por volta dos anos 30 do século XX já os grandes cronistas da virada do século tinham desaparecido, e com eles muitos dos mistérios dos Nagôas e Guayamús. Somente esparsas e vagas citações ainda se referiam aos dois grupos, e geralmente como uma cultura perdida:

ainda hoje são lembradas as duas (maltas) mais conhecidas e famosas: a dos GUAYAMÚS (nome tupi) e a dos NAGÔAS (nome africano) imortalizadas na pena de Aluizio Azevedo em seu interessante livro O Cortiço.(9)

O objetivo deste capítulo é buscar as raízes da formação das maltas, especialmente dos chamados Nagôas e Guayamús, os dois principais grupos em que se dividiam. Procuraremos também interpretar os símbolos e as formas de identificação dessas dois gran-

des conjuntos de maltas, em busca da rivalidade fundamental que fosse a base do conflito recíproco. A análise conclusiva da questão vamos deixar para o próximo capítulo, quando estudaremos a documentação da Casa de Detenção, com os dados pessoais dos presos como capoeiras.

Por fim, nossa preocupação ser interpretar a atuação coletiva dos capoeiras, de que forma esta ação grupal tinha um sentido específico, quais os fatores de coesão da malta, os diferentes mecanismos de ação coletiva, isto tudo a partir de três momentos: a questão da festa pública e da reunião popular como fator agregativo; as relações tecidas entre as maltas e os membros das forças armadas, principalmente o exército; e por último, os rituais e preceitos que ordenavam a entrada nos grupos dos mais jovens.

O depoimento mais envolvente sobre os Nagôas e Guayamús se encontra na obra de Plácido de Abreu, *Os Capoeiras*. Nascido em Portugal, Plácido veio muito jovem para o Brasil. Se tornou, como tantos outros portugueses, um hábil praticante da "capoeiragem", mas pretendia realmente ingressar na carreira literária. Publicou vários poemas, versos, folhetins. Ativo militante republicano, foi companheiro de Sampaio Ferraz no *Correio do Povo*. Paradoxalmente, morreu emboscado na Revolta da Armada, combatendo a ditadura republicana de Floriano Peixoto.(10)

Dele afirmou Coelho Netto.:

E sobre todos os capoeiras, o mais valente, Plácido de Abreu. Comediógrafo e jornalista, amigo de Lopes Trovão e Bilac no *O Combate*.(11)

O testemunho de Flácido tem o recorte não apenas de um literato ou um intelectual do mundo das letras, mas de um participante ativo, alguém que conhece por dentro os mistérios da capoeiragem na Corte:

Geralmente fala-se de NAGÔAS e GUAYAMÚS sem conhecer-se o que isto quer dizer. Para não fugir completamente a idéia que tive quando comecei este livro, vou dar algumas informações sobre estes bandos, reservando todos os segredos da capoeiragem para outro livro que brevemente será publicado sob o título Guayamús e Nagôas(12)

Guayamú é o capoeira que pertence aos seguintes partidos - São Francisco (grande centro do qual o chefe Leandro Bonaparte) Santa Rita, Marinha, Ouro Preto, São Domingos de Gusmão, além de muitos outros bandos pe-
quenos agregados à este.

A denominação que tem estes grupos é a casa ou a província, e a cor porque são conhecidos é a vermelha.

Nagôa é o capoeira que pertence aos seguintes partidos: - Santa Luzia (centro do qual foi chefe Manduca da Praia), São José, Lapa, Santana, Moura, Bolinha de Prata, além de muitos outros grupos menores filiados aqueles.

A cor porque são conhecidos é a branca.(13)

Como militante republicano da ala jacobina, junto com Sampaio Ferraz, Silva Jardim e Lopes Trovão, Flácido de Abreu ficou várias vezes frente a frente com a força política das maltas de capoeiras, e teve de enfrentar os "navalhistas" aliados do Partido Conservador em diversos momentos. Deriva daí seu interesse em revelar os mistérios e obscuridades da capoeira, como nenhum escritor do seu tempo tinha feito.

Este longo depoimento, que optamos por transcrever na íntegra sintetiza a visão não só de um membro da elite intelectual, mas de um ativo participante destes grupos. O que podemos relevar é a existência de um complexo mecanismo cultural, que presidia o

conflito entre os grupos, conformando uma tradição que era rigidamente respeitada. Vamos observar em seguida, ainda nas palavras de Flácido de Abreu, como o antagonismo era detalhadamente ordenado pela tradição:

Quando faziam uma qualquer marcha, que é um partido ir de encontro à outro para brigar, procedia-se sempre um aviso a casa contrária, afim de que reunisse o bando. Na ocasião da "pegada" (briga) era costume cantarem versos em uma toada sertaneja...[em seguida vem os versos da epígrafe]

Manoel Preto foi um capoeira temível, chefe do bando de Santana. Os capoeiras que na ocasião da pegada fugiam por cobardia eram navalhados pelos próprios companheiros.

A notícia da saída de uma banda de música corre com rapidez de relâmpago entre os bandos de capoeiras. Desde logo começam a reunir-se nas fortalezas a espera da hora em que devem tomar a frente à frente do batalhão ou sociedade, e ali combinam o que devem fazer. Quase sempre a miuçalha é incumbida de levar as navalhas e mais armas. Em outras épocas estes instrumentos de combate eram escondidos em samburás, entre verduras e carne fresca, para assim iludir a vigilância da polícia; na atualidade foi desprezado esse meio por ser muito conhecido.

Quando, por exemplo, a banda de música sae do centro da cidade, isto é, da terra dos Guayamus, e dirige-se para os lados da Lapa, ou Cidade Nova, os capoeiras que pertencem aqueles partidos acompanhão o batalhão prevenidos para o encontro com Nagôas, visto irem em terra alheia.

Estes Já os esperam, e chegada a música ao local onde se acham, sae o carrapeta (pequeno, esperto e atrevido) de entre os companheiros com direção aos Guayamus e brada.

- E a Lapa!...é a Espada! Quando é daquela província.

- E a Senhora da Cadeira!...Quando é de Sant'Anna.

- E o velho Carpinteiro!...Quando é de São José. E assim por diante.

Então trava-se a lucta.

Flácido não apenas descreve a mecânica ritual do conflito. Ele também menciona casos concretos onde esta mesma sistemática é

colocada em prática:

Houve festa na igreja de Santa Rita. Os nagôs "arrebentaram" por volta de uma hora da tarde naquele focco de Guayamús; estes os receberam na ponta da faca e destacando-se de entre elles, Jorge, chefe da Marinha, agarrou um Nagôa pelos cabelos e cravou-lhe por três vezes a faca no coração, deixando-o cair na calçada, todo ensanguentado e de bruços.

Corre como certo entre estes perversos que quando uma vítima cai naquela posição, difficilmente o assassino pode fugir da ação da justiça. Jorge fugiu, porém, sendo prevenido daquela particularidade por um companheiro, voltou atraz, agarrou novamente no cadáver e pela última vez enterrou o ferro homicida no corpo de sua vítima, desaparecendo em seguida.

Flácido de Abreu é nosso guia por esse universo obscuro e envolvente. A primeira parte do livro é uma riquíssima descrição, quase etnográfica, da complicada ritualística da capoeira no Rio de então. Em seguida ele narra as desventuras de um rapaz oriundo do interior que, chegando na Corte, acaba envolvido pela marginalidade e pela prostituição, sucumbindo afinal, vítima da perversidade citadina.

Seria interessante, agora, reconstruirmos os pedaços desta narrativa, buscando fios condutores.

I

FRAGMENTOS

O primeiro passo é buscarmos a etimologia dos termos, atrás de indícios capazes de informar o sentido histórico e cultural do nosso problema.

Macedo Soares, em seu dicionário, inicialmente publicado em 1889, definiu Nagôa como uma das nações africanas trazidas pe-

lo tráfico atlântico, mas não deixou de mencionar as peculiares definições do termo no Rio de Janeiro de 1889, quando da primeira edição do seu livro:

NAGÔ=NAGOA adjetivo, gente da nação Nagô da Costa dos Escravos da África Ocidental. "Não sei de que servem estas festas públicas e solenes para a entrega de cartas de liberdade, esses NAGÔS atirando flores aos juizes, quando o que devem esses Nagôs fazer é aplaudirem e ampliarem nos seus zungús a liberdade dos seus" (discurso do senador Martinho Campos, sessão de 28/01/1884 - **Lucta da raça africana (nagoa) contra a indígena (Guayamú)** [grifo nosso] "Sua Exc. e digno filho desta boa cidade de São Sebastião, e reclamaria com indignação contra quem ousasse concluir para a índole generosa de seus habitantes das correrias e perversidades dos Nagôas e Guayamús que a infestam". (discurso do senador Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, em sessão no Senado de 08/10/1888.(14)

>

No verbete Guayamú Macedo foi mais fiel a terminologia indígena que data de antes da chegada do europeu na terra:

GUAYAMUM "Há muitas castas de caranguejos, não só no mar e nas praias entre os mangues, mas também em terra entre os matos h uns de cor azul chamados Guayamuns, os quais, em as primeiras quas do inverno, que são em fevereiro, quando estão mais gordos, e as fêmeas cheias de ovas saem das covas, e andam vagando pelos campos e estradas, metendo-se pelas estradas para que os comam" (Frei Vicente do Salvador, História do Brasil. I, cap. X).

Morais e Silva, em seu dicionário de 1813, menciona apenas o significado do termo para a escravidão africana, como se podia esperar de uma texto do princípio do século

"NAGÔ: negro yorubano que usava três lanhos no rosto//língua dos Nagôs".(15)

E Guayamú se referiria a um tipo de crustáceo, muito comum

no Brasil:

"GUAIAMUM: caranguejo//sirí de uma só unha"
me=09,ei=02>

Curiosamente, no vernáculo lusitano, de acordo com Moraes e Silva temos Guayá, que significaria tristeza, figura triste, depressão.

Angenor de Oliveira em seu dicionário de termos indígenas na geografia carioca indica as origens nativas do termo, e um segundo significado que pode se relacionar aos negros e escravos.

No tupi-guarani corruptela de QUA-YA, "O que mora no buraco, o indivíduo do buraco". Também pode significar GUAIAMUM, corruptela de GUARA-M-UM, "indivíduo negro, escuro...é encontrado nas praias e pântanos da Ilha do Governador e do continente - ver vocábulos CAPDEIRAS.(16)

Não é inócua lembrar que, de acordo com a geografia da capoeira, ressaltada por Flácido de Abreu, a área dos guaiamús correspondia à antiga parcela pantanosa da cidade região em que proliferavam os crustáceos como os guaiamús.

Pelo famoso dicionário de Luis da Câmara Cascudo novos indícios se apresentam. O verbete Nago identifica "todo negro da costa dos escravos que falavam ou entendiam o iorubá "(17), ou seja, as atuais regíes de Benin e Nigéria. No Brasil se concentraram na Bahia, mas também foram trazidos para o Rio, sendo portadores de uma vigorosa identidade cultural, hoje sinônimo de africano.

O termo não teria origem propriamente africana, mas sim oriundo dos franceses e era dirigido aos povos de língua iorubá, do atual Daomé. Nagoa, o termo preciso que procuramos seria do gênero feminino. Não é despropositado reproduzir parte da citação de Cascudo:

Abundantemente exportados para o Brasil os Nagôs tiveram prestigiosa influência social e religiosa entre os povos mestiços, conservando com os processos de aculturação seus mitos e tradições sacras".(18)

Na interpretação de Câmara Cascudo os Nagôs se distinguiriam dos outros grupos africanos por sua persistente manutenção dos códigos simbólicos culturais vindos da África, ao contrário de vários outros grupos étnicos trazidos pelo tráfico, que perderiam suas características nativas em detrimento do intercâmbio e do sincretismo da sociedade colonial brasileira. Esta característica teria transformado o termo Nagô de uma referência africana específica em uma síntese de africanidade:

Localizados em maior porção na Bahia, foram estudados nos seus descendentes e projeção etnográfica e folclórica, por Nina Rodrigues, Manuel Querino, Artur Ramos, o grupo negro mais conhecido em seu complexo social vivo. A persistência nagô determina o candomblé, macumba, catimbó, xangôs, sinônimo do primeiro vocábulo, reunião do seu cerimonial".(19)

Compilando os dados do tráfico africano no Rio nos surpreendemos em encontrar na documentação da Santa Casa estudada por Mary Karash apenas dois escravos da nação Nagô ali enterrados nos anos de 1838 e 1849.(20)

Mesmo se admitirmos que Nagô era um sinônimo para todos os povos oriundos da África Ocidental, a proporção para a Corte era irrisória. Menos de sete por cento dos escravos que circularam na cidade eram desta região. Porém quando compilamos os dados étnicos de escravos vindos da Bahia para serem vendidos no Rio, após a revolta de 1835, vemos que de noventa cativos, cinquenta e nove

(65%) eram de nação "Nagô".(21)

Não deixa de ser curioso que, o registro mais antigo de escravo que encontramos preso na Casa de Detenção, pelo crime de ser capoeira no ano de 1863, era de nação Mina, outro sinônimo para africano ocidental no Rio.(22)

Para Guaiamum Cascudo repete a versão de Frei Salvador, com ligeiros retoques:

Caranguejo terrestre, azulado. Guaiamu, goiamum, fumbaba, goiamum... Vivem em buracos e, segundo o povo, abandonam o pouso, ouvindo trovoadas".(23)

Guaiá, para Cascudo é "chocalho usado pelos negros" nas festas de Batuque ou Samba-Lenço (São Paulo). Guajá, outro termo simile, é sintomaticamente um "crustáceo do gênero Guaia, vermelho".

Fragmentos, indícios, partes de um quebra-cabeças com muitas peças perdidas ou destruídas. E nesse jogo que penetramos ao tentarmos remontar as obscuras origens de Guayamús e Nagôas.

Branco e vermelho, as cores que, segundo Plácido de Abreu identificavam os dois grupos representam pistas que não devem ser desprezadas.

Branco, pureza, alegria, dedicação aos santos não martirizados, à Virgem Maria. Vermelho é sangue, sangue dos mártires, língua de fogo de Pentecostes...Os santos africanos (orixás jejes-nagôs)tem suas cores e suas "filhas" usam dessas cores como os fidalgos usavam as cores das casas onde serviam como vassalos. Oxalá é branco, Xangô é vermelho...(24)

Vermelho: sua popularidade na indumentária popular, como o uso entre a indiaría pela pintura com o urucu (Bixa Orellana) a predileção portuguesa, explicariam a constante etnográfica no Brasil se não constituísse cor sagrada, simbolização do sangue, afugentador dos maus espíritos, dos elementos adversos, assombração de inimigos e oblação religiosa.(25)

Branco, cor dos Nagôas, próxima dos africanos. Vermelho, cor sagrada do nativo indígena, e do português, segundo Cascudo.

Vermelho e branco. Sintomaticamente, a figura mitológica do malandro carioca do século XX, sacralizada nos terreiros de Umbanda pela imagem do Exu-Tranca-Rua, ou Zé Pelintra, traz as cores branco e vermelho como principais.

Entre os capoeiras da primeira metade do século a rivalidade das cores estava presente, apesar destas serem amarelo e vermelho. Entre algumas etnias africanas o branco e o vermelho mantem significados especiais. Os bakongo do sul do Congo e norte de Angola utilizam essas cores em alguns rituais, acreditando em sua força simbólica.

Os dados que temos apontam para uma tendência: Nagôa teria relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos. Guaiamum seria uma tradição nativa, "crioula", natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil. É interessante que a única gravura que encontramos onde se colocam, frente a frente, um "Nagôa" e um "Guaiamu" mostra claramente um negro para aquele e um mulato ou mestiço para este.(26)

Nosso velho conhecido, Mello Moraes, quando fala dos antigos capoeiras, que assustavam a cidade por volta da metade do século, presta especial tributo a divisão entre africanos brasi-

leiros, não esquecendo as particularidades do trajar:

Qual seu pessoal? Geralmente era composto de africanos que tinham como distintivo as cores e o modo de botar a carapuça, ou de mestiços (alfaiates e charuteiros), que se davam a conhecer entre si pelos chapéus de palha ou de feltro, cujas abas reviravam segundo convenção.(27)

O método utilizado na análise destas fontes merece ser enfocado. Na medida que as fontes são fragmentárias, e muitas vezes insuficientes pra termos segurança na comprovação das hipóteses, temos que nos voltar para metodologias que retirem o máximo dos poucos dados existentes.

Temos que ter claro que a terminologia "Nagôas" e "Guaiamús" se generaliza nas fontes no momento em que os africanos praticamente desapareceram da cena principal, vinte anos após o fim do tráfico atlântico, e a capoeira deixara de ser uma exclusividade escrava. A apropriação por brancos, portugueses e mestiços livres dos emblemas de "Nagôas" e "Guaiamús" significa que adentramos o universo da simbologia e do imaginário, onde um grupo herda os emblemas de outro anterior sem deixar vestígios dessa passagem.

Temos assim indícios, sinais de uma transição cultural subterrânea, que se opera e imperceptivelmente. Buscamos subsídios metodológicos no "paradigma indiciário", elaborado pelo historiador Carlo Ginzburg, e no que consideramos sua maior obra, História Noturna.(28) Nesse trabalho o autor parte da perseguição ao chamado Sabá, ritual "demoníaco", segundo a inquisição europeia da era moderna, para levantar sinais de sua origem mais remota.

Utilizando a morfologia histórica e buscando os indícios de uma cultura religiosa pan-européia, pela convergência de ritos, mitos, indícios, Ginzburg escava um estrato subterrâneo de crenças e rituais de origem imemorial, e que se derramam por um espaço geográfico imenso, desde o extremo leste da Sibéria até o litoral ocidental da Península Ibérica.

Partindo de fontes do folclore europeu, e da documentação jurídica da inquisição (fontes que se aproximam do nosso trabalho, já que utilizamos principalmente textos de folcloristas e documentos policiais), e reunindo uma colossal bibliografia, Ginzburg realiza um magistral pesquisa de história cultural, que revoluciona a temática das raízes da mitologia e da religiosidade européia.

Nosso trabalho não tem esta ousadia, mas pensamos que, neste capítulo, em especial os indícios que levantamos, por mais que não conformem provas acabadas de uma "tradição africana por trás dos Nagôas, permitem construir conjecturas, hipóteses, que escapam de uma contextura histórica sólida, mas jogam fortes indícios de uma trama cultural e simbólica que, por baixo dos atores, dá coerência ao seu papel.

Voltemos para a geografia das maltas. Uma observação inicial no MAPA 2 coloca uma primeira impressão. A área central da cidade (chamada cidade velha em alguns cronistas) é controlada pelos Guayamús. Corresponde aos pontos iniciais de ocupação da cidade, e as áreas mais densamente povoadas. O ponto mais célebre da cidadela Guayamú é a freguesia de Santa Rita, área portuária e de cortiços, espremida entre os morros de São Bento e

Providência. Além disso, a cidade dos Guayamús se estende desde a atual Praça 15, num labirinto de ruas, até o limite natural do Campo de Santana.

Quanto aos Nagôas, suas áreas bordejam, ou melhor, cercam esta cidadela Guayamú. Na Glória e na Lapa eles tinham um forte bastião, que teve presença forte na vida política da Corte (ver capítulo 5, *Da Flor da Gente à Guarda Negra: os Capoeiras na Política*). O outro grande polo dos Nagôas era o Campo de Santana, cujo grupo que o dominava era presença freqüente nas páginas policiais da imprensa.

A zona dos Nagôas coincide com áreas de recente ocupação urbana, espaços por onde a cidade se expande neste final de século.

No limiar da segunda metade do século a capoeira é um fenómeno restrito ao núcleo central da Corte, e lentamente se expandiu acompanhando o crescimento da cidade, em direção ao Campo de Santana de um lado e no rumo da parte Sul do outro. A documentação permite pontuar, em diversos momentos, esta difusão:

Tendo aparecido nessa freguesia [Sacramento] vários grupos de capoeiras, os quais tem cometido os maiores desacatos e nesses últimos dias por eles feridos gravemente quatro pessoas, tenho empregado todos os meus esforços para acabar com esta espécie de desordeiros, hum dos flagelos peculiares dessa nossa bella cidade. (29)

Não é menos digno de menção que os meados do século XIX marcam o início da presença em números consideráveis de homens livres no "jogo da capoeira", no que era anteriormente um "crime" hegemonicamente da condi-

ção escrava. Diversas vezes as autoridades responsáveis pela ordem policial reiteraram este fato novo, e, para muitos, inquietante. (30)

Numa varredura na freguesia do Sacramento, no mês de julho de 1852, a polícia da Corte deteve nove indivíduos de condição livre pelo crime de "capoeiras", que seriam depois enviados para a Cadeia do Aljube, localizada na freguesia de Santa Rita. (31)

Essa presença de livres capoeiras, mesmo de cor, em áreas centrais da cidade, que cresce gradualmente no correr dos anos, poderia indicar uma mudança na composição social das maltas, de um perfil anteriormente escravo para uma formação mais heterogênea? Teriam os livres expulsos as maltas de escravos da parcela central da cidade, onde antes eram dominantes, implicando também em uma mudança na geografia da capoeira?

Pensando Nagôas e Guayamús como uma tradição que remonta à primeira metade do século, não deixa de ser interessante que nesta época a região Guayamú é a parcela urbana do município da Corte. A área sob domínio dos Nagôs é no começo do século região de chácaras, de grandes sítios, onde a elite senhorial fugia do burburinho da cidade. Produtora de gêneros alimentícios que abasteciam a capital. Parte semi-rural da Corte, pontilhada de quilombos.

Para entender a geografia da capoeira na segunda metade do século XIX, precisamos entender a geografia

da escravidão na primeira metade. A monumental tese de Mary Karasch serve de guia neste caminho. Discutindo as preferências dos escravos dentro do complexo universo das igrejas coloniais que cobriam a capital da colônia, Karasch deixa alguns vestígios importantes:

Outras igrejas com um significado especial para os escravos eram Santa Luzia, onde eles iam rezar para se proteger contra cegueira; e a capela do cemitério da Santa Casa, onde vários dos seus companheiros eram enterrados; Santo Antônio dos Pobres, que ainda hoje atrai negros devotos; Nossa Senhora da Glória, com as festividades em honra da virgem Maria, onde fieis agora honram Iemanjá, uma divindade Yorubá. E o Hospício, onde os pardos rezavam. (32)

Comparando a área do Paço Imperial (Guayamú) e o Campo de Santana (Nagôas) Karasch afirma:

Enquanto o Paço, com seus prédios de administração pública, era o centro e o símbolo do poder colonial, o Campo de Santana era no início do século XIX exatamente o oposto. Uma área não regulada da cidade onde os escravos escapavam da vigilância de seus donos, e nas tardes de domingo podiam dançar as suas próprias músicas. (33)

Santa Luzia, Santa Casa, Nossa Senhora da Glória, Campo de Santana. Todas áreas dos Nagôas. Tendo claro que a capoeira era uma prática comum tanto entre escravos africanos como crioulos na primeira metade do século, podemos começar a construir uma hipótese para explicar esta rivalidade.

E de novo Karasch quem escreve, agora discutindo os conflitos no seio da comunidade escrava carioca:

... uma das forças que mais dividia a população escrava

era o status: o abismo entre os escravos pardos de nobres brasileiros, e africanos pobres de artesãos portugueses era tão grande quanto entre seus proprietários [...] Na perspectiva de seus proprietários e de muitos escravos nascidos no Brasil, brasileiros tinham superioridade sobre africanos. Sem dúvida muitos africanos se opunham à tais classificações, pois seu nascimento africano era motivo de orgulho.(34)

Conflitos entre africanos e crioulos não eram estranhos no mundo da escravidão. O célebre tratado do Engenho Santana, na Bahia de 1789, descoberto por Stuart Schwartz,(35) revelou, de forma categórica, que a condição escrava não era o bastante para apagar profundas diferenças culturais, habilmente manipuladas pelos senhores.

João José Reis, em seu livro indispensável sobre a rebelião dos Malês na Bahia,(36) demonstra, em todo correr do texto, que a separação entre nascidos no Brasil e nascidos na África foi fundamental para o desenrolar da revolta, e marcou todas as estratégias da ação política dos escravos. Gilberto Freyre, em seu clássico *Sobrados e Mocambos* já afirma o papel amortecedor do "mulato", e sua sensibilidade para os valores culturais da sociedade senhorial.(37) Não deixa de ser digno de nota a forma depreciativa que os capoeiras livres em Pernambuco utilizavam ao se referiam aos escravos praticantes da "arte", os alcunhando de "cabeça seca", uma alusão aos africanos novos e sua calva característica. (38)

De acordo com o GRÁFICOS 24 e 25 podemos perceber como a distribuição da população escrava entre 1849 e 1872 sofreu alterações significativas. Os africanos, ampla maioria nas áreas centrais da Corte em 1849, como Santa Rita e Candelária, em 1872 tem sua maior concentração na freguesia de Santana. Os escravos e li-

vres de cor brasileiros detem em 1872 uma alta porcentagem nas freguesias de Santa Rita, ponto principal dos Guayamús. Entendemos que a trama que une e separa nascidos ou não nascidos no Brasil, é mais complexa do que uma simples dicotomia. Crioulos liderando maltas formadas majoritariamente por africanos, ou africanos chefiando jovens brancos e pardos nas ruas da Corte, em práticas de capoeiragem, obrigam o estudioso a repensar conceitos formulados à priori.

Observando o GRAFICO 24 de 1849 podemos sentir uma forte concentração de africanos nas freguesias dos Guayamús, em detrimento de escravos e libertos brasileiros. Já o GRAFICO 25 exhibe uma forte redução da população africana, como consequência do fim do tráfico transatlântico e do fluxo de cativos para as regives cafeeiras da província fluminense. O GRAFICO 25 exhibe também uma concentração residual de africanos nas áreas periféricas do centro urbano em detrimento das áreas rurais.

Tradicionalmente as áreas rurais ou periféricas do Rio no período joanino e no Primeiro Reinado, eram ocupadas, majoritariamente, pela população africana recém chegada dos negreiros, os chamados "Africanos novos". O próprio porto do Valongo, porta de entrada do tráfico atlântico de escravos no Rio, se localizava, quando foi fundado, em 1779, em local afastado do centro urbano, no que seria depois a freguesia de Santana.(39)

Nas práticas da escravidão urbana, que alcançou seu auge no Rio nas primeiras décadas do século, havia o costume de isolar o africano recém-chegado, preparando-o para o regime semi-aberto da cidade. Fosse nos barracões do Valongo, onde o jovem africano

se recuperava da angustiante experiência do tráfico, ou nas chácaras e sítios da redondeza, onde imperava um sistema mais próximo das senzalas rurais, o "africano novo" era lentamente socializado no que seria sua vida, as ruas fervilhantes da cidade.

Estas eram mais freqüentadas por crioulos, nascidos no cativeiro, ou africanos "ladinos", já acostumados com a vigilância sinuosa da escravidão urbana. Quando este africano alcançava certa idade, já não trazendo tanto lucro ou "ganho" para seu proprietário, a tendência era que ele fosse residir em bairros onde a parcela majoritária da população era africana ou próxima, como no bairro da Saúde, célebre reduto dos Nagôas, também chamada de "pequena África do Rio de Janeiro".(40) A memória africana dos subúrbios permanece na nomenclatura dos bairros, como Bangu, Catumbi, de clara origem angolana.(41)

O problema principal é que a documentação coletada se refere a um período em que o africano é principalmente minoritário, como as décadas de 1870 e 1880. Nestas décadas, a percentagem de escravos presos por capoeira era muitas vezes menor que a de homens livres, o que é lógico em se pensando em uma sociedade onde o trabalho livre vem se generalizando pelo menos desde 1850. Em 1878, dos 237 capoeiras presos nos dois primeiros meses do ano, 191 (80%), eram livres, e apenas 46 (20%) eram escravos.(42)

Podemos ter claro, assim, que os "Nagôas" e "Guayamús", freqüentemente citados pela imprensa do final dos anos 80, já se encontravam bastante distantes de uma origem escrava. A apropriação desses símbolos pode ser melhor entendido pelo conceito de "tradição inventada" definido pelo historiador Eric Hobsbawn.(43)

Por este conceito se entende certas "tradições" modernas que se baseiam numa releitura do passado construída a partir de uma ruptura com formas anteriores de pensamento e prática social, e que busca difundir valores e simbologias diversos, se legitimando enquanto mantenedora de um patrimônio ancestral.

A própria capoeira é pensada por nós como uma tradição escrava, incorporada e assumida por negros livres, brancos pobres e emigrantes portugueses no Rio pós 1850. Ao mesmo tempo que modifica estratégias e cria novos dispositivos culturais, o não-escravo, ou não-negro, introjeta símbolos, cores, sinais, próprios da condição escrava.

A primeira menção em jornal de Nagôas e Guayamús encontramos em janeiro de 1870, na descrição de um violento conflito entre duas maltas:

Na noite de 6 para 7 de janeiro de 1870, sahindo a passeio uma Sociedade de Reis, dirigida por um Reginaldo de Tal, foi agredida pelos capoeiras da Glória, capitaneados pelo Pinta Preta, ficando ferido o menor do Arsenal de Marinha Eduardo Felício, que tocava pistom, acompanhando aquela sociedade. No dia seguinte, Manoel Maria Trindade, vulgo Manduca Tambor, ou Manduca Trindade, António Pereira da Silva, vulgo Antonico Moleque ou Antonico Capitão, Prudêncio José Ferreira, José da Silva Balão e outros, consertavam tomar um desforço dos capoeiras da Glória, considerando aquele ferimento um insulto à sociedade da qual eles faziam parte.

A noute, acompanhando a mesma sociedade, tiveram aviso de que o Pinta Preta e os "Nagôs" (capoeiras da Glória) estavam na Rua da Alfândega: para allí correrem disfarçados, deram-lhe algumas cacetadas, e quando elle caiu, Trindade fez-lhe o ferimento. Trindade e os seus apitaram de modo que quando veio a policia, figuravam elles como vítimas dos "Nagôs" e serviram de auxiliares em algumas prisões que foram feitas de capoeiras da Glória. No dia seguinte foi preso João Maria da Silva Seabra, conhecido por Dr. Cereja, por estar com uma faca,

gabando-se de que com ela tinha sido ferido o Pinta Preta. Respondeu a júry e foi absolvido.

Este conflito, nas vésperas do retorno das tropas brasileiras foi o primeiro de uma série de confrontos violentos entre maltas de capoeiras no início dos anos 1870.

Tudo leva a crer que o retorno dos capoeiras recrutados para a guerra desencadeou uma sangrenta disputa de posições com os que ficaram. De qualquer modo, a divisão Nagôas e Guayamús estava plenamente consolidada nesta época

Outro momento em que aparecem com destaque os Nagôas é quando da eleição de 1872, quando o "Gabinete do Ventre-Livre" ganha a disputa com os liberais e a dissidência conservadora escravista. O jornal oficial do Partido Liberal denuncia:

Cautela com as urnas da Glória, Santana e Guaratiba. Talvez ellas tenham de vomitar muita coisa que não foi legalmente engolida. O patriarca dos capoeiras, o homem dos lixos, e o vereador rural da "Última Hora" concertaram no seguinte plano: "Que Santana apresentaria mil votos para a chapa conservadora, Guaratyba outros mil e a Glória setecentos. Na opinião dos Srs. Barroso, Duque Estrada e Mello, com 2.400 votos tem-se a Câmara municipal...Em Guaratyba existe o processo de eleição em bico de pena; em Santana é a substituição dos maços, e na Glória a votação em duplicata de duzentos phosphoros...45

Agora a divisão Nagôas e Guayamús adquire uma outra dimensão. A dimensão política. 1872 é o marco de uma metamorfose na política partidária na Corte. Se consolida uma aliança subterrânea entre as maltas de capoeiras e o Partido Conservador, aliança que seria reeditada anos depois no episódio da Guarda Negra e que

ser tratada de forma mais abrangente no capítulo 5.

Sabe-se da "aliança" entre maltas de capoeiras e a facção do Partido Conservador mais ligada à negociação política da questão escrava. Seriam os Nagôas, mais especificamente, o grupo engajado nos conflitos político-partidários a favor dessa facção?

Em 1885 o Partido Conservador volta ao poder. Mas agora numa outra conjuntura. A crise política de 1884, deflagrada pelo projeto Dantas de libertação dos sexagenários, apoiada pelos abolicionistas, termina por dividir o Partido Liberal, e após o interregno Saraiva, vem o Gabinete Conservador Cotegipe, com a firme determinação de reprimir os militantes abolicionistas. Logo nos primeiros dias do ano a Gazeta da Tarde, porta-voz do abolicionismo, é vítima do primeiro ataque de capoeiras:

um grupo de mais de 50 capoeiras, armados de navalhas, parou em frente a redação daquela folha aos gritos de "mata", e invadiu a tipografia, tentando quebrar tudo.. .os capangas eram chefiados por um desordeiro de fama, Castro Cotrim, e sete deles presos em flagrante eram navalhistas dos chefes da malta de Santa Rita, Coruja e Chico Vagabundo.(46)

Outro jornal trouxe uma versão diferente dos acontecimentos, com novos dados que facilitam o entendimento da disputa política que se esconde atrás da divisão Nagôas e Guayamús:

Hontem, pelas 3 horas da tarde, foi a casa da Gazeta da Tarde invadida por um grupo de capoeiras, que vinha em perseguição de vários vendedores desse jornal, que uns com os outros repetiam ainda uma vez aquelas antigas luctas pela preponderância, aos gritos de "Entra Santana" e "Encosta Santa Rita". Ao chegarem ao Gazeta os pequenos refugiaram-se ali, e os outros precipitaram-se atraz delles, agredindo o pessoal da casa, que se quiz opor aquella agressão...(47)

Temos aqui um evidente conflito entre duas maltas. De um lado a malta de Santana (Nagôas), formada por pequenos jornaleiros, de outro a malta de Santa Rita (Guaiamú) mobilizada contra os abolicionistas. Este conflito seria o início de uma amarga hostilidade entre militantes da causa da Abolição e grupos de capoeiras. Mas também de novos embates entre grupos de capoeiras tradicionalmente rivais.

Osório Duque Estrada, em sua obra sobre a campanha abolicionista(48) menciona os nomes dos chefes de malta aliados dos jornalistas pró-abolição. 1887 é ano de ruidosos conflitos de rua entre abolicionistas e capoeiras. Estes conflitos coincidem com as grandes batalhas entre Guaiamús e Nagôas que sacodem o centro do Rio de Janeiro em 1887:

Grande mobilização de Guayamús e Nagôs. O campo de operações foi o Largo da Sé.(49)

1888 é o ano da Abolição da Escravatura, e de grandes mobilizações de capoeiras. A formação da Guarda Negra é precedida por violentos conflitos entre Nagôas e Guayamús, retratados quase diariamente pela imprensa. Nunca como naquela época a atuação das maltas de capoeiras atingiu um impacto e uma sofisticação como se viu.

Enquanto isso, porém, nós vamos todos apreciando os progressos que a capoeiragem faz, passando de indivíduos isolados, de grupos, à partidos, e de pequenos conflitos à batalhas previamente anunciadas por meio de certas bandeirinhas: a coisa ameaça tomar grandes proporções. Alguns combates entre Guayamús e Nagôs tem tido já hora e lugar previamente anunciados, para que

o povo possa assistir.(50)

Ao mesmo tempo que capoeiras digladiavam nas ruas, no parlamento e nos jornais aliados e inimigos da causa da Abolição terçavam duelos, evidenciando o que era o grande pomo da discórdia na vida partidária durante os últimos anos da monarquia :

O Partido Conservador estava cindido em duas correntes: a da resistência à todo transe, cujo órgão principal era o Ministério Cotegeipe, e a dos transigentes e reformadores, chefiados por Antônio Prado e João Alfredo...João Alfredo, respondendo insinuações de sucessão sobre a sucessão de Cotegeipe, em dezembro de 1887, afirma: "Acompanharia a opinião pública, de modo que a grande reforma fosse feita com o mesmo espírito de ordem e paz que começou em 1871".(51)

1888 é também o ano da formação da Guarda Negra, a milícia de capoeiras que se tornaria célebre em seus ataques aos republicanos, não somente na Corte, mas em boa parte do Brasil.

No dia 10 de julho jornal de José do Patrocínio, *A Cidade do Rio*, anunciava a formação na Corte da "Guarda Negra da Redemptora", que tinha o objetivo explícito de combater a campanha republicana que se espalhava pelo país após o 13 de maio. Dois dias depois do solene anúncio, as páginas da imprensa na capital davam espaço para um acontecimento incomum na crônica policial da cidade: a prisão de toda uma malta de capoeiras:

Quando o batalhão vinha pela rua Visconde de Itaúna, às 5 h., fechou-se o cerco, dando em resultado caírem na rede 35 vagabundos e capoeiras, armados de cacetes e pedras, sendo alguns deles menores, que na frente do batalhão soltavam gritos de "entra ESPADA", e "entra MARINHA". Alguns puderam evadir-se, sendo presos no Campo da Aclamação, onde um deles resistiu a prisão.(52)

Os registros da Casa de Detenção, para onde foram levados os presos, raramente tinham documentado um grupo tão numeroso detido de uma vez só. Com toda certeza tratava-se da malta do Campo de Santana, uma das mais importantes da cidade. Os gritos característicos "entra Espada! Entra Marinha!" eram formas de desafio à maltas adversárias, no caso aquela (espada) que controlava a região da Lapa, e a outra (Marinha) era a tradicional adversária Guaiamú na zona portuária da freguesia de Santa Rita (vide MAPA 1).

Os capoeiras foram soltos em menos de um dia. Poucos meses depois, em 30 de dezembro, os mesmos nomes reapareceriam como membros da Guarda Negra em conflito com os republicanos de Silva Jardim na célebre batalha da Travessa do Barreira.(53)

A participação de Nagôas da malta do Campo de Santana na Guarda Negra levanta mais um rastro de que um dos pólos da divisão aqui estudada tinha sua origem na polêmica questão da abolição. Uma questão que igualmente cindia o Partido Conservador em duas partes, como vimos antes, e que, como colocamos em outro capítulo, era o grande canal de ligação das maltas com a política partidária e nacional.

No centésimo aniversário da tomada da Bastilha, o centro do Rio é palco de nova batalha, em que, de forma atípica, Guaiamús e Nagôas estão do mesmo lado:

E deveras para lamentar que os Nagôas e Guaiamús, iludindo a ativa vigilância da polícia, viesse para a rua do Ouvidor praticar as cenas que descrevemos. Ora, a que tempos chegamos que a monarquia Já é susten-

tada pelos Guayamús! Palavra de honra que eu, se fosse Imperador, estava hoje corrido de vergonha, que sustentáculos, meu Deus!!.(54)

O desaparecimento definitivo dos "Guayas" e "Nagôas" ficou marcado na vaga repressiva de 1890. Na fúria jacobina de Sampaio Ferraz, o intrincado tecido cultural dos Nagôas e Guayamús se rompe.

Vinte anos depois João do Rio relembriaria de forma nostálgica, nas memórias de um velho capoeira, as reminiscências da tradição perdida.(55)

II

RITUAIS DE CONFLITO

Passava pouco das 7 horas da noite de domingo, 8 de março de 1874, quando uma malta de capoeiras, composta de "crioulos, mulatos e Brancos"(56) atravessava a rua da Lapa, vindos dos lados da Glória. Na frente da malta vinha o preto Oscar, escravo do Dr. Taylor, morador na rua da Lapa 88, e que estava alugado na casa do Conselheiro Rebouças. Entre outros se destacava no grupo o menor Isaias, escravo de Maria Taylor, filha do mesmo Dr. Taylor, copeiro, nascido na provincia do Rio, e Henrique, africano, cerca de 40 anos, cozinheiro, escravo de César Farani.

A malta atravessou o Largo da Lapa, onde ficou Isaias, na confeitaria do Largo. Em seguida o grupo atravessou a rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, subiu a rua da Ajuda, passou pelo Largo da Carioca, e adentrou o território Guaiamú, ao chegar à rua dos Ourives, em frente a Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto.

Uma malta contrária ali se colocara. Na esquina da rua São José, uma grande taverna seria o palco do encontro. Em pouco tempo os dois grupos, tendo de um lado as maltas da Marinha (região do Cais Pharoux) e Santa Rita, e do outro a malta da Glória, se digladiavam, jogando cacos de garrafas uns nos outros. O conflito transbordou para a rua em frente, alarmando moradores e autoridades da área.

O motivo da contenda foi registrado pela pena do escrivão de polícia como uma enigmática "questão por causa da igreja", no caso a igreja do Parto, hoje demolida, mas que na época demarcava os limites entre as freguesias de São José e Sacramento.

Em minutos o som dos apitos era ouvido por toda redondeza, mas tardou para surgir alguma autoridade policial. Quando começaram aparecer policiais, os dois grupos se dispersaram. Enquanto que a malta da Glória seguiu pela rua da Assembléia os "partidos" de Santa Rita e Marinha foram em direção à rua dos Ourives, no sentido da Candelária.

Neste momento, um dos assistentes da cena de pancadaria, Nemésio Ferreira da Costa, da janela do Salão dos Acadêmicos, na rua de São José, veio à rua para apitar, perseguindo um dos do bando de Santa Rita, chamado Zeferino, escravo de Luís José da Silva, pardo, de serviço doméstico, morando na rua do Sabão. Na esquina de Ourives com Assembléia este desafiou outro com o grito tradicional - entra! - e foi surpreendido com o gesto de prisão de Nemésio. De acordo com a testemunha, ele não resistiu à prisão.

Mas o desfecho do conflito já estava consumado. Oscar,

chefe da malta da Glória, já estava morto, vítima de uma perfuração no pulmão esquerdo. Quanto à Henrique, o africano de César Farani, acabou vítima de uma punhalada no estômago, dada pelo capoeira conhecido como Coruja, vendedor de pescados na Praia do Peixe, reduto do lendário Manduca da praia. Do lado dos guayamús, também houve baixas, ficou ferido no braço direito Raimundo, preto, escravo de Manoel Joaquim Alves da Rocha, natural do Rio Grande do Norte, refinador de água, morador na Rua de São Pedro, 164.

O agressor de Henrique, segundo o mesmo, foi o português Joaquim Pereira de Carvalho, de 20 anos, que tinha a ocupação de pescador, morador na estalagem da rua da Misericórdia, 54.

Quanto ao assassino de Oscar, todos os indícios apontavam para um escravo chamado por alguns de "pardinho da botica", e por outros de Campista.

Uma semana depois da batalha da rua São José, Arthur Carlos da Silva, pardo, da Bahia, 18 anos, trabalhador residente na rua da Pedreira 23, área dos Guayamús, (56) atravessava o Largo do Capim, grande praça localizada próxima da Igreja de Santa Rita, e encontrou-se com Pedro Martins Pinto, português, 15 anos, marceneiro, morador na rua do Regente 38, e com Emilio Roberti, emigrante francês, também com 15 anos, morador num modesto sobrado de 2 andares e duas portas, na rua General Câmara 96, quase esquina com Durives. Conversando com os dois estrangeiros no quadril terço cercado por quatro guaritas, tendo ao centro uma torre, regularmente ocupado por quitandeiros e feirantes, (57) Arthur perguntou pelo Campista. Ele foi informado, então que o

vulgo Campista, ou Maximiano, escravo de Antônio Correia de São Lobo, preto, 20 anos, natural de Minas Gerais tinha sido preso pelo assassinato do chefe dos capoeiras da Glória no dia 8, e ainda por um ferimento em Honorato, provavelmente outro cativo.

A esta altura o conflito entre "Glória" e "Santa Rita" já era alvo de investigação policial, e um processo judicial por homicídio corria na justiça.

Os dois informantes de Arthur eram também capoeiras, prática comum entre jovens emigrantes da Corte:

A imprensa logo publicou sua versão dos acontecimentos:

FERIMENTOS. Hontem, das 8 para 9 horas da noite, fora gravemente ferido no peito, no lado esquerdo, um individuo de cor preta, representando ter 20 anos de idade, na rua dos ourives canto da de São José, o qual, seguindo depois de ferido pela rua da Ajuda, caíra junto da casa 17, falecendo imediatamente.(58)

Mas somente nos dias seguintes a trama começaria a ser desenredada pelos jornalistas:

Uma malta de capoeiras, da qual faziam parte Florentino, escravo de Manoel Joaquim Alves da Rocha, Zeferino, escravo de Luis José da Silva, Antônio Joaquim de Azevedo, e Maximiano, escravo de Antônio Correia de São Lobo, chegando na rua dos Ourives, esquina de São José, encontrou-se com outra com quem andava de rixa, travando-se desde logo uma lucta desesperada, que obrigou os pacíficos transeuntes a fugir, e algumas lojas a fechar. No conflito caiu logo gravemente ferido e morreu pouco depois o escravo Oscar, do Dr. Carlos Frederico Taylor, **afamado capoeira da Glória** [grifo nosso]. Ficaram feridos também e acham-se em perigo de vida Henrique da Conceição, escravo do Dr. César Farani, e Raymundo, escravo de Manuel Joaquim Alves da Rocha, com confeitaria no Largo do Capim.(59)

O Jornal do Comércio, como sempre, mostrou estar melhor informa-

do das andanças dos capoeiras nas ruas da capital:

Mais uma sanguinolenta proeza contam estes assassinos que infestam nossa cidade. As 8 horas da noite de ante-hontem uma numerosa malta de capoeiras reunida na rua dos Ourives, esquina de São José, ponto de predileção dos capoeiras [g.n.], [...]. De repente levantou-se o tumulto, sacarão-se facas e aquele pedaço transformou-se em campo de batalha. Poucos minutos depois um desgraçado corria, gritando e com as mãos apertando o peito, de onde escorria sangue, enfiara pela rua da Ajuda e logo cahiu morto. Era o crioulo Oscar...Oscar era conhecido como capoeira, e já uma vez fora ferido na Freguesia da Gloria. Ante Hontem vinha elle desta freguesia como chefe de um bando, e ao chegar à rua dos Ourives encontrou-se com outro bando, dahi a lucta... É indispensável que se ponha termo a este atos de canibalismo que nos cobrem de vergonha. Nos domingos e dias santificados percorre as ruas da cidade uma horda de assassinos, uns de instintos ferozes, outros inconscientes do mal que praticão; mas arrastados pelo exemplo, perpetrão-se dois ou três assassinatos, e no proximo dia santo repete-se a mesma cena de sangue.(60)

Esta longa e já cansativa descrição nos serve como ponto de partida para examinarmos um alguns dos aspectos mais importantes da exuberante cultura construída pelas maltas de capoeiras na Corte no século XIX: a ritualização do conflito.

O confronto da rua dos Ourives representa um clássico momento da longa guerra travada entre Guayamús e Nagôs. Escravos ou livres, brasileiros ou estrangeiros, os capoeiras se distribuíam pela cidade em conformidade com a divisão básica que abordamos neste capítulo.

O que teria acontecido dentro da taverna da rua dos Ourives? O processo não tem dados em detalhe deste momento, mas pelo depoimento de Plácido de abreu vemos que o conflito dentro de uma taverna também era rigorosamente ordenado pela tradição:

Assim quando em uma fortaleza (taverna) encontram-se capoeiras adversárias, o guayamú pede vinho e aguardente, e derrama esta no chão e saracoteia em cima, lançando por fim o vinho sobre a aguardente. E bastante isso para começar a luta, porque o capoeira não consente que sua cor seja pisada, e muito menos que se coloque sobre ela a cor dos adversários. E por este motivo que muitos trabalhadores honestos, que usam fachas de cor são navalhados. (62)

O termo "fortaleza" para as tavernas deixa entender que aqueles eram locais típicos de reunião e conflito, e mais, pontos nervosos de uma geografia de bairro, constantemente em movimento pelo embate intermitente das maltas.

Apesar da poeira inicial levantada na imprensa, o processo do assassinato de Oscar foi perdendo ímpeto. Os senhores dos escravos envolvidos foram paulatinamente levantando barreiras em defesa de sua propriedade. Aparentemente, um dos fatores da impunidade dos escravos presos como capoeiras era a atuação dos seus senhores, nem sempre dispostos a perder seus "bens" para alguma condenação judicial.

De qualquer forma, no nosso caso, o único cativo pronunciado foi Maximiano. Em seu recurso, o curador chega a apelar à "Sua Majestade Imperial" para conseguir a liberdade de seu cliente. Maximiano é libertado em julho de 1874.

Esse padrão de conflito, que vai vigorar pelo menos nas três últimas décadas do período imperial, se repete na crônica da capoeiragem de forma quase monótona. Por mais que pudessem haver pequenas rixas entre grupos de mesma área, o ordenamento fundamental das lutas, entre maltas era informado pela divisão entre Nagoas e Guayamús. Os primeiros controlavam os caminhos que le-

vavam aos subúrbios da cidade, áreas de recente ocupação, próximas dos morros que cercavam a cidade velha. O segundo grupo mantinha sobre controle o núcleo urbano mais antigo, as ruas estreitas e sujas da cidade velha, centro comercial e político da Corte.

Aparentemente, o domínio de uma área determinada, fosse uma pequena praça, ou uma grande freguesia, obedecia a uma determinada ordem de privilégios, e uma multiplicidade de vetores, que analisaremos mais adiante.

Por ora, importa aqui destacar os padrões que informam o conflito entre maltas rivais. Sempre que uma malta invadia território de grupo adversário, o momento desta ação coincidia com o calendário das festas religiosas, nacionais e dias de folga da escravaria urbana.

O dia de "folga", possivelmente, se relaciona com a tradição escrava de reuniões fora dos momentos de trabalho, e, muitas vezes, rebeliões e levantes. Neste ponto é elucidativa a passagem de João José Reis em sua obra clássica sobre a revolta dos Malês

Aliás, a escolha de dias santos, domingos e feriados para o exercício da rebeldia, fazia parte do modelo de movimentação política dos escravos na Bahia e no mundo. Ao contrário dos rebeldes modernos, que concentram seus protestos nos dias de trabalho - a greve sendo o modelo típico - os rebeldes escravos agiam principalmente durante o tempo de lazer.(63)

O lúdico se somando ao político da luta, já que a capoeira retinha os dois significados: a festa, a brincadeira, e a violência. Violência esta que, ao contrário do que uma longa literatura

da vida escrava cristalizou, não se dirigia somente contra os representantes da ordem escravista, fossem senhores ou membros do aparato repressivo do estado, mas também contra seus iguais, escravos, negros livres, brancos pobres, participantes de outras maltas. Estes seriam, na realidade, as grandes vítimas das maltas: outros capoeiras:

Tenho a honra de participar a V. Ex. que ontem, pelas 7 horas da noite, pedindo-me o africano de nome Domiciano para ir a venda comprar charutos, teve um encontro, quando vinha de volta, com dois capoeiras, na esquina da rua de São Pedro, que o cercarão e o ferirão com dois golpes não pequenos, sendo um no peito no lado esquerdo e outro no braço esquerdo. Sendo avizado do ocorrido fui imediatamente ao encontro dos ditos capoeiras, e perseguindo-os pude apenas apanhar o chapéu de um que me afirmarão ser escravo do Dr. Pena, morador na rua das Violas, tendo a ponderar a V. Ex. que destes casos estão sendo quase sempre acontecidos por estes bairros, já com africanos, como tendo feito participar a V. Ex.(64)

Voltando ao nosso conflito, podemos em primeiro lugar acentuar um dado importante. A noite de domingo e dos dias santos eram ocasiões preferidas para resolver contendas por dois motivos básicos: não apenas era um dos raros momentos de folga da escravaria urbana, folga essa entendida como direito dos escravos entre os costumes peculiares da vivência urbana. Mas também a noite era hora particularmente importante para tecer relações com outros cativos, sair um pouco da vigilância policial diurna, aproveitando as sombras, numa cidade escura e mal iluminada, para reunir grupos, de outra forma vulneráveis. Não podemos esquecer que a capoeiragem da 2ª metade do século, mesmo com a presença esmagadora de homens livres, retinha muito da cultura escrava

forjada pelos africanos no ambiente urbano dos primeiros decênios do século XIX(65)

De acordo com a descrição do conflito de 8 de março, e de outras rixas de rua, envolvendo maltas, a hora e local do encontro era pré-estabelecida. No momento em que a malta de Oscar atravessava a rua da Lapa, o grupo de Maximiano se encontra retido na taverna do canto de São José e Ourives, esperando seus contendores. De qualquer maneira, os elementos dispersos do grupo se somavam a ele no trajeto da malta, como aconteceu com o escravo Isaias:

Que estando na rua da Lapa viu passar um grupo vindo do Catete no qual ia seu primo Oscar, e chamado por ele o acompanhou até a confeitaria do Largo da Lapa onde tinha de comprar açúcar.(66)

Ao chegarem na esquina da taverna, a malta da Glória já encontra o grupo de Maximiano reunido. No conflito que se segue, as maiores vítimas da violência foram o chefe da malta invasora, Oscar, e o africano Henrique, possivelmente um dos mais velhos do grupo.

Flácido de Abreu, em sua obra já citada, revela como os chefes de malta eram particularmente visados, talvez na tentativa de desarticular a ação do grupo atingido:

Os grandes condutores de maltas - Guayamús e Nagôs, orgulhavam-se de seus golpes rápidos e decisivos.. .Nos terríveis reencontros de Guayamús e Nagôs, se os chefes decidiam que uma questão fosse resolvida em combate singular, enquanto os dois representantes das cores vermelha e branca se batiam, as duas maltas conservavam-se a distância, e fosse qual fosse o resultado do duelo, de ambos os lados rompiam aclamações ao triun-

fador.(67)

Quando a refrega na taverna estava no auge, a chegada da polícia desarticula os dois grupos, que também fogem de forma organizada. Sintomático que neste momento Oscar já estava fatalmente atingido, e morreria poucos passos depois. Podemos intuir que o vencedor da luta foi o grupo Guaiamú, na medida que não há outro capoeira morto? A morte de um chefe de malta com toda certeza era um pesado golpe.

O tema da ritualização de conflitos sociais, de fundo religioso ou político, tem merecido atenção em estudos recentes. Natalie Davis, por exemplo, estudando os conflitos entre protestantes e católicos na França do século XVI, destaca de que modo existia uma elaborada rede de significados e rituais que dirigia os violentos embates entre populares.(68)

Já Thompson, em toda sua obra, e particularmente no clássico artigo sobre a "economia moral da multidão", se preocupa constantemente com a interferência da cultura, do costume e do simbólico no conflito social, seja entre membros das camadas populares, seja em desafio a ordem dominante.

No Brasil tais questões são também destacadas por alguns autores. Os trabalhos de João José Reis, entre outros autores, representaram adaptações possíveis no ambiente brasileiro.

Para o nosso caso, podemos afirmar que o ritual da capoeira era tremendamente diferente do que significa estes termo hoje. Os dados fragmentários que reunimos nos mostram uma ritualização que obedecia um objetivo determinado: a consolidação do grupo,

sua identidade sendo cristalizada pela ação conjunta, pela auto-defesa grupal, por um "patriotismo" de freguesia, uma ligação forte e envolvente com a área de atuação da malta, mesmo sendo um local restrito e ermo.

Nesta geografia peculiar, já bastante falada, a igreja cumpriu papel importante. Mello Moraes filho (69), e vários outros autores, realçam a importância destes templos na cultura dos capoeiras, até como espaço de exibições de malabarismos e habilidades. Os nomes das maltas, principalmente dos Guaiamús (MAPA 2) eram referenciados frequentemente com símbolos religiosos: "Três Cachos" malta da freguesia de Santa Rita, cujo nome era derivado do símbolo da santa que encimava a porta da igreja. Região portuária, de desembarque de mercadorias e gêneros vindos do interior, e local de moradia para grande parte dos imigrantes. Região de cortiços, ruas estreitas, e bastante populosa.

"Dos Ossos". Dominava a região em torno da igreja de Bom Jesus do Calvário, meta final da procissão de Corpus Christi. Seu nome derivava do fato dessa igreja ter em sua fachada os ossos simbolizando o martírio. "lança", controlava a região próxima a igreja de São Jorge, nos arredores do Campo de Santana. limite da freguesia de sacramento, e da área mais concentrada de construções. Seu nome era uma alusão certamente dedicada ao Santo guerreiro.

"Franciscanos", malta do Largo de São Francisco, ponto nervoso do embate das maltas. Região de grande importância política pela proximidade de redações de jornais, e também de comícios populares.

Simbolos de uma cultura mestiça, imersa de sinais da dominação cristã, ou referência inevitável à administração civil, que se confundia com a administração religiosa, as maltas guayamús controlavam a parte mais importante da Corte.

Sintomaticamente, os grupos Nagôas não guardam referências católicas. O "Cadeira da Senhora", Malta do campo de Santana, grande área aberta da cidade,

teria sua denominação das Cadeirinhas de arruar, que serviam para as senhoras da elite atravessarem o extenso campo, e que quase sempre eram carregadas por escravos. "Monturo", a malta que controlava a praia de Santa Luzia, nas fraaldas do morro do Castelo, antiga área de estiva, como vimos no capítulo anterior. Região de pesca e de trabalho marítimo. seria assim chamada devido ao hábito de se despejar naquela área os dejetos domésticos, hábito comum numa cidade sem nenhum sistema de esgoto. Não esqueçamos que eram escravos, chamados "tigres", aqueles que faziam geralmente este serviço.

"Espada", dona da área em torno dos Arcos da Carioca. Região de hotéis e de vida boêmia. Na época ainda uma zona bucólica.

"Flôr da Gente", da região da Glória. Teve papel decisivo na vida politica durante os anos 1870, a serviço do Partido Conservador.

A simbologia das maltas espelha um controle informal de partes vitais da cidade, uma espécie de "loteamento" do tecido urbano em beneficio de grupos estrategicamente localizados. Não encontramos indícios na documentação de qualquer ligação maior

entre as maltas e a Igreja. A literatura apenas informa da desenvoltura com que os capoeiras, na metade do século, subiam e desciam as torres das igrejas, ou se espalhavam pelas procissões. Aparentemente, a nomenclatura católica de algumas maltas tem relação com a posição privilegiada dos templos religiosos na geografia da cidade colonial. Mas, pensamos também, a predileção dos Guaiamús por títulos católicos resvala por um fundo cultural de clara influência nativa e portuguesa.

A "questão por causa da igreja" que desencadeia o choque entre Nagôas e Guaiamús naquele março de 1874 está no fundo de grande parte dos confrontos que formam a crônica histórica da capoeiragem na cidade. Mas não temos ainda comprovação segura para afirmar o determinante fundamental que dirigia o conflito por áreas-chaves: um "pedágio" para aqueles que circulassem por ali? um monopólio do uso da violência? De qualquer maneira, pensamos que o controle de determinada parte da cidade revertia para a malta em privilégios concretos e materiais.

Mesmo artimanhas que possibilitava a fuga das malhas da justiça eram incorporadas como tradições, ritualizadas pela prática.

Em 1872 o chefe de Polícia da Corte estava no encalço dos assassinos de Antônio José de Azevedo, vulgo Pinta Freta da Lapa, Guarda Nacional, chefe dos capoeiras da Glória, morto dois anos antes, como vimos acima.

O acusado na época era João Maria da Silva Seabra, vulgo Dr. Cereja, que foi absolvido da acusação. Descobriu-se depois a trama que foi urdida:

Verificou-se depois que esse, à tarde, fora buscar uma faca por ordem de Manduca Trindade, em casa de Fuão Chaves, e a noute, estando embriagado, passaram-lhe a faca (do assassinato de Pinta Preta) do ferimento. Sahia ele à procura de Trindade para lhe entregar, quando foi preso.(70)

Quinze anos depois, em 1885, um caso idêntico ocorreu não muito longe daquele local. No carnaval de 1885 um pardo desconhecido apareceu morto na rua da carioca. Na confissão de um tal Adolfo Mulatinho surgiu a suposta verdade dos fatos: Adolfo Mulatinho, ou Adolfo Ferreira Nogueira não só matara o pardo, como se gabara do feito com outros no Campo de Santana, rasgando seu pandeiro, e limpando a navalha tinta de sangue.

Esse processo, analisado meticulosamente por Sidney Charlhoub (71), revela uma trama, nas palavras do advogado de Adolfo, urdida entre policiais e capoeiras da freguesia de São José, trama cujo sentido fundamental era jogar nas costas de Adolfo a culpa do homicídio do pardo. No final das contas, Adolfo Ferreira Nogueira foi condenado, mas em que medida podemos reler este caso como uma reedição do ocorrido com o bizarro Dr. Cereja, que durante quase dois anos teve de provar a inocência, afinal consagrada pelo próprio Chefe de Polícia da Corte, Ludgero Gonçalves da Silva?

A consistência com que algumas práticas dos capoeiras se repetem no cotidiano de embates, revela um somatório de experiências, experiências compartilhadas socialmente, práticas transformadas em tradição, hábitos sedimentados em rituais informais. Plano cultural só desmantelado pela virada radical que o alvore-

cer da República trouxe para a cidade do Rio de Janeiro.

Vamos agora tentar captar os significados da festa e das reuniões populares na atuação das maltas, tentando perceber as visões possíveis embutidas nas descrições várias da época.

III

FESTA E VIOLENCIA

Os momentos de grandes concentrações populares na cidade, ou devido ao calendário religioso herdado dos tempos coloniais, ou em função das novas tradições criadas pelo estado imperial, eram oportunidades que as maltas não perdiam de exhibir suas habilidades públicas, ou resolver contendas que, não raro, degeneravam em tumultuados conflitos, que o poder policial raramente conseguia colibir.

Da literatura podemos retirar visões densas de informações, e homogêneas no enfoque. Para estes autores, a atuação das maltas nos momentos de festa popular era mais um motivo para denunciar sua presença incomoda nas ruas da cidade, e clamar sua eliminação definitiva, pelo bem da "civilização":

Os capoeiras formam maltas, isto é, grupos de vinte a cem que, à frente dos batalhões, dos préstitos carnavalescos, nos dias de festa nacional, esbordoam, ferem...As vezes, interrompendo a marcha de uma procissão, o desfilar de um cortejo, ouvia-se o grito das senhoras correndo espavoridas, das negras levando os senhores moços ao colo, dos pais de família pondo ao abrigo a mulher e os filhos, o horroroso "fecha, fecha".(72)

Mesmo narrativas menos atrozes confirmam a predileção dos

capoeiras pelos momentos de reunião popular ou festa nacional, confirmando visões anteriores:

No tempo do Império, os capoeiras precediam sempre as procissões de Corpus Christi, e no carnaval vinham em frente dos blocos, promovendo distúrbios.(73)

Nos dias de festas eclesiásticas e populares, e durante os desfiles militares eram personagens indesejáveis e perigosíssimos. Andavam sempre aos bandos, ou maltas de vinte, cem e cinquenta homens, precedidos pelos caxinguelês, ou menores vagabundos. Promovendo conflitos e questões, surrupiando coisas, espalhando outras pelo chão, abrindo caminho para as bandas de música militar, acompanhando enterros, e obrigando aos gritos os transeuntes a se descobrirem, praticando mil outros delitos, e rasgando, as vezes rasgando o ventre de pacatos burgueses...(74)

Outras vezes, eles eram, contraditoriamente, a própria alma da festa, participando ativamente das coloridas cerimônias do catolicismo de rua herdado dos tempos coloniais:

Antigamente se festejavam nas igrejas e ruas, com grande entusiasmo, o Dia do Divino Espírito Santo, padroeiro da freguesia de Santana...grupos percorriam diversos lugares da cidade, rufando tambores, tocando pandeiros e violas, cantando modinhas populares...uns pediam esmola em altas vozes ao povo, que, satisfeito, assistia a pagodeira batendo palmas, outros cantavam e dançavam nas ruas e casas de famílias distintas, interessadas nos festejos dos capadócios, os quais eram também valentes capangas eleitorais da Flôr da Gente e dos Guaiamús.(75)

Nas distintas visões que observamos, os capoeiras, os "donos da rua" do Rio do século XIX eram parte integrante das três formas principais da vida lúdica urbana: a procissão católica, o desfile militar, e o carnaval do povo.

Voltando nossa atenção para os jornais de época, observa-

mos como a reunião pública, em particular a festa de rua, era momento privilegiado de atuação, como essa véspera do dia do padroeiro da cidade:

Costumando os capoeiras aproveitar os dias festivos para fazerem suas correrias, perpetrando crimes e pondo em alarme os cidadãos pacíficos, e sendo inquestionável que entre elles figura não pequeno número de soldados de linha a paisana, rogo a V. Ex. dignese entender-se com o Sr. Ministro da Guerra a respeito e conseguir delles que se não permita amanhã sahida dos soldados que não estiverem de serviço nos respectivos quartéis.(76)

Tavernas, bodegas, e botequins, ao contrário do calendário intermitentes das festas, eram espaços permanentes de reunião.

AJUNTAMENTOS PERIGOSOS. Já por vezes temos chamado atenção das autoridades sobre a venda da rua de São Bento 53, por causa dos capoeiras que constantemente ali se ajuntam, provocando desordens. Ainda não tem a patrulha que lá rondava intimou o caixeiro que não consentisse ali tantos negros e tanta algazarra.(77)

O simples ajuntamento de povo era, ocasionalmente, motivo suficiente para que a malta se reunisse, muitas vezes em demonstrações de habilidade.

CAPOEIRAS. A nova barraca que enfeitada atualmente o Largo de São Francisco de Paula, atraindo a atenção dos transeuntes para as curiosidades do diorama, chama também a concorrência dos capoeiras, que são para multidão como a mariposa para a luz (grifo nosso). Assim, sem cuidar em policia nem em sossego público, mostravam Afonso Talangê, ex-praça do Corpo de Bombeiros, e Francisco Ferreira da Silva, suas habilidades na arte da capoeira.(78)

Estes locais de reunião serviam também como esconderijos para armas, e assim eram focos de ajuntamento que transformavam

em maltas grupos antes dispersos em indivíduos isolados por seus afazeres:

Um urbano apreendeu hontem, a 1 hora da tarde, 4 baionetas e um espeto que se achavam escondidos por baixo de um quiosque do Largo da Carioca. Supoem-se que tais armas eram destinadas a uma batalha de capoeiras, mas que ficou frustada pelo acaso.(79)

Quais seriam os significados da presença tão marcante dos capoeiras nas festas populares da Corte, seguindo procissões, ou à frente de bandas militares?

O capoeira era figura *sui generis* do universo da criminalidade urbana da Corte. Enquanto quase todos os personagens da marginalidade se preocupavam em permanecer ocultos na massa anônima, os capoeiras primavam pela notoriedade e pela fama. Este comportamento possivelmente tem relação com o código hierárquico que atravessa de alto a baixo esta "instituição."

No nível mais baixo estavam os "caxinguelês"(80), menores que acompanhavam as maltas em suas incursões em terrenos adversários. Eram os aprendizes. Em seguida vinham os capoeiras "amadores", nas palavras de Flácido de Abreu, que conheciam os golpes, mas não se alinhavam nas gangs (O próprio Sampaio Ferraz, célebre como o exterminador da capoeira, era um "amador" respeitado por sua agilidade).

Depois vinham os capoeiras "profissionais", que conviviam no interior das maltas e praticavam permanentemente a habilidade do capoeira.

Por último estavam os chefes de malta, que alcançavam este

estágio após demonstrarem bravura e habilidade não igualadas, até encontrar pela frente um mais ousado que os destronassem. Mello Moraes fala inclusive em um misterioso "Chefe Geral", que pode ter relação com a divisão Nagoas e Guaiamus.

A passagem de um nível para outro não se fazia somente pelo ritual, mistura de aprendizado e rito de passagem, tão bem colocado por Flacido de Abreu, que examinaremos com mais vagar posteriormente. Era necessário uma boa dose de consenso no grupo, com certeza, para se galgar o posto de chefe de malta. E a permanência no cargo envolvia um prestígio continuado, aí não somente na malta, mas também na sociedade como um todo. Uma fama de terror, que também estava ligada aos valores de bravura, força e valentia, tão fortes nessa sociedade.

Nomes como Campanhão, Manduca da Praia, Trinca Espinha, Carrapeta, se tornaram lendas no folclore perdido da memória popular dos fins do século XIX, e esta legenda foi acuradamente trabalhada na manutenção do prestígio. Acompanhar bandas militares, interromper procissões, invadir recintos de festas, sobre os olhares da multidão, na certa faria seus nomes cruzarem as conversas do povo, e seria parte do prestígio conquistado na arena das ruas. Depois de galgado este superior estágio, o chefe de malta administrava sua fama mortífera por implacáveis atentados contra possíveis rivais ou desafetos.

O capoeira perverso, perigoso, incorrigível, não é exatamente esse que anda em frente às músicas, nas festividades públicas, a fazer meneios e agilidades: é aquele que esconde o punhal, esgueira-se na multidão, occulta-se debaixo da máscara em tempo de carnaval e fere traiçoeiramente.

Os que precedem as músicas nas ruas públicas, fazendo meneios e agilidades de que trata o projeto, são ordinariamente meninos, sem imputabilidade, são talvez os neófitos da seita, mas incapazes de brandir uma arma mortífera. (81)

As aparições públicas de capoeiras, em desfiles, festas e procissões, fartamente documentadas pelas fontes jornalísticas, guardavam dimensões próprias, mas retinham um caráter comum de sedimentar o prestígio do capoeira frente a uma parcela da população, prestígio este refletido na crescente presença de adolescentes de certas camadas sociais nos "exercícios de capoeiragem", que analisaremos posteriormente. Agora iremos detalhar os significados possíveis das intensas relações entre os capoeiras e a vida militar.

IV

LEALDADES DE CASERNA

Ao anoitecer do dia 29 de junho de 1882 um batalhão de infantaria do exército adentrava o quartel do Largo do Moura, nas abas do extinto Morro do Castelo, precedido por uma banda militar. Durante todo o trajeto do batalhão, capoeiras dos arredores antecederam a tropa, fazendo os malabarismos típicos.

No momento em que a tropa se acerca do portão do quartel, um praça policial tenta prender aquele que encabeçava a malta, chamado José Eça da Cunha, 19 anos, branco, catraieiro, morador na rua da Misericórdia, ali próximo. Um rápido golpe de navalha e o policial cai ensanguentado. Outros policiais que acompanhavam o ferido partem para cima do agressor. Nesse instante, soldados do

batalhão, armados de espadas, investem contra o grupo policial, que, inferiorizado, bateu em retirada, enquanto José Eça aproveitava a confusão para fugir.

Não adiantou. Num botequim da rua da Misericórdia, longe da proteção dos praças do Batalhão, José Eça é preso por um soldado do Corpo da Guarda Urbana. No trajeto do batalhão, várias vezes policiais tentaram prender José Eça, e sempre tiveram de enfrentar as espadas de soldados que largavam a formação, sobre o olhar indulgente dos oficiais superiores.

Esta história paradoxal foi possível de ser resgatada porque o caso redundou num processo-crime. Em uma das peças o escritor teve o cuidado de registrar:

O acusado José Eça da Cunha, muito vantajosamente conhecido como um dos mais perigosos capoeiras do 3o Distrito, e infelizmente muito protegido pelo 7o Batalhão de infantaria, por ter relações íntimas com um grande número de praças do mesmo Batalhão....(82)

Por toda a segunda metade do século XIX as relações entre o mundo militar e o universo da capoeiragem foram caracterizadas de uma estranha simbiose. Seguindo bandas militares, utilizando a proteção da corporação militar para seus conflitos com a polícia, se misturando com soldados fardados em maltas, os capoeiras, principalmente nas décadas de 1870 e 1880 criaram um modus-vivendi com o aparato repressivo que ameaçou, algumas vezes, a hierarquia militar.

Nos anos 1850, já a capoeiragem se confundia com o serviço de armas, na época centralizada pela Guarda Nacional, instituí-

ção criada na turbulenta época regencial para coibir desordens internas. A documentação policial, principalmente na administração como Chefe de Polícia da Corte de Alexandre Joaquim de Silveira, a partir de 1853, exaustivamente revela a estratégia deliberada de praticantes da capoeira em participar da corporação como estratégia de defesa, num período de feroz repressão. Logicamente, somente homens livres tinham acesso a estes recursos, já então fortemente ligado ao patronato político, que também dominava nas grandes cidades.

Não devo porém aqui dissimular uma circunstância a que sempre atendi com o maior respeito, e que por isso mesmo me foi de grande embaraço, quando me via obrigado algumas medidas que acima falei, contra tais vadios e desordeiros, o serem quase todos eles Guardas Nacionais, e como taes isentos de praça em quaisquer das armas. Elles o sabem perfeitamente, e portanto se julgam imunes. (83)

E no mesmo documento se revela o mecanismo de proteção que os capoeiras usufruíam dentro da Guarda Nacional. Num outro officio seguinte um official superior da Guarda requisita ao Comandante do Corpo Militar de Polícia da Corte a soltura de um seu commandado, preso como capoeira:

Tendo requisitado de S. Ex., Cel. Comandante, por intermédio de V. Ex. a soltura do Guarda Nacional da Companhia sobre meu comando, João Antônio da Silva, quando prezo no dia 14 de julho por suspeito de capoeira e acusado pelo inspector da freguesia de Santanna, de nome Fuão Cavalcante, dizendo este ao dito Chefe de Polícia que o dicto Guarda em dezembro do anno passado fizera ferimentos, que resultou nessa accusação. Respondeu o mesmo Chefe de Polícia que não podia mandar soltar, em consequência de ter o dicto Guarda de entrar em processo. (84)

A década de 1850, que coincidiu com a entrada maciça de não-escravos na capoeiragem, também espelhou a presença frequente de capoeiras nas corporações militares, principalmente Guarda Nacional.

A incorporação de elementos da população negra livre ao status militar, era importante porque retirava da marginalidade elementos sociais cuja repressão era mais complicada do que aquela dirigida aos escravos, e contra quem o aparelho jurídico de coerção era perfeitamente definido. Não devemos esquecer, também, que uma das principais prerrogativas da Guarda Nacional era a imunidade de prisão por policiais de patente inferior a sua.

Com a Guerra do Paraguai o eixo do poder militar no país passa da Guarda Nacional para o exército, cuja base social se amplia consideravelmente com a eclosão do conflito. No pós guerra, a convivência entre maltas de capoeiras e soldados do exército se torna mais frequente e problemática, como se percebe nas fontes da imprensa.

Muitas vezes a farda não era obstáculo ao exercício lúdico da capoeira, misto de brincadeira e combate:

Contaram-me que no domingo, passando uma sociedade de música pelo Largo do Rossio, ia na frente dela um urbano de grande fardão, a espada a bater-lhe na barriga das pernas, o boné a zamparina, a blusa manchada de... tinta roxa, saltando e capoeirando que era um passar-se a arredar-se a gente.

Numa de suas graciosas evoluções passou uma rasteira em um pequeno que foi de encontro a balaustrada daquela praça, onde se machucou sofrivelmente.(85)

Nos anos 70, militares, de todas patentes, repetiam, eles mesmos, gestos atitudes que eram típicas da capoeiragem, revelan-

do uma troca de valores dentro do rígido ambiente dos quartéis.

Desde alguns annos tem-se habituado os militares, alumnos da Escola Militar, aspirantes e Guardas Marinhas e officiais do exército a praticar toda sorte de tropelias nos dias de carnaval e Semana Santa, escolhendo de preferência para teatro de suas escandalosas desenvolturas a rua do Ouvidor, por ser aquella mais frequentada por famílias... (86)

Como interpretar a presença de capoeiras encabeçando desfiles militares, seguindo bandas, afrontando os mantenedores da ordem?

Novamente devemos buscar, em fragmentos da documentação, a estratégia social que orienta a ação grupal. Além do que já foi falado na questão da festa, devemos introduzir um outro elemento: o companheirismo.

Vários indícios permitem afirmar que a ética que perpassa a participação dentro de uma malta é vigorosamente marcada pela necessidade de solidariedade grupal, do reforço dos laços de amizade. Da constante demonstração de unidade do grupo em relação aos seus membros, principalmente nos momentos de luta com outros, sejam capoeiras ou policiais. Possivelmente esta é a própria natureza da malta de capoeiras, a sua força frente aos elementos da repressão, e o sentido maior de identidade construída por indivíduos de origens diferentes em torno de um bairro, freguesia ou igreja. Tão freqüente nas páginas policiais quanto o acompanhamento de bandas militares, é o envolvimento de grupos em conflitos com policiais para salvar elementos da malta de uma prisão iminente.

SEM COMENTARIOS. As 9 horas da noite de ante-hontem, por ocasião de efetuar-se a prisão de alguns capoeiras no Campo da Aclamação, esquina da rua de São Lourenço, dois praças de policia e três do 2 regimento de Artilharia se opuzeram a prisão dos malvados. Travou-se grande lucta entre urbanos e os dictos soldados, que querião a força tomar um preso pelo fato de ter sido do corpo de policia.

Reunindo-se grande número de pessoas, houve tal confusão que o capoeira, que se chama F. Dias, conseguiu evadir-se...(87)

Ocasionalmente, a imprensa da Corte se indagava dos motivos dessa comunhão, para ela, de todas as formas, perigosa.

ERÃO MUITOS. Diversos praças do exército e capoeiras estavam ante-hontem, fora de horas, na rua da Conceição. Porque ali se juntarão e como é que assim se unem, em tão boa harmonia, os sustentadores da ordem e os constantes perturbadores dela, é o que não sabemos...(88)

E possível se perceber este dado cultural como fenômeno mais forte nas décadas de 1870 e 1880. Enquanto nos anos 50 temos a Guarda Nacional como refúgio natural dos "navalhistas", os anos 70 inauguram o recrutamento no exército como destino daqueles que, mesmo não sendo escravos, representavam desafio constante à ordem que se queria implantar. O que podemos indagar é, em que medida ser recrutado era interpretado, num certo período, como um castigo exemplar, temido pelo elemento marginal, e passou, num outro momento a ser visto como um refúgio natural, onde ele encontrava solidariedade e companheirismo.

De qualquer forma, o capoeira, na vida militar, baseado em sua experiência social, reordenava valores e comportamentos, marcando sua presença por novos laços de identidade no seio da tropa. Isso pode ser percebido no testemunho de um capoeira,

preso na vaga repressiva de 1878. Vindo de Alagoas, e embarcando várias vezes na navegação costeira, Manuel Messias Pereira Barbacho foi enviado de Alagoas ao Chefe de Polícia da Corte, por ter confessado ter participado de uma malta de capoeira *sui generis*:

confessou ter feito parte naquela cidade (Corte), com o nome de Antonio Manuel da Roza, de uma companhia denominada "capoeiras", cujo fim é roubar e cometer outros actos criminosos.(89)

A ética da valentia e da força, tão cara aos jovens pobres da Corte, naquele momento, tinha forte penetração na vida militar, e se coadunava fortemente com a visão de mundo daquele grupo.

No nosso entender, o maior prestígio que a farda adquire na sociedade carioca do pós 1870, também influiu na presença cada vez mais intensa de capoeiras nas fileiras militares. Luis Edmundo deixou curioso relato de um desertor do Exército, popularmente conhecido como Vinte-Nove, sobrevivente da Guerra do Paraguai, e que, anos a fio, envergou sua farda pelas ruas da cidade, mesmo maltrapilho e miserável, e correndo o risco de ser recapturado, cuja punição, pelo regulamento militar, teria sido extremamente penosa.(90)

Desafiando regulamentos, se sociabilizando com escravos e pobres livres da cidade, exibindo habilidades, enfrentando policiais, afrontando a hierarquia, os soldados-capoeiras representavam mais uma faceta da guerra das ruas nas últimas décadas do século XIX.

V

RITOS DE APRENDIZADO

No dia 23 de outubro de 1881, Domingos Soares Calçado, conhecido como Dominginhos da Sé, subia a íngreme ladeira da rua da Pedreira da Candelária, na freguesia da Glória, seguido por um grupo de meninos com idade entre 9 e 11 anos. Seria cerca de 17 horas quando Domingos parou em frente ao nº 34, uma padaria. Rapidamente, alguns dos meninos se aproximaram da porta e começaram a provocar um dos empregados da dita padaria, de nome Manoel Rodrigues dos Santos, 18 anos, carregador de cesto.

Este, atingido por alguns pedaços de pau, reagiu tentando espantar os menores. Detrás do grupo Domingos, o único que envergava um chapéu, desabado sobre os olhos, em segundos puxou um canivete de cabo branco e acertou um golpe na coxa do infeliz padreiro. Após a navalhada afirmou em alto e bom som: - "este está pronto".

Numa espécie de senha, o grupo desceu correndo a ladeira, acompanhado por populares aos gritos de - "pega". Próximo do Largo do Machado Domingos passou a arma do crime para um dos menores, que desapareceu em uma das ruelas da área.

Ao se aproximar da rua do Catete o grupo de populares já era uma multidão. O Guarda urbano Augusto Pereira Coutinho, que fazia a ronda, estranhando o rebuliço, perseguiu Dominginhos até a praia de Botafogo, onde ele foi afinal preso.

Esta curta descrição sintetiza o episódio central de um longo processo crime, (91) que guarda sua singularidade por cap-

tar um dos momentos mais fugazes da elaborada ritualização da capoeira: o batismo de fogo de uma malta.

Aquilo que o subdelegado da freguesia da Glória chamou de "uma malta em formação" representava um dos estágios mais críticos da passagem do "moleque de rua" ao capoeira: o aprendizado da capoeiragem.

Podemos retirar deste processo algumas lições que outra documentação dificilmente elucidaria. Dominginhos da Sé, como seu nome denuncia, tinha como área de atuação o largo da Sé, no centro velho da cidade, tradicional reduto Guaiamú. O que o levaria a se aventurar num bairro tão distante como a Glória, além de tudo poderoso núcleo dos Nagôas? Podemos inferir que o desafio à parte adversária da cidade fazia parte do aprendizado.

Os meninos que acompanhavam Domingos teriam sido arrebanhados nas ruas pelo seu futuro chefe para formarem uma malta, e aprenderem, na prática, o que significava ser capoeira. A vítima, possivelmente, não estava tão alheio a este universo, pois, segundo uma das testemunhas, "o ofendido é um carregador de cestos de pão que nem sempre trabalha, é mesmo considerado vadio". É possível que ele fosse membro da malta da Glória, como Oscar, o escravo de 1874, tinha sido em outro tempo.

Decerto Dominginhos planejava demonstrar *in locus* para os meninos como se manejava a navalha, e estes, numa atitude pré-concebida, provocaram o pardo carregador na expectativa que ele reagisse. Ao reagir, Dominginhos, que se mantinha atrás do grupo, se aproxima e comete a agressão, na certa para reforçar em seus "alunos" a habilidade necessária. Disperso o grupo, certa-

mente se reuniriam mais tarde em outro lugar, se seu chefe não fosse preso.

Dominguinhos não era um simples "pé rapado". Seu pai era um português com açougue instalado no Largo do Rosário. Ele demonstrou seu prestígio ao conseguir prestar fiança provisória do filho com auxílio de importantes proprietários de sobrado da freguesia do Sacramento, que chegaram a empenhar prédios para que o menino prestasse sua defesa em liberdade.

Domingos Soares teria que comparecer regularmente para acompanhar o processo, e a hipoteca do prédio deveria ser limpa de irregularidades. Nem uma coisa nem outra. Em setembro de 1882 o juiz relator concluiu que a fiança não foi paga, e o réu teria de ser intimado. Em janeiro de 1883 é expedida ordem de prisão contra Dominguinhos da Sé.

Em 19 de fevereiro de 1883 Domingos Soares Calçada voltaria a conhecer as paredes da Casa de Detenção. Neste momento entra um importante personagem da história. O adjunto de Promotor Público João Batista Sampaio Ferraz. Iniciando sua carreira jurídica. Sampaio Ferraz ficaria famoso anos mais tarde quando dirigiu a polícia da capital logo após a Proclamação da República, e realizou uma fulminante campanha repressiva contra os capoeiras.

O promotor Sampaio Ferraz retomou o fio da história, chamando todas as testemunhas anteriores, todas da acusação. Em 25 de abril recomeçou o julgamento. Mas, para infelicidade da acusação, só uma testemunha compareceu. A estratégia de Sampaio era ocultar as testemunhas da acusação de modo que não fossem vulne-

rabilizadas pelo acusado e seus defensores. Sampaio Ferraz teria, de certo, a força política que um capoeira podia exercer, com o apoio de poderosos comerciantes locais, que disputavam eleições nas freguesias e assim utilizavam dos serviços futuros de um renomado "navalhista".

As fartas provas de acusação contrastavam com frágil alegação do réu de que desconhecia tudo. Num final paradoxal, Dominginhos é absolvido por unanimidade pelo júri.

Sete anos depois Sampaio Ferraz teria o gosto da vingança, deportando Dominginhos para Fernando de Noronha junto com a nata da capoeiragem carioca.(92)

O processo do aprendizado da capoeira, é um dos momentos vitais da elaborada cultura popular na cidade do Rio de então. Plácido de Abreu dedica uma parte de seu relato às formas de aprendizado da capoeira para Nagôas e Guayamús, que diferiam somente quanto a localização:

Há pouco tempo o bando Guayamú costumava ensaiar os **noviços** no morro do Livramento, no lugar denominado Mangueira.

Os ensaios faziam-se regularmente nos domingos de manhã e contavam dos exercícios de cabeça, pé e golpes de navalha e faca. Os capoeiras de mais fama serviam de instrutores aqueles que começavam. A princípio os golpes eram ensaiados com armas de madeira e por fim serviam-se dos próprios ferros, acontecendo muitas vezes de ficar ensanguentados o lugar dos exercícios.

Os Nagôas faziam os mesmos ensaios, com a diferença que o lugar escolhido por eles era a praia do Russel, para os partidos de São José e Lapa, e morro do Pinto para o de Santa'anna.(93)

O testemunho de Plácido, como sempre, abre um horizonte que dificilmente é superado pela documentação oficial. Nas fontes

policiais e nos jornais diários as menções de aprendizado quase sempre se referem ao espaço urbano, propriamente dito, as ruas e praças, e poucas vezes chegam aos recônditos lugares referidos por Plácido. Estes momentos na realidade registram um estágio mais avançado do aprendizado, quando o iniciante tem de mostrar sua coragem desafiando os agentes da ordem policial:

Por se achar em exercício de capoeiragem ante-hontem à tarde no Largo da Carioca, foi preso o preto Augusto, escravo de João Gomes Xavier.(94)

O "exercício de capoeiragem" já conformava outra fase do aprendizado, aquela na qual o neófito demonstrava sua capacidade de introjetar as lições dadas. Muitas vezes esses exercícios eram individuais, e realizados na área da malta do aprendiz, como este no reduto de Dominguinhos:

APRENDIZ CAPOEIRA. Ante-hontem divertia-se o menor Antonio Soares de Araújo em exercícios acrobáticos de agilidade, que o vulgo chama de capoeiragem. O campo de exercícios era o largo da Sé, onde o rondante, não apreciando aquela cena, levou Antonio para a 1ª Estação da Guarda Urbana.(95)

E no mesmo largo da Sé encontramos uma registro raro sobre aulas coletivas, ministradas por um capoeira completo, e assistidas por seleta platéia.

Parece averiguado que o Largo da Sé é o campo escolhido para os recrutas da arte. Hontem as 2 horas da tarde José Leandro Franklin, veterano experimentado, e o noviço Albano, aquele ensinando, este aprendendo, as artes e agilidades da capoeiragem, foram surpresos nos seus estudos pelos Guardas urbanos que mudaram-lhes o curso para o xadrez da policia. 7 preleção de Franklin assistiam muitos colegas, e talvez aspirantes, mas estes infelizmente evadiram-se.(96)

Do outro lado da cidade outra malta, adversária das hostes dos Nagôas, se reunia nas proximidades do Campo de Santana, se preparava para futuros combates, aparentemente sem um professor renomado:

Quando a raça esta ameaçada de morte, começam os cursos de aprendizagem, provavelmente para a organização de um novo corpo.

Ante-hontem, às 9 e meia da noite, segundo nos informam, um magote de pretos e moleques, empregados todos na estação de bondes à rua do sabão do mangue, estavam todos a ensaiar capoeiragem, fazendo grande algazarra, reunidos do lado da rua Miguel de Frias, proferindo obscenidades.(97)

Fica fácil perceber que a capoeira era uma fixação da puberdade e da adolescência na cidade do Rio. Inúmeros jovens, mesmo alguns da elite,(98) eram facilmente seduzidos pela beleza da acrobacia e agilidade que até hoje faz o sucesso da capoeiras nas gerações mais jovens. A faixa etária daqueles presos como capoeirras, que estudaremos no capítulo seguinte, denota a majoritária presença de jovens entre 15 e 20 anos.

Pertencer a uma malta era um prêmio cobiçado pelos jovens que trabalhavam pelas ruas estreitas e sujas da cidade. As praças e áreas abertas da capital, como as praias, estavam frequentemente assistindo o espetáculo dos exercícios de habilidade que preparavam o iniciante. Flácido de Abreu, como citamos, destacou a existência de locais de treino para cada uma das "nações" de Nagôas e Guaiamús.

Como podemos ver no MAPA I cada malta controlava uma área próxima de um espaço aberto da cidade: a malta de Santa Rita do-

minava o Largo de Santa Rita, a do Bom Jesus do Calvário o Largo do Capim, a Espada o Largo da Lapa, etc.

Cada praça deveria corresponder a um espaço próprio de treinamento exercício. Além da igreja, do quiosque ou taverna, tradicionais pontos de reunião, a praça servia como o centro de atuação do grupo, onde se reunia ou se dispersava, se necessário.

Nas palavras de Gilberto Freyre,(99) estes "simples meninos turbulentos, mulatos que navalhavam ventres de portugueses por puro sadismo de adolescentes pobres contra adultos ricos", tinham na capoeira não apenas um momento de lúdico. A "ginga" da capoeira e a habilidade da navalha era, mais que tudo, um elemento de sobrevivência no duro cotidiano das ruas, onde a violência das autoridades e dos seus iguais era um dado sempre ameaçador:

BRUTALIDADE. Hontem às 6 1/2 horas da manhã, no Largo do Machado, dois rapazes vendedores de hortaliças haviam arriado sobre a calçada os seus tabuleiros, sem dúvida para descansar, quando correu para elles, enfurecido e agitando terrivel bengalão, um Guarda Fiscal. Um dos rapazes, ajudado pelo outro, pde por a cabeça, rapidamente, o tabuleiro e afastar-se; o segundo quitandeiro, porém, não foi tão feliz. Conseguiu graças ao auxilio de uma pessoa que passava carregar o tabuleiro, mas o representante da municipalidade, despeitado por ver que lhe fugião os "criminosos", deixou cahir sobre as costas do rapazola a pesada manopla. Com o abalo dado ao corpo do quitandeiro, caiu a cabeça deste a carga, e as hortaliças espalharão-se pelo chão e ficarão misturadas ao pó.(100)

O processo de formação de um capoeira se encaixa perfeitamente no que os antropólogos chamam de rito de passagem: Conjunto de representações simbólicas que preparam o menino para se tornar adulto, ou gama de desafios obrigatórios para o jovem participar plenamente do grupo ao qual pertence, Rito de Passagem é um

fenômeno comum à uma multiplicidade de organizações sociais, e estudada por gerações de antropólogos.(101)

No nosso caso, o estágio principal do ritual é a transformação do "moleque" em "Caxinguelê". Para alcançar este nível, ele deve acompanhar as maltas em suas expedições guerreiras, nas quais eles formam como uma vanguarda, anunciando, por meio de gritos e gestos característicos, a chegada do grupo. Eles também carregam as armas dos maiores, agindo como auxiliares. Outra denominação destes menores é "carrapetas".

É dever do "caxinguelê" participar dos exercícios em locais ermos da cidade, e posteriormente, exercitar nas praças, desafiando abertamente o aparato policial. Muitas vezes o "caxinguelê" cumpria tarefas importantes, como o moleque que, no ataque à redação do jornal *A República* teve a função de subir na calha para pintar de preto a tabuleta do jornal.(ver Capítulo V)

O "caxinguelê", assim é obrigado a vencer desafios sem muito mais que a disposição de arrancar prestígio do grupo. Poderemos alinhar esta posição com a concepção de Rito de Passagem clássica usada pelos estudiosos dos povos "primitivos"?

E, neste espaço intermediário, longe dos olhares inibidores e protetores de seus pais e parentes, eles podiam aprender a ser "homens" e "mulheres", descobrindo o valor de certas regras sociais, canções, gestos, emblemas, e aprendendo a natureza das solidariedades horizontais...(102)

Em seguida o aprendiz entra no espaço da violência, enfrentando indivíduos mais fortes, situações imprevisíveis, a mercê de qualquer retaliação, no calor da luta:

tornam-se a seguir invisíveis socialmente, realizando uma viagem para os limites de seu mundo diário, e em pleno isolamento, num universo marginal e perigoso, ficando individualizados, contando muitas vezes com seus próprios recursos...(103)

O final do aprendizado era marcado pela posse da navalha, e o uso do chapéu, atributos do recém-formado na escola da rua. Na passagem da adolescência o capoeira podia participar plenamente do grupo, e, quem sabe, cobiçar a posição de chefe de malta, como fez Dominginhos da Sê, ao arrebanhar aquele grupo de menores de rua, formar sua malta, e provar sua habilidade.

VI

CONCLUSÃO

A gênese dos Nagôas e Guaiamús foi, com certeza, o processo mais importante de toda história da capoeira no Rio da segunda metade do século XIX.

Podemos afirmar, pelos dados colhidos, que esta saga teve íntima relação com a metamorfose populacional que a Corte atravessa nos vinte anos após 1850. O colapso definitivo do tráfico negreiro, combinado com o êxodo maciço de africanos para as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba, somado a emergência do tráfico escravo interprovincial, e da emigração lusitana em massa, transformam fundamentalmente o panorama étnico da população trabalhadora na capital do Império.

De um perfil majoritariamente africano, refletido nos dados do censo de 1849, a população fluminense se torna primordialmente crioula e portuguesa, sem falar nos brancos pobres que vi-

viam nas fimbrias da cidade superpovoada.

Empurrados por estes fatores, e mais eventos singulares como a Guerra do Paraguai, que representou outra sangria de escravos para a cidade, a parcela africana tende a se sedimentar em espaços determinados da Corte que, de acordo com o censo de 1872, coincidem com a periferia da cidade em crescimento.

De qualquer maneira, alguns indagações permanecem não respondidas. Temos que ter claro que o que temos em mão ainda são hipóteses, e que devemos reportar todo o tempo para as lacunas que a documentação não permitiu responder satisfatoriamente.

Mas os dados esparsos permitem arrematar algumas conclusões. Nagôas e Guayamús são clivagens sociais muito provavelmente criadas de dentro da massa escrava. O término da chegada de novos africanos elimina a constante reposição da identidade étnica no contexto da diversidade africana, identidade essa fator permanente de divisão e de manutenção dos conflitos culturais e religiosos criados do outro lado do Atlântico.

Como bem colocou o professor Robert Slenes em artigo recente(104) a identidade africana no contexto da escravidão brasileira na realidade foi produto de uma longa maturação, que teve como motor a construção de uma nova identidade, que não fosse aquela trazida da Costa, nem aquela imposta pelos usos do tráfico. Essa identidade, informada pela experiência da escravidão, se concretizou enquanto uma síntese de todas as outras trazidas de além mar, e acabou as dissolvendo num caldo comum.

Essa "Proto-Nação Banto" representou talvez não só um ponto de união para africanos de origens tão dispares como Moçambi-

que e Costa da Mina, mas também um ponto de divergência com os outros escravos nascidos na terra. Em outro artigo também recente João José Reis, analisando a singular greve de escravos de ganho na Bahia de 1857(105) chega as mesmas conclusões, por outra via: a existência de uma identidade Nagô que suplantava as diferenças étnicas africanas e abrigava não só escravos africanos como libertos e até mesmo mestiços socializados pela comunidade africana.

Não podemos esquecer a presença numerosa de não-escravos e não-brancos na capoeira dos anos 1870-1890. Por mais que tenham exercido influência sob os dispositivos culturais da capoeiragem, eles com certeza herdaram os conflitos inter-escravidão gestores de Nagôas e Guayamús. Como veremos nos dados da Casa de Detenção, escravos crioulos e africanos ocupavam pontos diversos da geografia urbana, pontos que coincidem com o que a tradição guardou da geografia das duas grandes maltas. E os outros grupos, imigrantes, pretos e pardos livres, brancos brasileiros, etc. se distribuíam pelas duas faces da cidade, num tabuleiro complexo e heterogêneo.

Podemos concluir esperando cimentar nossas hipóteses com os volumosos dados de presos da Casa de Detenção, tema do próximo capítulo.

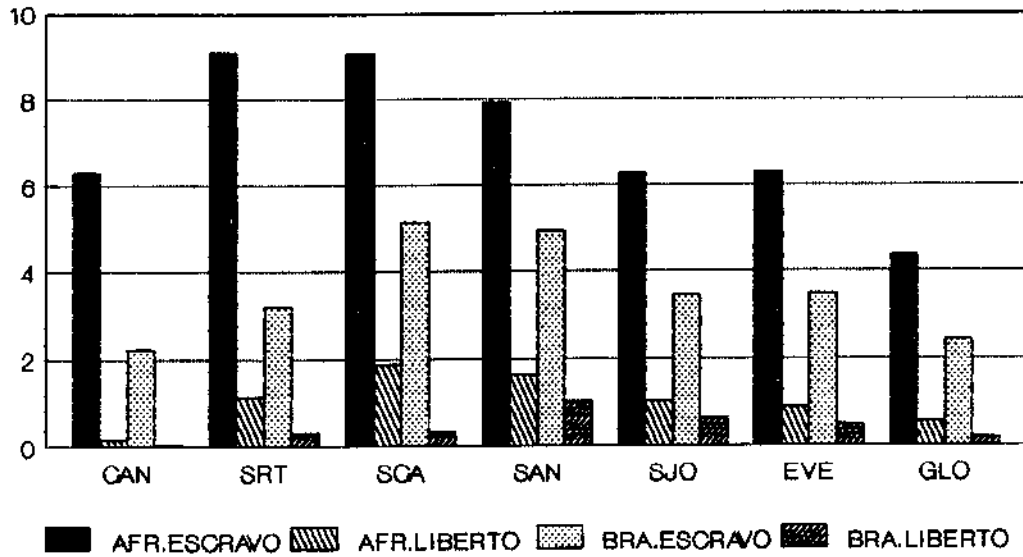
GIRIAS DOS CAPOEIRAS*

CAMBAR - Passar de um partido para outro
 ARREIAR - Deixar de jogar capoeira
 DESTORÇER - Disfarçar ou se retirar por qualquer outro motivo
 TAPEAR - Enganar o adversário
 TUNGAR OU BALEAR - Ferir o adversário
 TRASTEJAR - Dar um golpe falso
 ALFINETE, BIRIBA, BISCATE OU FURÃO - Estoque ou faca
 SARDINHA - Navalha
 CAÇADOR - Tombo que o capoeira dá arrastando-se no chão sobre as mãos e os pés esquerdo e estendendo a perna direita ao adversário.
 ROBO DE ARRAIA - Volta sobre o corpo, rodando uma perna de encontro ao adversário
 MOSQUETE OU MARTELADA - Soco
 BANHO DE FUMAÇA - Tombo
 ALTO DE SINAGOGA - Rosto
 GAMPEAR - Pegar à unha o adversário
 PASSO DE CONSTRANGIMENTO - Quando o inimigo vacila leva um tombo ou é vencido; ato de se retirar cabisbaixo
 PASSO DE SYRICOPE - Pulo que dá o capoeira que faz negaça para ferir
 FEGADA - Encontro de dois grupos rivais
 MARVELHA - Procurar um adversário
 CARRAFETA - Pequeno, esperto, que grita atrevidamente desafiando o inimigo.
 BRAMAR - Gritar o nome da área ou "casa" a que pertence o capoeira
 SENHORA DA CADEIRA - Santana
 VELHO CARPINTEIRO - São José
 VELHO CANSADO - São Francisco
 SENHORA DA PALMA - Santa Rita
 ESPADA - Lapa
 SARANDAJES - Pequenos grupos
 INDIREITAR - Enfrentar o inimigo
 MOLE - Covarde
 LEVA-LEVA - Grito de vitória, perseguição ao inimigo
 BAHIANA - Joelhada que se dá depois de haver saracoteado para tapear o inimigo
 CHIFRADA - Cabeçada
 BRACEAR - Dar pancada com os braços
 MELADO - Sangue
 FIRMA - Não fugir
 CAVEIRA NO ESPELHO - Cabeçada na cara
 PORRE FIFÃO - Bebedeira
 TOPETE A CHEIRAR - Cabeçada
 NÃO VENHAS QUE SAE DE PASSINHO MOLE - Sejas prudente
 LAMPARINA - Bofetada
 PANTANA - Volta sobre o corpo, aplicando os pés contra o peito do adversário

BRANQUINHA - Aguardente
ESTA FRONTO - Esta ferido
FOI BALEADO - Foi ferido
DEIXA DE SALIENCIAS - Não conte patranhas
RUJÃO - Batalhão ou sociedade
RODA - Vamos embora
DESGALHAR - Fugir da polícia
BOTÃO AMARELO - Policial
JANGADA - Xadrez da polícia
PALACIO DE CRISTAL - Detenção
CHACARA - Casa de Correção
FORTALEZA, CAPELA - Taverna
PIABA - Sem valor
DAR SORTE - Dar sorte ou se desempenhar bem
E DIREITO - E destemido

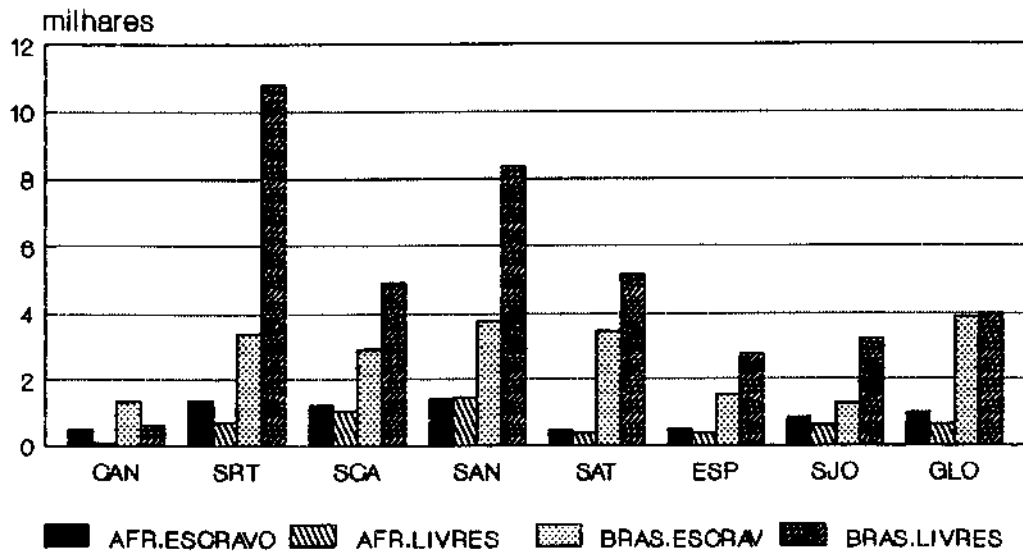
* ABREU, Plácido de. *Os capoeiras*, Tip. da Escola Seraphim Alves de Brito, 1886

grafico 24
POPULACAO NEGRA NA CORTE. 1849
ESCRAVOS E LIBERTOS



SCA: Sacramento SAT: S. Antonio
 CAN: Candelaria SAN: Santana GLO: Gloria
 SRT: Sta. Rita SJO: S. Jose EVE: Eng. Velho

grafico 25
POPULACAO NEGRA NA CORTE. 1872
ESCRAVOS E LIVRES



fonte: SOARES, Luis Carlos. URBAN SLAVERY
 IN NINETEENTH CENTURY: RIO DE JANEIRO U-
 niversity College, London, 1988. pp. 324-325

GRAVURA 1

fonte: *Kosmos*, março de 1906.



TIPOS E UNIFORMES DOS ANTIGOS NAGOAS E GUAYAMÚS
 SENDO OS PRINCIPAES DISTINCTIVOS DOS PRI-
 MEIROS CINTA COM CORES BRANCA SOBRE A ENCARNADA
 E CHAPÉO DE ABA BATIDA PARA A FRENTE E
 DOS SEGUNDOS COM CORES ENCARNADAS SOBRE A BRANCA
 E CHAPÉO DE ABA ELEVADA NA FRENTE.

MAPA 1

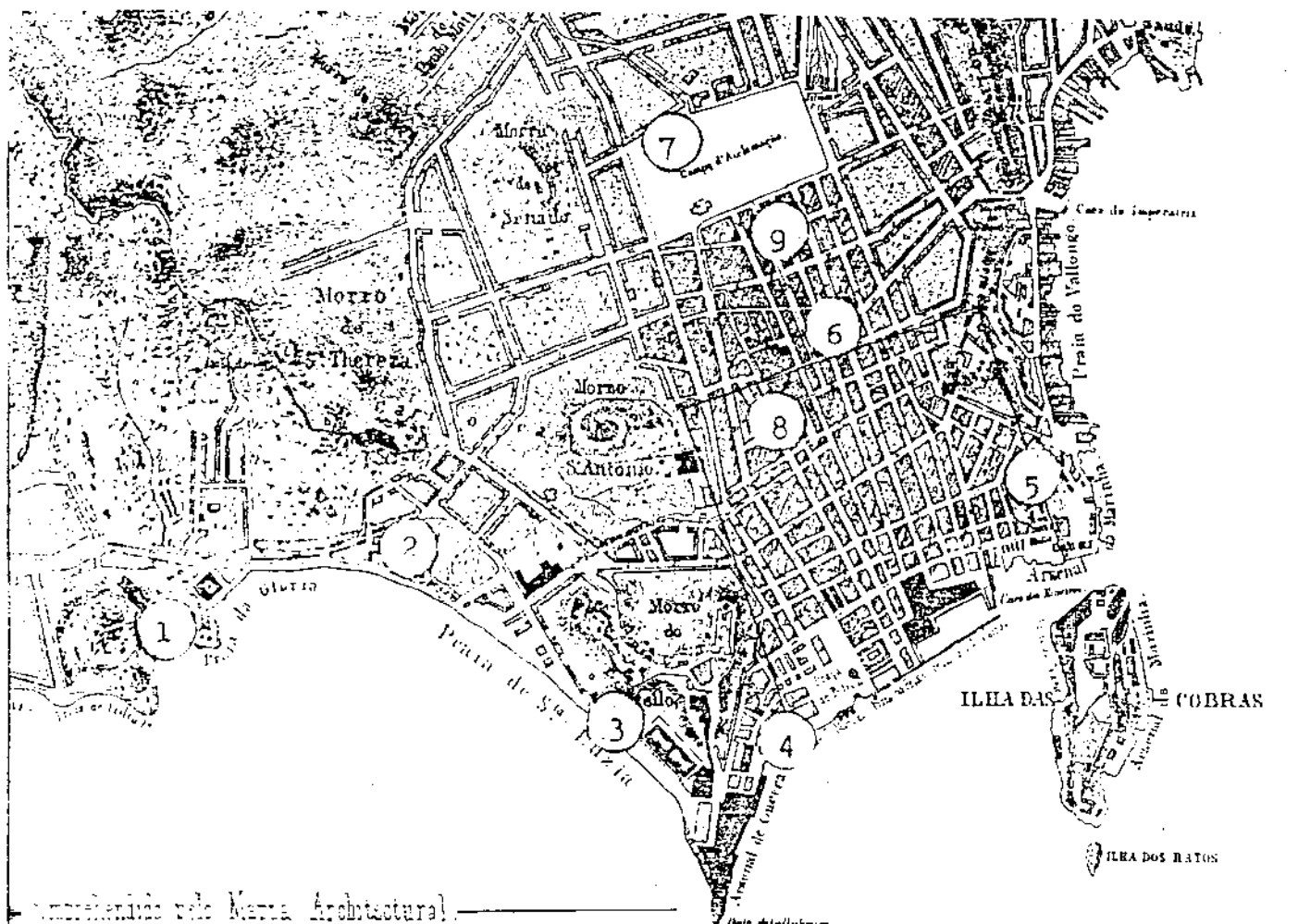
MALTAS DE CAPOEIRA NO RIO DE JANEIRO

legenda:

- 1 - Glória: FLOR DA GENTE
- 2 - Lapa: ESPADA
- 3 - Santa Luzia: MONTURO
- 4 - São José: VELHO CARPINTEIRO
- 5 - Santa Rita: TRES CACHOS
- 6 - Bom Jesus do Calvário: DOS OSSOS
- 7 - Campo de Santana: CADEIRA DA SENHORA
- 8 - Largo de São Francisco: FRANCISCANOS
- 9 - São Jorge: LANÇA

fonte: ABREU, Plácido de. *Os capoeiras, Rio de Janeiro*, tip. da escola Seraphim Alves de Brito, 1886.

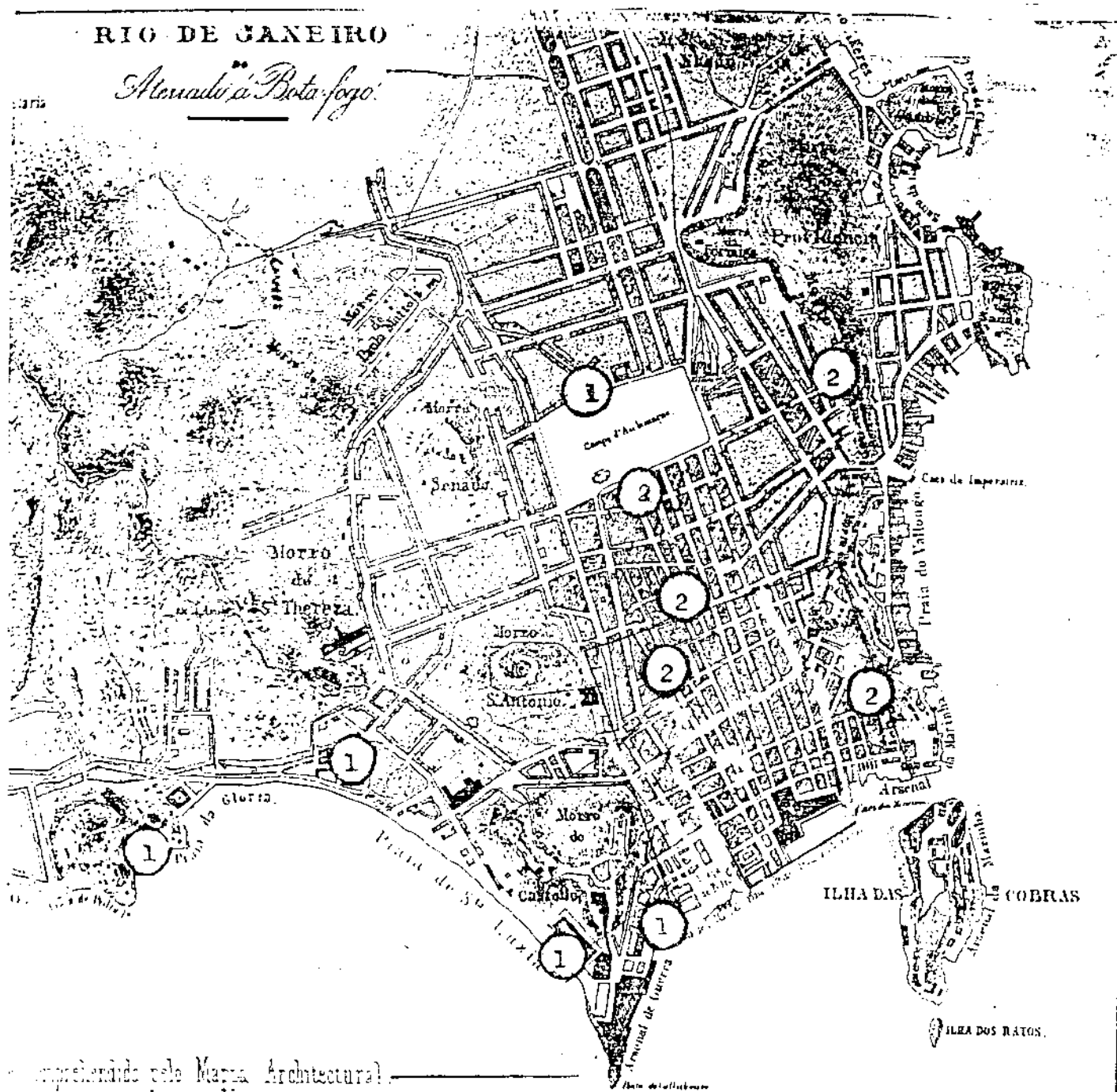
CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.



MAPA 2
NAGÔAS E GUAYAMUS

- 1 - NAGÔAS
- 2 - GUAYAMUS

fonte. ABREU, Plácido de *op. cit.*

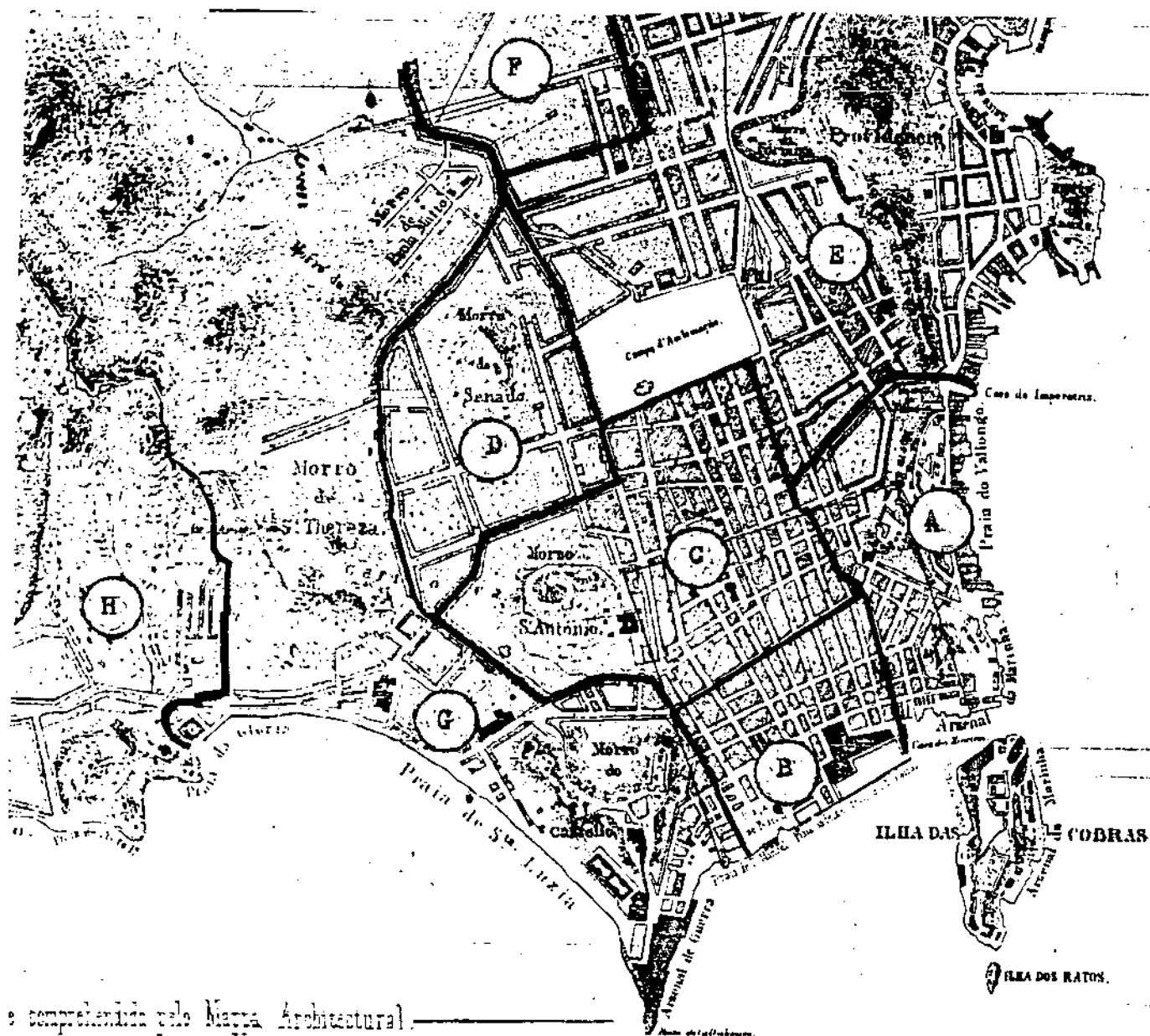


MAPA 3

FREGUESIAS CENTRAIS DA CORTE

- | | |
|-------------------|--------------------|
| A - Santa Rita | E - Santana |
| B - Candelária | F - Espírito Santo |
| C - Sacramento | G - São José |
| D - Santo Antonio | H - Glória |

fonte: SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*, Rio de Janeiro, ed. O Cruzeiro, 1965.



NOTAS DO CAPÍTULO 2

- 1 - ABREU, Plácido de, *Os Capoeiras*. Rio de Janeiro, Tip. da Escola Seraphim Alves de Brito, s.d. p.3
- 2 - *Kosmos*, março, 1906
- 3 - MORAIS FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, ed. de Ouro, s.d. 459-460
- 4 - *idem*
- 5 - MORAIS, Evaristo de, *Da Monarquia Para a Republica*. Brasília, Ed. da UNB, 1985, p.109.
- 6 - MAGALHAES JUNIOR, Raimundo. *Deodoro: A Espada Contra o Império*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1957, 2 vols. p.163
- 7 - MORAIS, Evaristo de *op. cit.* p.110
- 8 - MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de. *História da Polícia Militar do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Tip. da Polícia Militar, 1926, p.345
- 9 - OLIVEIRA, Angenor Lopes, *Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro, Col. Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. 1935. p.259
- 10 - Para mais dados ver SACRAMENTO BLACKKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*.
- 11 - NETTO, Coelho BazarPorto, Livraria Chararon, 1928 p.13.
- 12 - Esta obra de Plácido de Abreu está desaparecida. Segundo o pesquisador Jair Moura este trabalho foi produzido mas nunca foi publicado, existindo ainda os originais, que nunca foram encontrados. Agradeço a Jair Moura pela informação.
- 13 - ABREU, Plácido de *op. cit.* p.1
- 14 - SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, INL, 1954. p.51 (1ª Edição 1889)
- 15 - MORAES E SILVA. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Tipographia Fluminense, 1922 (1ª ed. 1813) cita Nagô como "Negro yorubano que usava três lanhas no rosto; língua dos nagos.
- 16 - OLIVEIRA, Angenor Lopes. *op. cit.* p.187
- 17 - CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia, 1984. p. 519.

- 18 - Ibid. p. 519.
- 19 - Ibid. p. 519.
- 20 - KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro*. Princeton, Princeton University Press, 1987. p. 25.
- 21 - Ibid. p. 52.
- 22 - CORTE - Casa de Detenção. Livro de matrícula da Casa de Detenção. A mss, livro n 3987, ficha 462. 25/3/1863. Este escravo foi o único africano que identificou sua origem com precisão, se dizendo de nação Oss, que pode ser Auss, africanos islamizados da parte ocidental do continente.
- 23 - CASCUDO, *op. cit.* p. 369.
- 24 - Ibid. p. 369.
- 25 - Ibid. p.251
- 26 - *KOSMOS*, 10/3/1906. Sob a gravura encontra-se a seguinte legenda: "tipos uniformes dos antigos Nagoas e Guayamus, sendo os principaes distintivos dos primeiros cinta com cores branca sobre a encarnada e chapeo de aba batida para a frente e dos segundos com cores encarnadas sobre a branca e chepéu de aba elevada na frente".
- 27 - MORAES FILHO, *op. cit.* p. 460.
- 28 - GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- 29 - Ofícios do Chefe de Polícia da Corte. Mss. ANRJ, IJ6 212, 16/6/1849.
- 30 - Ofícios do Chefe de Polícia. *op. cit.* IJ6 216, 15/6/1853.
- 31 - Esta operação seria típica da repressão à capoeira nas décadas seguintes. Ofícios do Chefe de polícia. *op. cit.* IJ6 215, 9/10/1852.
- 32 - KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro*. Princeton, Princeton University Press, 1987
- 32 - KARASCH, Mary. *op. cit.* p.57.
- 33 - Ibidem. p.57-58.
- 34 - Ibidem. p.74.
- 35 - SILVA, Eduardo e REIS, João Jose. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Comp. das letras, 1989, (apêndices) p.123

- 36 - REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês*. São Paulo, Brasiliense, 1986 (ver parte 3 "Raízes: razves étnicas em 1835")
- 37 - FREYRE, Gilberto Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1959.
- 38 - COSTA, Francisco Augusto Pereira da "Folk-lore Pernambucano" IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 69 (70): 3-641, 1907
- 39 - CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O Tráfico Escravista para o Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- 40 - MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983
- 41 - LOPES, Ney "Sobrevivências e Recriações Bantas no Rio de Janeiro" IN *Estudos Afro-Asiáticos*. no 15, 1988
- 42 - MATTOS, Tito Augusto. Relatório do Chefe de Polícia da Corte. IN: BRASIL - Ministério da Justiça. Relatório apresentado a Câmara dos Deputados. 1878.
- 43 - Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual e simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade comum passado histórico apropriado". HOBBSBAWM, Eric (org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 9.
- 44 - *Diário do Rio de Janeiro*. 22/02/1872
- 45 - *A Reforma*, 10/09/1872
- 46 - MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Ed. sabiá, 1969. p.182 Chico Vagabundo deu entrada na casa de Detenção em janeiro de 1890. Era português, tinha 32 anos e era catraieiro, morador no Largo de Santa Rita.
- 47 - *Folha Nova*, 05/01/1885
- 48 - DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição: Esboço Histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Leite e Ribeiro, 1918, p.100.
- 49 - *Gazeta da tarde* 26/01/1888
- 50 - *Revista Ilustrada* 03/03/1888
- 51 - DUQUE-ESTRADA, Osório. *op. cit.* p.218
- 52 - *Diário de Notícias*, 13/07/1888

- 53 - *JORNAL DO COMMERCIO*, 1/1/1890.
- 54 - *Novidades*. 15/07/1889.
- 55 - JOÃO DO RIO (pseudônimo de João Paulo Barreto) *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Sec. Municipal de Cultura, 1987. p.60.
- 56 - Joaquim Manoel da Costa, Zeferino, escravo, e Maximiano, escravo, réus. Maço 12, processo 1. Arquivo Judiciário (AJ).
- 57 - Atual rua da Conceição, começa no Morro da Conceição e termina próxima ao Largo de São Francisco. ver BERGER, Paulo. *Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Olympica, 1974, p.40.
- 58 - FRAGOSO, João da Rocha. *Mappa Architectural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lit. Paulo Robim, 1874.
- 59 - *Diário do Rio de Janeiro*. 09/03/1874.
- 60 - *Ibidem*. 10/03/1874.
- 61 - *Jornal do Commercio*. 10/03/1874.
- 62 - ABREU, Plácido de *op. cit.* p.3
- 63 - REIS, João José. *op. cit.* p. 87.
- 64 - CAPOEIRAS - 1836-1861. Mss. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 40-3-78.
- 65 - Não existem estudos aprofundados sobre os capoeiras escravos da 1ª metade do século XIX. Uma das melhores análises sobre o assunto se encontra na tese de Leila Mezan Algranti (*O Fator Ausente: Estudos Sobre Escravidão Urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988). p. 157.
- 66 - Joaquim Manoel da Costa e outros, *op. cit.* folha 4.
- 67 - ABREU, Plácido de *op. cit.* p.6
- 68 - DAVIS, Natalie. "Ritos de Violência". in *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p. 129-156.
- 69 - MORAIS FILHO, Mello. *op. cit.* p. 460, menciona as igrejas coloniais não somente como marcos da geografia das malhas, mas espaços privilegiados da exibição de habilidade típicas de um capoeira, e de ritualização de entrada nos grupos:
 "Os capoeiras até quarenta anos passados [cerca 1850] prestavam juramento solene, e o lugar escolhido para isso era a torre das igrejas... No tempo em que os en-

terramentos se faziam nas igrejas e que as festas religiosas amiudavam-se, as torres enchiam-se de capoeiras, famosos sineiros que, montados na cabeça dos sinos, acompanhavam toda impusão dos dobres, abençoando das alturas o povo que os admirava, apinhado nas praças e ruas ... torres da igrejas - ninhos atreadores dos capoeiras de profissão".

70 - *Diário do Rio de Janeiro*, 22/02/1872.

71 - CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo, Companhia das letras, 1990. p. 220.

72 - MORAIS FILHO, Mello. op. cit. p. 459.

73 - ALMEIDA, Renato. "O brinquedo da Capoeira". IN: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VIII, vol. LXXXIV, jul.-ago. 1942. p. 155

74 - MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro, Ed. A noite, 1946. p. 52

75 - SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965. p. 52.

76 - AN, IJ6 484, 19/01/1859.

77 - *Jornal do Comércio*, 28/01/1878.

78 - *Diário do Rio de Janeiro*, 05/03/1872.

79 - *Jornal do Comércio*, 28/01/1878.

80 - Segundo Beaurepaire-Rohan Caxinguelê é termo de origem angolana: "parece ser a corruptela de CHTNJINGELE, nome que dão em Angola ao rato de palmeira". BEAUREPAIRE-ROHAN, Augusto de. *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1889, p.85

81 - *Anais da Câmara dos Deputados*, 05/09/1887, p.21

82 - José Eça da Cunha, réu, Caixa 61, processo B, mss. AJ

83 - Ij6 212, 13/11/1849

84 - Ij6 216, 15/10/1853

85 - *O Mosquito*, 26/08/1871

86 - SILVA, Ludgero Gonçalves da. "Relatório do Chefe de Polícia da Corte" in BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça. *Rela-*

- tório apresentado a Assembléia Geral Legislativa. 1874. p. 184.
- 87 - *Jornal do Comércio*. 29/01/1878.
- 88 - *idem*, 04/02/1878.
- 89 - *Ofícios do Presidente de Alagoas ao Ministro da Justiça*. AN, IJ1 373, 29/03/1878.
- 90 - EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo* Rio de Janeiro, Ed. Xenon, 1987, p.17.
- 91 - Domingos Soares Calçada, réu. Mss AJ Caixa 23, processo 17.
- 92 - Fernando de Noronha, ocorrências. Mss AN, IJ7 82. 24/01/1890.
- 93 - ABREU, Plácido de *op. cit.* p.2.
- 94 - *Gazeta de Notícias*, 04/01/1878.
- 95 - *Diário do Rio de Janeiro*, 05/03/1872.
- 96 - *idem*, 11/03/1872.
- 97 - *idem*, 17/02/1872.
- 98 - Duque-Estrada Teixeira, o Barão do Rio Branco, Floriano Peixoto além do filho do Conde de Matosinhos, José Elísio dos Reis, eram jovens oriundos das camadas dominantes da sociedade que tiveram fama como capoeiras.
- 99 - FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, ed. José Olympio, 1959. 3ª ed., tomo II. p. 475.
- 100 - *Jornal do Comércio*, 19/01/1872.
- 101 - GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978. & TURNER, Victor. *Dramas, fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society*. Ithaca, Cornell University Press, 1974.
- 102 - MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1983. p. 150.
- 103 - *idem*.
- 104 - SLENES, Robert W. "Malungo ngoma Vem: África Encoberta e Descoberta no Brasil" in *Revista USP*, 12 (1991-92) pp.48-67.
- 105 - REIS, João José. "A Greve Negra de 1857 na Bahia" in *Revista USP*, 13 (1993) pp.7-29. Ao se referir nesse artigo aos novos significados da identidade Nagô na Bahia de após tráfico, João

Reis fez curiosas considerações que podem corroborar a hipótese sob os Nagôas do Rio de Janeiro:

"Esse enorme guarda-chuva nagô deve ter passado a abrigar muitos africanos de nações menores, cujos números às vezes não dava para formar nem um canto, por exemplo. E então viravam nagôs de adoção. Não que deixassem inteiramente de ser o que eram, mas ao passarem para as redes sociais nagôs tinham de abrir mão de uma parte da antiga identidade.(...)Esta irá ocupar um espaço étnico em que "o outro" se tornaria cada vez menos o outro africano e cada vez mais o baiano. Brancos, crioulos, mestiços nascidos no Brasil também passariam a enxergar cada vez menos as diferenças entre africanos e a enxergar no nagô o africano típico." p.26

CAPITULO III

DE CATIVOS E MENORES:
A COMPOSIÇÃO DAS MALTAS

*José Batista da Conceição não pode
Ante-hontem a noite as oito e meia
Negar que da gentil capoeiragem
possue pronunciada e nobre veia*

*Vendo na rua o pardo Marcelino
Escravo do sr. Mendes Vianna
Choveu de lado a cabeçada
Com grande horror na rua Uruguayana. (1)*

Este capítulo é uma sequência do texto sobre a gênese das maltas de capoeiras (*Dos Nagôas e Guayamús: A Formação das Maltas*) Mas, apesar do nosso objeto de estudo ainda ser o mesmo, pretendemos usar um novo enfoque, e, principalmente, uma nova documentação.

No capítulo precedente tentamos reconstruir, a partir de uma variedade de indícios e fragmentos de documentação, as raízes dos agrupamentos de capoeiras, tendo como ponto central os dois

grandes grupos, Nagôas e Guayamús, que, conforme a tradição e a documentação de época, congregavam as diferentes maltas que "loteavam" o perímetro urbano da cidade do Rio.

Ao final da análise, concluímos que Nagôas e Guayamús representavam duas tradições oriundas de uma mesma matriz, que se forjaram na clivagem étnica e cultural que atravessou a sociedade carioca na metade do século XIX. Os Nagôas seriam identificados com uma tradição escrava e africana da capoeira, remontando aos primórdios da sociedade urbana, na virada do século XVIII para o XIX. Os Guayamús deveriam ser ligados a uma raiz nativa e mestiça, próxima dos libertos e pardos, que teve grande projeção a partir dos meados do XIX, quando homens livres, imigrantes portugueses, brancos pobres vindos do interior e crioulos chegados de todas as províncias gradativamente somaram a maioria esmagadora da população trabalhadora.

A problemática enfocada neste capítulo é diversa. Procuraremos reconstruir os padrões de moradia, trabalho, cor, etc. daqueles presos como capoeiras, a partir de uma fonte única, mas especialmente densa: Os Livros de Matrícula da Casa de Detenção.

A Casa de Detenção era uma das mais importantes instituições carcerárias da cidade do Rio de Janeiro durante a última metade do século XIX. Nos primórdios do Primeiro Reinado, as autoridades policiais da Corte Imperial se deram conta da necessidade de uma reforma profunda na estrutura carcerária da cidade.

Nos tempos idos da colônia a Cadeia Velha, tradicionalmente localizada nos subsolos do Senado da Câmara, era suficiente para necessidades da cidade. Na expansão urbana do final do se-

culo XVIII as masmorras da Ilha das Cobras, as celas do Aljube, especialmente criada para clérigos, e o calabouço de escravos, na orla de Santa Luzia, representavam formas de acompanhar o crescimento da população e da cidade.

Os primeiros governos da Regência iniciaram a implantação de um sistema carcerário que estivesse pelo menos próximo daquele instalado nas grandes capitais européias.(2) Em 1835 foi iniciada a construção da Casa de Correção, cumprindo uma ordem Régia que remontava aos meados do século XVIII(3), mas somente em 1850 foi terminada a sua construção.(4)

A Casa de Correção e a Casa de Detenção eram partes de um mesmo complexo. A primeira destinava-se aos presos que cumpriam pena. A segunda simplesmente era utilizada para detenções curtas, pequenos crimes, ou réus sendo processados na justiça. Obviamente a população flutuante da segunda era bem maior. Também fazia parte do complexo o Calabouço, destinado a escravos condenados a castigos físicos. Ele tinha sido transferido da antiga praia da Piaçava, nas fraldas do morro do Castelo, e foi extinto em 1874.(5)

O plano da Detenção era idêntico ao da Casa de Correção. Um grande prédio em forma de cruz, tendo no centro o ponto nervoso do controle da circulação, e nos braços longos corredores cercados de celas individuais, na concepção clássica do "panóptico". (GRAVURA 1)(6)

A Casa de Detenção começou a funcionar em 17 de setembro de 1856.(7) Além dela várias freguesias, como Glória, Jacarepaguá e Santa Cruz tinham suas Casas de Detenção.(8) Após as 18 horas

os presos não eram mais para lá levados, sendo remetidos ao Xadrez da Polícia. Completava-se o complexo carcerário da Corte com as estações de polícia das subdelegacias e o Depósito de Presos da Chefia de Polícia, na rua do Lavradio.(9)

Forma a Detenção um grande quadrado, marcado nas duas extremidades por dois monumentais portões separando as altas muralhas. No interior duas galerias principais ladeadas pelos "cubículos", as celas individuais, e as saletas, cada uma comportando seis presos, ocupam a Galeria Superior. No andar inferior está o "parlatório", onde os presos se comunicam com seus parentes, a secretaria e a casa do carcereiro (transferidas em 1873 para um sobrado), um quarto de banhos, e um tanque para lavagem de roupa. Em 1874 foi introduzido o encanamento de água e esgoto. Não existem ligações internas com a Casa de Correção.(10)

A planta da Casa de Detenção fora baseada em presídios recentemente implantados nos EUA. Ela seria uma réplica da Casa de Correção, apenas modificada no regime dos presos, mas a premência de retirar os detentos do antigo Aljube, superlotado, apressou sua inauguração. Em 1908 João do Rio visitaria a mesma Casa de Detenção, espantado com o descaso das autoridades.(11) .

Os Livros de Matrícula da Casa de Detenção, contendo as fichas individuais dos presos constituem vários volumes. Estão divididos em Livros de Escravos e Livres. Geralmente eles representam meros fragmentos de originais já perdidos pelo tempo. Todos esses volumes estão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói.

Damos a seguir a relação dos volume utilizados:

ANO	MESES	CONDIÇÃO
1861	agosto-novembro	livres
1863-64	março-março	escravos
1868-69	maio-janeiro	livres
1870-71	julho-janeiro	livres
1875	janeiro-agosto	livres
1877	maio-agosto	livres
1879-80	dezembro-janeiro	livres
1879-80	julho-maio	escravos
1881-82	março-fevereiro	escravos
1881-82	fevereiro-março	livres
1884	abril-dezembro	livres
1888	abril-julho	livres
1889-90	novembro-janeiro	livres
1890	julho-dezembro	livres

As fichas individuais são diferentes para escravos e livres, e comportam os seguintes dados para livres:

NOME

DATA DA FRISAÇÃO

IDADE

PROFISSÃO

ORIGEM

ESTADO CIVIL

COR

CAUSA DA FRISAÇÃO

RESIDÊNCIA

DESTINO

AUTORIDADE QUE FEZ A PRISAO

AUTORIDADE QUE REMETEU PARA A CASA

OBSERVAÇÕES

ALTURA

BARBA

CABELO

ROSTO

NARIZ

ROUPA QUE USAVA

FILIAÇÃO

Quanto aos escravos existem ligeiras acréscimos como:

NOME DO SENHOR

NAÇÃO

É de se registrar a ausência dos quesitos RESIDENCIA e FILIAÇÃO nas fichas de escravos. É importante deixarmos claro que para uso em bancos de dados de computador somente usamos os 13 primeiros campos de dados, deixando os restantes para o outro tipo de análise mais.

Levantamos 920 fichas de presos por "capoeira", que, mesmo não sendo crime no código penal do Império, era motivo corrente de prisões na época.

Faremos dois tipos de análise com esta fonte. A primeira será uma análise "subjetiv", em que realçaremos os dados relevantes dos presos por capoeira, ou mesmo por outros crimes, buscando aproveitar ao máximo o documento.

A análise seguinte será mais objetiva, centrado na discus-

são de gráficos agrupados por décadas, que permitirão um olhar mais diferente sobre a fonte. Estes gráficos serão elaborados com ajuda do programa HARVARD para criação gráfica.

I

OS NOMES

Os Livros de Matrícula da Casa de Detenção representam talvez o mais impressionante conjunto de dados individuais de membros das camadas populares de de Janeiro pré-República. Cada nome perdido naquela interminável relação retrata um drama pessoal, um rosário de sofrimento, muitas vezes trágicamente concluídos, como os registros de falecimentos nas enfermarias tratam de guardar.

Através desses livros a multidão anônima que cruza os jornais e os frios arquivos da Polícia adquire um rosto, cuidadosamente preservado pelos escrivães da Casa. Longamente esquecidos pela historiografia, estes documentos são de uma riqueza histórica incalculável.

Como marcando as raízes escravas da capoeira na Corte, o primeiro Livro de vulto encontrado se refere a cativos. Este Livro, milagrosamente salvo do descaso e do tempo, guarda valiosas informações da capoeira escrava que assustava as ruas do Rio nos meados do século.

Também ecoando origens distantes o primeiro escravo capoeira preso veio da África: Candido, cerca de 30 anos, nascido em Ossá (provavelmente Haussá, islâmico da África Ocidental), nação Mina, "ganhador", escravo de João J. Gonçalves, preso na fregue-

sia da Lagoa por "suspeito de capoeira". (12)

A frequência com que as guias de remessa à Detenção são assinadas pelo próprio Chefe de Polícia indicam, talvez, o nível de periculosidade e preocupação que as autoridades tinham com a capoeira. Voltando ao capítulo precedente, a camisa e a calça branca envergada por Candido teriam alguma relação com a cor branca, emblemática dos Nagôas??Conjecturas.

O capoeira seguinte a atravessar os longos portões de ferro da Detenção teria duas características dignas de nota: primeiramente, seu ilustre proprietário, Doutor Candido de Azeredo Coutinho, figura de destaque da sociedade fluminense da época. Segundo, e mais importante, sua presença numa malta de homens livres, indicando o forte intercâmbio entre livres e escravos no jogo da capoeira da década de 1860.

Um dado a destacar nas fichas de escravos, em todos os anos, é a multiplicidade de senhores para um único escravo, registrados na ficha. Entendemos que este fato deva ter como razão dois fatores: primeiro, a grande quantidade de escravos alugados, na posse de um proprietário, mas sob a propriedade de outrem.

Segundo, e possivelmente mais importante, talvez haja aqui uma estratégia do próprio escravo para escapar do castigo de um senhor cruel, ou afastar uma punição mais severa por parte de seus algozes imediatos, se alinhando com um senhor poderoso, que não ficaria satisfeito em saber que seu cativo fora maltratado por policiais ou carcereiros.

De acordo com Mary Karasch o status do senhor pesava nas

relações que o escravo mantinha com o resto da sociedade(13). Assim, um escravo de um Senador ou rico comerciante podia esperar ser tratado diferente pelos agentes da repressão do que um cativo que fosse de uma pobre viúva, ou de um artesão humilde. A infinidade de nomes de possíveis senhores que ocasionalmente aparecem nas fichas podem indicar tentativas reiteradas de ocultar o senhor verdadeiro, ou exibir senhores fictícios que dessem cobertura" à atividades de seus escravos

Infelizmente as fichas de escravos não registram endereços, o que permitiria compilar com o dos senhores alegados, ou mesmo ter acesso aos padrões de moradia de crioulos e africanos, tão importantes para desvendarmos os segredos dos Nagôas e Guayamús.

Agora adentremos um dos fenômenos mais importantes da capoeiragem, e que forma o próprio cerne do nosso capítulo: a questão da malta. O crioulo Israel, escravo de Carlos Américo dos Reis, não era apenas um capoeira, mas um chefe de malta, de acordo com a imprensa.(14.) Numa capoeira onde a presença africana ainda era marcante, o papel de crioulos como chefes indica, ou pelo menos sugere uma transição.

As redes de relações também ficam transparentes. O pardo Constantino, escravo de Dona Luiza Angélica, preso em 15 de maio, estava sob a chefia do mesmo José Maria, que poucos meses antes fora preso com Candido, citado anteriormente, no largo de Santa Rita, e que será de novo preso em 5 de junho. As páginas policiais da imprensa são importante fonte auxiliar desses documentos:

Andou uma malta de capoeiras, armados de achas de lenha, fazendo proezas pelo Largo de Santa Rita, ruas da Candelária e da Valla, no domingo, pelas 8 horas da noite. A patrulha que rondava aquele largo perseguindo-os sempre pôde capturar o chefe, Primo José Maria, e um pardo de nome Constantino, escravo de D. Luíza Angélica.(15)

Além de capoeiras, outros motivos de prisão também são dignos de registros. O escravo Frederico, charuteiro, e o primeiro de uma longa série que foi preso por "vir apadrinhar-se com S. Ex. Chefe de Polícia".(16) Canal de escape da crueldade senhorial, esta alegação prova que as relações entre o aparato policial e a massa escrava estavam muito além de uma simples hostilidade mútua.

Outro dado registrado nas fichas, e difícil de ser plenamente captado nos gráficos, é a roupagem. Camisa de chita, calça de brim, paletó branco, ou, camisa de algodão branco, calça de casemira escura e carapuça, o vestuário escravo indica um universo de análise que não pode ser plenamente demonstrado pelos instrumentos da história quantitativa. Paletó de alpaca, camisa branca, a calça de brim, a gravata, o chapéu de lebre, e principalmente os sapatos, o elegante trajar do escravo Constantino, denotam claramente formas de dissimulação da condição escrava que são parte importante do universo simbólico da escravaria urbana dos anos 1860, e talvez tenham relação com sua posição destacada de chefe de malta, como citado antes(17)

Não deixa de ser marcante que os primeiros registros de capoeiras da Casa de Detenção, em quantidade apreciável, são de

escravos. Um livro de entrada para livres datado de antes de 1863 foi recuperado, mesmo estando em fragmentos. Mais importante é que neste livro, que registra as prisões entre agosto de 1861 e novembro do mesmo ano, só se registrou a prisão de 5 capoeiras. No ano de 1863, somente no mês de novembro, se registrou a prisão de 14 escravos pelo mesmo motivo.

Acreditamos que o início dos anos 60 foi um período crítico da transição da capoeira de um fenômeno marcadamente escravo e negro para uma capoeira mesclada da participação de livres e até imigrantes.

Manoel, cabinda, 38 anos, cozinheiro, camisa branca, calça preta, chapéu de palha, Thomaz, Benguela, 32 anos, também cozinheiro, de camisa e calça escura, e Anastacio, pardo, funileiro, de barba cerrada como Manoel, sem idade, possivelmente mais novo que os dois, e também mais apurado no trajar (camisa e calça branca, paletó peto, chapéu de lébre), representam o primeiro registro de um dos fenômenos mais importantes da história da capoeira no Rio: a malta. Seu campo de operações era a freguesia de Sacramento, uma das mais populosas da Corte, e das mais policiadas. Presos no dia 13 de julho, já estavam soltos dia 15, possivelmente resultado da pressão dos senhores, aborrecidos em ver seu "capital" empatado numa cela.(18)

Escravos controlando partes vitais da área central da cidade, através das maltas, em aberto desafio a ordem escravista, será uma rotina nos eternos embates entre escravos e policiais, pelos 20 anos seguintes. Os livres de baixa condição, de quaisquer cores e origens, possivelmente ansiavam controlar estes dis-

positivos que permitiam tanta desenvoltura num ambiente urbano claramente hostil e violento.

Esta malta logo encontrará sua rival. No dia 14 de agosto o grupo que controlava a área da freguesia de Santa Rita, representado por dois africanos, Estevão, de nação mina, 36 anos, servente, e Felipe, Congo, cozinheiro, faz sua entrada nos Livros da Casa. Os membros da malta de Santa Rita (denominada pela tradição "Flôr da Uva") vão se tornam hóspedes assíduos do xadrez, e disputaram palmo a palmo o controle de área tão importante.(19)

Mas não é só no centro que a capoeira escrava exhibe suas habilidades. No dia dedicado ao padroeiro da Glória uma malta fez "correrias" próximo da procissão. Perseguidos pelos policiais, alguns foram presos na rua do Catete. Entre eles o preto Ricardo, crioulo de Antonio Marques Batista Leão, cocheiro, cerca de 20 anos, nascido na Corte. Indicativo de sua periculosidade, Ricardo seria removido para o calabouço. Bernardino, africano livre, ainda conseguiu chegar até a rua dos Barbonos, mais não deixou de ser capturado. A malta da Glória, que na década seguinte vai dominar a vida política da Corte, dava seus primeiros e tímidos passos.(20)

Algumas fichas são suficientemente inusitadas para serem citadas em separado. Em especial a de Francisco, crioulo, da propriedade de "Sua Majestade o Imperador", preso, por requisição do Almoixerife do Paço, na freguesia de São José. Podemos supor que, meses depois Francisco tenha ido engrossar as fileiras do exército imperial em luta com o Paraguai, destino comum dos escravos "Da Nação".

Algumas prisões que não por capoeira revelam detalhes interessantes do cotidiano dos escravos numa cidade efervescente como a Corte. Bernardina foi presa por suspeita de estar "acoitada" na casa de um preto forro. e Miguel, benguela, foi encarcerado para "averiguações sobre feitiçaria".(21) Caetano, cabinda, exemplificando as solidariedades do cativo, foi acusado de "dar couto a escravo fugido".(22) José, crioulo, foi detido por motivo inusitado: ser encontrado vestido de mulher.(23)

Além da condição escrava, as proximidades ocupacionais também deviam ser fator importante na tessitura de camaradagens que desembocavam nas maltas. Assim o crioulo Fructuozo, vendedor de peixe, deve ter esbarrado várias vezes com o pardo Honorato, cujo ofício de vender cigarros fazia-os compartilhar o mesmo ambiente.(24)

Não deixa de ser surpreendente que, continuando na temática das ocupações, a profissão isolada mais disseminada entre os escravos presos como capoeiras era a de cozinheiro. Onze detidos afirmavam essa ocupação. Esperávamos que as categorias ligadas mais diretamente ao ambiente de rua, como os escravos de ganho, fossem privilegiadas no universo da capoeiragem. Mas as próprias ocupações de rua representavam minoria no cômputo geral(14% do total) A categoria mais forte entre os escravos capoeiras eram a dos os artesãos, englobando um anel largo de profissões, desde sapateiros a pedreiros(56%). Mais adiante discutiremos este problema.

As origens africanas dos escravos capoeiras é uma das questões mais importantes que podem ser analisadas com essa docu-

mentação. De acordo com o GRAFICO 1, dos 24 africanos capoeiras, 16 eram da África Centro-Occidental, correspondente a Angola, sul do Congo, e áreas limítrofes. Mesmo com os poucos dados levantados, não deixa de ser notável a preeminência de Cabindas e Benguelas, nações importantes do extinto tráfico atlântico.

Em seguida a África Oriental, de quilimanes e moçambiques, representava cerca de 22% dos africanos. A isolada nação Mina, um termo do tráfico que se referia a uma infinidade de povos diferentes provenientes da África Occidental, fornecem 15% do total de capoeiras escravos presos. Esta divisão é extraordinariamente próxima aos padrões do tráfico africano vigentes na primeira metade do século, o que indica a conformação da capoeira com a distribuição étnica da escravidão.(25)

Mas a origem africana por certo revelava um patrimônio cultural, de rituais e práticas, que tinha de ser passados para frente, e que indicava uma importância muito mais crucial que a numérica para os africanos remanescentes. Dai a presença do moçambicano João, 38 anos, numa malta onde Gabriel, crioulo, de 14, e Floriano, crioulo, de 27, eram os naturais comandados.

Maltas comandadas por velhos africanos, cuja chefia se exercia sobre o mais variado público (crioulos, livres, libertos, brancos brasileiros, imigrantes, etc.), serão uma constante nos anos 1870, época chave na história cultural da capoeira.(26)

Ao mesmo tempo Galdino, pardo, 24 anos, nascido na Corte, marceneiro, e Thomaz, também fluminense, 28 anos, crioulo, ofício de marinheiro, provavelmente estavam sob a chefia de Manoel, Quilimane, 36 anos, catraieiro, que com seu impressionante paletó de

gorgorão de lá lhes ensinava o manejo da faca quando foram surpreendidos pelos permanentes, e levados à Detenção. (27)

Estes capoeiras, castigados com breves dias na Casa de Detenção, nos primeiros meses de 1864, por certo formaram a primeira fila das levas de escravos levados para a Guerra do Paraguai, alguns meses mais tarde.

O problema das diferenças de idade entre africanos e crioulos está bem palpável no GRAFICO 2. A faixa etária de 26 à 35 anos é hegemônica entre os praticantes escravos da capoeira, tanto entre africanos como crioulos. Entretanto a faixa abaixo dos 15 anos, (os "moleques" que se iniciavam) e de 15 a 20 (etapa crítica do aprendizado, como colocamos no capítulo precedente) era totalmente coberta por crioulos e pardos, brasileiros.

Assim, por volta de 1863, a maioria dos africanos presos como capoeiras estavam na faixa etária dos chefes de malta, ou pelo menos velhos mestres, mantenedores de uma tradição cultural que tinha pelo menos 50 anos.

Os africanos, em decadência numérica na Corte desde 1850, e ainda agravado pela tendência dos senhores em aumentar sua idade (para escapar da acusação de tráfico ilegal) tinham um padrão etário bem diverso. Entre 21 e 25 anos eles eram franca minoria, mas o surpreendente é a proporção de capoeiras africanos em idade bem elevada (35%).

Tudo isso significa uma coisa: a geração que aprendia a "capoeiragem" nos primeiros anos da década de 1860, dentro da massa escrava, era crioula, enquanto os "velhos mestres", em grande parte, eram representantes de uma "tradição africana",

ainda mal conhecida e difusa. Como essa passagem se articulava com o possível conflito entre africanos e nativos, nas origens das maltas (ver capítulo 2 *Dos Nagôas e Guayamús: a Formação das Maltas*) é um desafio para os historiadores.

De qualquer maneira, africanos e crioulos tinham uma distribuição diversa dentro da área central da Corte. De acordo com o GRAFICO 4 as freguesias mais centrais, como Sacramento (SCA), e Santa Rita (SRT), concentravam a esmagadora maioria dos africanos com registro de locais de prisão. Acentuemos também as freguesias de São José (SJD) e Glória (GLO) importantes redutos dos Nagôas nas décadas seguintes.

Aos crioulos cabiam as periferias, principalmente Santana (SAN) e Engenho Velho (EVE). Um quadro inverso do que pensamos encontrar para Guayamús e Nagôas, tempos depois. Novamente resta-nos propor uma hipótese. Será que as maltas de africanos foram expulsas da cidade nos anos entre do fim do tráfico (1850) e a Guerra do Paraguai, substituídas pelo sangue novo dos crioulos, pardos e nativos?

Não podemos esquecer que a maior parte das fichas de 1863 não deixou registros dos locais de prisão, o que impossibilita conclusões maiores.

Por último, o GRAFICO 5, de profissões, demonstra o peso da escravidão nas tarefas artesanais e manufatureiras na cidade. Demonstra que a participação em um grupo de capoeira na rua não estava afastada de profissões que aparentemente obrigavam a uma reclusão forçada nos lares brancos, como copeiros e cozinheiros. Talvez até possamos intuir a "tolerância" dos senhores com os en-

contros de capoeira de seus cativos, nos momentos de folga, nas idas para buscar água, nas saídas noturnas, um costume "permitido" pelos proprietários em função de possível "direito" conquistado pelos cativos em anos de conflitos.

Daremos agora um salto ao mundo dos homens livres. Imigrantes, pretos, sertanejos, caboclos, pardos nordestinos, portugueses, eles formavam uma babel de línguas e costumes que coloriu a vida citadina durante muitas décadas.

Os primeiros registros de capoeiras livres da década de 1860, como falamos, eram fragmentários e dispersos. Mesmo assim são sintomáticos.

Frederico José de Almeida, charuteiro, cor preta, 17 anos, nariz grosso, rosto oval, morador da rua de Santo Antonio 27, no distante mês de novembro de 1860, foi o primeiro de uma longa série. Ao contrário dos escravos ficou vários dias na cela. Dias depois um companheiro de desdita, o luso do Porto Gregório da Rocha Moreira, menor de 17 anos como Frederico, sapateiro, inaugurou a linhagem de homens brancos na capoeira do século.

O ano de 1868 foi o último da década de 1860. Ano de guerra. O registro de apenas 12 capoeiras por quase seis meses (de 08/05/1868 a 16/01/1869) revela a extensão de um conflito que varreu a capoeiragem das ruas do Rio para servir como "Voluntários" da pátria. Novamente realçamos o contraste chocante com o livro de 1863, que, num período de tempo equivalente registrou 51 capoeiras para a posteridade.

Mesmo com esses dados escassos, podemos intuir a presença do homem branco no mundo dos capoeiras, pela primeira vez, como

derivado de um único personagem: o imigrante português. Mesmo dedicando um capítulo inteiro à presença do lusitano entre os capoeiras (*Dos Fadistas e Galegos: os portugueses na capoeira*), podemos antecipar algumas coisas.

Francisco Fernandes de Aguiar, 20 anos, da Ilha Terceira, de cor branca, carroceiro, morador na rua de São Pedro, preso na freguesia de Santana, com a mesma vestimenta dos cativos (camisa de chita, calça branca, chapéu branco de palha do chile), representava um novo patamar do trabalho urbano.(28) Lançados às centenas nas praias cariocas para substituir os escravos, que eram tragados pela economia do café, eles compartilharam vários nichos com a população negra, tanto os físicos, como os cortiços e zungús, como os simbólicos e puramente culturais, como as roupas, crenças, hábitos, numa rica simbiose cultural.

Lado a lado com os cortiços que pululavam pela cidade desde o início dos anos 1850 haviam as casa coletivas de escravos e negros livres, conhecidas como Zungús, periodicamente visitados pela polícia, que prendiam os ali encontrados como "suspeitos". Foi o que ocorreu com os africanos Damião e Luís José Maria Ferreira, de nação Mina, e o crioulo livre Domingos do Carmo Ferreira detidos na noite de 8 de junho.(29) Centros de encontro para pretos de todas as origens, como o negro americano Henrique Illalisse, egresso de uma nação em guerra, e talvez portador de uma boa nova para aqueles que sonhavam com a libertação.(30)

Apesar de os imigrantes tenderem a compartilhar um mesmo teto, para avivarem a solidariedade da terra natal, como os 11 italianos moradores do cortiço da rua de São Pedro 99,(30) o com-

partilhar das agruras da miséria urbana criava laços difíceis de romper, como no caso do português Joaquim Ferreira, cocheiro de 19 anos, preso por se opor a prisão de um preto livre, chamado Romão. Ou João de Freitas, nascido em Lisboa e que foi detido por "dar couto a escravo fugido.(31)

Essa solidariedade tinha um preço alto, como vemos no GRÁFICO 6, onde os portugueses perfazem a metade daqueles presos por capoeira nos registros dos anos 1860. Com toda a certeza, sua presença numérica nas malhas era bem mais tímida, mas sua experiência ainda curta na vivência urbana os fazia alvos fáceis do aparato repressivo, aguçado pelas tensões do recrutamento forçado.

De qualquer maneira, essa presença lusa na capoeira carioca dos anos 60 é um fator surpreendente. Demonstra que não só de tensões raciais e conflitos latentes vive a relação entre a população negra e a colônia lusa na Corte.

Muitos dos capoeiras lutaram nos campos do Paraguai. Alguns retornaram, como o mineiro Alexandre Pereira dos Santos, preto, 43 anos, preso na freguesia de Santana.(32) Alexandre, sem saber, representava a vanguarda dos capoeiras-soldados que logo regressariam à Corte, e mudariam os rumos da vida política na cidade e no país.

Nem só de açorianos miseráveis viviam os capoeiras lusos da década de 60. Francisco Bernardo Jorge, 16 anos, vindo de Fayal, na certa era portador de uma carta de apresentação de um ilustre compatriota que lhe permitiu exercer a "nobre" ocupação de caixeiro na rua dos Inválidos. Isso deve ter lhe garantido uma

rápida "estadia" na Detenção, de apenas um dia.

Os anos 1870 se abrem com uma enchente de registros. Agora saímos da precariedade dos fragmentos e compilamos séries inteiras, referente a vários meses, constituindo uma riqueza documental incalculável.

Trinta e sete entradas, distribuídas entre julho de 1870 e janeiro de 1871, nos fornecem uma singular radiografia do "Bas fond" fluminense que viu o regresso dos soldados do sul, depois de cinco longos anos. Os quatro portugueses detidos talvez retratem melhor a porcentagem real deste grupo no universo total dos participantes das maltas. Cerca de 62% dos capoeiras eram nascidos na Corte. Mas a hegemonia carioca seria desafiada pela presença de províncias de todo o Império: Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Piauí. A transformação da capital em polo distribuidor de soldados durante a guerra a tornaria a nos anos 70 a rota final para muitos escravos fugidos, sertanejos, desempregados, aventureiros, e toda a fauna forasteira das ruas.

Desertores e escravos fugidos se confundiam, e mesmo alguns presos conseguiam receber os dois estigmas.

Neste momento podemos ter uma visão melhor, no que concerne aos livres, da unidade fundamental de atuação da capoeira: a malta. Geralmente os grupos se limitam, por todos os períodos analisados, a três ou quatro indivíduos. Em 1870 temos 5 maltas, todas nas freguesias centrais, a saber: Sacramento, Candelária, São José e Santa Rita.

Esta última é a mais interessante. Quatro fluminenses e um português. Nenhum deles morador da freguesia, a saber: 2 de

Santo Antonio, 1 de Sacramento, e 1 de Santana. Este é mais um mito que os documentos da Casa de Detenção colocam por terra. De acordo com a tradição literária, o principal fator que levava homens a se organizarem em maltas era o cortiço, a moradia comum, defendida não somente das incursões dos "morcegos" (guardas-urbanos), mas de outras maltas e cortiços. É o que está subjacente ao romance *O Cortiço*, onde Carapicus e "Caras de Gato" se batiam em defesa de seus lares.

Os registros de endereços permitem ter uma rica visão da distribuição étnica e racial no perímetro urbano, e demonstram que as mais distantes moradias não eram empecilho para a formação das maltas. Mesmo sendo, em geral, a moradia na freguesia onde a malta atua, um componente majoritário nas fichas dos capoeiras, a quantidade apreciável de endereços dispares indicam outros fatores como agregadores. No caso, ocupação e origem, além da cor, ocupam papel de relevo, e realmente o padrão ocupacional, entre brancos e pretos, brasileiros e estrangeiros, está muito mais próximo de um fator aglutinador de maior importância. Iremos discutir isso com mais vagar quando analisarmos os dados sobre a maior das maltas já capturadas.

Os africanos, tão destacados no ano de 1863, e mesmo entre os livres de 1868, chegam ao início dos anos 70 como remanescentes isolados de uma tradição do passado. Em 1870 o africano livre Camillo, de Moçambique, servente de obras, morador à praia de Santa Luzia, "Nagôa" da freguesia da Glória, preso com um canivete de mola, era o único representante da tradição africana que dominou as ruas na primeira metade do século.

Mas, como dissemos, a proporção numérica não deve ser o único fator compilado. Do alto dos seus 35 anos ele deve ter tido papel de destaque na difusão dos saberes e golpes característicos, e o fato de ser um "Nagôa" é indicativo do que colocamos no capítulo precedente.

Com certeza, Camillo deve ter travado embates com a malta "Três Cachos", de Santa Rita, guayamús do português Francisco Augusto de Souza.

Entre os nascidos no Rio, aqueles de cor preta, como na década anterior, eram maioria: 9 pretos, 5 pardos, 4 morenos, 2 brancos, 2 acabocladados, e 1 fulo. Possivelmente a guerra representou um hiato que então começava a ser coberto.

Pulemos para 1875. Este livro é singular, não apenas por sua abrangência (20 de janeiro à 23 de agosto de 1875) mas principalmente pela quantidade inusitada de escravos registrados num livro de livres. Existem muitas prisões de africanos e crioulos por "suspeita de fugido" e "não provar sua condição". Para cada um registro por capoeira há cerca de quatro por "fugido".

Os africanos cativos do comércio negreiro não desembarcam mais na cidade, mas a presença de pardos nascidos em Cabo Verde indica que os fluxos do tráfico atlântico não se romperam. Agora, ao invés de escravos, eles trazem imigrantes portugueses, como se identificam os Cabo Verdeanos no Rio(33)

A proximidade da experiência imigrante(34) e escrava fica patente no caso de espanhóis procurados por fugidos, isto é, "se ausentado do poder do seu locatário antes de findar seu contrato". Uma escravidão por contrato não era algo tão aberrante como

parece.(35)

As condições se misturavam na babel de cores, e não se sabia mais quem era livre, liberto, fugido, resultando numa inevitável dor de cabeça para os mantenedores da ordem. A clareza da cor, como indicativo da condição, abria caminho para a suspeição generalizada, único meio de coibir o livre trânsito entre livres e escravos: todos são suspeitos até prova em contrário.

E o caso do detento Florindo Caetano de Oliveira, pardo, pedreiro, morador na rua da Providência 36, e que teve o azar de ser reconhecido na Casa como o Florindo, escravo de José Carlos de Oliveira. No dia 20 de agosto, cinco dias depois da prisão, seu senhor em pessoa foi buscá-lo.(36)

E de Manoel, que afirmava ser forro. Também deve ter causado espécie o africano João, preto liberto, de nação Angola, de 44 anos. Até mesmo um capanga político foi colocado atrás das grades. Olavo Diogo de Brito, vulgo "Rato Molhado", morador na ladeira da Glória, cocheiro, que agia sob as ordens do deputado Duque-Estrada Teixeira na malta da "Flór da Gente".(37)

O único branco preso por capoeira em todo livro é um português de São Miguel, confirmando o padrão anterior de grande parte dos brancos serem de origem lusa. E preso numa malta de dois pretos e um pardo, onde ele era o mais novo.(38)

Os canais de solidariedade e proteção construídos pelos pretos livres e escravos no ambiente urbano da Corte, durante várias décadas, se mostravam sensivelmente eficientes para encobrir, proteger, evadir, constituindo uma rede de canais sociais que se decalcava com o labirinto físico da cidade. O ano de 1875,

por qualquer razão, foi especial neste caso.

O ano de 1877 nos reserva várias surpresas.(39) Em pouco mais de dois meses, de abril a junho, um record de 127 prisões, pelos mais variados motivos. As 42 prisões por capoeira representam um novo patamar desta forma de criminalidade urbana. O ano de 1877 se reservou rico de novas facetas para os capoeiras.

João Francisco Ribeiro, conhecido por Botafogo, catraieiro morador na rua da Misericórdia 52, além de capoeira, teve de provar isenção de recrutamento, e assinar termo de Bem Viver, que o obrigava a procurar uma ocupação. No dia 24 de maio, um mês depois, ele voltou para o "Palácio de Cristal", pelo mesmo motivo, e desta vez cumpriria pena longa - dois meses - na Casa de Correção.(40)

Francisco Ribeiro foi preso pela segunda vez na freguesia de São José, onde morava, e possivelmente participava da malta local. Dias antes da sua segunda prisão, a malta de São José, conhecida por "velho carpinteiro" havia feito sua aparição, nas pessoas dos brancos João Gonzaga Mesquita e do luso Manoel Antonio.

Mas o registro mais importante do ano de 1877 estava para acontecer longe das freguesias mais centrais, como Sacramento e Candelária. No dia 1 de junho foram presos capoeiras da malta da freguesia do Espírito Santo, zona periférica da área mais urbanizada, e que corresponde hoje aos bairros do Catumbi e parte de São Cristovão. Eram dez indivíduos, a maioria nascidos no Rio, mas também incorporando forasteiros vindos de tão distante como Pernambuco e Rio Grande do Sul. A capoeira, com toda certeza, era

vista pelo nascido fora da Corte e recém-chegado como um canal possível de incorporação no ambiente complexo da Corte.

E essa presença de estranhos e estrangeiros, tão forte, como verificamos em todos os gráficos, só cresceu durante todo o período estudado.

Duas presenças são marcantes nessa malta. O preto Severino Antonio Gomes, vindo de Vassouras, grande região escravista da província fluminense, e que exercia a profissão predileta de pretos e escravos: cozinheiro. Podemos apenas suspeitar da origem escrava de Severino, mas pelo menos temos claro que ele trilhou o caminho que pretos e pardos já faziam por várias décadas: vir da serra para a cidade grande.

A presença mais importante da malta, porém, seria o último a deixar seu nome no longo livro de entradas: Zeferino José da Costa, africano de Moçambique, 45 anos, pedreiro, que ignora o nome dos pais. Mais um remanescente da tradição escrava-africana, e que simboliza, como todos os outros africanos, o elo fundamental que a tradição "Nagôa" representa. Zeferino tinha o dobro da idade de seus companheiros, quase todos entre 15 e 25 anos. Por certo ele, que tinha mais de trinta anos de vivência na Corte, não aceitaria ser chefiado por rapazolas. Por ironia, o indivíduo mais novo da malta era um branco, Pedro Augusto de Paiva, fluminense, 15 anos, o primeiro a ficar de frente com o escrivão da Casa.

Zeferino com certeza ostentava a posição de chefe não somente por sua idade, mas por seu saber da capoeira de rua que se fazia na cidade do Rio nos meados do século. Brancos, portugue-

ses, imigrantes de todas as origens, e brasileiros de todas as províncias, beberam nesta fonte, o que ajuda a entender a permanência da tradição "Nagôa" mesmo quando os africanos desaparecem dos registros, no limiar dos anos 1880.

Como ecoando a eterna guerra entre maltas, uma das gangues mais poderosas da Corte vai entrar na Detenção no exato dia da malta do Espirito Santo: sete participantes da célebre malta "Cadeira da Senhora", dona do Campo de Santana, vão cair nas garras da vigilância policial. Quase todos eram nascidos fora do Rio, num arco que vai de Niterói até Argentina. Como no grupo que o precedeu, a presença do branco é isolada, numa malta onde pretos e pardos eram hegemônicos. Mesmo com a imigração portuguesa em massa nos anos 1860, e sua presença considerável entre os presos por capoeira, (ver GRAFICO 6) na década anterior, a cultura da capoeira ainda retinha um traço étnico muito forte, como uma tradição dos negros e mestiços da Corte. O que não impedia o intercâmbio cada vez maior de indivíduos de todas as origens.

É difícil reconhecer se uma malta, presa em certa freguesia, era realmente o grupo dominante naquela área, ou representativo daquela região, ou um grupo adversário, que estivesse em uma incursão na área rival, pretexto comum para as sangrentas disputas entre navalhistas. Mas podemos perceber que aqueles presos por estarem em conflito com gangs adversárias eram geralmente presos por motivos diversos ao de "capoeira", motivo de prisão que foi nosso critério fundamental para compilarmos os nomes.

A proporção de capoeiras nascidos na Corte se manteve inalterado nas décadas de 1860 e 1870. Nos anos 60 cerca de 64%

dos presos como capoeiras eram oriundos do Rio, bastante próximo dos dados da década de 1870 (GRAFICO 7) que indicam 62% .

Acreditamos que a presença considerável de portugueses nos registros de prisão de capoeiras entre 1861 e 1868 (GRAFICO 6) esteja relacionado com o período anômalo da Guerra do Paraguai, quando muitos nacionais em idade para se iniciarem nos grupos de capoeira foram presos e levados para a frente de combate.

Nos anos 70, com o fim da guerra, e o retorno dos praças, mesmo com o êxodo de provincianos e escravos fugidos para a Corte, em busca de oportunidades e liberdade, se recompõe a presença dominante dos cariocas.

O GRAFICO 8 nos coloca a distribuição das maltas pelas mais importantes freguesias da cidade durante a década de 1870. Comparando com o GRAFICO 4 dois pontos devem ser realçados. Em primeiro lugar, a concentração dos conflitos envolvendo capoeiras no perímetro mais urbano da cidade, principalmente a freguesia de Santa Rita. Em segundo lugar, a concentração nestas áreas dos africanos, como dissemos, e dos crioulos nas áreas periféricas.

Por mais que se refiram a grupos de condição diversa, devemos ter claro que os dois contrastes são notáveis. No GRAFICO 8 as freguesias de São José e Santana passam a ser pontos privilegiados de ação, enquanto as freguesias de Santo Antonio e Santana, como explicamos no capítulo precedente, redutos dos "Nagôas", estavam em plena expansão.

Também é de se notar a forte presença de crioulos e capoeiras nascidos no Rio na área do Campo da Aclamação, ou Campo de Santana. Podemos pensar estes dois grupos como muito próximos, já

que a maioria dos crioulos em 1863 eram nascidos no Rio, e a maioria dos nascidos no Rio na década de 1870 eram pretos.

Mas, talvez, o contraponto mais importante entre os dois gráficos seja mesmo a posição dos africanos. Mesmo levando em conta que entre a população livre os africanos eram bem minoritários no Rio dos anos 1870, a sua disposição no GRAFICO 8 em áreas periféricas, no caso Glória, Espírito Santo, Santo Antonio, mesmo em quantidade bem reduzida, nos reafirmam um possível deslocamento geográfico da população africana na cidade, entre o início dos anos 1860 e o final dos anos 70.

A Glória, que em 1863 registrou a presença de capoeiras africanos, ainda demonstrava sinais, 15 anos depois, de ser um dos pontos prediletos de atuação dessa tradição. Devemos levar em conta, novamente, que a maioria das prisões de escravos em 1863 não deixou registro do local onde foi efetuado, o que dificulta sobremaneira conclusões mais seguras sobre a geografia da capoeiragem nesta época. O que não acontecia com os homens livres, cujos locais de suas aventuras eram cuidadosamente registrados.

Por último, a redução da presença, em termos proporcionais, de portugueses no GRAFICO 8, principalmente se compararmos com os registros de 1868 refletidos no GRAFICO 6. Pode ser que os registros fragmentários dos anos 60 refletissem mais a debilidade dos jovens imigrantes lusos perante o aparato repressivo do que sua real presença no interior das malhas. De qualquer maneira, nos anos 1870 eles batem numericamente todos os estrangeiros, e rivalizam palmo a palmo com aqueles vindos do interior e perdem por pouco para os oriundos da provincia do Rio, como pode ser

confirmado pelo GRAFICO 7.

O GRAFICO 12, referente aos padrões ocupacionais, permite lançar uma última luz nesta década, principalmente se compararmos com aquele referente a escravos (GRAFICO 5). As ocupações ligadas ao artesanato ou ao trabalho mais especializado (calceteiros, sapateiros, pedreiros, etc.), compondo uma ampla gama de ocupações as mais diversas, eram fortemente representadas por escravos nos anos 1860. Na década seguinte, os padrões ocupacionais dos livres repetem os dos escravos dez anos antes. Possivelmente o êxodo escravo para as regiões cafeeiras fez com que a lacuna aberta no universo do trabalho pelo tráfico interno de cativos fosse ocupada pelos homens livres.

De qualquer modo, a parcela apreciável dos capoeiras livres sem profissão definida indica a existência de grande número de pobres livres na cidade jogados nas profissões mais rebaixadas, como trabalhadores braçais, função antes exercida quase exclusivamente por escravos.

A presença gradual de escravos nas ocupações domésticas, como se percebe da comparação dos dados entre 1863 e 1881 (GRAFICO 5 e GRAFICO 11) é proporcional a ausência de homens livres realizando esses serviços (GRAFICOS 11 e 12). Aparentemente, a maciça entrada de imigrantes após 1850 no Rio acabou expulsando cativos de muitos ofícios, pela concorrência com homens livres. E talvez pelo menor custo em manter certas tarefas com livres, numa conjuntura em que o preço do escravo era cada vez mais elevado.

Na virada dos anos 1870-1880, os últimos registros de escravos por nós encontrados permitem análises ricas num momento

em que o número de escravos existentes na cidade era bem reduzido. 1879 é o primeiro ano em que podemos compilar diretamente livres e escravos presos exatamente na mesma época, e, mais importante, decodificar os padrões que informam a formação das maltas de livres e escravos.

Alexandrino, crioulo, de Dona Amélia Bugetto, vindo de Campos, Ireneu, sem profissão, nascido em Rio Bonito, e Bento, egresso de Itaguaí, compartilham a mesma experiência de escravos de zonas rurais transferidos para um grande centro urbano. Como marcando seu companheirismo, todos usam uma mesma indumentária: calça de brim, chapéu de lebre preto. Será uma coincidência? A tradição refere, como colocamos no capítulo anterior, à importância do vestuário na identidade do capoeira. Estes três cativos, com quase a mesma idade, possivelmente percebem a solidariedade como um poderoso instrumento para evitar os perigos de uma cidade violenta.

Junto com Raymundo, vindo do distante Maranhão, e José, bem mais à vontade na própria terra, esses escravos formam uma malta no coração da cidade, a freguesia da Candelária. Já fazia tempo que as grandes maltas de africanos não vagavam mais pela cidade. Mas o encontro com o grupo, nas horas furtivas do chafariz, e nas saídas clandestinas à noite, ainda fazem parte integrante do cotidiano dos escravos fora do trabalho.

Ocupações domésticas, como já dissemos, são majoritárias entre os escravos presos como capoeiras na década de 1880. O trabalho mais fechado dos lares não impede a continuação da tradição, e o intercâmbio com pretos livres e brancos pobres.

Nos interstícios das fichas, os pequenos comentários do escrivão revelam segredos das formas dissimuladas da escravaria urbana para redefinir seu espaço, e "negociar" novas posições no conflito social latente da vida cidadina:

ELIZEO DA ROCHA. 22 de agosto de 1879. Vindo do Q. G. da Armada por ter sido reclamado por Joaquina Marcolina da Câmara Nery, com o nome verdadeiro de Elizeu. Em 2 de outubro de 1879 foi remetido a polícia afim de ser enviado ao Ajudante Geral da Armada por ter sido alforriado por seu senhor.(40)

No ano de 1879 a massa escrava do Rio estava especialmente inquieta. Todos os recursos possíveis e imagináveis são válidos para pressionar seus senhores, negociar privilégios, conseguir concessões. Os Livros de Entrada da Casa de Detenção para escravos são testemunhas eloqüentes do drama vivido por cativos que não aceitavam mais sua condição, e tentavam interferir nas decisões tomadas sobre suas vidas.

Josephina, foi queixar-se ao Chefe de Polícia por estar abandonada.(41). Júlio "se recusa a prestar serviço por tempo de 2 anos, condição porque foi libertado por João Antonio Correia".(42) Delfino, do Capitão Bernardino, foi queixar-se ao Chefe de Polícia e foi liberto em 29 de maio de 1879 por sentença do Juiz de provedoria.(43) Fortunato foi preso por "não querer acompanhar seu senhor"(44)

Algumas vezes a resistência escrava chegava ao paroxismo, como no caso de Jerônima, que no dia 10 de fevereiro de 1880 foi presa por tentar incendiar a casa onde estava alugada.(45).

Junto com estes, os velhos "crimes" da escravaria ainda são

profusamente praticados, como João, que veio fugido da província do Rio(46), e Maria Conga e Roza Benguela, encontradas em zungú.(47)

Os capoeiras estão um pouco ofuscados, mas ainda dão trabalho às autoridades. Só foram encontradas duas maltas de escravos no segundo semestre de 1879. As duas na freguesia de Sacramento. A primeira nós já falamos. A segunda continha somente dois cativos. Um de São Paulo, outro de Pernambuco.

Mas acionar a polícia não era um privilegio senhorial. Muitas vezes o escravo é o primeiro a recorrer às autoridades policiais para dirimir conflitos domésticos. Como no caso de Brigida, crioula de Pernambuco, que entrou na Chefia de Polícia para reclamar do seu senhor, o jovem advogado João Batista Sampaio Ferraz. Dez anos depois Sampaio Ferraz iria provar o quanto era adversário de certas "liberdades" assumidas pela população negra na Corte.(45)

A Revolta do Vintém, em janeiro de 1880, rebelião popular contra mais um imposto sob o preço dos transportes contra a população, teve farta participação escrava. Por uma cartada de sorte sobreviveram os livros de entrada para escravos e livres referentes ao momento da Revolta, o que permite comparar o nível de envolvimento das duas populações nos acontecimentos. Refletindo a imensa superioridade numérica da população livre, um número espantoso de homens livres são levados para a Casa de Detenção. Na noite de 24 de dezembro deve ter havido sério conflito entre policiais e populares, com certeza marcando o descontentamento com

a nova taxa, pois uma quantidade incomum de prisões se registram nesse dia.

Quanto aos escravos, se destacam Leocádio, preso por "desordem e dano nos bondes de São Cristovão"(46) e Jacintho, cujo motivo da prisão foi "provocar o povo sobre o imposto".

1879 também é o primeiro ano onde encontramos registros de mesma época entre escravos e livres. Infelizmente, somente para os finais de 1879 conseguimos registros de livres neste anos. De dezembro de 1879 a janeiro de 1880 conseguimos recuperar cerca de 27 livres presos por capoeira. Praticamente a mesma quantidade de escravos num período muito mais dilatado: julho de 1879 a maio de 1880. Reflexo da superioridade populacional tremenda de homens livres sobre escravos no Rio de Janeiro dos finais do século XIX.

De acordo com o censo de 1872, cerca de 82% da população da Corte era composta de livres, e somente 17% era de escravos. Mas os dados referentes aqueles presos como capoeiras são diferentes. Em 1881, 40% dos capoeiras presos eram escravos e 60% livres. Por estes dados, os escravos ainda tinham uma presença numérica e proporcional bastante acentuada nas maltas pelo início dos anos 1880. A tradição capoeira ainda era fortemente escrava.

Quanto aqueles livres nascidos no Brasil, a ampla maioria era de fluminenses (51%), e entre os escravos essa proporção era muito próxima (46%).

Quanto às ocupações, entre os livres a grande maioria estava ligada ao artesanato (44%) sendo que entre os cativos predominavam os trabalhadores domésticos, (46%). A mesma porcentagem de

livres e escravos estava ligada as ocupações de rua (3%).

O trabalho de rua, fosse vendendo mercadorias ou transportando coisas e objetos, de certo alinhava cativos e livres ou libertos em posições sociais muito próximas, facilitando a troca de experiências e a combinação cultural. O preto Roberto, escravo de Alexandrina Roza Ferreira, 19 anos, fluminense, cocheiro, preso por "desordem e capoeira"(47), deve ter se confundido várias vezes nas ruas com o pardo Diodato José Ribeiro, 21 anos, também fluminense, preso pelo mesmo motivo no natal de 1879.

Mas o dado mais importante nos registros de 1879 foi a prisão de uma grande malta nas cercanias da freguesia de Santo Antonio. Cinco pretos, a maioria nascidos no Rio, com idade entre 25 e 32 anos, e cinco brancos, sendo três portugueses, todos eles vindos da cidade do Porto. Entre eles o mais jovem, Manoel Francisco de Oliveira, de apenas 19 anos, possivelmente ainda na idade de aprendizado.

Mas o personagem mais importante desta malta era negro. Júlio José de Barros, carpinteiro, morador na rua dos Inválidos, de calça e camisa branca, paletó preto e chapéu preto, africano da Costa da Mina, 50 anos. Mais uma vez o padrão que se registrou em 1877: as maltas relativamente maiores sempre contam com a presença de pelo menos um africano, sempre o mais velho do grupo. Os dados permitem supor, pela lógica social, que este africano exerceu o papel de chefe, ou era pelo menos o mais experiente do grupo, aquele portador da memória cultural, e que tem importante papel na reprodução simbólica do grupo.(48)

E curioso retratarmos não só a presença fragmentária de

africanos entre os homens livres da década de 1870, mas, principalmente, sua ausência nos registros de escravos. Se africanos, bem ou mal, aparecem em 2 meses de registros de prisões para capoeiras livres, porque eles desaparecem para dez meses de prisão de escravos? Mesmo levando em conta que africanos com mais de cinquenta anos são escravos de baixa produtividade, e por isso fortes candidatos aos mecanismos de alforria, temos que ter claro que africanos escravos, mesmo esparsamente, são presos por outros crimes. O desaparecimento de africanos dos registros de escravos capoeiras é um mistério ainda não resolvido.

A aparente letargia da capoeira escrava em 1879 é desmentida em 1881, quando novos registros de escravos foram descobertos. É marcante como os livros de entrada para escravos são poucos, em comparação com os de livres. Pensamos, anteriormente, que deve ter havido uma destruição propositada, no estilo Rui Barbosa em 1890, e que os registros sobreviventes seriam naturalmente isolados.

Mas, nos anos 1880, a quantidade de prisões de livres era bem maior que a de cativos. Um ano de prisão de escravos podia ser levantado em pouco mais de um livro, enquanto para livres um ano de entradas necessitava de cinco ou mais livros.

O maior contraste nos dados entre escravos e livres capoeiras foi a disposição geográfica dos dois grupos no mapa da cidade. Enquanto os livres (GRAFICO 8) se concentravam nas áreas limites do centro da cidade (Freguesias de São José e Santana) os cativos (GRAFICO 18) tinham seu campo de atuação limitado ao perímetro central, a parte mais velha da cidade. Esta geografia,

por mais que se relacione com a distribuição dos cativos nos anos 1860 (GRAFICO 4) não corresponde ao que a documentação informa sobre a disposição da propriedade escrava. De acordo com o censo de 1872, nas áreas rurais deveriam se concentrar cerca de 57% dos escravos do município, enquanto a área urbana, mais povoada, mantinha apenas 43% do total de escravos. De qualquer maneira, este hiato entre escravos e livres pode ter relação com a formação das tradições "Nagôa" e "Guayamú". Não podemos esquecer que os escravos capoeiras são, em 1881, na totalidade crioulos, enquanto os africanos remanescentes são livres. A rivalidade inter-escrava deve ter influído na geografia das maltas.

Em 1881 tivemos acesso a um dos mais raros registros dessa coleção: a formação de maltas de capoeiras com livres e escravos. Somente nesse período os dados coincidentes puderam dar a certeza que determinados escravos e livres compartilhavam o mesmo grupo, e puderam corroborar com segurança conclusões sobre os fatores agregadores que levavam indivíduos de condição diferente a se juntarem nas mesmas maltas.

Aos poucos, levantando as datas e os locais de prisões, pude ter certeza que aqueles cativos pertenciam a um mesmo grupo que outros homens livres, de registro diverso, e comparando diretamente um a um, pude confirmar inclusive que os registros eram feitos pelo mesmo escrivão. Assim pude reunir dados relativamente numerosos sobre os padrões de cor, ocupação e origem de uma mesma malta.

As três maltas de escravos e livres presas no final de 1881 tinham seu campo de atuação em três freguesias diferentes:

Sacramento, Santa Rita e São José. De acordo com a tradição, e com o que foi colocado no capítulo anterior, as duas maltas iniciais eram dos Guayamús, enquanto a última era da tradição Nagôa. O desaparecimento definitivo dos africanos do mundo da capoeira na década de 1880 aparentemente significou um rompimento com uma tradição do passado criando uma lacuna. Mas precisamos ter claro como os mecanismos de reinvenção cultural funcionam a partir da releitura do passado, e da legitimação de seus símbolos por meio de novas visões, vistas como tradicionais. (49)

Assim escravos, crioulos, imigrantes e pardos de todas as províncias assumiam as bandeiras dos Nagôas e Guayamús, a partir de uma nova identidade.

No GRAFICO 9 pudemos perceber a similitude entre condição e origens. No primeiro podemos ter claro como havia uma divisão equilibrada entre escravos e livres. Numa população onde a proporção de homens livres no conjunto total é bem mais expressiva que a de escravos, esses dados confirmam que em períodos de tempo equivalentes o número de capoeiras livres e escravos era semelhante. Isso informa a importância das maltas na cultura escrava urbana, mesmo em períodos tardios como 1881, quando a instituição escravista dava seus últimos passos.

No GRAFICO 9, se confirma a hegemonia dos nascidos no Rio, dado comum para todos os períodos analisados, mas coloca a forte presença dos oriundos da província do Rio, tanto entre livres como escravos.

Possivelmente este dado, no que concerne aos livres, possa estar relacionado ao grande número de escravos em fuga dentro da

cidade, para os quais a participação nas maltas era importante instrumento de socialização no ambiente urbano.

De qualquer maneira, a presença de escravos vindos da província do Rio era numericamente a mais expressiva no que concerne aos cativos não nascidos na Corte. Em segundo lugar, entre aqueles vindos do interior, e no que concerne aos escravos, o nordeste era o maior fornecedor para a Corte.

A presença de portugueses, apesar de bem menor no que em décadas anteriores, realça o intercâmbio racial e cultural dentro das gangues de capoeiras do tempo.

No GRAFICO 10 vemos os diferentes padrões raciais dentro de um mesmo grupo. Quanto aos escravos, os pretos, utilizando a padronização racial da época, estavam claramente em franca maioria. Nos livres, o equilíbrio das cores desmente mais uma vez a capoeira como uma expressão "negra" da cultura carioca, e reafirma seu caráter de forma múltipla de intercâmbio social e cultural.

O GRAFICO 10 nos coloca frente aos padrões ocupacionais de livres e escravos pertencentes à mesma malta. Quanto aos escravos, a comparação com o GRAFICO 5 de padrões ocupacionais de 1863, em princípio, mostra o avanço das ocupações domésticas em relação ao artesanato. E também é curioso a proporção de escravos sem ocupação definida, quase um terço da amostra. Como explicar que escravos não tenham ocupação certa, na medida que a mão de obra escrava era tão cara?

As ocupações de rua eram igualmente relevantes entre escravos e livres, o que pode ser sinal de uma identidade comum que

servisse como ponto aglutinador. Esta era uma função comum na década de 1860 para escravos, que foi gradualmente perdendo importância, de acordo com os dados que temos agora em mãos. Pode ser que as profissões de rua, como vendedores de alimentos ou doces, tão comuns no Rio do final do século XIX, cumprissem papel de relevo na tecitura de solidariedade. Compartilhando as ruas de uma mesma freguesia, e talvez o mesmo mercado (como os dois cigarreiros, um livre e um escravo) escravos e livres tinham mais necessidade de construir um *modus vivendi* que os protegesse de "invasores" e preservasse seus espaços ocupacionais.

A década de 1880 é a mais rica em registros sobre capoeiras. Existem livros inteiros para todos os anos, que registram com detalhes a multiplicidade de facetas possíveis para as "classes perigosas" na última década da monarquia e da escravidão. Escolhemos os anos de 1881 por um principal motivo. Este primeiro ano permitia comparar escravos e livres numa mesma malta, o que era uma possibilidade rara. O ano de 1884 surgiu por razão diversa. Foi uma época de grande repressão policial, o que podia significar quantidade apreciável de dados para serem levantados. 1888 se revelou uma surpresa. Como era o ano da abolição, esperavamos poder contar com uma visão mais global da totalidade dos capoeiras em ação na Corte, sem o risco de perdermos aqueles de condição escrava.

Realmente 1888 foi pródigo em prisões, mas um fator do acaso permitiu enriquecer ainda mais este acervo. A captura de toda uma malta, e uma das mais importantes da época. Compilando os jornais pudemos ter certeza de que a malta de 31 indivíduos

capturada na noite de 12 de julho de 1888 era o grupo que dominava o Campo de Santana. Foi o maior grupo capturado em conjunto que temos em toda a nossa coleção.

Através do GRAFICO 13 podemos ter claro a distribuição dos diferentes grupos pelas freguesias da cidade. Comparando com o GRAFICOS 4 e 8 vemos as mudanças e permanências na geografia das maltas. As freguesias centrais da Cidade Velha (Candelária, Sacramento, Santa Rita), antes pontos nervosos da capoeiragem africana dos meados do século, agora perdem importância para as partes limítrofes da área urbana. Estas partes limítrofes coincidem com o que a tradição e a documentação registram como as áreas dos Nagóas.

De qualquer modo, na passagem do GRAFICO 8 para o GRAFICO 13, as zonas centrais, berço dos guayamús, readquirem relativa importância, pelo menos como centro dos embates principais entre maltas. Este ressurgir dos guayamús na década de 1880 em parte coincide com a queda dos conservadores, e a ascensão dos liberais, que serão de novo desalojados em 1885. Poderíamos supor, como foi colocado no capítulo precedente, que Guayamús e Nagóas estavam intrinsecamente ligados aos dois partidos principais, e isso explicaria sua oscilação entre as duas décadas?

A Freguesia de Santana mantém, em todos os gráficos arrolados, uma posição privilegiada. Esta grande freguesia, a maior da área central, compreendia extensas porções do litoral, e se limitava com grande número de bairros (ver MAPA 1, Cap. II). Esta grande proporção pode explicar o número considerável de capoeiras presos em seu interior. Mas não elimina o fato da composição da-

queles presos em Santana era bem diversa da de outras áreas.

Neste particular, observemos que no GRAFICO 13 as áreas centrais são fortemente ocupadas por estrangeiros, portugueses ou de outras nacionalidades. A freguesia de Sacramento, particularmente, na década de 1880 é o grande reduto de imigrantes. Este dado não era tão patente nos anos 1870. Mas confirma que as áreas Guayamús são pólo importante de atração para capoeiras brancos de outra nacionalidade.

O predomínio dos fluminenses é, aparentemente, diminuído no ano de 1884. Este foi um ano magro de prisões. De abril a dezembro temos somente 66 prisões. E uma porcentagem muito alta de nascidos no interior do Brasil. Cerca de 30% do total tinha vindo das outras províncias do Império, fora a província do Rio. O primeiro exemplo é o pardo João Pedro da Silva, bahiano, marceneiro de 29 anos, morador na rua Senhor dos Passos, freguesia do Sacramento, preso em 22 de abril.(50)

A porcentagem de presos nascidos na Corte (34%) equivalente aos vindos do interior do país (São Paulo, Bahia, etc.) reforça a visão de que os novos ou recém-chegados à cidade interpretavam as maltas como canais de socialização na cidade grande.

Outra peculiaridade do ano de 1884 foi a presença numerosa das profissões de rua, rivalizando com os artesãos principalmente cocheiros, como o pardo claro Joaquim Gonçalves Ribeiro da Costa, preso na freguesia de Santana.(51) Este padrão, em franca divergência com os registrados em 1881 e 1884, deve estar relacionado com os objetivos próprios da repressão neste ano.

Aliás, este ano foi escolhido por ser uma época de perse-

guição aos capoeiras, por conta das crises políticas sucessivas que se alastram pelos gabinetes liberais. (ver capítulo V *Da Flôr da Gente á Guarda Negra*)

As prisões em grupo raramente superam três indivíduos. Entendemos este padrão, que na verdade é corrente em todos os livros, pode ocorrer por diversos motivos: a fuga de grande parte do grupo, facilitada pelo conhecimento detalhada dos becos e vielas da área; a atuação de pequenos grupos, e raramente da malta na totalidade, por receio da repressão; a tendência das patrulhas policiais de só atacarem indivíduos isolados, talvez por temor dos laços de camaradagem que uniam os diversos membros do grupo, o que poderia tornar simples prisões em grandes "rolos", como se dizia das confusões na época(52)

Muitos escravos fugidos, provindos de todas as regiões do Império, tinham as maltas de capoeiras da Corte como fonte de proteção e ocultamento, no meio da massa livre e negra que percorria a cidade, como o pardo Antonio de Oliveira, 24 anos, vindo de Santo Antonio de Jacutinga, morador na rua do Conde, e que, a semelhança dos escravos, declarou desconhecer completamente seus pais.(53)

Ou Marcelo Rangel, cor preta, vindo de Iguassú, e cujos pais, Belizário e Margarida, com toda certeza eram escravos.(54) Marcelo, com seus 18 anos, estava galgando os primeiros passos da hierarquia da capoeiragem, pois foi preso no 2o Distrito da freguesia do Sacramento por "exercício de capoeiragem".

Aliás, este foi um dos grandes motivos de prisão naquele ano. Uma malta de quatro indivíduos, inclusive um espanhol, foi

presa no mesmo 2º Distrito de Sacramento, pelo mesmo delito do preto Marcelo. Aparentemente, uma nova geração de capoeiras estava prestes a sair em campo.(55)

A malta podia servir também como espaço de reforço de solidariedades raciais e de origem, em detrimento de sua leitura como canal de entrada do estranho no cotidiano segmentado da violência das ruas. Um exemplo são os pardos Estevão Felipe e Amancio Luiz da Silva, o primeiro vindo da distante província do Piauí, e o segundo do arraial mais próximo de Porto das Caixas, na Baía de Guanabara,(56) ou os brancos estrangeiros Miguel Ocuisse, de Cocencio, Itália, e João Batista Torres, de Corrientes, Uruguai.(57)

E muito difícil afirmar categoricamente que este ou outro padrão são os fatores fundamentais que determinam a formação de uma malta. Os padrões são por demais diversos. Mas pelo menos não podemos ignorar a existência de certo padrão ocupacional, que por variadas circunstâncias influem na formação de um grupo. Como no caso do cabelereiro Antonio Alves Figueira, ou o barbeiro Manoel José de Figueiredo, vizinhos da rua do Duvidor e Gonçalves Dias, presos no Campo de Santana.(58)

Num tempo em que a agitação abolicionista já tomava as ruas, impelida pelo projeto de emancipação do Gabinete Dantas e pela abolição nas províncias, novas formas de delinquência são criadas, para usufruto "do alheio". Como no caso de Manoel Carlos Ventura, preso no dia 18 de junho por falsamente intitular-se abolicionista e assim ficar de posse de certo número de escravos, que possivelmente depois seriam vendidos para alguma fazenda.(59)

E o número, cada vez maior de escravos fugidos circulando nas grandes cidades, como Romizão (60)

Nas tabernas e bodegas da Cidade Velha os capoeiras ainda encontravam abrigo para suas reuniões e demandas. A vida boêmia das betesgas do baixo meretrício era o ambiente predileto dos mandrins do tempo, principalmente nas sombras da noite, quando o olhar vigilante da polícia estava mais adormecido. O caixeiro Germano Emilio Campos Vargas de Vasconcelos, branco de apenas 22 anos, nascido na Província do Rio, preso no 1º Distrito de Santa Rita, mas morador no Beco da Fidalga, aos pés do morro do Castelo, na freguesia de São José, decerto deve ter testemunhado diversas façanhas de rasteira e cabeçada na taverna onde trabalhava. Assim, aprendeu o riscado, o que lhe valeu cinco dias de prisão. (61)

Antes de passarmos para o próximo livro, devemos dar atenção a uma das possibilidades que esta rica documentação da Casa de Detenção permite. A construção das histórias de vida de alguns detentos que, por tantas entradas na Casa, deixaram dados que viabilizam seguir seus diversos empregos, moradias, locais de atuação, e mesmo seus destinos, dentro ou fora da cadeia.

Talvez um dos que mais deixaram registros na Casa seja o jovem José Eça da Cunha. De novembro de 1876 a julho de 1882 José Eça teve nada mais nada menos que quinze entradas na Casa de Detenção, a saber: quatro por capoeira, quatro por "vagabundo", quatro por desordem, duas por ofensa física em flagrante e uma por andar armado de faca. Crimes muito próximos. Possivelmente muitos dos presos por capoeira devam ter outras entradas por es-

tes motivos.(62)

Só de fevereiro de 1881 à abril de 1882 conseguimos recolher seis fichas de José Eça que podem dar uma vaga idéia da trajetória de um adolescente pobre no mundo da violência urbana do Rio daquele final de século.

No carnaval de 1881 o catraieiro José Eça, com seus 20 anos, morador no Largo da Batalha, branco, com seu cabelo à escovinha, e seu chapéu de lebre, ainda vadiava em busca de ocupação, o motivo talvez de sua prisão como "vagabundo".(63)

Dois meses depois, refletindo a alta rotatividade ocupacional da sociedade fluminense do final do século XIX, o criado José Eça da Cunha é preso por "ofensas físicas em flagrante" e enviado pelo 3º Delegado para a Casa de Detenção. Para complicar ainda mais a instabilidade dos padrões de cor vigentes na época, e também a insegurança de certos dados da Casa, o "branco" do dia 20 de fevereiro se tornou "pardo", e o que é pior, de cabelo "carapinho".(64)

No dia 20 de setembro o "moreno" José Eça da Cunha foi detido na freguesia da Candelária por "promover desordem armado de faca", um ato de delinquência bastante comum para capoeiras..(65)

Antes ele já tinha sido preso por "ser capoeira" na freguesia de São José, já desta vez morando na rua da Misericórdia 86, seu endereço definitivo. Em 27 de março de 1882 o catraieiro branco José Eça da Cunha volta a visitar as dependências da Detenção, vestindo calça preta, camisa branca, paletó escuro, chapéu de palha, uma vestimenta algo mais elaborada do que a calça de cazemira de cor, e a camisa de meia da sua última estadia, em

20 de setembro.

Frequentador assíduo do "Palácio de Cristal", que era como, ironicamente, os detentos se referiam à Detenção, José Eça não estava isolado no mundo da capoeira. Prova disso é a malta de sete indivíduos que com ele são presos na freguesia de São José em 30 de julho. O caixeiro João Joaquim Pinto Ferreira, branco de 15 anos, o cocheiro preto Firmo Monteiro de Souza, morador da rua do Conde, e seu vizinho quitandeiro Manoel Pereira de Miranda, pardo vindo dos longínquos sertões do Piauí.(66), decerto estavam sob a chefia de José Eça, já com longa ficha na polícia. Ele ainda vai ser réu num processo onde, agindo como um chefe de malta, agride policiais quando do desfile de um batalhão, e é protegido da prisão por um grupo de soldados, desembainhado espadas, e enfrentando policiais.(67)

O ano de 1888 foi de intensas movimentações. A vitória da idéia abolicionista, depois de uma árdua campanha, transforma a cidade num caldeirão político em ebulição. O grande volume de prisões na Casa, numa quantidade antes não vista, nos primeiros meses do ano, testemunham, de um lado, a efervescência política, e a presença cada vez maior de libertos vindos do interior, e de outro, a atividade frenética da polícia naqueles dias tão inquietos. Somente do final de abril ao início de julho entraram na Casa de Detenção 165 capoeiras. Mesmo levando em conta as várias prisões de um só indivíduo, é um número considerável para pouco mais de três meses.

Neste momento podemos ter uma visão mais nítida do que era a capoeira da Corte nos últimos dias da monarquia. Personagens

como que saídos das páginas da literatura tomam corpo nos registros de prisão. Como o capoeira Francisco Firmo, morador na rua dos barbonos, 31 anos. Seria o Firmo do romance de Aluizio Azevedo, *O Cortiço*, que faria furor nos anos seguintes, e que estava sendo escrito neste exato momento?(68)

Neste momento a composição das maltas de capoeiras se aproxima de uma torre de babel, visto a variedade de nacionalidades e origens unidos sobre um mesmo fenômeno cultural. Como o cocheiro Manoel Gamarano, 20 anos, nascido na longínqua Salerno, na Itália(69), preso com o paulista Antonio José Pinto Normandia, carregador, nascido na província de São Paulo(70).

O dia 13 de maio de 1888 não deixou marcas perenes somente na história do país. A abolição foi festejada no cárcere de estranha forma. No dia 14 de maio os ex-escravos Albino, Faustino, Paulo, Benedicto (este africano), Salustiano e Thomaz foram os pioneiros entre os ex-escravos libertos pela Princesa a entrarem nos Livros de Livres da Casa de Detenção. Aparentemente eles estavam festejando a libertação quando foram surpreendidos pela repressão. O mineiro Thomaz terá um destino que depois se tornará comum: será enviado para Fernando de Noronha.(71)

A onipresença da capoeira no palco das ruas da cidade do Rio estava refletida na quantidade espantosa de prisões neste momento chave, que vai da decretação da Lei Aurea ao nascimento da Guarda Negra, possivelmente o mais famoso agrupamento de capoeiras de toda a história da Corte. E com certeza essa onda de prisões não reprimiu a sanha das maltas, que durante os dois anos seguintes monopolizariam a violência urbana na cidade.

Momento também de êxodo de libertos, vindos principalmente das fazendas decadentes do Vale do Paraíba fluminense, como Izaias, que disse chamar-se Izaias dos Santos, preto, trabalhador, que viera de Barra do Firaí, que como outros ex-escravos vão encher os becos e vielas da cidade-capital.(72)

No dia 24 de maio um personagem célebre da capoeiragem do tempo fez mais uma aparição. Domingos Soares Calçada, o Domingui-nhos da Sé, velho conhecido da casa, fez sua aparição de novo, pelo mesmo motivo das vezes anteriores: ofensas físicas leves. Em 1881 ele tinha feito sua primeira entrada na Detenção depois de uma agressão a um padeiro na rua da Pedreira da Candelária.(73)

Desta vez ele foi agarrado e respondeu a processo, e de acordo com a ficha, foi à júri em 10 de setembro e condenado no grau médio do artigo 201 do Código Criminal. O que se sabe é que em 1890 ele estava livre, pois foi preso nas malhas da repressão armada por Sampaio Ferraz.(74)

Em 3 de julho um dos áses da capoeira na Corte deu o ar de sua graça nos cubículos da Casa de Detenção. Acácio José Ferreira, vulgo Trinca Espinha, um dos nomes mais citados pelos cronistas do século seguinte, deixa de ser lenda e aparece em carne e osso. Branco, 16 anos, caixeiro, nascido em Rezende, na província do Rio, morador na rua General Câmara, Trinca Espinha era um importante aliado dos políticos abolicionistas.(75)

No dia 12 de julho de 1888 uma descoberta rara nos registros da Casa de Detenção abriu novas possibilidades. A prisão de uma malta inteira, e uma das mais importantes da Corte. A malta do Campo de Santana, conhecida como "Cadeira da Senhora", com 33

indivíduos. Uma análise meticulosa desse grupo pode representar uma radiografia da composição de uma malta de capoeiras no Rio dos finais do século XIX.

Analisando os padrões de moradia podemos nos surpreender com os dados. Cerca da metade daqueles presos (49%) residia em freguesias outras que não aquela onde o grupo foi preso. Só na freguesia do Sacramento tinham moradia 21%. Freguesias tão distantes como Engenho Velho e Glória também eram bairros de moradia desses capoeiras. Assim deixa de ter sentido a malta como instrumento unicamente de defesa do "pedaço", ou da área de residência. Outros padrões, como ocupação e origem podem ajudar a explicar o que leva homens diferentes a formarem uma malta.

O padrão ocupacional mantém similitude com o dos homens livres presos por capoeira. A grande maioria (48%) exercem profissões ligadas a uma forma de artesanato, como pedreiro ou carpinteiro. Cerca de 27% tem ocupações domésticas, como cozinheiro ou servente. Os trabalhadores de rua, como cocheiros e vendedores de bala perfazem 9%.

Surpreendeu também a faixa etária dos membros do "Cadeira da Senhora". Uma grande quantidade (18%) tinha menos de 15 anos, e a ampla maioria (59,3%) está entre 15 e 20 anos, uma percentagem alta para faixa etária tão jovem. Alguns como o menino Elias Roza de Araújo, servente, cor parda, de 13 anos, e seu companheiro André Satyro da Silva, carpinteiro, de cor preta, com a mesma idade, estavam ainda na idade em que o menino de rua começava a aprender os golpes da capoeiragem, ensino ministrado por meio de um complexo conjunto de rituais (ver "Ritos de Aprendizado" em

Dos Nagôas e Guayamús: a Formação das Maltas cap.II).

Uma minoria (15,6%) estava entre 21 e 15 anos. Esta alta proporção de adolescentes explica o fato de o Campo de Santana ser espaço preferido de exercício dos capoeiras neófitos, que começavam na escala da hierarquia (ver nota 34, cap. II).

Quanto aos padrões raciais, a partir dos padrões da época, os pretos formavam a ampla maioria da malta do Campo de Santana (54,5%). Em seguida vinham os pardos (18%) e os brancos (12%). Estes dados contrastam com os dados gerais para capoeiras presos em 1890 (GRAFICO 17) onde os brancos perfazem cerca de 34%. Seria a malta de Santana um reduto de capoeiras negros, ex-escravos, libertos, crioulos, em detrimento das outras maltas, onde a presença de brancos seria mais representativa? De qualquer maneira a Cadeira da Senhora pertence a tradição Nagôa, como explicamos no capítulo anterior. A nossa hipótese, de uma tradição escrava e africana, representada pelos Nagôas, conflitar com uma tradição mestiça e nativa, recebe mais uma comprovação.

Um dado surpreendente corrobora esta leitura. Na malta de Santana não encontramos nenhum português. A presença de imigrantes lusos entre os capoeiras estava bastante difundida na cidade, como explicaremos no próximo capítulo. Esta ausência era no mínimo peculiar. Imigrantes de outros países também estão completamente ausentes.

Em compensação, uma grande proporção (27%) era oriunda da província do Rio. O que se explica pelo crescente número de libertos e fugidos que rumaram para a cidade no colapso da instituição escravista. Seria a freguesia de Santana um reduto de ex-

escravos vindos do interior, onde eles poderiam mais facilmente se misturar na massa de pardos e pretos livres da cidade?

Os dados do censo de 1890 são divergentes com aqueles da malta. Em Santana havia 7.968 pretos (11,7% do total), 13.158 pardos (19,52%) e 44.761 brancos (66,42%) Essa superioridade de brancos está em franca

No momento em que a Guarda Negra dava os primeiros sinais nas páginas da imprensa, uma malta só de pretos e pardos deveria ter significados políticos peculiares (ver Cap.V pg. 71 e 72).

A terceira área de origem dos participantes desse grupo (15%) era o interior do Brasil. O que corresponde com os registros gerais de 1888 (ver GRAFICO 15). Este Também pode estar relacionada ao êxodo de libertos e fugidos para uma cidade que desde muitos anos se tornou rota obrigatória para aventureiros, ideseempregados, fugitivos, ou todos aqueles que querem tentar a sorte na cidade grande.

Os gráficos da década de 1880 nos fornecem uma visão mais aproximada dos padrões sociais e culturais que informam as maltas do século, pela quantidade mais ampla de indivíduos registrados. Pelo GRAFICO 13 podemos perceber as diferentes áreas de atuação. A freguesia de Sacramento e Santa Rita, na área central, como já dissemos, perdem espaço para a periferia.

O GRAFICO 14 nos coloca os padrões ocupacionais da década de 1880. O predomínio dos artesãos ou trabalhadores especializados em ofícios guarda semelhança com os escravos de 1863 (GRAFICO 5) e contrasta com os padrões ocupacionais de livres para

1870-1879. O declínio, em números relativos e absolutos, da população escrava, onde as profissões domésticas eram ampla maioria (GRAFICO 11) pode explicar a presença maior de livres neste espaço. E também a maior quantidade de alforrias não necessariamente implicaria em trocas ocupacionais. Quer dizer, o capoeira ex-escravo deixa de ser registrado entre escravos e passa a circular nos registros de livres. Os dados de 1888 em diante seriam assim mais globalizantes da composição da capoeira como um todo.

Quanto à origem (GRAFICO 15) realça à primeira vista a alta presença de indivíduos oriundos das províncias, que não do Rio de Janeiro, que, o que como mencionamos, esta relacionada à posição estratégica da cidade do Rio entre escravos fugidos e homens pobres do interior.

O ano de 1890 foi o mais marcante na repressão policial aos capoeiras em todo o século XIX. As peculiaridades políticas daquela época ajudam a explicar esta fato. Além de prender capoeiras às centenas, Sampaio Ferraz os deportou para a distante Ilha de Fernando de Noronha, para cortar pela raiz qualquer tentativa de rearticulação dentro da cidade. Os mais importantes chefes de malta, os mais velhos, guardiães da tradição, e os maiores áses da capoeiragem, foram afastados do ambiente citadino, rompendo o elo fundamental da reprodução cultural. Por mais que possamos comprovar que a capoeira não acabou com sampaio Ferraz, podemos ter claro que ela sofreu alterações profundas, de forma de ação e significado, com a repressão de 1890.

De novembro de 1889 à dezembro de 1890 a casa de Detenção registra no mínimo a prisão de 297 capoeiras. No mínimo porque os

registros de janeiro à março de 1890 desapareceram.

O primeiro capoeira a cair nas mãos de Sampaio Ferraz foi Joaquim da Trindade. 23 anos, trabalhador, cor fula, nascido em Santa Catarina, morador na r. da América, e preso na rua do Santo Cristo. Sampaio Ferraz ainda estava elaborando seu plano que faria a capoeiragem ser desmantelada após um ano de fúria, assim o fulo Joaquim foi libertado cinco dias depois. O preto Adolfo José Pereira, marceneiro, também trabalhador, pertencia a malta de Joaquim Trindade, e foi mandado para Fernando de Noronha.(77)

Para nosso azar, grande parte dos registros de 1890 não guardou o local da prisão, o que dificultou sobremodo localizar os principais locais de atuação visados pela repressão republicana. Aparentemente Sampaio Ferraz saiu a campo com a indicação dos endereços de moradia de todos eles. Assim municiado ele pode prender um a um, e deporta-los para a ilha do Atlântico. José Francisco Cardozo, cor fula, servente, 18 anos, Marcelino João de Moraes, 20 anos, carpinteiro, preto, Ludgero Pacheco de Rezendo, 19 anos, preto, Ponciano José Ignácio Silva, 40 anos, trabalhador, e por fim, Francisco Soares Calçada, açogueiro, cor parda, morador no Largo de São Domingos, 28 anos. Será este o Domingos Soares Calçada, com diversas entradas na Detenção, e que encontramos de 1881 até 1888? Só sabemos que o nome de Dominginhos da Sé aparece nos registros dos capoeiras presos em Fernando de Noronha.(78)

Esta malta, das últimas registradas no século XIX, fora presa na rua do Catete, um dia antes. Seu chefe possivelmente era o pardo Ponciano, que teve o mesmo destino de Calçada.

A partir do dia 10 dezembro as prisões de capoeiras aumentam estupidamente. O plano arquitetado pelo Cavanhaque de Aço, como ficou conhecido Sampaio Ferraz, estava funcionando como um relógio. O mês de dezembro de 1889 foi de intensa movimentação na casa de Detenção. Só por capoeira entraram 66 indivíduos, a maioria remetido para o Arsenal de Guerra na Ilha das Cobras, o que significava em linguagem cifrada Fernando de Noronha.

Em seu artigo sobre a repressão dos primeiros dias da República, Marcos Bretas(79), aliás o primeiro a compilar este material, fez uma análise meticulosa dessas primeiras vítimas de Sampaio Ferraz. Muitos dos presos neste mês atípico não tinham registrado o motivo da sua detenção, reflexo do autoritarismo reinante após 15 de novembro. Compilando registros de ocorrência do presídio de Fernando de Noronha pudemos nos certificar de quais foram efetivamente deportados, e quais capoeiras foram detidos sob total sigilo.

Brancos, pretos, pardos, carrocheiros, serventes, negociantes, em 1890 ser capoeira era uma possibilidade aberta para um amplo anel de grupos sociais diferentes, de todas as classes, de quaisquer origens. O volume recorde de registros permite a visão mais nítida jamais feita sobre quem eram os capoeiras do Rio do final do século XIX.

A ausência de locais de prisão na maioria esmagadora dos registros indica não apenas um desleixo das autoridades, empenhadas somente em limpar, a qualquer custo, a capoeiragem da cidade. Reforça a hipótese, colocada por muitos contemporâneos, de que Sampaio Ferraz já tinha os endereços dos capoeiras mais perigosos

quando iniciou sua campanha, sendo redundante registrar o local da prisão já que coincidia com o endereço. De qualquer maneira, os outros crimes não tem este padrão.

Alguns foram presos, possivelmente, no próprio local de trabalho, como o condutor de bondes Arthur Benigno de Carvalho, presos com "bonet, colete e paletó da firma"(80)

A primeira leva de capoeiras saiu da Corte nos primeiros dias de janeiro e desembarcou em Fernando de Noronha em 24 de janeiro. No porão do vapor Madeira estava encarcerada a nata da capoeiragem carioca, talvez os mais hábes e audases capoeiras do século, como Catão José Lourenço, latoeiro, preto, preso junto com Domingos Soares Calçada, e Leocádio José Barbosa, copeiro, cor parda, residente no Largo da Sé.(81)

Nomes bizarros surgem em Fernando de Noronha, como Napoleão Faquista, ou Napoleão Zeferino da Silva, 38 anos, pardo, carpinteiro, enviado sem motivo de prisão, um dos mais velhos do grupo.(82), ou "Ferro Velho", cujo nome real era Joaquim de Me-deiros, preso em Santana, morador na r. Carlos Gomes, que mesmo com o "Velho" tinha apenas 21 anos.(83)

Alguns velhos conhecidos reaparecem, como Francisco Rodrigues da lapa, vulgo "Chico Vagabundo", portuguez de Braga, 32 anos, implicado no atentado contra o jornal *A Gazeta da Tarde* em janeiro de 1885.(84)

A repressão de Sampaio Ferraz era implacável. Mesmo capoeiras de alta consideração, ou até mesmo próximos da lides republicanas foram encarcerados, como Alfredo Murat Pilar, filho de família ilustre de literatos, 24 anos, caixeiro, morador na rua

do Ipiranga, no Cosme Velho, e que no ato da prisão vestia sofisticado terno azul marinho, cartola de castor branco e polainas.(85)

Os registros de fevereiro e parte de janeiro ainda estão desaparecidos. Retomamos o fio da história em 2 de março de 1890. Nesse dia o carregador Theodoro Martins, pardo de 26 anos, teve o destino comum dos capoeiras presos pelo governo provisório: O Arsenal de Guerra.(86)

Zungús, batuques, feitiçaria, continuam entre as preocupações das autoridades "moralizadoras" do novo regime, e eles se confundem com os capoeiras nos corredores e celas da Detenção.(87)

José Portuquez, Trindade do Pharoux, Fita Branca, a relação interminável de apelidos da sarjeta se desenrola de forma quase monótona, como uma fila sem fim de exilados e deportados. As vezes, os nomes guardam inéditas proximidades com fatos do passado. O que dizer dos pretos Pedro Rio Branco, e seu companheiro Manoel Paranhos do Rio Branco, nascidos exatamente na época da Lei do Ventre Livre, um em Goiás outro em Itaguaí, Estado do Rio, presos como capoeiras em 8 de abril? Seriam seus nomes uma espécie de dívida de gratidão por terem sido libertos pela célebre lei criada pelo Visconde de Rio Branco? Como veremos no Capítulo 5, o fio da história não foi rompido entre estes dois momentos.(88)

No dia 9 de abril de 1890 Sampaio Ferraz conseguiu, talvez, sua maior vitória individual. José Elycio dos Reis, o célebre Juca Reis, atravessa os longos portões de ferro da Casa de Detenção para sentir, provavelmente pela primeira vez, o ar de

uma cela. 36 anos, proprietário, morador no Largo do Catete, filho do Conde de São Salvador de Matosinho e da Condessa de S. Salvador de Matosinhos, ele era provavelmente o mais afamado capoeira da cidade.

Filho de uma das famílias mais abastadas da Corte, se envolveu em diversas arruaças, e brigas políticas, principalmente contra republicanos e liberais. Protegido por sua condição elevada, nunca foi punido.

A chegada do preso nº 1419 provocou uma crise política no ministério do Generalíssimo Deodoro da Fonseca, que quase redundou na demissão do próprio Chefe de Polícia. Na queda de braço com o encarregado da pasta das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva, protegido político do Conde, Sampaio levou a melhor, e no dia 1 de maio Juca Reis embarcava para Fernando de Noronha.(89)

Depois da prisão de Juca Reis, a maior presa que Sampaio Ferraz podia esperar, as coisas ficaram aparentemente mais calmas. O frenesi inicial cede lugar a uma rotina de detenções, onde até mesmo capoeiras tem agora a chance de serem soltos

Alguns já fichados, voltam a atravessar os corredores da Casa, como João José da Silva, vulgo João Veado, que foi preso nas pimeiras levas, em 28 de novembro, e que volta a visitar o xadrez em 17 de abril.(90)

Em maio ainda se registram 30 prisões por capoeira, sendo que a grande maioria vai para Fernando de Noronha. Outro destino comum era o envio ao Ajudante General do Exército, onde ou eles asentavam praça, ou iriam para uma colônia militar na fronteira, trabalhar como galés anos a fio. Talvez tenha sido este o destino

de Benevenuto José Gonçalves, que, apesar do nome, era pardo de Niterói, padeiro, e que guardava as marcas das lutas do passado numa cicatriz na testa e outra no rosto.(91)

Depois de limpar o centro das principais malhas Sampaio deita olhares para a periferia, para não deixar pedra sobre pedra. E assim entram no xadrez Fortunato José Luiz Flores, e Antonio Manoel Joaquim, ambos moradores do distante e bucólico bairro de Copacabana.(92)

A miséria não era barreira para a fúria de Sampaio. O capoeira Raul Joaquim de Carvalho, e seu companheiro Bazílio José de Medeiros, moradores no adro da igreja de São Francisco e de Vila Rica foram enviados ao Arsenal para, provavelmente, fazerem a viagem Atlântica sem volta.

Fugas heróicas assombraram esta história de exílio e prisão, guardando proximidade com rocambolescas narrativas de cape-e-espada. Como interpretar o retorno ao Rio de Francisco Rodrigues da Lapa, ou melhor, de Chico Vagabundo, deportado dia 4 de janeiro com a "fina flor" da capoeiragem local? Em 24 de maio ele volta a conhecer as dependências sombrias da Casa de Detenção, e possivelmente seu castigo agora seria mais severo. A metrópole atrai como um lampião noturno.

A colônia baiana no Rio de Janeiro sofre perdas nesta nova safra de deportados. O quitandeiro Manoel dos Passos, preto, residente na rua do Núncio 35, 23 anos, entrou no Livro de matrícula junto com João Candido, negociante pardo, casado, que do alto de seus 49 anos representaria talvez o elo ancestral entre a capoeira da Corte e a jogada na Bahia.(93)

No dia 28 de maio a Detenção recebeu uma remessa incomum. Vinte e um deportados do Estado de São Paulo, todos com destino a Fernando de Noronha. Entre eles o ex-escravo Sebastião, lavrador, e o liberto Adão. A "limpeza" criminal feita por Sampaio Ferraz na capital se tornara repressão política nacional, e o presídio de Fernando de Noronha, coalhado de presos, recebia novas vítimas.(94)

Agora não só capoeiras são banidos. Manoel Justino dos Santos, gatuno, e Sebastião Francisco José Lopes, vagabundo e gatuno, tem ambos o mesmo destino no remoto arquipélago do Atlântico.(95) E entre estes o preto Joaquim Guimarães, que teria passado despercebido se não tivesse a marcante filiação de Manoel Congo e Thereza Benguela. Filhos crioulo de mãe africana.(96)

Após mandar para o banimento as maiores lideranças da capoeiragem, Sampaio começou a rastrear os "capoeiras amadores", como eram conhecidos aqueles que não participavam das maltas. Geralmente vinha de outras partes do país, conheciam os golpes, mas ficavam isolados. Assim do dia 25 de julho ao dia 7 de agosto foram capturados um português de Vizeu, um paulista, um maranhense, dois nascidos na província, um de Niterói e outro de Rio Bonito, um pernambucano, um baiano e um espanhol de Granada. Por volta de 1890 a capoeira era um ponto de encontro para imigrantes de todas as origens e nacionalidades. O tal "jogo nacional" era na verdade um "campo internacional" de lutas no chão da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, e também de troca e solidariedade.

Entre estes "amadores" com certeza se encontravam velhos mestres, antigos áses, que tinham se aposentado da violência das

ruas, mas ainda eram depositários da tradição. Quantas histórias sobre Nagôas e guayamús não poderiam ser contadas pelo velho pedreiro José Joaquim de Santana, viúvo, 64 anos, preto da Bahia, morador na Freguesia de São Cristovão, filho de Nazário Martins e Felippa de Sant'anna? De camisa branca, calça preta, colete, paletó e chapéu de cor ele entrou na Casa em 10 de agosto e foi enviado à chefia de polícia em 13.(97)

O "Cavanhaque de Aço" não buscava somente eliminar os que estavam em ação. A raiz reprodutora da cultura capoeira era o mal que tinha de ser eliminado. Fosse, tivesse sido, ou mesmo pudesse ser capoeira, todos mereciam o destino comum do xadrez, onde a vontade pessoal do homem forte da nova polícia republicana ditava seu futuro.

A velha polícia secreta, reduto dos capoeiras nos tempos monárquicos, estava com seus dias contados, e não tinha mais serventia como recurso da impunidade. Assim dois indivíduos foram presos na freguesia da Glória por se dizerem agentes secretos.(98) A nova ordem fechava o cerco aos seus inimigos.

Uma maré de ex-escravos entram nos registros da Casa no mês de agosto. Muitos serão enviados para Fernando de Noronha, e outros soltos como João, ex-escravo de José Manuel Queirós(99). Seriam ex-escravos as principais vítimas do golpe militar republicano, por conta de sua lealdade à "Monarquia Redentora"?

Nos finais de agosto as deportações arrefecem. Muitos capoeiras são soltos poucos dias depois de sua prisão. O braço repressor mostra os primeiros sinais de cansaço.

O mês de outubro de 1890 entrava e a Casa de Detenção ain-

da recebia capoeiras. Alguns se tornariam famosos décadas mais tarde, como Manoel Moreira, vulgo Gato, citado no início do século por Vieira Fazenda.(100)

No dia 31 de outubro de 1890 temos o último registro de capoeira preso na gestão Sampaio Ferraz. Francisco Custódio, 22 anos, padeiro, preto, morador na rua da América, preso pelo subdelegado de Santana. Seria solto em 11 de dezembro, quando Sampaio já tinha se demitido do seu cargo.

De janeiro de 1891, nossas últimas fichas, uma curiosidade: Moyses Corull, preto, de origem norte-americana, residente na rua da Saúde, preso por "estar em exercício de capoeiragem". O fio da cultura voltava a se enredar.

CONCLUSÃO

Os gráficos 16 e 17 nos remetem aos padrões que informam as maltas de capoeiras do final do século. Os padrões ocupacionais repetem aqueles dos gráficos das décadas de 70 e 80, apesar dos trabalhadores de rua como cocheiros, quitandeiros, condutores de bonde, estarem mais representados. De certo a repressão mais ampla movida neste último ano responde por esta diferença.

Infelizmente não temos muitos registros de locais de prisão neste ano, o que inviabiliza uma análise mais acurada das maltas e dos locais de ação, apesar de acharmos também que os padrões de 1881-88 (GRAFICO 13) se repetem.

O grande número de prisões num mesmo dia, sem o registro do local, impossibilita também certificar se os presos pertencem

a uma mesma malta.

De qualquer maneira esses dados são bastante ricos para concluirmos qual era a composição das maltas de capoeira do final do século. A alta porcentagem de brancos (GRAFICO 17) põe em relevo o forte potencial de intercâmbio que a cultura da capoeira retinha. Mais do que uma luta, ou uma arte marcial urbana, a capoeira era um ponto de identidade social, de construção da coletividade, de afirmação da solidariedade, de socialização e de encontro de homens das mais diversas origens.

Podemos agora concluir nossa análise com uma visão global desses trinta anos de registros. A capoeira expressa os valores de uma sociedade marcada pela tradição e pelo conflito. Os dados reforçam que ser capoeira no Rio Imperial era atributo dos jovens, cuja grande maioria tinha entre 20 e 30 anos. A afirmação, a valentia, a ousadia, valores comuns nos jovens do nosso tempo, já faziam parte do universo ideológico da juventude da época.

Assim, ser capoeira podia vista como atributo necessário ao mundo dos plenamente adultos, principalmente nas camadas mais pobres, onde a luta pela vida e a perspectiva da violência estavam sempre presentes.

De nascimento escravo, a capoeira se espalhou como um relâmpago no universo dos livres, de todas origens. Talvez sua potencialidade maior estivesse na característica de leitura peculiar da sociedade urbana, construída por décadas de vivência escrava e africana. Essa experiência moldou uma sociabilidade característica, preparada para enfrentar as tensões de uma sociedade marcada pela violência.

Os livres e imigrantes perceberam rapidamente este potencial, e "usurparam" a capoeira do seu berço escravo. Pagaram um tributo á esta raiz por meio da perpetuação das tradições Nagôas e Guayamús, vestígios de antigas disputas, que se mantiveram no ocaso da capoeira escrava.

As diversas distribuições das maltas pelo tecido urbano, como observamos nos vários gráficos a isso referentes (GRAFICOS 4, 8, 13 E 18) não representam simples reflexos da distribuição populacional. São, isto sim, sintomas de uma politica peculiar das ruas, onde o jogo do poder entre os diversos grupos se espelha na sua capacidade de concentrar adeptos e de repelir ataques. Em outras palavras, as maltas mais fortes não apenas tinham mais "combatentes", mas respondiam pelos centros nervosos da guerra particular travada entre os diversos grupos que loteavam a cidade.

Assim, a freguesia de Santa Rita, dominante nos anos 60, entra os anos 80 bem enfraquecida, por conta do surgimento de outros rivais, que desafiaram sua antiga hegemonia. Esse jogo de forças ainda está longe de ser entendido plenamente.

Algumas maltas, para tornar mais complexo o tabuleiro do conflito, não aparecem nos registros por conta do seu poder político, ou até de sua decadência. Assim, a malta da Glória, que domina a vida política na Corte nos anos 70, pouco aparece nos gráficos, em consequência da proteção sobre ela estendida, e depois desaparece no colapso do grupo político que a patrocinava.

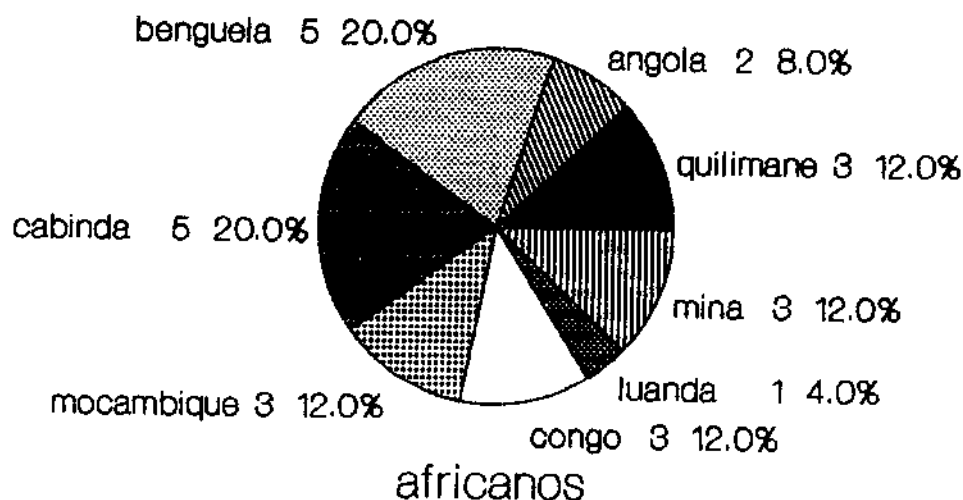
Em síntese, os dados da Casa de Detenção não resolvem todos os problemas, mas podem fornecer um subsídio quantitativo

muito importante para refutar ou confirmar o que a documentação qualitativa, vista no capítulo anterior, nos coloca.

GRAFICO 1

ESCRAVOS AFRICANOS CAPOEIRAS: CASA DE DETENCAO.1863

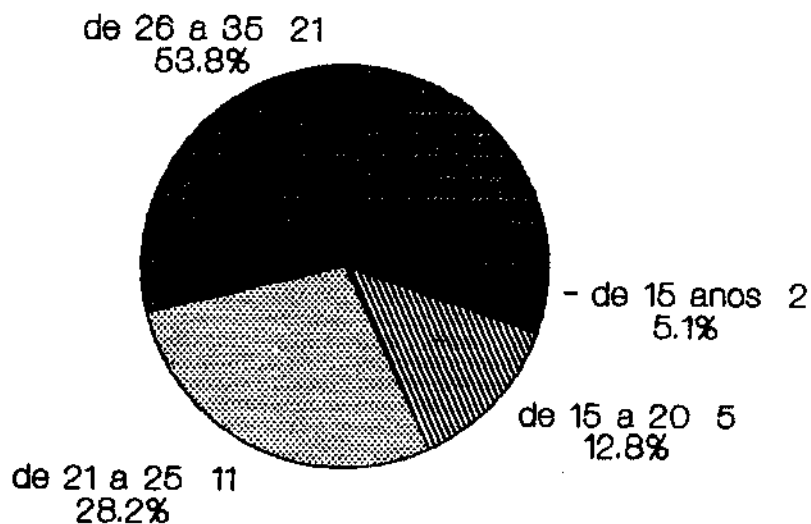
200



fonte: Livro de Entrada da Casa de Detencao

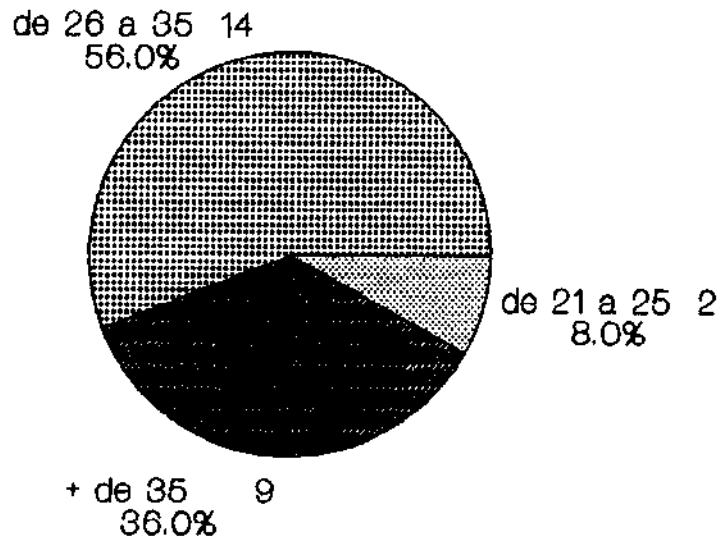
Grafico 2

ESCRAVOS CRIoulos CAPOEIRAS: FAIXA ETARIA. 1863



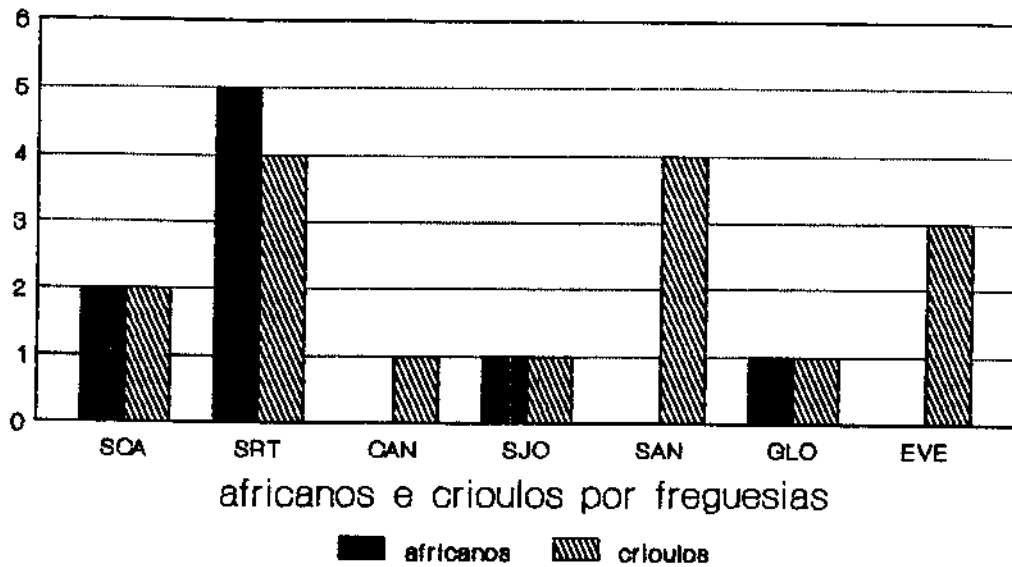
Fonte: Idem

Gráfico 3 ESCRAVOS AFRICANOS CAPOEIRAS: FAIXA ETARIA. 1863



TOTAL DA AMOSTRA: 25

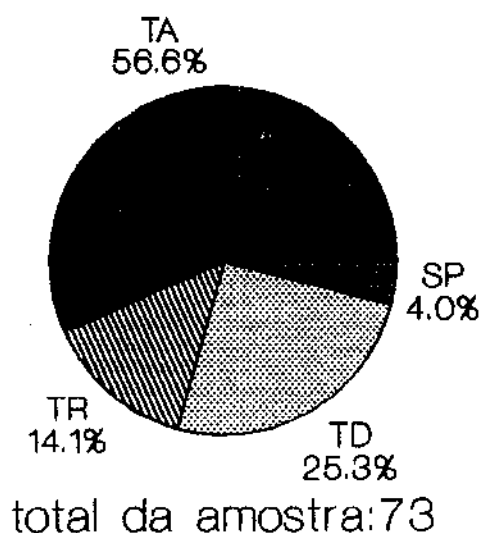
gráfico 4 ESCRAVOS CAPOEIRAS POR FREGUESIAS 1863



SCA:SACRAMENTO SJO:S. JOSE EVE:ENG.VELHO
 SRT:STA. RITA SAN:SANTANA
 CAN:CANDELARIA GLO:GLORIA

grafico 5 PROFISSOES DE CAPOEIRAS ESCRAVOS 1863

202



TA:trabalhador artesao
TR:trab. de rua
TD:Trab.domestico

grafico 6 PORTUGUESES E BRASILEIROS NA CAPOEIRA. 1861-1868

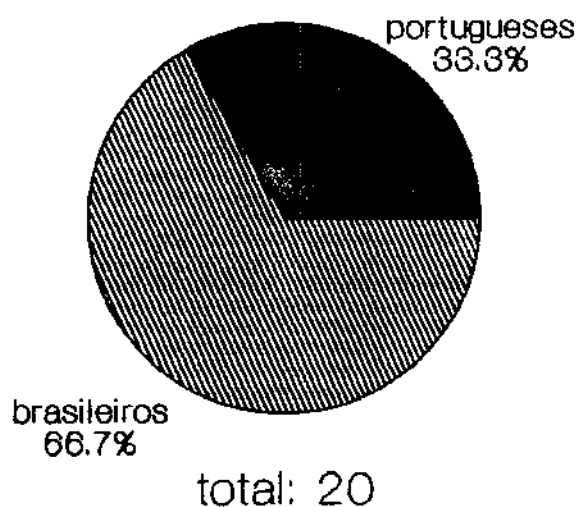


grafico 7 ORIGEM DE CAPOEIRAS LIVRES 1870-1875-1877

203

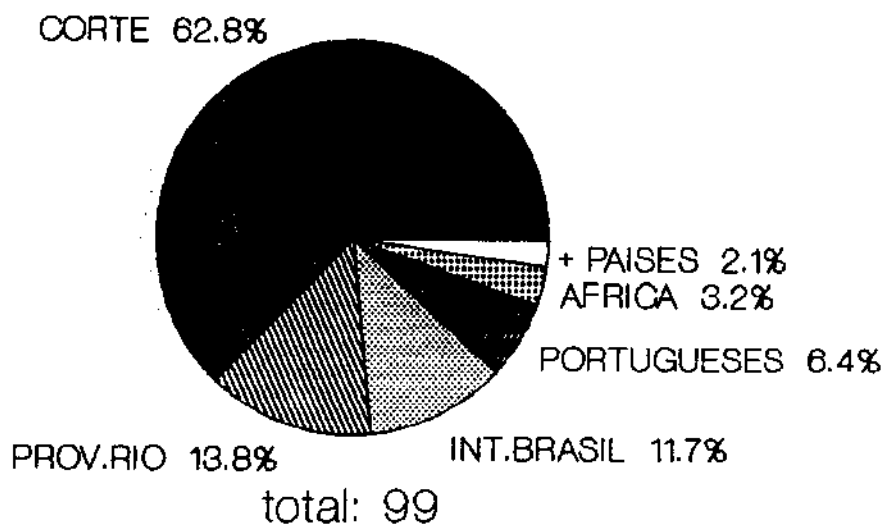
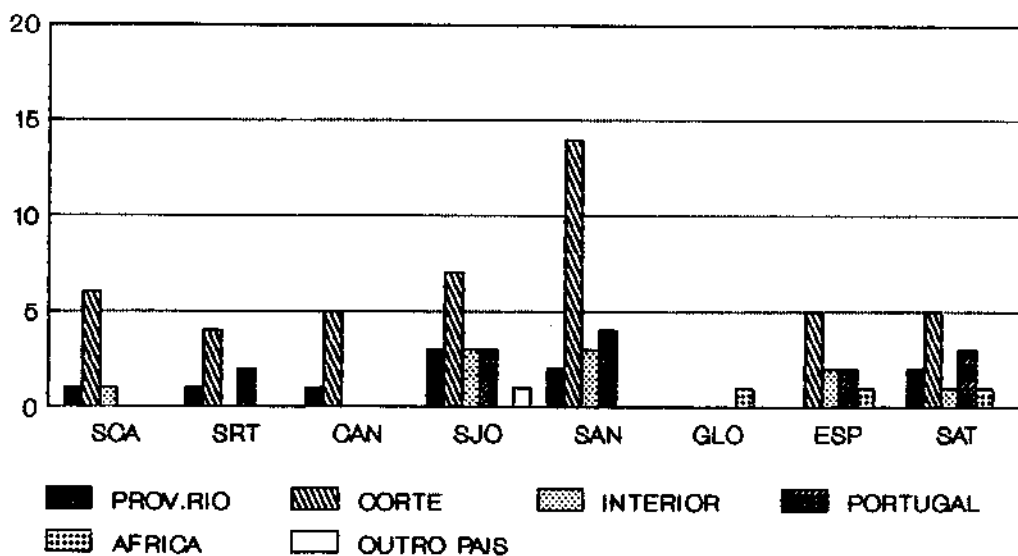


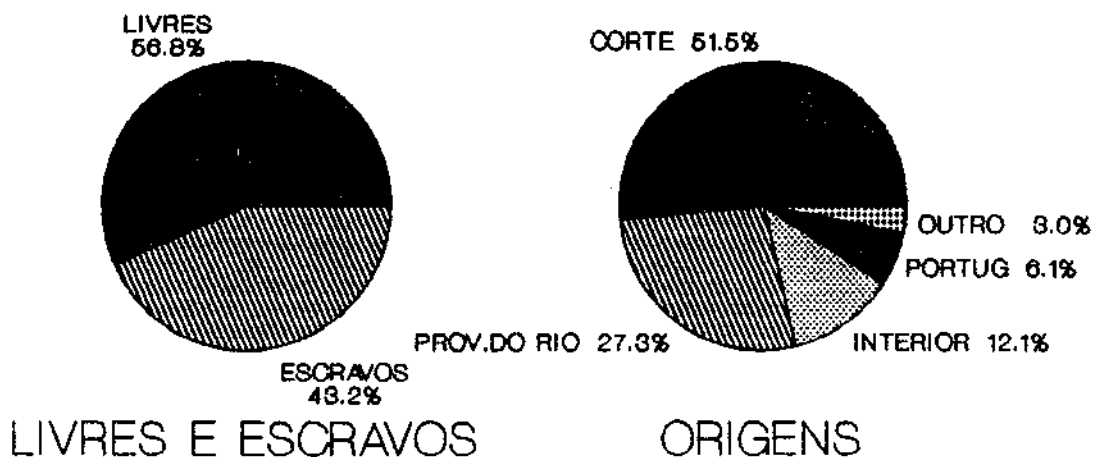
grafico 8 CAPOEIRAS LIVRES POR FREGUESIA 1870-1879



SCA: Sacramento SJO: S. Jose ESP: Esp. Santo
 SRT: Sta. Rita SAN: Santana SAT: S. Antonio
 CAN: Candelaria GLO: Gloria

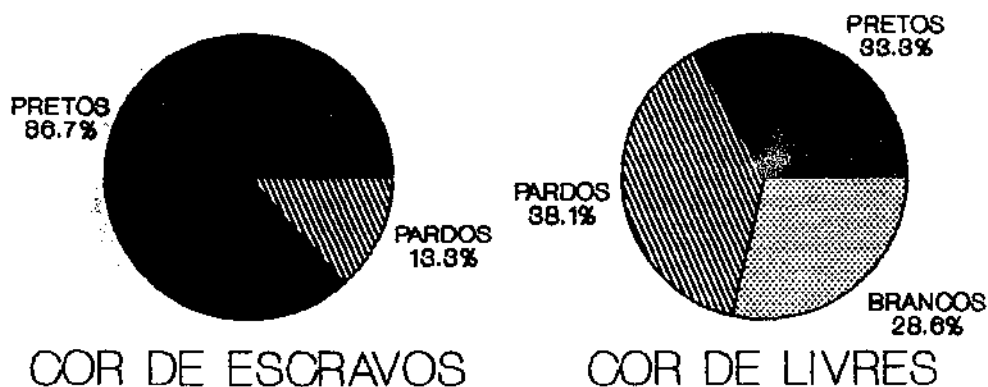
grafico 9
MALTAS DE ESCRAVOS E LIVRES.1881:
CONDICAO E ORIGENS

204



TOTAL DA AMOSTRA: 36

grafico 10
MALTAS DE ESCRAVOS E LIVRES.1881:
COR



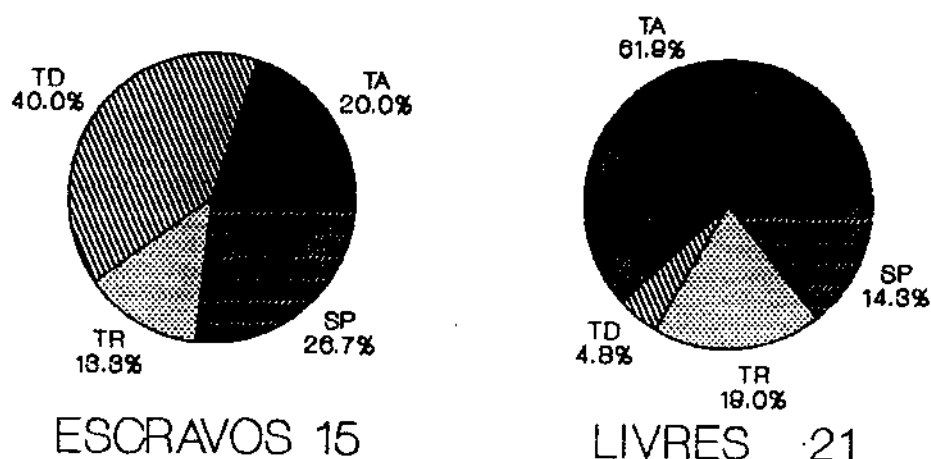
ESCRAVOS:15
LIVRES:21

grafico 11

MALTAS DE ESCRAVOS E LIVRES:1881

OCUPACAO

205

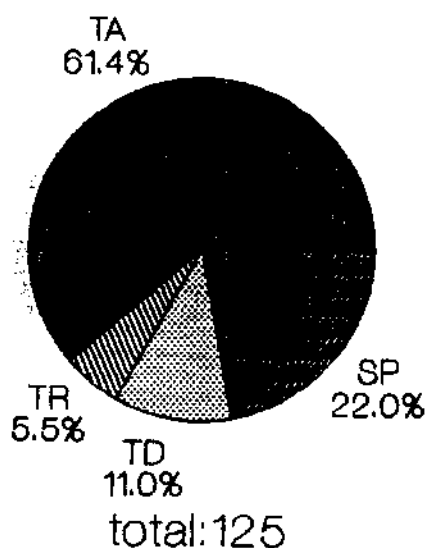


TA:trab. artesao SP:s/profissao
 TR:trab. de rua
 TD:trab. domestico

grafico 12

CAPOEIRAS LIVRES POR OCUPACAO

1870-1879



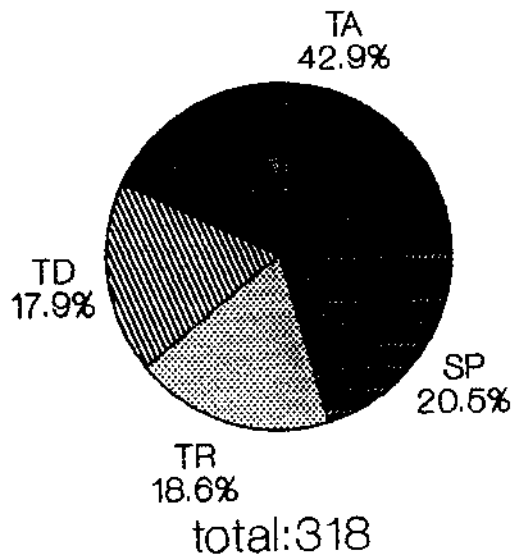
TA:TRAB. ARTESAO SP:SEM PROFISSAO
 TR:TRAB. DE RUA
 TD:TRAB. DOMESTICO

grafico 14

CAPOEIRAS LIVRES POR OCUPACAO

1881-1884-1888

206

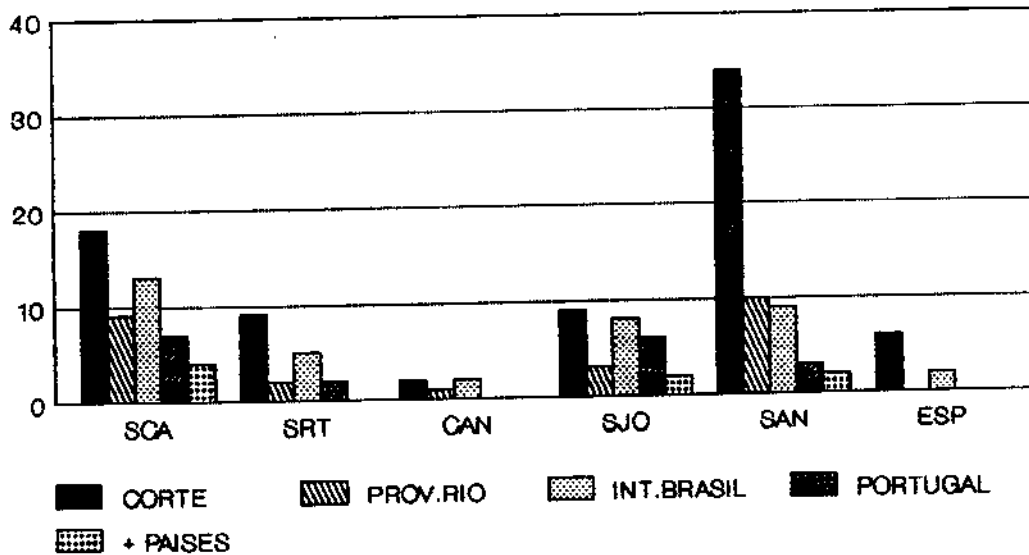


TA:TRAB. ARTESAO SP:SEM PROFISSAO
 TD:TRAB. DOMESTICO
 TR:TRAB. DE RUA

grafico 13

CAPOEIRAS LIVRES POR FREGUESIA

1881-1884-1888



SCA:SACRAMENTO SJO:S.JOSE
 SRT:SANTA RITA SAN:SANTANA
 CAN:CANDELARIA ESP:ESPIRITO SANTO

grafico 15
CAPOEIRAS LIVRES POR ORIGEM
1881-1884-1888

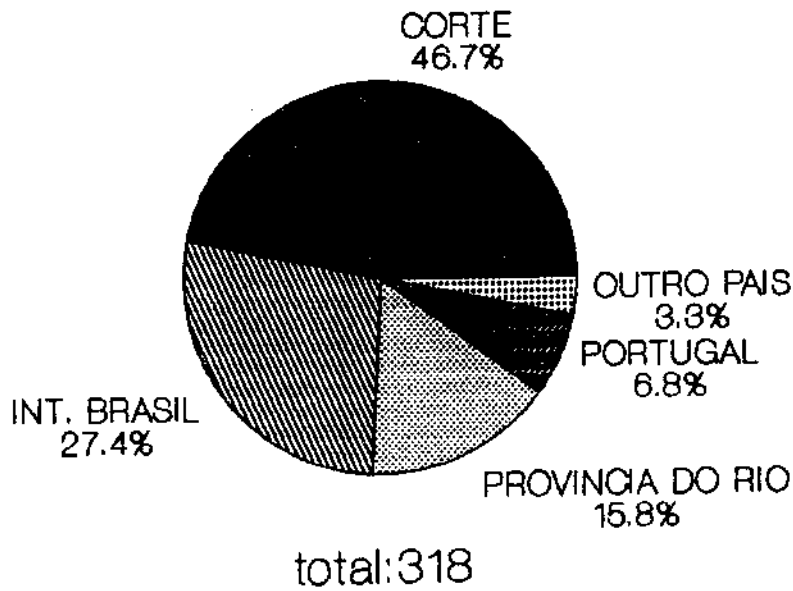
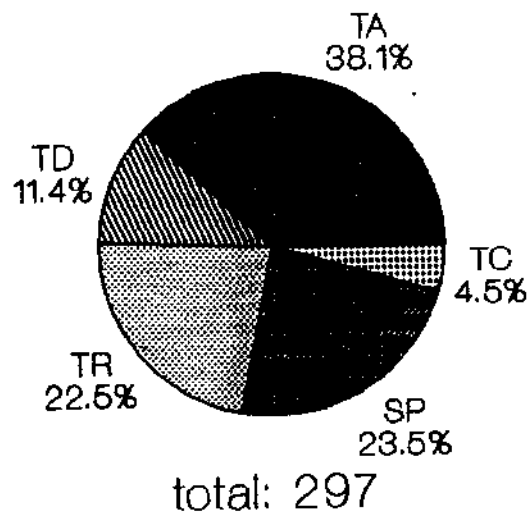


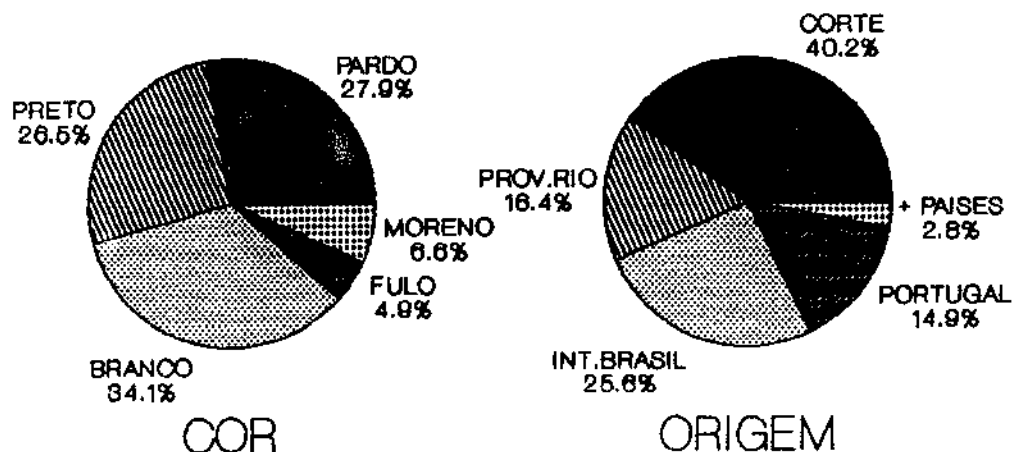
grafico 16
CAPOEIRAS POR OCUPACAO
1890



TA:TRAB. ARTESAO TO:TRAB. DO COMERCIO
 TR:TRAB. DE RUA SP:SEM PROFISSAO
 TD:TRAB. DOMESTICO

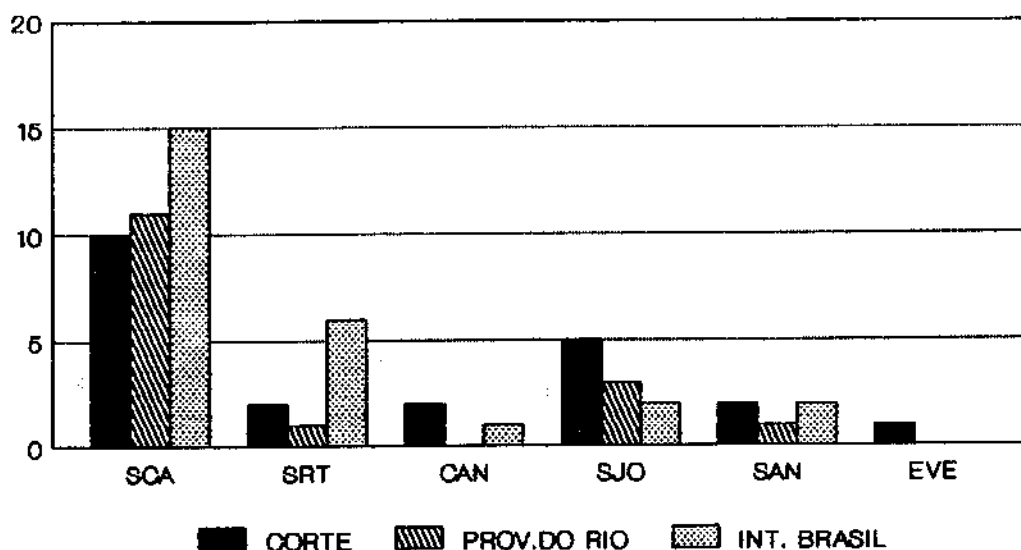
grafico 17 CAPOEIRAS POR COR E ORIGEM 1890

208



TOTAL: 297

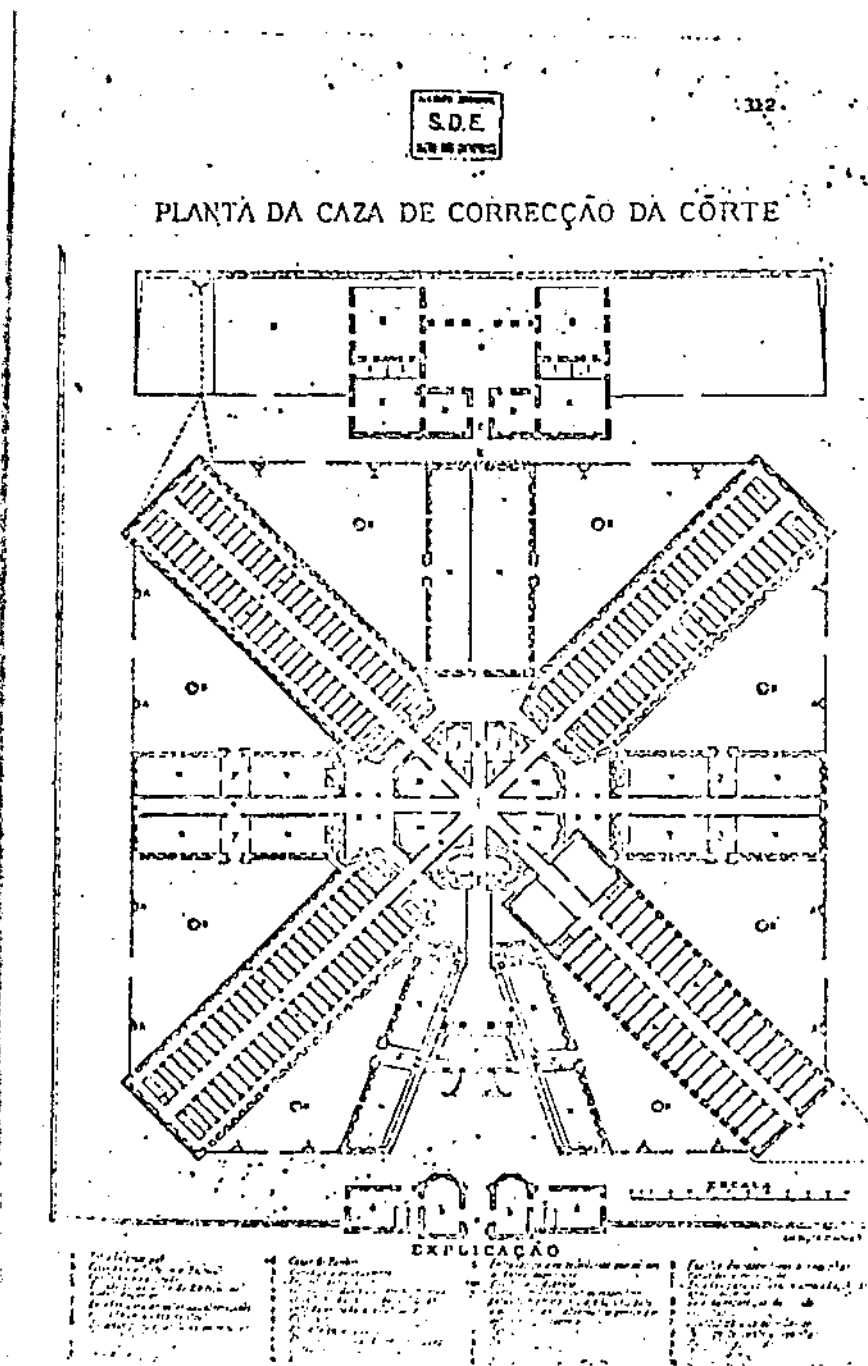
grafico 18 ESCRAVOS CAPOEIRAS POR FREGUESIA 1879-1881



SCA: SACRAMENTO SJO: S. JOSE
SRT: STA. RITA SAN: SANTANA
CAN: CANDELARIA EVE: ENGENHO VELHO

GRAVURA 1

fonte: AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order And Violence: Social Deviance And Social Control in Brazil. 1780-1840*, Minnesota University, Ph.D., 1976, History, modern, Volume II p.312.



NOTAS DO CAPITULO 3

- 1 - *Gazeta de Notícias* 18/02/1878
- 2 - Para uma visão panorâmica das reformas prisionais da era moderna ver o clássico de Michel Foucault *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*, Petrópolis, Vozes, 1977
- 3 - Carta Régia de 08/07/1767 IN AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: História, Monumentos e Homens Célebres*. Rio de Janeiro, Garnier, 1877, p.400
- 4 - AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order And Violence: Social Deviance And Social Control in Brazil.1780-1840* Minnesota University Press, ph.D,1976, History Modern,Volume II, p.311
- 5 - AZEVEDO, Manuel. *op. cit.* p.400
- 6 - FOCAULT, Michel. *op. cit.* p.207-228
- 7 - AZEVEDO, Manuel. *op. cit.* p.411
- 8 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte, IN BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça. *Relatório Apresentado à Assembléia Geral Geral Legislativa*. 1857
- 9 - Sobre estrutura policial na virada do século ver BRETAS, Marcos. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro*, IUPERJ, 1988
- 10 - AZEVEDO, Manuel. *op. cit.* p. 412
- 11 - A narrativa de João do Rio, feita quase vinte anos depois dos nossos registros, retratam com muita clareza o que era a Casa de Detenção do final do século XIX:

"A galeria é um enorme corredor, ladeado de cubículos engradados. A má disposição de luz, com claridade de frente e dos fundos e a claridade das prisões, dá a esse corredor uma perpétua atmosfera de meia sombra. Através dos muros brancos ouve-se o susurro das conversas murmuradas."
- JOAO DO RIO, *A Alma Encantadora das Ruas* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987, p.139
- 12 - Livro de Entrada da Casa de Detenção (L) 3987, Ficha (F) 462, 23/03/1863.
- 13 - KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850* Princeton, Princeton University Press, 1987, p.74

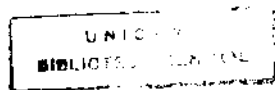
- 14 - L.3967, F.655, *Jornal do Commercio* 18/05/1863.
- 15 - *Diário do Rio de Janeiro* 26/05/1863
- 16 - L.3987, F.677.
- 17 - L.3967, F.668, 25/06/1863.
- 18 - *Ibidem*, Fs. 825, 826 e 827, 14/07/1863.
- 19 - *Ibidem*, Fs. 898 E 899, 14/08/1863.
- 20 - *Ibidem*, F.907, 16/08/1863 e *Diário do Rio de Janeiro* 17/08/1863.
- 21 - *Ibidem*, F.1104, e *Ibidem*, F.791.
- 22 - L.3987, F.4009, 12/03/1863.
- 23 - L.3967, F.857.
- 24 - *Ibidem*, Fs. 1231 e 1232, 23/11/1863.
- 25 - De acordo com KARASCH, Mary. *op. cit.* (Tabela 1.5) em 1832 6,6% dos africanos eram oriundos da Africa Ocidental (atual Nigéria e região limítrofe) 26% da Africa oriental (Moçambique) e 66% da Africa Centro-Ocidental (sul do Congo, Angola). A maior parte dos oriundos da Africa Ocidental tinham sido reexportados do Brasil, principalmente da Bahia.
- 26 - *Ibidem*, Fs.28, 29 e 30, 05/01/1864.
- 27 - L.3956, Fs. 191,192 e 193, 08/02/1864.
- 28 - L.3956, F.836, 04/07/1868
- 29 - *Ibidem*, F.724 e 726, 08/06/1868
- 30 - *Ibidem*, F.733. 10/06/1868. Existem outros americanos de cor preta, como os presos 1221, 16/10/1868. e 1223, 17/10/1868.
- 31 - *Ibidem*, F.943, 20/08/1868. e *Ibidem*, F.844, 06/07/1868.
- 32 - L.4052, F.1064, 22/11/1870.
- 33 - L.4042.
- 34 - Sobre imigrantes ver o artigo de Luis Felipe Alencastro "Proletários e Escravos: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872" IN *Novos Estudos: CEBRAP* No 21, julho de 1988
- 35 - *Ibidem*, F.481, 03/06/1875.

- 36 - Ibidem, F.769, 15/08/1875. Também há o caso de Alexandre (F. 834, 18/08/1875) "suspeito de fugido, jogatina e batuque".
- 37 - F.658, 12/07/1875.
- 38 - F.101 à F.104, 24/01/1875.
- 39 - L.4040, Fs.812 e 1026.
- 40 - L.4617, 04/08/1879.
- 41 - Ibidem, F.1539, 11/11/1879.
- 42 - Ibidem, F.1570, 19/11/1879.
- 43 - Ibidem, F.1739, 22/12/1879.
- 44 - Ibidem, F.610, 07/05/1880.
- 45 - Ibidem, F.215, 10/02/1880.
- 46 - Ibidem, F.135, 26/01/1880.
- 47 - Ibidem, Respectivamente F.316, 03/03/1880 e F.1269, 25/09/1879.
- 48 - L.3965, F.4390 e F.4403 ambas de 24/12/1879.
- 49 - HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. (orgs.) *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1984."Introdução: A Invenção das Tradições".
- 50 - L.3959, F.1806, 22/04/1884.
- 51 - Ibidem, F.1922, 30/04/1884.
- 52 - Ibidem, F.1956, 01/05/1884.
- 53 - Ibidem, F.2315, 23/05/1884.
- 54 - L.3792, F.3333, 21/07/1884.
- 55 - Ibidem, F.3533 e F.3536, 06/08/1884.
- 56 - Ibidem, F.3696 e F.3697, 14/08/1884.
- 57 - Ibidem, F.3727 e F.3728, 16/08/1884.
- 58 - L.3979, F.5808 e F.5809, 29/11/1884.
- 59 - L.3992, F.2730, 18/06/1884.

- 60 - Ibidem, F.2924, 29/06/1884.
- 61 - Ibidem, F.5988, 15/12/1884.
- 62 - José Eça da Cunha, réu, Caixa 61, processo 8, Arquivo Judiciário.(AJ)
- 63 - L.4053, F.874, 20/02/1881.
- 64 - L.4046, F.2229, 21/04/1881.
- 65 - L.3974, F.4497, 20/09/1881.
- 66 - L.3704, F.3704, 30/07/1881.
- 67 - Ver nota 62.
- 68 - L.4057, F.2573, 28/04/1888.
- 69 - Ibidem, F.2681, 10/05/1888.
- 70 - Ibidem, F.2689, 11/05/1888.
- 71 - Ibidem, F.2670 à F.2675, 14/05/1888. Curioso que Paulo tenha sido preso por tentativa de estelionato.
- 72 - Ibidem, F.3000, 16/06/1888.
- 73 - Domingos Soares Calçado, réu, caixa 23, processo 17, mss. AJ.
- 74 - L.4057, F.2778, 24/05/1888.
- 75 - Ibidem, F.3205, 03/07/1888.
- 76 - Ibidem, F.3304 à 3336, 12/07/1888.
- 77 - L.4321, F.4147, 27/11/1889.
- 78 - Ibidem, F.4277, 10/12/1889.
- 79 - BRETAS, Marcos. *A Queda do Império da Navalha e da Rasteira: A República e os Capoeiras* ms. Casa de Rui Barbosa, 1989.
- 80 - L.4321, F.4640, 31/12/1889
- 81 - Ibidem, F.4278 e F.4284, 10/12/1889
- 82 - Ibidem, F.4410, 13/12/1889.
- 83 - Ibidem, F.9, 02/01/1890.
- 84 - Ibidem, F.36, 04/01/1890 (Capítulo II, nota 33)

- 85 - Ibidem, F.104, 10/01/1890.
- 86 - L.4322, F.923, 02/03/1890.
- 87 - Ibidem, F.915, 02/03/1890.
- 88 - Ibidem, F.1398 e F.1399, 08/04/1890.
- 89 - Ibidem, F.1419, 09/04/1890.
- 90 - Ibidem, F.1530, 17/04/1890.
- 91 - L.3760, F.1712, 05/05/1890.
- 92 - Ibidem, F.1774 e F.1776, 10/05/1890.
- 93 - Ibidem, F.1952 e F.1981, 26/05/1890.
- 94 - Ibidem, F.2004 à F.2023, 28/05/1888.
- 95 - Ibidem, F.2021, 11/06/1890. e F.2207, 12/06/1890.
- 96 - Ibidem, F.2257, 17/06/1890.
- 97 - L.3982, F.2860, 10/08/1890.
- 98 - Ibidem, F.2887 e F.2888.
- 99 - Ibidem, F.3028 e F.3041, 25/08/1881.
- 100 - Ibidem, F.3426, 02/10/1890, ver nota 3, Capítulo 5.

VOLUME II



CAPITULO IV

**DOS FADISTAS E GALEGOS:
OS PORTUGUESES NA CAPOEIRA**

*O fadista que é fadista
A jeito o ferro manobra
Metendo a mão aos arames
Dá facada como cobra.(1)*

No dia 26 de novembro de 1860 um jovem imigrante português atravessou o grande portão de ferro da Casa de Detenção da Corte sobre o qual, naqueles tempos idos, se lia o distico - *REGNANTE PETRO II* .(2) Gregório da Rocha Moreira, 17 anos, sapateiro, natural do Porto, filho de Manoel da Rocha Moreira e de Ana Maria de Jesus, morador na rua de São Diogo, fora enviado à Casa de Detenção pelo próprio Chefe de Polícia da Corte. Seu crime: capoeira. Gregório ficaria um longo tempo experimentando a "hospedagem" da Casa. Somente em 20 de abril de 1861, quase cinco meses depois de seu encarceramento, ele poderia reaver sua liberdade.(3)

Nove de agosto de 1890. Chega ao Ministério das Relações Exteriores uma correspondência remetida pela Embaixada Portuguesa no Brasil. Era uma reclamação consular, assinada pelo próprio representante do governo luso. Anexada a ela havia um petição com a assinatura dos mais importantes negociantes portugueses da cida-

de. Encabeçando a lista de nomes ilustres estava a assinatura do que seria, provavelmente, o comerciante de mais "grossa fortuna" da cidade do Rio: Joaquim José Reis.(4)

O protesto diplomático e a mobilização dos mais importantes negociantes "a retalho" da cidade do Rio tinha um só objetivo: denunciar a prisão e tentar barrar a provável deportação do súdito português Antonio Joaquim Pereira Martins, preso como capoeira e gatuno no dia 12 de julho.

Antonio Joaquim, 29 anos, nascido em Braga, negociante, morador na rua São Leopoldo 99,(5) estava incluído numa relação de 48 portugueses que também seriam banidos do território nacional, segundo determinações do Chefe de Polícia.(6). O protesto visava também barrar a expulsão desses compatriotas.

Em seu ofício o Cônsul português afirma não acreditar que Antonio Joaquim fosse gatuno. O representante de Lisboa pede a opinião do Chefe de Polícia do Distrito Federal e sua presença no caso.

Em sua resposta Sampaio Ferraz afirma que Antonio Joaquim fora preso no 2º Distrito da freguesia de Sacramento. Além da acusação de capoeira ele fora reconhecido por quatro agentes da polícia como gatuno e "explorador do conto do vigário" (segundo o mesmo documento "meio de furtar"). De acordo com Sampaio Ferraz ele já recebera ordem para deixar o território nacional.

Apesar das alegações de agentes da polícia de que ele já fora envolvido em casos de roubo, na freguesia de Sacramento ou em São Cristóvão, para o Cônsul aquela prisão tinha uma clara natureza política. No dia 12 de julho Joaquim Antonio estava num

botequim na rua Senhor dos Passos quando um policial passou pela porta no momento em que o acusado "censurava os atos da polícia". Este teria sido o motivo da prisão, apesar da acusação de que ele fora preso na rua do Rezende por furto, tendo sido obrigado a assinar, na ocasião, Termo de Bem Viver, documento que obriga o indivíduo a conseguir ocupação, sob pena de prisão.

A petição dos comerciantes lusos e o protesto do representante de Lisboa no Brasil condenavam a deportação como medida extrema, especialmente contra alguém com comércio e família estabelecida. Aos poucos os poderosos negociantes conseguem aliados.

O objetivo da ação conjunta dos negociantes e do consulado de Portugal era convencer o Ministro das Relações Exteriores a pressionar o Chefe de Polícia que, em sua campanha para banir a capoeira do Rio de Janeiro, iniciada nos primeiros dias do novo regime republicano, vinha dedicando especial atenção aos imigrantes portugueses envolvidos com maltas de capoeiras.

Poucos meses antes já tinha havido um confronto entre o Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, e o Chefe de Polícia, por conta da prisão de um afamado capoeira, filho de um dos mais ricos representantes da colônia lusa no Rio, o Conde de São Salvador de Matosinhos. Esse capoeira, José Elysio dos Reis, conhecido como Juca Reis, fora enviado à Fernando de Noronha em 10 de maio, no rastro de uma crise que quase causa a primeira renúncia ministerial do Governo provisório do General Deodoro da Fonseca.

O Ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, entrou na questão e ordenou ao Chefe de Polícia que libertasse o

português mas que o mantenha sob vigilância. O Ministro das Relações Exteriores voltou a pressionar seu companheiro da pasta da Justiça pela liberdade do imigrante luso. O Cônsul português enviou outro ofício à Quintino Bocaiúva, reiterando seu protesto.

Nada adiantava. Sampaio Ferraz não arredava pé de pôr fora do território da República o negociante. Em resposta enviou ao titular da pasta da justiça os testemunhos de diversos agentes dando conta da "vida pregressa" do imigrante: o alferes Leopoldo Magalhães confirma a acusação de ladrão e "passador do conto do vigário". O sargento do 2º Batalhão do Regimento Policial, João Alves Rodrigues de Moura, afirma ter conhecido Antonio Joaquim como "capoeira e gatuno".

A correspondência confidencial entre os ministros das Relações Exteriores e o da Justiça confirma que as pressões para libertar o negociante luso ainda corriam no final de agosto.

O 3º Delegado, provavelmente obedecendo ordens de Sampaio Ferraz, devolveu requerimento do próprio Ministro da Justiça no qual este pede pela liberdade de Antonio Joaquim, alegando que ele era "honesto e trabalhador", além de proprietário de um botiquim. O delegado confirmou a expulsão a culpa do acusado.

Mas os negociantes não desistiram. Joaquim José dos Reis enviou ofício ao Cônsul pedindo a intervenção até de Sua Majestade, o rei de Portugal, em favor de um súdito preso "ilegalmente" na Casa de Detenção do Rio de Janeiro e intimado a sair do país. Sua versão difere dos policiais em pouca coisa: na noite de 12 para 13 de julho, embriagado, Joaquim Antonio criticara a polícia em voz alta, e por isso fora levado à estação policial do Largo

de São Domingos, onde, alguns policiais, velhos inimigos, criaram a história de que ele era "gatuno". Remetido à Casa de Detenção por ordens expressas de Sampaio Ferraz, ali o lusitano ainda pode articular os mecanismos do compadrio e da solidariedade pátria que ligavam os imigrantes portugueses no Brasil.

Esses negociantes ainda confirmaram por escrito a honestidade do compatriota encarcerado. Renovaram o pedido de intervenção do Rei. Agora a falta de provas era o álibi dos companheiros de Joaquim Antonio. As pressões se avolumavam, de dentro e do exterior, contra o responsável pelo policiamento da capital. Acautando ordem direta do Ministro da Justiça, Sampaio Ferraz manda libertar Antonio Joaquim Pereira Martins em 27 de setembro de 1890.

Um dos detalhes mais significativos dessa longa novela é que a acusação inicial do Chefe de Polícia, a de que Antonio Joaquim era capoeira, jamais foi contestada.

Estas duas histórias, separadas por quase trinta anos, e muito diferentes entre si, relatam fragmentos de uma história muito maior, e que teve papel importante na história social e cultural do Rio de Janeiro no século XIX: a presença de imigrantes portugueses nas maltas de capoeiras.

A história da imigração portuguesa no Rio de Janeiro, e do seu papel na vida cultural da cidade no século XIX, tem sido enfocada quase sempre do ponto de vista do conflito e da diferença. Vistos como representantes da dominação colonial que perdurou por trezentos anos, os imigrantes portugueses tem carregado este fardo por muitos anos, dentro e fora dos livros.

Os portugueses eram identificados como colonizadores, exploradores, que abusavam dos preços e estavam sempre ligados ao ódio racial.(7) Detentores de privilégios antigos, eram beneficiados pelo discurso racista em voga no final do século que desprezava o nacional "preguiçoso e indolente" em troca do imigrante "trabalhador e operoso".

Este imaginário teria contribuído para manter a grande maioria dos negros, egressos da escravidão no pós 13 de maio, numa condição de anomia social, fato que explicaria a manutenção de amplas maiorias da população negra na marginalidade.(8)

Nossas hipóteses partem de outro modelo. Para nós a participação maciça de portugueses nas maltas de capoeiras é sinal de um forte processo de intercâmbio cultural entre a população mais pobre da cidade (na esmagadora maioria negra e mestiça nos meados do século) e os imigrantes lusos, que começam a desembarcar em grandes números no país no período pós-1850.

Para nós a chave desse intercâmbio cultural entre a população negra-escrava e os imigrantes portugueses no Rio da segunda metade do século XIX estava no compartilhar de condições de vida e trabalho extremamente próximas. Imigrantes portugueses e a população negra da Corte dividiam um mesmo nicho ocupacional, e por vezes moravam no mesmo cortiço, assistiam as mesmas festas, usavam as mesmas roupas, e morriam das mesmas epidemias.

Mas, além dessa proximidade social e econômica uma insólita ligação cultural contribuiria para entendermos a adaptação rápida do elemento português recém chegado ao jogo da violência urbana, onde o capoeira tinha presença destacada. Aí entramos na

figura sincrética do fadista.

I

O FADISTA

O primeiro estudioso a demonstrar a proximidade cultural entre os portugueses de classe baixa e os capoeiras cariocas da metade do século foi Marcos Bretas em seu artigo sobre a representação de 1890. Em rápida passagem ele descreve esse fenómeno:

A forte presença portuguesa no meio da capoeiragem chama atenção para a forte semelhança com a boemia popular de Lisboa do século XIX: os fadistas. Um cronista português da virada do século chega a afirmar que os capoeiras são os fadistas do Rio de Janeiro. Unidos na tradição de brigas e conflitos, fadistas e capoeiras compartilham a arena de predileção, a navalha.(9)

Mergulhando nessa pista pudemos perceber com maior nitidez a forte proximidade que une indivíduos separados por tantos quilómetros de mar. O primeiro espanto fica na visualização dos dois tipos sociais em seus trajes típicos: calças de boca-de-sino, cabelos em bandós (soltos, desalinhados), chapéu desabado, sapatos de salto de prateleira para o fadista lusitano, equivalem às calças largas, paletó saco desabotoado, camisa de cor e chapéu de feltro do capoeira carioca descritos na narrativa clássica de Alexandre Mello Moraes Filho.(10)

Quem era o fadista? Personagem destacado da marginalidade lisboeta do século XIX ele fazia parte, junto com as prostitutas, marinheiros, vagabundos e rameiras, do universo do 'Bas Fond' lusitano. Realça aí a primeira similitude entre os dois tipos culturais alegados: tanto o capoeira como o fadista eram produtos de

uma incipiente sociedade urbana do século XIX, e também filhos da marginalidade citadina.

Assim, fadista e capoeiras compartilhavam uma mesma origem: subprodutos de uma sociedade urbana desigual e violentamente excludente, eles simbolizavam um universo cultural singular e único.

O fadista era personagem inevitável da crônica policial lisboeta, e se destacava não somente pelo canto do fado, hoje símbolo maior da cultura portuguesa, mas pela forma singular de luta, caracterizada pelo uso da navalha e pelos golpes de agilidade paralelos aos por nós já conhecidos:

A navalha era o instrumento predileto da expansão do gênio e o argumento decisivo nas disputas e rixas. Um inglês fleumático mas assustado, de passagem por Portugal, escrevia a propósito: "A maioria dos portugueses venera a navalha com a ternura de uma arma nacional. Ela o é de fato e os registros policiais dão eloquentes provas de sua ação. Segui com atenção os movimentos de um desordeiro e vereis que as mãos procuram instintivamente os bolsos onde a navalha espera o momento de intervir"...Certos locais a policia não ia com receio de andar em bolandas diante do bico dos sapatos e do bico das facas da frandulagem.(11)

O cronista Tinop, como era conhecido o jornalista João Pinto Ribeiro de Carvalho em sua coletânea sobre a história do fado estabeleceu o paralelo entre os capoeiras e os fadistas, como também notaria Bretas mais tarde:

Como os *mâitres en fait d'armes* do século XVIII falavam de papo em esgrimaduras de espadas, também ele [o fadista] fala de cadeira no tocante a esgrima da navalha, que maneja com virtuosidade, pinchando baileiros, pulando com ginásticas felinas de tigre, fazendo "escovinhas", riscando a preceito.
Os fadistas do Rio de Janeiro são os capoeiras. Tem ha-

vido alguns notabilíssimos pelas proezas.(12)

O duelo entre Manduca da Praia e Sant'Anna e Vasconcelos selou o encontro entre o Fadista da Mouraria e o Capoeira Nagôa.(13) Agora eles caminhariam juntos, tendo como palco as ruas movimentadas da capital do Império Brasileiro.

A gíria do fadista, para completar a união (ANEXO 2), guarda extraordinárias semelhanças com o jargão das camadas populares da sociedade fluminense, como poderemos no vocabulário dos capoeiras, registrado no Capítulo II (ANEXO 1)

"Sardinha", "Rasteira", "Ginga", são alguns dos extraordinários paralelos entre a fala do fadista e a gíria da capoeiragem carioca. Essa proximidade reforça a idéia de um fundo cultural comum unindo navalhistas de ambos os lados do Atlântico.

Outro personagem da fauna das ruas lisboetas que guarda parentesco na Corte era o marialva. Burguês acostumado a frequentar o submundo, ou filho de famílias aristocráticas que percorre a sarjeta, ele era um ponto de união entre os salões da camada dominante e a vigorosa cultura de rua dos bairros boêmios de Lisboa. A cíclica repressão policial que se abatia sobre a vida noturna lisboeta era motivada pela reiterada presença desse personagem, como bem afirmou um contemporâneo:

O que tem a ver a policia com o desleixo paterno que permite que a sociedade dourada de Lisboa prefira, muito a seu talante, a tarina da esquadra ao fofo colchão do lar doméstico? Em vez das aulas preferem os bilhares; em vez da vida passada na família preferem os prostibulos; as batotas ao curso superior; a vadiagem aos empregos honestos...Marialva era quase sinônimo de estroina. Os vadios de estirpe - aristocratas de meia tijela - para estes marialvas tanto fazia jogar num sa-

lão ricamente mobiliado à luz de cem velas de spermacetti como apontar numa baiúca iluminada por velas de sebo e com um vigia à porta para dar sinal quando se (aproximava) a policia...(14)

O mais famoso Marialva da Corte do Rio foi José Elysio dos Reis, mais conhecido por Juca Reis, filho de importante família lusitana, e do qual falaremos mais tarde.

II

O ENGAJADO

Façamos a travessia. O fim do tráfico atlântico de africanos, e a enorme demanda de cativos para as fazendas próximas do Vale do Paraíba fluminense, então vivendo o apogeu do café, levou as autoridades e homens de negócio da Corte a pensarem urgentemente a substituição da mão de obra urbana.

A imigração lusitana, oriunda principalmente das ilhas dos Açores, foi o recurso mais perto para trazer braços para a cidade. De acordo com o artigo de Luiz Felipe Alencastro sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro de meados do século(15), os primeiros imigrantes portugueses chegados por volta de 1850 vieram com o objetivo de ocupar os espaços antes tomados pelos escravos urbana.

O desembarque em massa de açorianos no Rio de Janeiro teve início quando o tráfico africano clandestino ainda era vigoroso. Denúncias surgiram de que navios empregados no tráfico africano eram também usados no transporte de imigrantes portugueses, e em idênticas condições.(16)

Aqui desembarcados os imigrantes lusos não deixavam de so-

frer as iniquidades de uma sociedade formada pelo trabalho escravo. De 1850 a 1872 o principal termo que designava um imigrante português pobre era *engajado*.(17) Ao embarcar num "negreiro" um jovem açoriano, geralmente com idade entre 13 e 17 anos (a mesma idade em média de um africano importado),"assinava" um contrato com o capitão do navio pelo qual, em troca da passagem, este teria de trabalhar na nova terra com um senhor escolhido pelo capitão.

A imensa maioria de analfabetos nesse momento testemunha os sinais da fraude, que muitas vezes acontecia. No novo mundo o capitão entregava o *passé* do engajado para um proprietário ou negociante que precisava de trabalhadores, e por meio da compra do *passé*, que significava o preço da viagem, este adquiria o trabalhador.

As semelhanças com a escravidão não terminam por aí. O engajado teria que pagar a soma da sua viagem com trabalho gratuito, cuja duração, logicamente, era estipulado pelo senhor. Em grande parte dos contratos este tempo chegava a três ou cinco anos. O imigrante que se evadisse do trabalho antes de terminado o "contrato" entrava na categoria de fugitivo, um aparente exclusivo da escravidão negra.

Os registros da Casa de Detenção guardam episodicamente fichas de imigrantes portugueses presos por "fugido", um aparente paradoxo explicado pelas peculiaridades do trabalho "livre" numa sociedade marcada pelo cativo.

A grande maioria dos portugueses adolescentes que desembarcaram na cidade entre 1850 e 1872 morriam após três anos de

chegados ao Brasil, vítimas da febre amarela, as péssimas condições das moradias, as jornadas extenuantes de trabalho. Para os imigrantes chegados neste período a experiência da imigração se aproximava de muitas formas do regime das senzalas. As constantes denúncias de "Escravidão Branca" veiculadas pelo Jornal do Comércio são candente testemunho desse drama.(18)

Os imigrantes mudam a vida da cidade. O êxodo português em massa para o Rio coincide com o nascimento do cortiço, a moradia precária que se tornou típica da miséria urbana da segunda metade do século XIX(19). A primeira menção policial ao cortiço é de 1856, e os relatórios do Chefe de Polícia da Corte desde essa data reforçavam ano a ano a necessidade de legislar sobre a matéria ou coibir os abusos de proprietários desinteressados da saúde pública da cidade. O cortiço era visto pelas autoridades do tempo como o lugar primordial do imigrantes portugueses:

Na falta de posturas municipais que providenciem a respeito das casas denominadas - Cortiços - que existem em quase todas as ruas da cidade, e onde reside a grande maioria de estrangeiros, principalmente Portuguezes, e de artistas naturaes do paiz, tem-se esforçado a policia em adoptar medidas convergentes não só a manter a ordem nesses lugares habitados por pessoas de educação e costumes *menos ajustados* (grifo nosso), e por isso propensas a praticar atos reprovados mas também garantir a salubridade.(20)

Um censo realizado em 1856 (21) mapeou a população portuguesa habitante dos cortiços naquele ano (ver TABELA 1). Cerca da metade da população moradora em cortiços (51,9%) era de origem portuguesa, onde os nacionais estavam em clara minoria (35%). A freguesia com maior quantidade de imigrantes era Santa Rita

(31,7%) seguido por Santo Antonio (24,7%). Infelizmente não havia dados para Santana.

De qualquer maneira podemos perceber como os lusitanos se concentravam nos pontos mais centrais da cidade. Essa distribuição vai ter implicações profundas na geografia da capoeira.

Os portugueses imigrantes tinham também lugar cativo nas estatísticas criminais. Todos os relatórios do Chefe de Polícia da década de 1860 foram concordes em registrar maior número de crimes cometidos por estrangeiros do que nacionais, estrangeiros esses em esmagadora maioria provenientes de Portugal.(22)

Quem era esse português imigrante? A tradição deixou uma imagem que se solidificou na memória: largos bigodes, tamancos, um emprego de caixeiro arranjado no além-mar, aversão pelos nacionais apesar de apetite pelas mulatas, uma tenacidade de trabalho a toda prova, laborioso mas mesquinho no trato, sóbrio e econômico, que enviava todo mês suas economias para a terra natal, e desonesto na relação com fregueses nacionais, além de só prestar favores para compatriotas.

Essa visão, marcada no imaginário popular, alimentou durante muitos anos o anti-lusitanismo xenófobo que vez por outra explodia pela cidade.(23)

As fontes coletadas sobre as duas primeiras décadas da imigração em massa retrata um imigrante português muito diferente desse descrito pela tradição.

O relatório do Diretor da Casa de Correção da Corte enviado em 1872 é um exemplo magnífico dessa leitura. Revelando que os portugueses representavam muito mais de 50% dos estrangeiros de-

tidos na Casa, e em número superior aos próprios brasileiros, e que em grande parte eles eram condenados por crimes "contra a propriedade" (roubos, assaltos, arrombamentos, etc.) ele desfia sua preocupação com o destino desses jovens estrangeiros, que engrossavam as estatísticas criminais:

Como sabemos moços até imberbes avultão na massa de emigrantes (sic) dessa nação, e que aqui chegados não tem, por via de regra, quem os guie, quem lhes reprimas as paixões próprias dessas idades, quem finalmente os sustenha no plano inclinado do vício e do crime.(24)

A visão tradicional do português morigerado, e que pode contar com a proteção de conterrâneos enriquecidos, decantada pelos cronistas de época, como no romance de Aluizio Azevedo *O Cortiço*, é rompida, nas palavras de uma autoridade incumbida de conviver diariamente com a marginalidade, em troca de um imigrante turbulento e potencialmente perigoso para a ordem social.

Muito cedo independentes, com dificuldade, sujeitam-se ao que delles razoavelmente exigem seus patrões; em pouco tempo as casas comerciais, concededoras dos desregramentos delles, os repellem, e eil-os com a miseria em perspectiva; ora, se o homem já feito, e mesmo de espirito tanto ou quanto cultivado, algumas vezes claudica, o que será desses, a quem tudo falta na terra estrangeira, [grifo nosso], desses que eu poderia chamar verdadeiros orphãos!

Tenho observado que o amigo ou conhecido de outr'ora poucas vezes, ou quasi nunca visita o condenado; este facto tem-se dado mesmo com homens que fora deixarão relações firmadas em sólidas bases, como o seja o dever de gratidão. Dos parentes só a mãe faz excepção constante a esta quasi regra; depois della a mulher e os filhos.(25)

Se mesmo adultos tinham dificuldade em acionar os mecanismos de solidariedade na "colônia", quanto mais jovens na puberdade-

de ou na adolescência, oriundos de zonas rurais, completamente despreparados para enfrentar uma metrópole como a cidade do Rio de Janeiro, e desassistidos dos mecanismos do patriarcalismo e proteção, apanágio de uns poucos vindos dos grandes centros e do circuito do comércio.

Soltos da Detenção ou da Correção buscavam os canais nativos de socialização, na medida que aqueles ligados aos seus compatriotas eram fechados pela mácula do crime e da delinqüência:

Cumprida a pena, depois de ficar por maior ou menor espaço de tempo segregado do resto do mundo, sahe o condenado com algumas dezenas de mil réis provenientes do saldo do seu pecúlio. O desar e a ausência tem produzido a indiferença, senão o desprezo dos antigos conhecidos. Sigamol-o. Vê-se atirado de chôfre no meio desta grande cidade, ébrio das sensações tão naturaes a quem sahio á pouco do cativeiro; vitima dos gatunos e jogadores, provocado pela torpe cobiça das mulheres perdidas, attrahido pelos espectáculos públicos ao alcance da bolsa d'elle, pelos cafés cantantes, casas de pasto e de bebidas, fabricas de cerveja, onde á luz profusa do gás tocão bandas de música. (26)

A imagem que nos vem à mente é a do débil camponês, de pés descalços, camisa de meia e chapéu roto, jogado numa cidade de pretos e pardos, vulnerável as mais simplórias propostas de crime e ganho, e disposto a fazer parte do primeiro grupo que lhe abrir espaço. A "Cidade Negra" estava pronta para tragar o perdido açoriano, no quadro desenhado pelo Diretor da Correção:

Em poucos dias exhaurem-se os pequenos recursos que levará, ninguém o guiou, e menos agora alguém o guia. Pelo contrário, o cardume de vadios e ratoneiros, que infestão a cidade, o attrahe como que por força centripeta, realizando-se que muitas vezes acontece, serem applicáveis ao mundo moral as leis que regem o mundo físico.

Esta seria a trajetória do simplório camponês açoriano antes de entrar nas maltas. De "galego", português tíbio e despreparado, ele estava pronto a se tornar "fadista".(27). É bem verdade que muitos fadistas já vinham "formados" da terra, e pela experiência adquirida nos grandes centros, como Lisboa e Porto estavam mais tarimbados para enfrentar as vicissitudes da grande metrópole. Mas tanto um como o outro convergiam para as maltas em busca da solidariedade e da socialização que lhes era negada pelos compatriotas abastados e o Estado repressor.

O português capoeira não só se adaptou ao novo mundo que surgia à sua frente. Ele também influenciou esse mundo. talvez o maior sinal da presença lusa na capoeira esteja na generalização da navalha como símbolo desta nas últimas décadas do século.

Enquanto a capoeira era limitada pela condição escrava, na primeira metade do século XIX, o uso de navalha era tão comum como estoques, pedras, ou qualquer outro instrumento de agressão. O símbolo da capoeira, e que funcionava como sinal da habilidade típica era a cabeçada, descrita por algumas autoridades como a "principal arma do capoeira".(28)

A navalha, que por volta de 1890 era o esteriótipo da capoeira, tanto que seu simples porte já atribuía ao seu portador o estigma de "capoeira", tinha sido na Portugal dos fadistas também um símbolo. Como podemos ver na profusão de gírias para nomear a navalha (ANEXO 2), esta era em Portugal do século XIX quase um fetiche, um simbólico da "Mouraria lisboeta".

Pensamos que a generalização simbólica da navalha foi um

resultado da presença maciça de portugueses nas maltas, que já traziam da terra natal a "sardinha" guardada no bolso.(29)

Outra proximidade que haveria entre africanos, crioulos e portugueses era a predileção pela vida urbana. Deslocados de sua terra muitas vezes para alimentar de braços as fazendas de café do sudeste, os lusitanos demonstravam todo o tempo seu desapêgo à vida rural, e sua pretensão de fazerem fortuna ou criarem raízes nos centros urbanos, entre os quais a Corte despontava. A sua experiência no campo muitas vezes dava a tônica da sua insatisfação, que vez por outra resultava em rebeliões, brigas e fugas. Como os africanos, os portugueses percebiam a cidade como espaço privilegiado da troca e da sociabilidade, que permitia colocar em prática planos e projetos inviáveis no estreito ambiente das fazendas.(30)

Luis Edmundo, com sua linguagem peculiar, sintetizou a atração que a urbs despertava na alma lusitana:

No campo não há peste. Sabem todos disso! Mas a cidade os fascina. Preferem ficar. E morrer, sonhando as riquezas dos que voltam com as algibeiras peçadas de libras, obesos e comendadores. O balcão, promissor, os embriaga, os seduz. Que importa, por isso, a peste da cidade imunda que apodrece ao sol?...

Há senhores de fazendas, de sítios e de chácaras distantes que vão a bordo [dos navios de imigrantes] oferecer a essa gente trabalho, garantia de um viver tranquilo, ao abrigo da peste, dinheiro. E a lavoura próspera, entre árvores copadas e arroios cantantes. Ar sadio,

Campo? Dão-lhe as costas. Era o que faltava!

Do campo vêm eles e de campo estão fartos, o campo que só lhes dá suor, fome aflição.

-Não queremos.

-E a peste?

-Que importa a peste! Não queremos!

Não querem. Não são mais lavradores. Não querem mais a função prosaica de cavoucar a terra. Não dá gló-

ria e fortuna o enxó e o arado. Fois não foi sempre assim?... (31)

A "peste" era a febre amarela, que começava a dizimar na Corte no exato instante que se iniciava a imigração em larga escala. A grande maioria das vítimas eram os jovens portugueses. E Luís Edmundo ainda quem fala:

São cartas para lá e sempre escritas por mãos estranhas, porque eles, os pobrezinhos, não as sabem escrever. Somos nós aqui, que a maldita "amarela" de preferência escolhe, deixando os da terra. Por quê? Outra: O Mano Manuel apanhou-a e de tal sorte que lá se foi, coitado. Morreu como um passarinho! E ainda mais outra: Do nosso conselho vieram 30, só restam dois - eu e o Augustinho. O resto foi-se... (32)

As relações entre os imigrantes portugueses e a população negra na cidade do Rio de Janeiro eram marcadas pela ambigüidade. Ao mesmo tempo que havia a troca simbólica e cultural, testemunhada pela participação maciça nos registros de prisão de capoeiristas (ver GRAFICO 6, cap. III), havia o conflito pelo mercado de trabalho, onde lusitanos e escravos disputavam as mesmas áreas e as mesmas ocupações. É o que fica claro numa greve de escravos carregadores, de nação Mina, em 1872, que, lutando por melhores preços para seus serviços com os proprietários, acabam se engalfinhando com trabalhadores livres brancos da estiva, com toda certeza portugueses:

ATAQUE DE BARBAROS. Os pretos carregadores também fizeram sua "parede", mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som do cacete e de gritarias quasi selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carroto de carne seca aos negociantes do género, e terem estes deliberado substituí-los por homens livres. Montem à tarde, de-

pois de 1 hora, reuniram-se mais de 50 na praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo a descarga, e opuzeram-se a que se efectuassem. Trouvou-se lucta, que era armada da parte dos agressores, e teria tomado caráter violento, tendo caído já alguns homens ao mar, se não acudisse uma força da policia da 5ª Estação que prendeu alguns dos desordeiros e dispersou os outros. Achava-se presente o Sr. Capitão Marques Sobrinho. Os agressores que foram presos são sete escravos e um preto liberto, os quais foram levados a presença do Dr. 2º delegado, que os mandou recolher ao Xadrez da Policia.(33)

Como dissemos antes, a troca cultural entre escravos e imigrantes portugueses era mediada pelas experiências muito próximas de vida e trabalho na Corte, possivelmente mais estreitas do que aquelas entre cativos e brancos pobres na cidade. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que a grande maioria dos brancos que primeiro se envolveram com o jogo da capoeira são de origem lusa. Assim, a presença não-negra na capoeira, tão marcante por volta de 1890, era mediada pela experiência dos imigrantes (ver GRAFICO 17, cap. III).

Essa experiência comum ainda demoraria muito para ser rompida. Em 1871 o Cônsul português ainda reclamava da "venda de pessoas livres", com toda certeza compatriotas seus.(34)

Desembarcados na Corte, em grande parte sem apoio de conterrâneos e sem família, com idades entre a puberdade e a adolescência, em grande maioria homens, trazendo uma vivência rural em grande medida inadequada à vida na cidade, vulneráveis à violência e às epidemias, os jovens portugueses decerto foram obrigados a deixar de lado os preconceitos trazidos da terra natal, e se relacionaram amplamente com a população negra e mestiça, que dominava as ruas da capital do Império.

Estes negros e mestiços, em décadas a fio de convívio na cidade colonial, controlavam os canais sociais e culturais que permitiam estabelecer um *modus vivendi* com a violência policial e as oportunidades fugazes de trabalho e lazer. Entre os becos e vielas da cidade-labirinto os negros detinham a chave que permitia abrir brechas que não só aliviavam as agruras da desclassificação social, mas também podiam abrir novos horizontes além da espoliação e da miséria.

Vamos agora visualizar estes fadistas-capoeiras em ação.

III

RASTEIRAS E CAMBAPES

*Manoel Francisco da Cruz
De Santana ao delegado
foi levado
Em cortejo marcial
Porque fadista de trúz
Foi a noite encontrado
Bem armado
De rico e fino punhal(35)*

O dia 20 de fevereiro de 1872 estava excepcionalmente quente na freguesia de Nossa Senhora de Sant'Anna. O empregado da limpeza pública Manoel Joaquim da Rocha, português, morador na rua do Bom Jardim 8, deixara sua carroça e fora jantar na rua do Alcântara.

Ao passar pela rua de São Leopoldo fora abordado por Bernardino José da Costa, português de Braga, 18 anos, feitor dos empregados da Limpeza Pública, morador na estalagem da rua São Leopoldo 73. Este segurou Manoel Joaquim da Rocha pela camisa, e

reclamou por este ter "falado dele". Manoel negou a acusação, mas Bernardino o ameaçou de "mandar amarrar num mourão e dar-lhe uma sova de vergalho"(36)

Manoel reagiu, afirmando que Bernardino não podia agir assim. Bernardino, conhecido capoeira da freguesia (37), mandou chamar os empregados da limpeza que estavam sob seu comando. Estes, armados de achas de lenha, foram ao encontro de Bernardino, se destacando um pardo, que pediu a todos que deixassem a vítima com ele pois "ensinaria como fazer". Neste momento o administrador da limpeza pública na área, Bento José Barboza, tentou apertar o conflito entre seus empregados, ameaçando-os com descontos em suas diárias.

A ameaça não esfriou o clima. Os moradores da estalagem da rua São Leopoldo 71, onde morava Manuel Joaquim, acudiram em massa aos gritos do seu vizinho, e Bernardino, vendo a ameaça de passar de agressor à agredido, convocou outros empregados. O conflito ameaçava dar em um grande "rolo", e a situação chegou a um ponto crítico quando o grupo de Bernardino invadiu a estalagem rival.

A tensão chegou a um ponto máximo, mas a guerra entre empregados da Limpeza, sob a batuta do capoeira português Bernardino José da Costa, e os moradores da estalagem rival foi evitada por moradores de ambos os cortiços, que acalmaram os ânimos. Segundo o *Diário do Rio de Janeiro* não apareceu nenhum policial para conter o distúrbio.(38)

Mas foi o bastante para a vítima, Manoel Joaquim da Rocha, abrir um processo contra Bernardino por "ameaças", artigo 207 do

Código Penal. O processo foi a júri mas a parte final está desaparecida, por isso foi impossível verificar o destino imediato de Bernardino. Sabemos que ele não se emendou, pois em 1875 respondeu a outro processo por ofensas físicas, e em 1877 voltou a ser preso, desta vez por "embriaguez habitual".(39)

O que se percebe deste processo, infelizmente muito fragmentado, em primeiro lugar, é o papel de liderança que Bernardino exercia em sua função. Além de feitor de turmas de limpeza, ele teria uma ascendência sobre os empregados que iria além do cargo, ascendência esta capaz de levar empregados a se envolverem numa perigosa briga de rua por questões que eram de sua absoluta particularidade. Podemos pelo menos sugerir que o fato de ele ser conhecido como capoeira tenha certa influência nesse sentido.

E também de se notar o detalhe da presença do pardo, e sua rápida fala no sentido de "ensinar como fazer". Seria o pardo também um capoeira? Estaria ele usando o conflito como oportunidade de um ensinamento aos seus companheiros, como fica insinuado no documento?

Na época em que Bernardino se atracou com seu conterrâneo ser capoeira e ser português era uma condição integrante da vida cultural da cidade. O processo de penetração do elemento lusitano nas maltas foi iniciado e completado nas décadas que medeiam entre o fim do tráfico atlântico de africanos e os anos 1870.

Os registros de portugueses presos como capoeiras na Casa de Detenção já foram mencionados no capítulo anterior. Pretendemos sim analisar mais acuradamente aqueles presos em malta. Os padrões ocupacionais de portugueses, como já mencionamos, são

bastante próximos de negros, escravos e brancos livres. Assim o carroceiro Joaquim Antonio de Castro, 28 anos, açoriano da Ilha Terceira, morador na rua da Providência, preso por "capoeira e resistência", e José Francisco Machado, 15 anos, criado, residindo no Largo do Moura (com certeza seu local de trabalho), nascido em Póvoa de Azambuja, próximo de Lisboa, preso dia 26 de setembro de 1870, um mês antes de Joaquim Antonio, exerciam profissões diversas, mas próximas dos padrões de trabalho dos escravos, como trabalhadores domésticos ou de rua, que eram majoritários entre os escravos capoeiras das décadas de 1870.(40)

Os padrões de moradia de portugueses na cidade estavam geralmente limitados pelas freguesias mais centrais, e nessa área eles tendiam a solidificar suas solidariedades dividindo um mesmo cortiço, que podia ser inteiramente ocupado por imigrantes de Portugal. Essas comunidades criavam laços de auto-defesa que geralmente resultavam em conflitos entre cortiços por questões de rivalidade ou prestígio, como uma grande briga entre portugueses ocorrido em 14 de junho de 1877 na freguesia de Santana entre os moradores da rua de São Diogo 99 e os da rua General Pedra 99.(41)

O processo de aprendizado dos jovens portugueses fica evidenciado nas fichas dos presos na Casa de Detenção quando uma malta contendo jovens imigrantes é presa em flagrante. A pouca idade dos lusitanos reafirma seu papel de "caxingulês", como eram chamados os jovens iniciantes que participavam das maltas. Como dissemos no capítulo precedente, o aprendizado envolvia uma espécie de rito de passagem, onde o neófito teria que provar sua ver-

satilidade no combate das ruas.

E o que deve ter acontecido com o imigrante do Porto Manoel Francisco de Oliveira, 19 anos, pintor, e seu conterrâneo de cidade João Esteves, trabalhador, morador na rua do Lavradio, presos em companhia do africano da Costa da Mina Júlio José de Barros, 50 anos, morador na rua dos Inválidos.

A origem comum em Portugal deveria ser mais um fator que ajudava a congregar jovens imigrantes, como os quatro lusos vindos da cidade do Porto, Pedro da Rocha Pereira, João Antonio Lomba, Antonio Teixeira Ferreira e o caixeiro José Eduardo da Rocha, presos na freguesia do Espírito Santo.(42)

Os gráficos utilizados no capítulo anterior guardam informações valiosas para entendermos a presença de portugueses nas maltas de capoeira. Analisando o GRAFICO 8 (capítulo III) percebemos a presença equilibrada de portugueses por quase todas as freguesias, e na década de 1880 sua concentração nas áreas mais centrais, como Sacramento e Santa Rita, como visualizamos no GRAFICO 13.

Essa sedimentação teve lugar no momento que a presença lusitana se fazia constante. De acordo com o GRAFICO 7 (capítulo III) principalmente se comparando com o GRAFICO 15 (capítulo III) a presença portuguesa se manteve estável por todo período que vai nas duas décadas de 70 e 80, geralmente oscilando entre 6,8% e 6,1%. Mesmo em maltas onde se encontram livres e cativos a presença de portugueses repete esse padrão, o que significa que é bem próximo do real (GRAFICO 9, capítulo III)

Na repressão de 1890 esse padrão se amplia bastante, che-

gando a 14,9%. Como vimos, no começo do capítulo, o componente anti-lusitano fazia parte integrante da ideologia que mobilizou os responsáveis pela nova ordem republicana, de qualquer modo, os portugueses já eram vistos naquela época como personagens indissociáveis do universo da capoeira.

O GRAFICO 19, os locais de origem dos imigrantes lusitanos presos como capoeiras. As ilhas de Açores e o norte de Portugal respondem por 66,8% dos registros. Porto tem uma presença considerável: 33,3%.

A faixa etária dos capoeiras portugueses presos na década de 1860 indica que desde muito jovens eles já participavam das maltas. Essa proporção deve se aproximar da faixa etária dos recém-chegados, que na grande maioria, entre 1850 e 1872, chegavam ao Brasil na adolescência.

Esse padrão precoce pode nos levar a algumas conclusões. A pressão social a que eram submetidos os jovens imigrantes deve ter acelerado sua socialização no ambiente urbano, e facilitado sua aceitação dentro dos grupos. Os recém-chegados tinham pressa em se adaptar ao novo ambiente, de muitas formas hostil. A mortalidade precoce desses imigrantes também deve ter contribuído para um padrão tão jovem dos portugueses capoeiras.(43)

O GRAFICO 20 registra os mesmos dados para a década seguinte. Desta vez o volume de informações é maior, mas, de qualquer maneira, na década de 1870 os padrões da imigração portuguesa se modificam sensivelmente. Do arquipélago de Açores 35,3% do total dos imigrantes presos tem origem. O norte de Portugal, tendo como ponto central o Porto, responde por 58% dos registros,

ficando para o sul apenas 5,9%. O declínio do tráfico açoriano deve ter influído num padrão etário mais elevado, entre 21 e 25 anos. Esse dado coincide com os estudos mais conhecidos do tráfico português.(44)

Através do MAPA 1 podemos perceber a hegemonia do norte de Portugal no tráfico imigrante ao Brasil. O GRAFICO 21, referente à década de 1880, corrobora essa dominação. Só a cidade do Porto responde por 23,8% dos imigrantes. A faixa etária também se altera, mas com uma presença portuguesa ainda marcadamente jovem, entre 21 e 25 anos.

Estes dados permitem supor que a entrada dos portugueses nas maltas se faziam em tenra idade durante todo o período, o que indica não só sua rápida adaptação a uma vida cultural diversa, mas também uma proximidade com a população negra e mestiça, que formava a maioria daqueles participantes das maltas.(GRAFICO 17, capítulo III).

O gradual crescimento da presença lusitana nas maltas reforça a hipótese da expansão do anel social da capoeira nas décadas estudadas, fruto da sua popularidade e da sua adaptação ao ambiente urbano. A repressão de 1890 veio cortar esse crescimento, que somente será retornado nos

meados do século XX.(45)

E importante a análise do GRAFICO 21, referente aos dados de 1890. De um lado confirma o predomínio dos imigrantes do norte de Portugal, e das ilhas Açores, um dado corrente em todo período. Mas o surpreendente é o predomínio das ocupações de rua entre os imigrantes. Esse padrão, peculiar aos portugueses, como se

percebe na comparação com o GRAFICO 16, indica um nicho ocupacional específico ocupado pelos lusos, e que os aproxima dos escravos capoeiras da década de 1860.

Podemos concluir que ser quitandeiro, condutor de bonde, carregador, vendedor de doces, profissões que muitas vezes eram típicas da condição escrava por volta de 1850, ao se aproximar a virada do século estavam sendo exercidas por portugueses. Se esse padrão ocupacional ajuda a entender a forte presença lusitana na capoeiragem, podemos estar próximos da hipótese colocada no início do capítulo de que a presença portuguesa na capoeira do Rio de Janeiro do século XIX resulta da sua alocação no mundo do trabalho, alocação esta em substituição a uma mão-de-obra escrava cada vez mais escassa e cara.

Mas não só de barbeiro e comércio ambulante viviam os portugueses envolvidos com a capoeira. É o que veremos agora.

IV

OS "CORDÕES ELEGANTES"

O teatro Alcazar Lírico, na rua da Uruguaiana, no coração da cidade do Rio de Janeiro, era o ponto de encontro favorito para a boêmia elegante da Corte dos anos finais do Império. Para lá afluíam *voyeurs*, cavalheiros, *gentlemens*, senhoritas, *flâneurs*, e outros integrantes da alegre burguesia das noites.

A madrugada de 19 de março de 1877 parecia ser mais um fim de noite rotineiro. A ilustre plateia tinha já se retirado, deixando taças e copos espalhadas pelas mesas.

A atriz da moda, fazendo sucesso estrondoso na vida notur-

na de então, era a francesa Suzanne Casterá. Seus romances fugazes movimentavam os folhetins da época, consumidos vorazmente pelas meninas "de família".

Ao subir as escadas do prédio, na sombra dos bicos de gás, Suzanne foi surpreendida pelas costas por um golpe de um látego. Durante vários segundos a atriz foi ferozmente chicoteada. Enquanto gritava por socorro, Suzanne pode olhar bem de perto a face do agressor. Os empregados do teatro correm em auxílio da atriz.

O autor do atentado buscou se evadir, sendo perseguido por todos os funcionários da casa. Chegando na rua o atacante entrou num tilbury que esperava na porta, e saiu em debandada. Os empregados ainda tentaram persegui-lo. Ao se aproximar da esquina da rua do Ouvidor o carro foi detido por um policial. Uma rápida conversa, algumas notas no bolso, e o carro seguiu seu trajeto veloz.

No dia seguinte Suzanne apresentou queixa perante o Subdelegado, e não teve dúvida em reconhecer o agressor: José Elycio dos Reis, filho de uma das famílias mais importantes da capital.(46)

Aberto o inquérito, feito o corpo de Delito, Juca Reis, como era conhecido, é indiciado no artigo 206 do Código Criminal (Ofensas físicas leves). As testemunhas são arroladas e o acusado procurado no Hotel Paris, um dos mais elegantes da cidade, onde morava.

José Elycio dos Reis, 23 anos, solteiro, empregado do comércio, nascido na cidade do Rio de Janeiro, filho do Visconde de

São Salvador de Matosinhos e esposa, sabendo ler e escrever, ficou perante o juiz Antonio Paulino Soares de Souza em 24 de março. No interrogatório O cigarreiro português José Pereira Gonçalves afirmou ter visto o acusado fugir num carro com uma "rapariga escura", possivelmente sua criada.

José da Silva Alves, forrador do teatro, também português, viu o acusado entrar no teatro depois de finalizado o espetáculo acompanhado de uma dama e sua criada, e assistiu a agressão, participando da perseguição. O negociante lusitano Augusto de Azevedo Maia foi quem viu mais de perto a agressão de Juca Reis. e seu testemunho foi o que mais comprometeu o acusado.

O processo correu durante longos meses, atravancado talvez pelo prestígio social da família do acusado, uma das mais importantes da colônia portuguesa no Brasil.

Em março de 1878, afinal, José Elysio foi preso e levado para a Casa de Detenção para responder processo por não ter pago a fiança, no mesmo momento em que uma campanha policial de perseguição aos capoeiras ganhava as ruas. (ver "A revanche liberal", no capítulo V, *De Siqueira à Sampaio: As Ondas da Repressão*).

Em janeiro de 1879 Juca Reis estava livre, e se envolvia em novas brigas. Desta vez o adversário era mais ilustre, o senador Gaspar de Silveira Martins (cap. V, pg.50). Juca Reis vai se tornar na década de 1880 um adversário rude de liberais e republicanos, até ser deportado por Sampaio Ferraz para Fernando de Noronha em maio de 1890.

A história turbulenta de José Elysio dos Reis nos permite abordar um dos ângulos mais curiosos da trajetória dos capoeiras

no Rio de Pedro II. Os "cordões elegantes", ou seja, os filhos das classes abastadas que fizeram fama no mundo da capoeira. José Elysio, mesmo tendo nascido no Rio, podia ser descrito como um "marialva" da Corte, como eram conhecidos em Portugal os ricos que frequentavam o 'Bas Fond'. Os contemporâneos tinham uma imagem de Juca Reis que não deixava diferenças:

"Bela figura de rapaz forte, estroina e maneiroso, trazendo sempre com apurada elegância, José Elisio dos Reis - o Juca Reis como era conhecido, tinha-se tornado famoso nas vielas do crime, por seus constantes conflitos e violências, frequentes espancamentos em mulheres decaídas e pela autoria ou cumplicidade de um assassinato ocorrido em meados de 1888, na rua dos Andradas, junto ao largo de São Francisco de Paula.(48)

O caso de Juca Reis não era isolado. Na verdade, por volta dos últimos anos da monarquia a capoeira era uma febre entre os jovens da elite. Seduzidos pela acrobacia característica de seus golpes, e por ter se tornado uma espécie de 'passaporte' para quem quizesse conhecer os submundos da marginalidade, a capoeiragem era ansiosamente cultivada pelos filhos das "boas famílias". Coelho Neto assim descreve os "marialvas" da Corte do Brasil:

Capitão Ataliba Nogueira; os tenentes Lapa e Leite Ribeiro, dois barras; Antonio Sampaio, então aspirante de Marinha e porque não citar também Juca Paranhos, que engrandeceu o título de Rio Branco na grande obra realizada no Itamarati, que na mocidade foi bonzão e disso se orgulhava nas palestras íntimas em que era tão pitoresco?".(49)

Coelho Neto descreve as "tropelias" praticadas por Juca Reis depois de abafado o processo de Suzanne Casterá. Em agosto de 1882, junto com sua malta, Juca Reis se atracou com um grupo de oficiais argentinos no Teatro das Novidades sob a alegação de

que um deles olhara de modo insinuante para a mulher que o acompanhava. A briga se tornou um grande "fregue", como se diziam das arruaças nos botequins do tempo, e Juca Reis acabou preso, e processado.

O jornal *O Corsário* de 2 de setembro de 1882 chamava-o de "flagelo social", e pedia ao seu pai que o enviasse para Portugal, onde ele poderia dar cabeçadas e navalhadas com seus próprios patrícios...(50)

Vários personagens ilustres da virada do século tiveram seus tempos de capoeira. O próprio Sampaio Ferraz, inimigo declarado dos capoeiras, fora hábil praticante da capoeira, talvez uma forma de enfrentar seus inumeráveis inimigos. Uma vez, no auge da repressão de 1890, por ele levada a cabo, Sampaio Ferraz teve uma discussão com Luis Murat, Secretário-Geral do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela. Luis Murat discordava dos métodos de Sampaio Ferraz na luta contra a capoeira, e os dois resolveram tratar suas diferenças na base da rasteira e da cocada. O palco do duelo foi o Café Inglês e Murat levou a melhor, jogando Sampaio de encontro a uma mesa de mármore.

talvez o motivo da contenda tenha sido a prisão de Pedro Murat Pilar, irmão de Luis Murat, que apesar de ser republicano militante fora detido como capoeira no dia 10 de janeiro de 1890. (51)

Um dos mais famosos "capoeiras amadores" era Plácido de Abreu Moraes. Nascido em Portugal em 1857, como tantos imigrantes portugueses que vieram ao Brasil "fazer a América", ele desembarcou no Rio na passagem da puberdade para a adolescência. Logo es-

tava envolvido em grupos de capoeiras. Em janeiro de 1872, no auge da repressão dirigida por Ludgero Gonçalves da Silva, Plácido era preso para averiguações por causa de um crime de morte.(52)

Depois de conseguir um emprego de caixeiro, Plácido passou a se dedicar à vida literária. Aprendeu tipografia. Escreveu romances, peças de teatro e poemas.(53)

Fervoroso republicano, colaborou com Sampaio Ferraz no *Correio do Povo*, e com Lopes Trovão no *O Combate*. Chegou a ser implicado no atentado contra o Imperador Pedro II, em junho de 1889.(54) A sua obra mais importante para nós é o opúsculo *Os Capoeiras*, que analisamos em detalhes no capítulo II.

Plácido de Abreu, ou Pompeo Steel, como gostava de ser conhecido, era um misto de capoeira, militante republicano e literato. Várias vezes tentou entrar no seletto mundo da academia literária, sem sucesso.(55)

Sua outra obra, "Nagôas e Guayamús", permanece desaparecida. Apesar de republicano da primeira hora, se desencantou quando o Marechal de Ferro Floriano Peixoto rasgou a constituição de 1891. Aderiu à Revolta da Armada, e foi assassinado em fevereiro de 1894.(56)

Em dezembro de 1861 o próprio Floriano, ainda cadete da Academia Militar, enfrentara o lendário Manduca da Praia e sua malta, e segundo conta a tradição, se batera com os navalhistas usando golpes de habilidoso capoeira.

Esta história retrata o quanto a capoeira seria parte integrante das memórias de juventude para a geração que dominou a República na virada do século.

Era uma noite quente e alguns colegas de Floriano saíram do Largo de São Francisco, onde era a Escola Militar, e se dirigiram ao Largo da Carioca. Ali foram barrados pelos capoeiras sob a chefia de Manduca da Praia, chefe da malta de Santa Luzia. Tiveram de bater em retirada.

Acabrunhados e tristes reuniram-se no Largo. Se aproximou deles o cadete Floriano, em sua farda da Escola Militar. Conversando com seus colegas, soube do acontecido.

- Só isso senhores? Esperem um pouco que eu já volto.

Retornou vestindo um casaco velho e comprido. Na cabeça um grande chapéu de abas largas. E uma bengala que serviria de porrete. Apontou na direção do Largo da Carioca:

"- Podem vir, rapazes!"

O grupo seguiu até a rua da Vala, (atual Uruguaiana) onde estacaram: ali estava Manduca da Praia e seus companheiros. Floriano continuou em linha reta, até chegar junto de Manduca. Frente a frente com o lendário chefe de malta, disse:

- Com sua licença meu senhor, nós vamos passar para o Largo da Carioca.

- Aqui ninguém passa - Retrucou o capoeira, sorrindo, à espera do combate.

Imperturbável, Floriano aplicou uma rasteira em Manduca, enquanto gritava aos seus colegas:

- Podem passar rapazes.

Encorajados, os jovens saltaram sobre a malta, e enquanto seu chefe permanecia fora de combate, deram uma surra nos navalistas. Pouco depois, amarrotados, e em alegre algazarra, chegar-

vam ao Largo da Carioca.

Entre os amigos do jovem Floriano que naquela noite deram cabo da malta de Santa Luzia, estava Juca Paranhos, futuro Barão do Rio Branco.(57)

V

EPILOGO

A presença de imigrantes, principalmente portugueses, e homens brancos nos maltas da Corte do Segundo Reinado era sinal da riqueza e da complexidade da cultura da capoeira no Rio do século XIX. Hábil o bastante para sobreviver a décadas de feroz perseguição, e flexível o suficiente para incorporar elementos mais díspares e de origens mais diversas, a capoeira demonstrou nestes anos sua força como "porta de entrada" na cidade para estrangeiros, forasteiros e desamparados.

Italianos, argentinos, paraguaios, alemães, norte-americanos, chilenos, franceses, espanhóis, uma babel de nacionalidades diversas se escondia nas sombras da capoeiragem. Construída por africanos em terras brasileiras, a capoeira vai ter seu destino marcado pelo caráter cosmopolita da capital do Império. Quando o tráfico Atlântico de africanos já estava havia muito extinto, ainda havia espaço para filhos da "Costa da África" no jogo da capoeira, como Manoel da Roza, 38 anos, marítimo, nascido em Cabo-Verde, preso na derradeira perseguição montada pelo regime republicano.

Em conclusão, podemos arrematar a participação maciça de imigrantes portugueses dentro das maltas de capoeiras por três

fatores distintos: primeiro, os portugueses eram a esmagadora maioria dos estrangeiros na cidade, e formavam uma boa parte da população trabalhadora. Em segundo lugar, a vida cultural das camadas urbanas mais empobrecidas, em Lisboa e nas maiores cidades de Portugal se aproximava bastante da cultura urbana das incipientes cidades brasileiras do século XIX. A cultura escrava carioca somada ao mundo do "fadista" lusitano produziu uma simbiose peculiar ao Rio de Janeiro dos últimos decênios do XIX, e que até hoje marca a alma da cidade.(58)

Por último, e talvez mais importante, a proximidade de condições de vida e trabalho, e os laços de solidariedade tecidos pelo infortúnio e pela miséria sugerem ser a capoeira, muitas vezes, o elo fundamental entre culturas separadas por quilômetros de oceano e séculos de história. Irmanados na mesma desdita, africanos, crioulos e portugueses no Rio de Janeiro após 1850 demonstraram para os seus contemporâneos e para os homens do futuro o quanto a cultura poderia ser transformada pelos seus agentes mais humildes.

Por último, as façanhas do português Manuel dos Búzios, retratado em pequena nota de jornal, demonstra o quanto o intercâmbio cultural entre africanos e portugueses podia conduzir a situações insólitas:

Sem brio e sem vergonha Manuel dos Búzios jogava o búzio noite e dia sobre as tarimbas com os próprios negros, seus feitorados; e quando eles não tinham quimbo, Manoel dos Búzios apontava-lhes para os terreiros cheios de café do patrão, e daí a pouco os burrinhos do previdente feitor vergavam ao peso das paradas do búzio!(59)

GIRIAS DOS FADISTAS LISBOETAS*

ABUZINAÇÕES - Calças de boca-de-sino usadas pelos 'fadistas'
 ADAGA - Navalha
 ALCOVA - Quarto de negócios, amor
 ALIVIAR - roubar
 ANJO DA GUARDA - soldado da Guarda Municipal, advogado de defesa
 ARMAÇÃO - Conseguir ganhar jogo depois de muitas tentativas
 ARREFECER - Matar
 BAILÃO - Fadista apaixonado
 BAILHAO - Fadista desordeiro, amigo de contendas e barulho
 BAIUCA - Bar, taverna, hotel
 BANDURRILHA - Vadio, meliante
 BASOFIA - Aguardente
 BATER NA LOUSA - Cair no chão
 BILHETE - sopapo, bofetada
 BRANCO - pessoa fácil de enganar; que nada percebe do jogo
 BREJEIRO - vadio, malicioso
 BUTE - Pé na barriga
 CACHIMBO - Os pés
 CAIXA DE CORNO - cabeça
 CALCANTE - Pé
 CAMBAPE - Rasteira
 CAMBONA - Bofetada
 CASA DO CÃO - Penitenciária
 CEGONHA - Agente de polícia
 CHULIPA - Bofetada, pancada com o lado exterior do pé nas nádegas de outrem
 CHURDAR - Roubar
 CORNETA - Cara
 COZINHA - esquadra de polícia
 DERRUBADOR - Faca
 ENTRA-NA-MUSICA - Espião de polícia
 ESCOVA - Bengala ou cacete
 ESFRIAR - Matar
 ESPINHA - Navalha ou punhal
 ESTAMPA - Bofetada
 FACHA - Rosto
 FADISTA - Homem brigão, vadio, desordeiro
 FADISTAGEM - Vida de fadista, grupo de fadistas
 FAIA - Fadista
 FINFAR - Bater
 FUSCO - Agente da polícia
 GALINHEIRO - Prisão
 GAMBERRIA - Rixa, trapaça
 GAMBUZINO - Agente da polícia secreta
 GASPIA - Bofetada

BINGAR - Dar pulos na frente de outra pessoa procurando agredi-la
 GUITA - Guarda municipal
 JUNTAS - Fernas
 LAMBER O FUNDO DO TACHO - Cair no chão
 MACARRÃO - Pancadaria
 MALHAR - Dar pancada
 MARAR - Esfaquear
 MEIO-BORDO - Facada
 METER A MÃO AOS ARAMES - Tirar a navalha do bolso
 MUDA - Navalha ou faca
 NAIFA - Navalha
 NARCEJA - Bofetada
 PALITO - Funhal
 PARDAL - Agente da polícia secreta
 NARCEJA - Bofetada
 PASMA - Patrulha ou sentinela
 PESADA - A mão
 PICADA - Navalhada ou facada
 PINGENTE - Malandro
 PRADO - Prisão
 FUNIDA - Enxerga de prisão
 PUXAR PELO RABO A SOTA - Mostrar-se valente
 QUEBRA ESQUINAS - Marialva
 RASTEIRA - Jogo especial que obriga outra pessoa a cair
 REQUEBRO - Inflexão de voz e corpo
 RISCA - Cortadela de navalha
 RISCO - Marca de navalha
 RONDA - Jogo de azar
 RUIVA - Polícia
 RUSGA - Patrulha, desordem
 SARDA - Faca
 SARDINHA - Navalha
 TIBA - Navalha
 TIBADA - Facada
 TROLHA - Bofetada
 UM-SETE - Navalhada
 VERDE-LIMO - Prisão
 VERMELHINHA - Jogo doloso com cartas
 VINDIMADO - Assassinado
 VINDIMAR - Matar, roubar
 VIRAR - Assassinar
 XELINDRÓ - Prisão, cadeia

* FAIS, José Machado. *A Prostituição e a Lisboa Boemia do Século XIX aos inícios do Século XX*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985, pp.131-142

MAPA 1
REGIÕES DE PORTUGAL DE ORIGEM DE IMIGRANTES

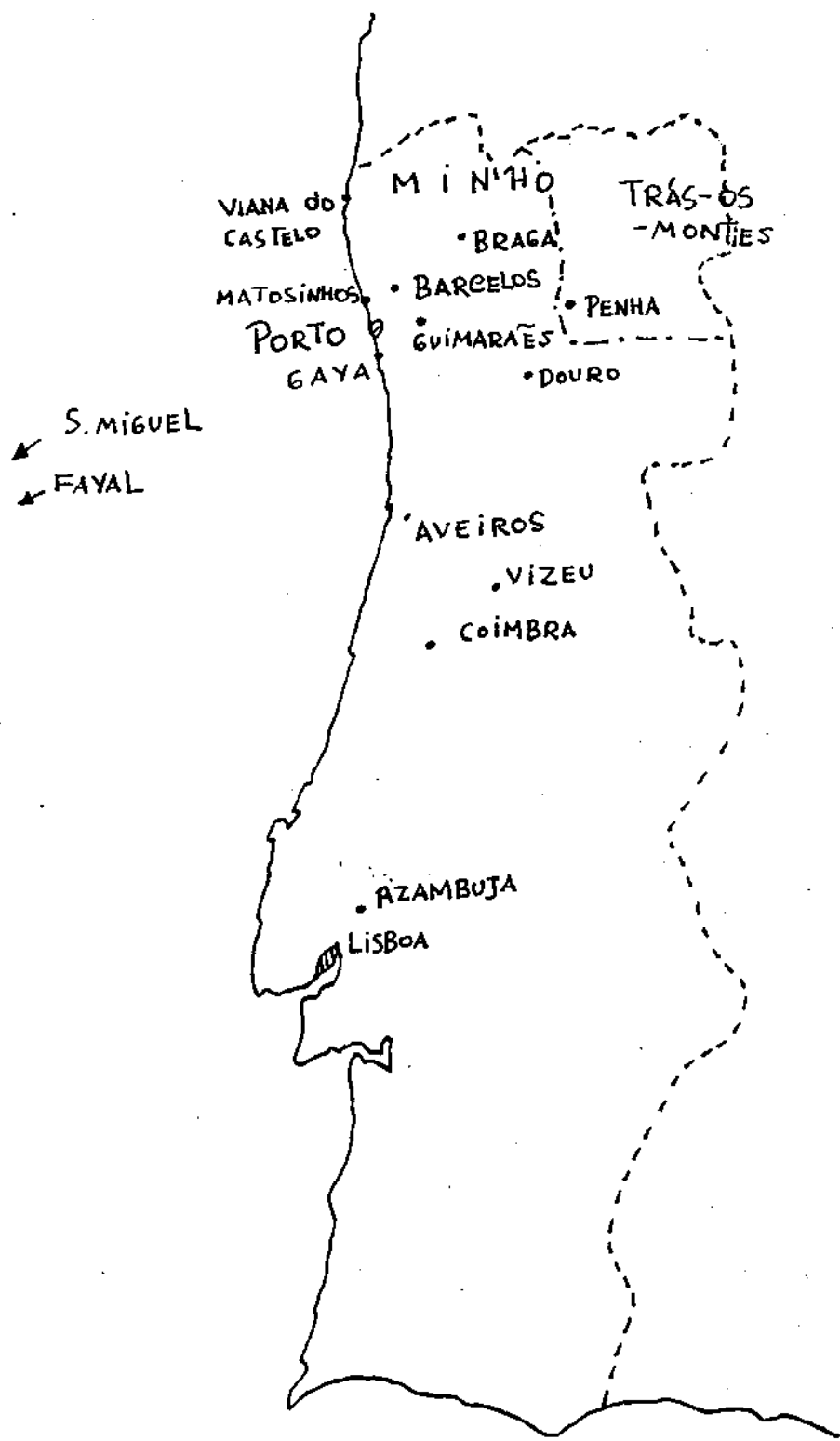
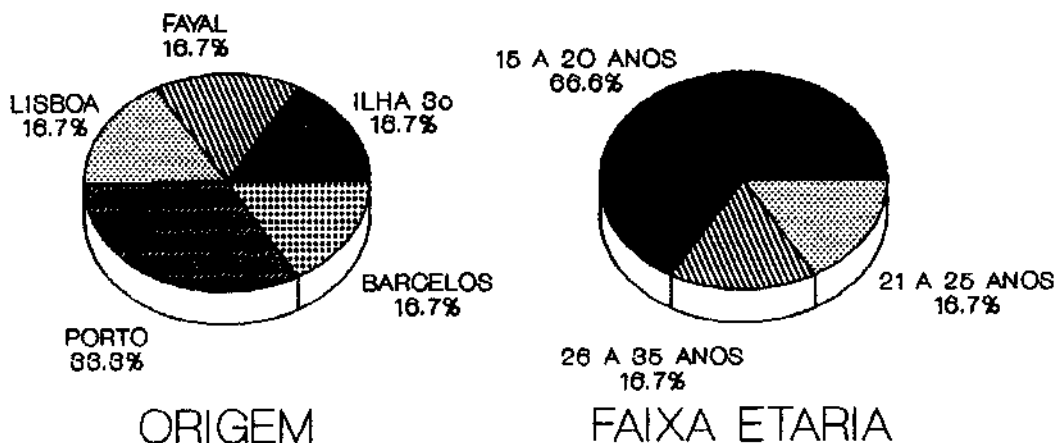


GRAFICO 19

CAPOEIRAS PORTUGUESES.1861-1868

ORIGEM E FAIXA ETARIA

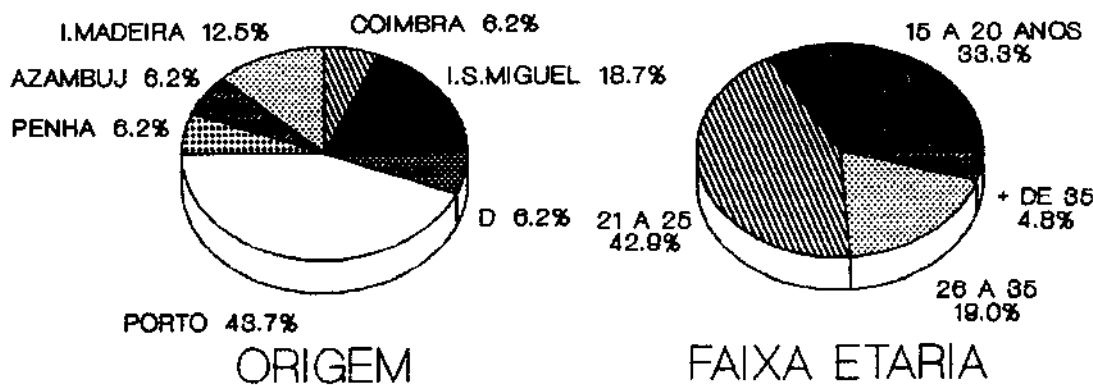


total da amostragem=6

grafico 20

CAPOEIRAS PORTUGUESES.1870-1879

ORIGEM E FAIXA ETARIA



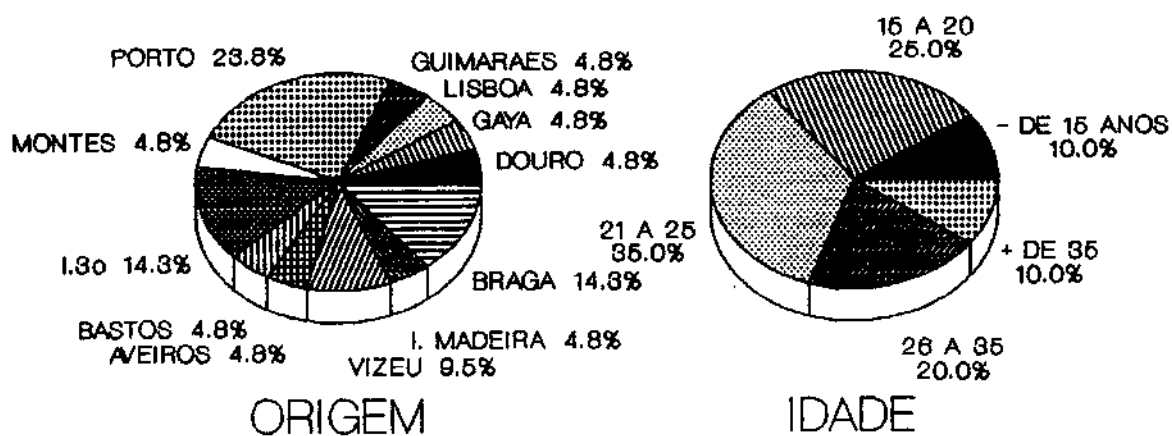
total da amostragem=16

GRAFICO 21

CAPOEIRAS PORTUGUESES. 1881-1888

ORIGEM E FAIXA ETARIA

254

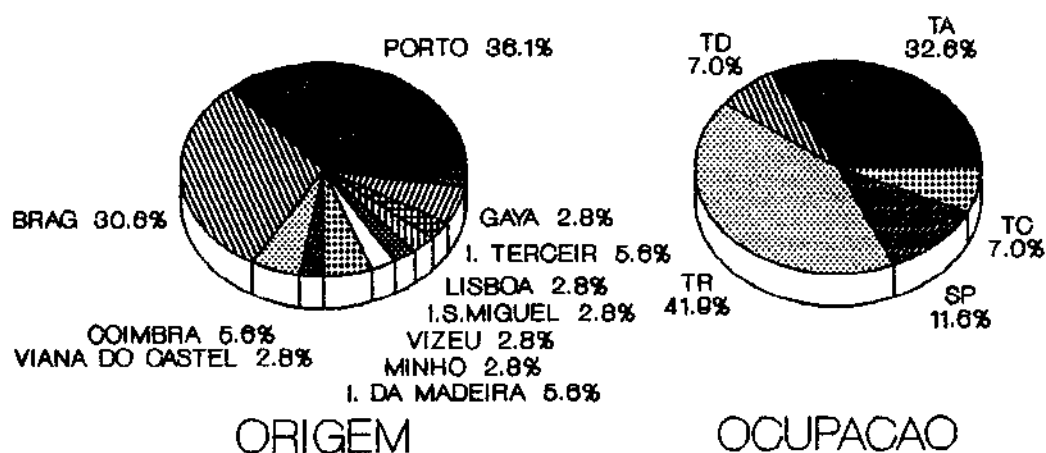


total da amostragem=21

grafico 22

CAPOEIRAS PORTUGUESES. 1890

ORIGEM E OCUPACAO



TA:trab.artesao TC:trab. do comercio
 TD:trab.domestico SP: sem profissao
 TR:trab. de rua TOTAL=36

TABELA 1
IMIGRANTES PORTUGUESES E CORTIÇOS POR FREGUESIAS. 1856

FREGUESIAS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO PORTUGUESA	%
Glória.....	712.....	367.....	51,5
Santa Rita.....	995.....	661.....	66,4
São José.....	241.....	94.....	39
São Cristovão.....	223.....	73.....	32,7
Lagoa.....	471.....	305.....	64,7
Santo Antonio.....	1171.....	516.....	44
Sacramento.....	183.....	65.....	35,5
total.....	4003.....	1437.....	51,9

fonte: "Relação dos Cortiços Existentes na Corte com Designação do seu número, e população por sexo, estado, nacionalidade e profissão" IN BRASIL - *Relatório do Ministro dos Negócios da Justiça.*, 1856

TABELA 2
IMIGRANTES PORTUGUESES POR FREGUESIAS. 1872

FREGUESIAS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO PORTUGUESA	%
Santa Rita.....	34.835.....	9.024.....	25,9
Candelária.....	10.005.....	4.406.....	44
Sacramento.....	27.077.....	8.064.....	29
Santo Antonio.....	20.693.....	4.901.....	23,6
Espírito Santo.....	14.130.....	3.033.....	21
São José.....	20.282.....	5.084.....	25
Santana.....	38.903.....	8.010.....	20
total.....	165.925.....	43.062.....	25,9

fonte: *Recenseamento da População do Município Neutro de 1872.* Rio de Janeiro, 1872, pp.58-59

NOTAS DO CAPITULO 4

- 1 - PAIS, José Machado. *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, editorial Quercus, 1985, p.60
- 2 - AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Rio de Janeiro: Monumentos, história e homens célebres*, Rio de Janeiro, Garnier, 1877, p.411.
- 3 - Livro de Entrada na Casa de Detenção (doravante L.)4059 Ficha (doravante F.)2272, 26/11/1860. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (AP)
- 4 - 5F 26 GHIFI, Ministério da Justiça (Deportação e Banimento). Arquivo Nacional (AN). Documentação não catalogada.
- 5 - L.3982, F.2563, 12/07/1890.
- 6 - 5F 26 GHIFI...
- 7 - RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés de Chumbo". *Os Rolos do Tempo. O Antilusitanismo na Cidade do Rio de Janeiro. (1890-1930)* 2 Volumes, Dissertação de Mestrado, ICHF, UFF, 1987.
- 8 - A escola paulista na década de 1960 foi quem mais desenvolveu a tese da anomia social da população negra em consequência da concorrência com o imigrantismo. Ver FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ed. Ática, 1978.
- 9 - BRETAS, Marcos Luiz. *A Queda do Império da Navalha e da Rasteira: A República e os Capoeiras*, mimeo. Casa Rui Barbosa, pp.44-5.
- 10 - MORAES FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d.
- 11 - PAIS, José Machado. *op. cit.*, p.47. A descrição do inglês está em KOTNAY, A. *John Bull e o Zé Povinho: Análise da Vida Portuguesa*, Porto, s.e., 1918.
- 12 - TINOP (pseudônimo de João Pinto Ribeiro de Carvalho) *História do fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, pp.49-50.
- 13 - TINOP *op. cit.*. Sobre o célebre encontro do capoeira Manduca da Praia e o fadista Santana e Vasconcelos disse Tinop:
 "O Manduca da Praia - um homem pardo, temível - que tinha loja de peixe no mercado pendenciou Santana e Vasconcelos num botequim carioca, mas nosso compatriota reguingou-lhe com valentia. Santana e Manduca da Praia saíram uma vez de braço dado de um teatro, a cuja porta eram esperados por uma alcateia de capoeiras, com o fim

de os agredirem. Mas os maraus não se atreveram a torcar-lhes e limitaram-se a abrir alas na sua passagem." p.54.

14 - PAIS, José Machado. *op. cit.* pp.55-57.

15 - ALENCASTRO, Luís Felipe. "Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", *Novos Estudos: CEBRAP* Nº 21, julho de 1988, pp.30-56.

16 - *Ibidem.* p.37.

17 - *Ibidem.* p.36.

18 - *Jornal do Comércio* 25/02/1862, IN ALENCASTRO, Luís Felipe. *op. cit.* p.40.

19 - Sobre cortiços ver artigo de CHALHOUB, Sidney. "A Guerra Contra os Cortiços: A Cidade do Rio, 1850-1906" *Primeira Versão*, No 19, IFCH/UNICAMP, 1990.

20 - "Relatório do Chefe de Polícia da Corte" in BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça, *Relatório Apresentado à Assembléia Geral Legislativa*, 1863, p.8.

21 - ver TABELA 1

22 - Segundo os Relatórios do Chefe de Polícia da Corte a maioria dos réus que foram a julgamento entre 1859 e 1864 eram estrangeiros, onde despontavam os portugueses.

	1859	1860	1861	1862	1863
nacionais.....	114.....	68.....	57.....	65.....	93
estrangeiros...	166.....	133.....	133.....	103.....	228

23 - RIBEIRO, Gladys Sabina, *op. cit.*

24 - "Relatório do Diretor da Casa de Correção da Corte" IN BRASIL...1872.

25 - *Ibidem.* p.71.

26 - *iden*

27 - Antonio Joaquim Macedo Soares, em seu dicionário (*Dicionário Brasileiro da Língua portuguesa*, Rio de Janeiro, INL, 1954, 1ª edição 1889) no verbete GALEGO assim refere: "Injurioso português, ruim, inimigo do Brasil. Das lutas da independência ficou este resquício odioso: empregado na guerra civil do Rio Grande do Sul pelos rebeldes contra os legalistas. GALEGO em Portugal chama os do sul aos do norte. VARNHAGEM, 1848, P.133, diz: "Alcunha de galego, epíteto com que os das províncias meridionais de Portugal apodam os filhos do norte, compreendendo os próprios portugueses que se distinguem por sua pronúncia agalegada...No Brasil como a

maior força dos colonos migrantes lusos vem do Minho, foi ampliada a acepção do vocábulo, chamando-se muitas vezes indistintamente GALEGOS aos filhos do Reino". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1838, no133(...)homônimo, em Portugal servicial de recados, moço de fretes, aguaceiro, **homem incivil, de condição baixa.**" V.1, p.208

FADISTA:" prostituta, homônimo português de capoeira" V.1, p.218

28 - Códice 324, vol.1, folhas 19, 22/01/1829, AN.

29 - Sardinha ou tiba na gíria de fadistas. Ver ANEXO.

30 - Sobre a predileção de escravos e negros pela cidade ver o subcapítulo "Um "objeto" gravíssimo: A segurança a segurança". IN CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade* São Paulo, Comp. das Letras, 1990.186-198.

31 - EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* Rio de Janeiro, ed. Xenon, 1987. p.28.

32 - idem.

33 - *Jornal do Comércio* 03/05/1872. Sobre greves de escravos ver o artigo de João José Reis "A Greve Negra de 1857 na Bahia" IN *Revista da USP*, junho-agosto 1993, pp.6-29.

34 - "Avizos do Ministério da Justiça a Diversas Autoridades" *Ij6* 19 19/04/1871. (reservado) AN.

35 - *Gazeta de Notícias* 19/02/1878. "Cambapés" é a gíria lisboeta que significa rasteira (ver ANEXO)

36 - Bernardino José da Costa, caixa 46, processo 9, Arquivo Judiciário (AJ).

37 - *Diário do Rio de Janeiro* 22/02/1872.

38 - idem

39 - Bernardino José da Costa, 23 anos, solteiro, carroceiro, morador na rua de São Leopoldo, preso na freguesia de Santana por "embriaguez habitual" no dia 18 de maio de 1877. L.4040, F.973, AP.

40 - L.4052, respectivamente F.774, de 26/09/1870 e F.915 de 26/10/1870.AP.

41 - L.4040, Fs.1241 e 1261, 14/06/1877, AP.

42 - L.3965, Fs.4403, 4418, 4494 e 4495, 24/12/1879.

43 - ALENCASTRO, Luis Felipe, *op. cit.* GRAFICO III, p.55. "Epidemias e mortaliade no Rio de Janeiro"

- 44 - Ver bibliograia de ALENCASTRO.
- 45 - Ver REIS, Leticia Vidor de Souza. *Negros e Brancos no jogo da Capoeiras: A Reinvenção da Tradição*, mestrado em antropologia, FFLCH, USP, 1993.
- 46 - José Elycio dos Reis, réu, caixa 53, processo 5, 1877, AJ.
- 47 - Os "cordões elegantes" eram descritos como:
Capoeiras amadores...cuja especialidade era promover conflitos e desordens nos teatros e casas de jogos, e demais lugares frequentados pela alta roda da Corte" IN *Revista do Arquivo Municipal* ano XVI, volume CXXVI, São Paulo, julho-agosto 1949, p.76.
- 48 - *idem*.
- 49 - NETTO, Coelho. *Bazar*, Porto, Livraria Chardron, 1928, pp.135-6 "o nosso jogo".
- 50 - *O Corsário* 02/09/1882.
- 51 - L.1890, F.104, 10/01/1890, AP.
- 52 - *Diário do Rio de Janeiro* 17/01/1872.
- 53 - Entre suas obras se destaca "A República dos caloteiros", "O crápula", "Tímidos Cantos" entre outros. ver BLACKKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro 1883 - 1902*, vol. VIII, p.78.
- 54 - COUTINHO, Afranio. *Enciclopédia da Literatura Brasileira* Vol. 1, Rio de Janeiro, MEC, 1990.
- 55 - *A Semana* 22/05/1886.
- 56 - Coelho Netto narra assim a morte de Plácido:
"...morreu com a heroicidade de amouco, fuzilado no túnel de Copacabana, e só não dispersou a treva escolta, apesar de enfraquecido, como se achava, com os longos tratos na prisão, porque recebeu a descarga pelas costas, quando caminhava na treva, fiado na palavra de um oficial de nome romano".
NETTO, Coelho, *op.cit.* p.137.
- 57 - *Grandes Personagens da Nossa História* Vol.III, pag.704.
- 58 - No Rio dos anos 1930 ainda se apelidava os portugueses de "MALANGE" ou "MONDRONGO" termos de origem africana, como o primeiro que se refere a uma cidade da costa oriental, in RIBEIRO, Gladys Sabina. *op. cit.* p.50 e 54.
- 59 - *Diário do Rio de Janeiro* 17/01/1872.

CAPITULO V

**DA FLOR DA GENTE A GUARDA NEGRA:
OS
CAPOEIRAS NA POLITICA IMPERIAL**

MOTTE

*Para que tanto barulho e aparato
Se as cartas estão em minha mão?
A Flor da Gente algum dia teve medo
De vencer outra vez a eleição?(1)*

A presença dos capoeiras como capangas na vida político eleitoral na cidade do Rio durante as últimas décadas do Segundo Reinado foi um tema constante na crônica literária da "Belle Epoque". Geralmente, o tom das narrativas era de candente denúncia de um passado já vencido:

A semelhança dos boxers na Inglaterra, tivemos excelentes capoeiras nas eminências da política. (...) Ao seu ombro tismado escorou-se até há pouco tempo o Senado e a Câmara, para onde, à luz da navalha, muitos dos que nos governavam, subiram.(2)

Mello Moraes Filho conformaria um padrão que seria seguido pelos autores do século XX. Anos mais tarde Vieira Fazenda relataria em sua coleção de crônicas do passado carioca a história de

Gato, um capoeira que era:

valente cabo de guerra eleitoral. Apesar de quebrantado pelos annos, em occasião de sarilho mostrava suas habilidades. Quando desconfiava do voto de algum eleitor, punha-se a berrar: é phósphi! é phospi! dava principio ao rolo e o sujeito não votava.(3)

Manuel Querino, em seu artigo sobre a política Bahiana no tempo da monarquia(4), e Francisco Pereira da Costa em estudo sobre o folclore de Pernambuco(5) confirmam que a atuação de capoeiras nas disputas eleitorais não era um fenómeno restrito à cidade do Rio.

Silvio Romero, importante estudioso da cultura popular brasileira assim se referiu ao papel representado pelos capoeiras na época monárquica:

consta serem uma instituição política, e sob as ordens de grandes magnatas. Com eles é que se veda o ingresso dos adversários nas matrizes em dias de eleições e obtem-se a vitória nas urnas.(6)

Para outros autores, a atuação de negros praticantes da capoeiragem como capangas políticos pode ser inicialmente datada de 1828. Instigados pelo governo, eles teriam agido como braço armado clandestino na repressão aos soldados merçenários irlandeses e alemães, em rebelião aberta contra os maus tratos e os desmandos da officialidade nativa. Tanto Roberto Macedo(7) como Angenor Lopes de Oliveira(8), e mais recentemente Ruth Kato(9), defendem a idéia que este episódio foi um marco na vida política da cidade.

O ponto comum de todas estas análises é a visão dos capo-

eiras como um "exército das ruas", colocado à disposição dos conflitos políticos de ocasião, mobilizados por quaisquer grupos político-ideológicos, instrumentos dóceis de liberais e conservadores, manipulados para fins estritamente eleitorais em troca de benesses imediatas.

Este texto tem como objetivo contestar esta visão simplista e "primitivista" da participação de elementos das camadas populares na vida político-partidária na Corte durante a segunda metade do século XIX. Nossa meta é demonstrar que o papel exercido por esses grupos era fruto de uma opção política. Uma opção moldada por uma experiência social e cultural específica, marcada pelas peculiaridades da sociedade urbana carioca das últimas décadas do século. Uma opção alimentada por uma ansia de participação no processo político, e por uma visão política própria muito especial.

Uma interpretação que entra em choque não somente com as narrativas da elite literária da Velha República, mas com toda uma corrente historiográfica ainda atual, que espera encontrar linhas determinadas de evolução nas ações políticas das camadas populares, esquecendo-se de analisá-las nos contextos próprios de sua época, e de sua visão da política. Uma visão que se expressa numa conexão, numa aliança entre grupos ou maltas de capoeiras e o Partido Conservador, aliança que atravessa vinte anos da vida política do país (1870-1890), culminando com a chamada Guarda Negra, e que desmorona com o fim do regime, levando uma parcela importante da história política do Brasil ao esquecimento.

Os quinze anos anteriores à eclosão da Guerra do Paraguai foram plenos de mudanças na cidade do Rio. O fim do tráfico atlântico de escravos, a chegada em massa de imigrantes portugueses, o início de reformas profundas da infraestrutura urbana, as novas atribuições assumidas por um Estado centralizador em processo de consolidação, tudo isso contribuiu para transformar a face do velho empório colonial que era a capital do Império.

Para escravos ou homens livres que participavam das "mal-tas de capoeiras" os novos tempos vieram na forma de uma mais intensa repressão. A documentação da época demonstra sobejamente o furor repressivo do novo regime da Conciliação, onde liberais e conservadores se unem pela consolidação do novo reinado inaugurado em 1840:

Ao tomar conta da policia, entendi que devia empregar a maior severidade para reprimir semelhantes feras; e no decurso do anno passado fiz recolher ao Calabouço e punir oitenta e nove capoeiras. Os meios por mim empregados para descobri-los e prende-los, e a certeza que elles chegaram a ter de que não ficariam impunes, produziu felizmente o esperado resultado. Nos últimos cinco meses o número de capoeiras diminuiu consideravelmente, e nisso ganhou a segurança individual.(10)

A Era da Conciliação passou à história como o período de menor conflito interpartidário de toda história monárquica. A capoeira atravessou estes anos sob o quante severo da policia imperial. Esta situação se evidencia na documentação policial e jornalística, que fragmentariamente registra a existência da capoeira na cidade.

A situação começa a mudar com a repentina eclosão da Guer-

ra do Paraguai, em fins de 1864. O exército brasileiro, pelo menos desde 1831, era relegado a segundo plano nas prioridades militares do governo. A Guarda Nacional era o instrumento privilegiado de contenção das revoltas internas que marcaram a história política do Império, pelo menos até 1849, mas era ineficiente para dar conta dos conflitos externos, pelo fato de estar entregue aos chefes políticos do interior, e ser formada basicamente por agregados dos grandes potentados rurais.(11)

Os aliados uruguaios e argentinos não estavam preparados para um conflito externo de grandes proporções devido as suas divisões internas. A consequência é que foi nos ombros do exército brasileiro que recaiu o maior peso do conflito. Com seus efetivos dramaticamente baixos foi necessário, antes de partir para a ofensiva, iniciar uma feroz campanha de recrutamento em todos os cantos do país, e formar os batalhões de "Voluntários da Pátria".

No Rio de Janeiro a campanha foi ainda mais voraz. Qualquer homem em idade mínima, saúde regular, e nacional, podia ser detido e obrigado a assentar praça no exército ou armada. Mesmo simples escravos trabalhando nas ruas para seus senhores podiam ser arbitrariamente presos e recrutados:

Tendo o pardo Herculano, escravo do Desembargador Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, feito as declarações constantes do termo junto, das quaes se depreheende ter sido na tarde de 23 do mes corrente recrutado por duas praças do Corpo Policial, que o conduziram na direção do Quartel dos Barbonos, sendo solto na esquina da dita rua por ter aparecido um cabo que disse conhece-lo como escravo, deliberei mandar apresentar o dito pardo à V. Ex. para dar quaisquer esclarecimentos que julgue ainda necessários para esclarecer a verdade, fazendo-o retirar logo depois para casa de seu

senhor.(12)

A promessa de alforria dos escravos engajados na guerra transformou os quartéis militares em ponto final das rotas de cativos que fugiam das fazendas do interior, o que se refletiu nos anúncios de captura do Vale do Paraíba fluminense:

Fugiu no dia 14 do corrente o preto Antonio, Creoulo, escravo de Inocêncio Gomes de Assunção, morador na Freguesia de Santo Antonio da Encruzilhada...este escravo disse que havia de fazer o possível para ir ao Paraguay, porisso pede-se aos srs. pedestres toda vigilância afim de ser capturado.(13)

Até figuras legendárias da capoeiragem carioca, como Manduca da Praia, são obrigados a andar pelas ruas cercados de guarda-costas, para se protegerem das truculentas patrulhas de recrutadores.(14)

Observando o GRAFICO 23 podemos perceber que a grande maioria de escravos libertos para servir na guerra (cerca de 55% do total) era originária da Corte, de diversas instituições. Grande parte desses escravos foram libertos pelo governo, por compra, cobrança de dívidas, etc.(15)

A bahia seria outra província a enviar praticantes de capoeira para o front:

Por ocasião da guerra com o Paraguai, o governo da então província fez seguir bom número de capoeiras; muitos por livre e espontânea vontade, e muitíssimos voluntariamente constrangidos. E não foram improficuos os esforços desses defensores da pátria no teatro de luta, principalmente nos assaltos de baioneta.(16)

Sintomaticamente, os registros do xadrez da polícia da Corte deixam, de registrar, de 1866 a 1871 a prisão por "capoeiras".(17)

A tradição guardou as façanhas dos capoeiras em terras paraguaias:

Durante a Guerra do Paraguay, por ocasião do assalto final e tomada da ponte de Itororó, os soldados cariocas constituintes do legendário 31º Corpo de Voluntários da Pátria (Polícia Militar da Corte) que seguiram na vanguarda, sob o comando do Coronel Assunção, dessa milícia, seguidos pelos Zuavos Bahianos sob o Comando do Dr. Marcolino de Moura e Albuquerque, vendo esgotadas as munições em pleno combate corpo a corpo, ao ultrapassarem a fatídica ponte, retiraram os sabres baionetas e jogaram fora as inúteis espingardas, lançando-se com ímpeto irresistível contra as trincheiras inimigas, e atacando os seus defensores à arma branca e golpes de capoeiragem.(18)

O 31º Corpo de Voluntários da Pátria teve atuação destacada em importantes combates, como a passagem de Estero Bellaco, Tuyutí, Humaitá, Curuzu, Assunção.(19)

A Guerra do Paraguai mudou a face do exército. Além do aumento tremendo de recursos à disposição da corporação no após 1870, o prestígio alcançado pela força militar diante da sociedade civil era impensável antes do conflito. Transformados em heróis do dia, os soldados sobreviventes voltaram para uma sociedade sensivelmente mudada. Muitos deles seriam marcados pelo conflito para sempre. A crônica do tempo guardou a lembrança do Príncipe Obá II, ou Candido Fonseca Galvão, um negro que se tornou alferes do Batalhão de Zuavos Bahianos, e depois encarnou o papel de monarca dos negros e negras da Corte, exibindo seus co-

nhecimentos de figuras de proa da vida política do Império, se identificando com o Partido Conservador, e chegando a desfrutar da amizade do próprio Imperador Pedro II.(20)

A Guerra do Paraguai politizou os oficiais, reza a historiografia tradicional. Pensamos que politizou também os soldados.
(21)

I

TEMPO DA GLÓRIA

*Sou soldado na Pátria aguerrida
muito embora nascido na paz
nasci livre, qual águia no ninho
ser escravo outra vez, não me apraz(22)*

Era o dia 22 de maio de 1873, fim de tarde. Dois soldados desciam a rua de Santa Luzia, na freguesia de São José, em direção ao Quartel do 7º Batalhão de Infantaria, no Largo do Moura, poucos metros além. Neste momento o português Antonio José de Magalhães descia as escadarias da entrada da Santa Casa da Misericórdia, voltando de uma visita a um compatriota internado.

Gustavo Pinto de Andrade, um dos soldados, 18 anos, praça do 1º batalhão de Artilharia, se chocou momentaneamente com o lusitano. O encontro se transformou em poucos segundos num rude bate-boca. O companheiro de Gustavo, Thomas José dos Santos, também praça do 1º Batalhão de artilharia, 20 anos, natural de Fer-

nambuco, intervém na discussão, que estava prestes a chegar ao conflito físico. Logo Thomas saca de uma navalha, e ameaça o imigrante, que manobra seu guarda-chuva tentando se defender da lâmina.

Uma multidão rapidamente se forma em torno do incidente, uma fugaz e burlesca cena de esgrima, interrompida pela aparição de três praças do Corpo Militar de Polícia. Thomas, surpreendido com a navalha em riste, é levado para o posto da guarda, na rua Santa Luzia, junto com seu colega Gustavo, que protesta veementemente. Seu companheiro também demonstrou resistência e mesmo carregado

resistiu a prisão, dizendo que praça do exército não se recolhia a um posto policial.(23)

Um incidente trivial acaba por se transformar num processo na justiça, indicando o nível de tensão que carregava a atmosfera da Corte nos primeiros anos da década de 1870. Através desse processo podemos perceber a rede de conflitos sociais que se monta por trás de situações que são, aparentemente, simples brigas de rua numa cidade coalhada de militares recém chegados da guerra.

Thomaz e Gustavo estavam longe de serem simples vítimas de uma rixa sem sentido. Nas palavras do subdelegado da Freguesia de São José

Esses soldados, muito conhecidos como capoeiras, só por instinto de malvados, comum nos capoeiras, pretendião fazer uma vítima.(24)

Levados para a subdelegacia mais próxima, os soldados ficaram presos no quartel do 1º Batalhão, em São Cristóvão, enquanto o ritual jurídico corria, intimando testemunhas que nem sempre apareciam. O crime escolhido, que indigitava apenas o soldado Thomaz, era o de ameaças, pelo empunhar da navalha, e a injúria de "galego" jogada ao luso. O testemunho do chefe da guarda, praça Augusto Adolpho, do Corpo Militar de Polícia, reforça a opinião do subdelegado:

Que pouco antes de ouvir os apitos, viu ele testemunha passar pela guarda os acuzados presentes a jogarem capoeira um com o outro por brincadeira - não ligando nenhuma importância nisso.

Não menos importante é a possibilidade, muito forte, de ambos terem conhecido os campos de batalha do Paraguai, pelo fato de estarem residentes no quartel havia pelo menos seis ou sete anos. Os anos de 1866 e 1867 foram anos de intenso recrutamento, e não se entenderia como jovens soldados poderiam estar longe da fuzilaria num Império sedento de recrutas.

Outro dado interessante é que Gustavo, apesar de não ter sua cor registrada nos autos, era possivelmente um liberto, pelo simples fato de seu nome correto ser apenas Gustavo, um nome simples, quase sempre um estigma da escravidão.

A rixa entre o português chapeleiro da praia do Saco do Alferes e os dois soldados de artilharia "jogadores da capoeira" era sintoma de um novo patamar do conflito social no meio urbano da Corte do século XIX. Um acirramento da violência urbana, cujo principal vetor seriam os constantes conflitos entre militares e

ex-combatentes do Paraguai contra autoridades policiais e moradores de classe média.

O acusado, alegou ter puxado a navalha porque teve de se defender de um grupo de portugueses, não somente um. As testemunhas compareceram ao tribunal no dia do julgamento, em 1 de outubro, algo raro em processos deste tipo. De qualquer modo, o acusado foi absolvido por unanimidade.

A presença em massa de elementos das camadas populares na Guerra do Paraguai, participando ativamente, decidindo combates, demonstrando bravura, modificou o imaginário de parte da elite sobre o negro, o mestiço, o homem pobre das cidades e do campo.

O mestiço, o caboclo, o ex-escravo, visto com desdém antes de 1865 passou a ser observado por parcela da classe dirigente como símbolo da nacionalidade, herói da pátria, defensor do Império. Para certos autores, a própria mística do caboclo como símbolo de uma "brasilidade positiva" teria se originado das lendas da guerra.(25)

Para a grande maioria dos moradores da Corte, entretanto, a presença numerosa dos ex-soldados nas ruas da Corte era motivo de inquietação. Ex-escravos, criminosos, desordeiros, marginais, eles agora exibiam pelas ruas uniformes, medalhas, e o título de defensores do Império e "heróis da pátria". Seria inevitável que o confronto com antigos desafetos, perseguidores, senhores, despertasse nestes sentimentos de medo e suspeita. E o que sugere um estranho documento encontrado por um morador da Corte, aparentemente perdido de uma repartição militar:

REPUBLICA DE BARBONOSCALOS, CAPITAL ASSUMPTION.
 Certo sujeito achou nos bondes que vão para São Cristovão um ofício em linguagem de preto mina com 6 meses de Brazil. O ofício diz o seguinte, e está pontuado de uma maneira que nós achavamos melhor que elle collocasse vírgulas, pontos, etc.

"Quartel da revolução e soldados bem armados,
 1 de janeiro de 1872

Ils. Srs. - V. Ex. mande retirar o cabo, deixando o inferior e 6 soldados para o serviço da casa em ruínas e mais objetos".(26)

Nos primeiros meses da década de 1870 a Corte assistiu ao resurgimento das maltas de capoeiras como problema maior da ordem urbana, algo que não vinha ocorrendo desde a década de 1840. No dia 18 de abril de 1870, quando batalhões egressos do sul desfilavam sobre as vistas dos moradores da cidade, uma malta se aproveitou da reunião popular para fazer "correrias", e receber os antigos companheiros.:

Do Campo da Aclamação até o Quartel do Cortume, isto é, no espaço que foi percorrido pelos bravos defensores e mártires da pátria, correu sangue inocente...pelas mãos assassinas desses malfeitores sem coração e sem alma conhecidos pelos nomes de capoeiras.
 (27)

O ano de 1870 também foi marcado por assassinatos de figuras de proa do universo da capoeiragem. Em poucos meses importantes chefes de malta são eliminados, o que, aparentemente, teria sido um rearranjo das posições em consequência do retorno dos que haviam assentado praça.(28)

As lendas da guerra povoavam as mentes dos "moleques" iniciantes da arte. No final de janeiro de 1870 a senhora Leonarda Rosa de Andrade enviou um ofício ao Ministro da Justiça pedindo providências contra os "moleques" e capoeiras que a perseguiram

sempre que saia na rua. O Chefe de Polícia, em resposta ao requerimento do Ministro, afirmou ter tomado as medidas necessárias, mas avisou este que a idosa não era totalmente confiável, pois "não se acha em perfeito juízo, prestando-se portanto aos molejos dos moleques, com os quais entra em *discussões sobre a Guerra do Paraguay* e e outras questões de igual natureza" (grifo nosso)(29)

As ruas voltam a ser palco dos elaborados golpes dos capoeiras, desta vez envergando fardas militares, como os dois imperiais marinheiros, Raymundo Arruda e Mariano Teixeira, presos na freguesia de Santa Rita em acirrado duelo.(30)

Pela primeira vez, desde 1853, o Chefe de Polícia se referia textualmente a eles em seu relatório:

Vem a propósito rememorar que a quasi totalidade dos crimes contra a pessoa tem sido perpetrados por indivíduos de infima classe, cativos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos por capoeiras.(31)

A massa de soldados que afluía para a Corte no imediato pós-guerra criou uma situação explosiva para o governo,

O já tradicional atraso nos soldos, e o não cumprimento das promessas de terras e moradia, ameaçou abrir uma rebelião na soldadesca, exigindo a intervenção direta do Ministro da Guerra para pagar os atrasados e quitar as dívidas. Importante registrarmos que o cargo de Ministro da Guerra neste momento era exercido interinamente pelo Visconde de Rio Branco, figura máxima do gabinete conservador.

O clima de turbulência trazido pelos ex-combatentes pode

ser lido como uma forma especial de politização do cotidiano, (32) expressão talvez de um inconformismo com os papéis anteriores por eles cumpridos na ordem social urbana. Atacar policiais, afrontar senhores, desafiar autoridades, podem ser entendidos como formas de impor um novo status que a participação na guerra lhes teria concedido. De qualquer maneira, conflitos envolvendo policiais e soldados se tornam frequentes nesta época:

Anteontem, às 10 horas da noite, foi encontrado na rua dos Andradas, ferido no ventre com uma facada, um preto de nome José. Sendo transportado para a Sancta Casa da Misericórdia, declarou que fora ferido por dous soldados de linha na ladeira da Conceição. (33)

FALTA DE POLICIA. Anteontem a tarde, cinco soldados do 1º Batalhão de Infantaria vagavam por algumas ruas da cidade, provocando as pessoas que encontravam, atirando ao chão as amostras das casas de negócios, e praticando mil desacatos. Os urbanos, tão promptos a espancar pessoas indefesas, não viram estes desmandos, talvez porque se tratassem de soldados de linha, com os quaes elles receiam travar conflito. (34)

O Relatório do Chefe de Policia da Corte enviado em 1871 não deixa dúvidas quanto à importância dos capoeiras na Guerra do Paraguai, e quanto ao impacto da sua presença na cidade do Rio nos anos imediatamente posteriores ao fim da guerra:

A capoeiragem não é um crime previsto no Código Criminal, e somente podem ser capitulados como crimes as ofensas físicas, ferimentos e homicídios cometidos por capoeiras, quer em reunião, quer isolados

E pois evidente a dificuldade que encontra a autoridade de proceder contra eles principalmente por não poderem ser em generalidade considerados como vagabundos, *por serem Guardas Nacionais, praças escusas, ou reformadas do Exército e Armada, artífices dos arsenais de Marinha e Guerra, e nesta qualidade reclamados pelos respectivos comandantes.* (grifo nosso)

Tenho entretanto, exercido sobre estes turbulentos, na órbita das minhas atribuições, e continuo a

exercer, a mais severa vigilância, a mais decidida perseguição, a despeito de mil contrariedades, e sobretudo da exiguidade da força policial a minha disposição.(35)

A denúncia do Chefe de Polícia deixa claro que aqueles que regressaram do Paraguai, em especial os capoeiras, foram protegidos por sua condição militar no interior mesmo da hierarquia da corporação, e eram, ao mesmo tempo, portadores de uma nova visão de suas prerrogativas e limites, que entrava em choque com o que era estabelecido no pré-guerra. Não podemos deixar de traçar os paralelos com os soldados negros da União na Guerra Civil dos Estados Unidos, que tiveram um papel destacado não somente nos combates, mas principalmente na nova situação política que se abria nos estados do sul. Lá, como aqui, os inquietantes anos do pós-guerra foram tempos de extrema politização.(36)

Quanto ao Brasil, a guerra representou, para livres e libertos, uma expectativa de prestígio social e reconhecimento que raramente seriam concretizadas não houvesse a guerra. Aos escravos fugidos a esperança da alforria, que realmente se efetivou para muitos, e talvez uma nova etapa da política escrava, que foi assim sintetizada por um jovem historiador.

A participação de escravos no exército garantiu, pelo menos a parcela da população envolvida, algum tipo de reconhecimento, e mesmo um lugar de interlocução. Sua incorporação num projeto de realização hegemônica da Coroa e da classe dominante implicava necessariamente assimilar alguns de seus próprios interesses a esse projeto. Assim é que a alforria do escravo combatente tinha dois lados: encobrir o fato de a civilização escravista fundar parte da sua glória nos campos de batalha num segmento da população não reconhecido como portador de seus padrões morais e culturais, e ao mesmo tempo incorporar e atender um interesse imediato desses setores, a liberdade.(37)

Os soldados negros da Corte teriam um imprevisível papel na cena que se abria após o conflito. A partir de 1870 uma nova conjuntura política se forjaria no país. Os liberais, despejados do poder em 1868 por pressão do Duque de Caxias, a bem do andamento da guerra, apagaram as últimas lembranças conciliatórias e partiram para a oposição aberta. Um braço do partido fundou a cisão republicana.

A guerra abriu uma crise econômica sem precedentes, enfraquecendo ainda mais as finanças do estado. A cafeicultura fluminense entrou num período de estagnação, perdendo espaço junto ao círculo político da Corte. Os novos plantadores paulistas, captando escravos de todas as províncias, assumem a frente da agroexportação. Rebeliões escravas e quilombos sacodem as regiões cafeeiras do sudeste, assustando a classe senhorial.

A pressão internacional e a resistência escrava, forçam o governo a lançar mão do emancipacionismo. A Lei do Ventre Livre faz o governo perder apoio de importante parcela das camadas proprietárias.(38) A hegemonia da fração conservadora dirigente do Estado estava em perigo. Urgia recorrer a novos expedientes para manter o barco no rumo planejado.

II

AS ELEIÇÕES DE SANGUE

No dia 6 de fevereiro de 1873, o plenário da Câmara dos Deputados estava especialmente tenso, como resultado do acalorado debate sobre as eleições de agosto do ano anterior. O deputado Martinho Campos, de São Paulo, em nome da bancada liberal, lança

seu mais contundente ataque:

MARTINHO CAMPOS: A verdade é esta: os nobres ministros entregaram a Corte, a Capital do Império, durante muitos dias, às navalhas da Flôr da Gente.

VOZES: De que gente?

MARTINHO CAMPOS: E as baionetas do governo intervierão em toda parte para auxiliarem as navalhas dos capoeiras contra cidadão brasileiro inerme. E esta a verdade, é este o espetáculo que a Corte do Império do Brazil nunca tinha presenciado, no meio de todas estas reações porque tem passado as províncias. A presença do soberano impunha aqui aos governos uma certa reserva. Receiava-se e respeitava-se o inglês (risadas). O que se fazia nas províncias não se ousava fazer na Corte(.. .)

As navalhas dos capoeiras e as baionetas dos soldados vindo em seu auxilio não dilacerarão só as carnes dos liberais e conservadores nas igrejas da Corte; roubadas, substituídas e desmoralizadas não foram somente os maços de lista das urnas, as eleições da Corte.

Estas navalhas e estas baionetas dilacerarão ao mesmo tempo alguma cousa que era obrigação rigorosa do novo Presidente do Conselho preservar e defender. (apartes se cruzam)

PRES. DO CONSELHO: O que dependia do governo para prevenir esses fatos? seja justo em reconhecer a responsabilidade dos dois partidos militantes.

M. CAMPOS: Dizia-se quando contavão-se os excessos e horrores de algumas eleições de províncias - recorria os nobres deputados - "isto não se faz na Corte", e hoje lamenta-se o triste espetáculo e o papel passivo e criminoso da autoridade na capital...

PRES. DO CONSELHO: Admiro que V. Ex. venha dizer que o monarca tem perdido prestígio pelo que fazem os capoeiras.

M. CAMPOS: Não censuraria a policia se tivesse viva e legalmente cuidado da paz e segurança pública, tomando providências legais contra os capoeiras, impotentes e aniquilados quando a testa da policia se achavão Eusébio e Siqueira, sempre lembrados...(39).

As eleições de 1872 foram um marco na vida politica do Segundo Reinado. A vitória do projeto da Lei do Ventre Livre havia precipitado a crise do Gabinete Rio Branco. O governo não contava mais com a confiança plena do parlamento. A bancada liberal,

apoiada por parcela expressiva dos conservadores, obstruía os trabalhos e projetos do governo. A instabilidade acabaria levando o Imperador a pedir a dissolução da Câmara, de forma a marcar eleições e decidir em definitivo o destino do Gabinete Rio Branco.(40)

As eleições são marcadas para agosto. Pela constituição haveria dois turnos. Do primeiro turno seriam eleitos os votantes definitivos, pelo chamado "círculo maior", e em seguida estes escolheriam os deputados gerais propriamente ditos. Aquela seria também a eleição com maior percentagem de participação popular de toda a história do Segundo Império.(41) Estava montado o cenário para o confronto.

A eleição final e decisiva estava marcada para 20 de agosto. Conforme os relatos da época, as igrejas da cidade foram transformadas em campos de batalha:

"As luctas eleitorais, que são em toda parte do mundo causa frequente de perturbação da ordem, não deixam de produzir em nós seus desastrosos efeitos.(42)

O fato mais marcante da eleição de 1872 foi o surgimento da "Flôr da Gente". Conhecida como a malta de capoeiras que dominava a Freguesia da Glória(não por coincidência local de moradia de parcela expressiva dos políticos da época), ela teve participação decisiva nos violentos conflitos, e papel de realce na vitória dos conservadores. A tradição literária da "Bella Epoque" deixou para a história a "Flôr da Gente" como expressão máxima da violência política dos últimos anos do Império, sempre a serviço

da facção conservadora.

As maiores referências encontradas sobre a "Flôr da Gente" remontam as primeiras décadas do século XX, sempre guardando o sabor de um passado ao mesmo tempo heróico e sombrio:

Escolas como a de que foi chefe célebre político, que tinha a "Flôr de sua gente" bem diciplinada e prompta para o que desse e viesse.(43)

Outras narrativas, como da revista Kosmos em 1906, realçam a importância política da Flôr da Gente na vida partidária da época:

Esta última [a malta da Glória], na sua época áurea, a mais terrível, teve foros de verdadeira instituição política. Célebre parlamentar, hoje falecido, chamava-a mesmo a "Flôr da minha gente" e nella tinha, sob sua chefia, um terrível exercito eleitoral.(44)

Todas as descrições do século XX coincidem em manter um clima de obscuridade sobre a identidade de seu patrono político, como uma história que merece ser esquecida:

A capoeiragem, com suas numerosas maltas, que um grande parlamentar da época classificou em discurso célebre como a "Flôr da minha gente".(45)

Esse misterioso parlamentar era Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira. Membro do Partido Conservador pelo menos desde 1863, era, no dizer, de um biógrafo seu, "um dos mais firmes baluartes deste partido"(46)Várias vezes reeleito deputado e juiz de paz pelo Município Neutro, era também um entusiasta da instrução,

fundando e sendo patrono de vários institutos de educação na cidade. Coelho Neto, ao traçar seu perfil, declara:

Dessa geração celeberrima fizeram parte vultos eminentes na política, no professorado, no exército e na marinha, como Duque-Estrada Teixeira, cabeça "cutuba" (46) tanto na tribuna da oposição como no mastigante de algum parola que se atrevesse a enfrenta-lo à boca da urna...(47)

Filho dileto da elite política fluminense que dominou a Corte nos meados do século, e entusiasta da capoeira desde os tempos de estudante da Faculdade de Direito de São Paulo (48), Duque-Estrada Teixeira, apesar de sempre ter sido filiado ao Partido Conservador, manteve uma carreira política relativamente autônoma em relação a cúpula partidária. Mesmo tendo apoiado a volta dos conservadores ao poder em 1868, discordou da forma como foi administrado politicamente o projeto da Lei do Ventre Livre, fazendo parte do grupo conservador chamado "Dissidência", liderado pelo Conselheiro Paulino Soares de Souza

Em 28 de setembro de 1871, o deputado Duque-Estrada Teixeira votou contra a Lei do Ventre-Livre, marcando sua oposição em relação a certos dispositivos da lei. Mas logo, a perspectiva da subida dos liberais força a reaproximação com o governo. A opinião insuspeita das gazetas liberais testemunham a volta das antigas alianças.

Nos últimos meses de 1871, a reação oposicionista contra o Gabinete "Ventre Livre" , como era conhecido o gabinete do Visconde de Rio Branco, chegou ao auge. Uma derrota eleitoral poderia significar a saída dos conservadores do poder. E uma vitória

dos liberais na Corte, para aqueles que acompanhavam de fora, seria um prognóstico sombrio para o futuro da lei emancipacionista.

Assim podemos entender a entrada da "Flôr da Gente" na cena política da Corte, peça importante no tabuleiro político da capital, e talvez do país. Através das páginas do jornal *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, podemos acompanhar todo desenrolar da dramática disputa eleitoral de agosto de 1872. Por este jornal, um magnífico panorama se desenha, em ricos detalhes reveladores de uma portentosa luta que passa muito além de uma simples rusga eleitoral. Na pena do jornalista da oposição o palco do conflito é montado:

Eis o cenário: Quatro sujeitos mais ou menos boçais e menos ou mais gritadores, sentados em torno de uma meza, que tem no topo outro sujeito armado de papéis, roteiros, manuais, uma fita verde e amarela e quatro cestos de chicanas e tramóias. O povo em torno da meza e a tropa em torno do povo - Por detraz da tropa os capangas. Chama-se um indivíduo, entra um "phosphoro". O Juiz de Paz cita leis que não existem, os mesários aplaudem, os "phosphoros" votam, o povo protesta, os capangas gritam, e a tropa cala baioneta.(49)

Mas o traço mais marcante dos relatos do *A Reforma* foi o explícito caráter racial do conflito partidário de 1872. Sistemáticamente, a população negra da cidade era acusada de tomar partido de uma das facções em luta, no caso os conservadores, e a tônica das entrelinhas do jornal liberal era o quanto este procedimento era inédito e perigoso, num momento em que a "Questão Servil" estava em primeiro plano:

Em São José um preto cabinda votou por um pro-

fessor público branco. O Conselheiro N. entregou a lista de Isidoro Cabundá.(50)

VOTANTES ESCRAVOS: Afiança pessoa do maior conceito, e que é autoridade policial da situação, que em São José votou um escravo do sr. Joaquim Antonio do Amaral, de nome Luiz, que é morador na Lagoa.

Na Glória consta que o reverendo vigário assegurou que viu vários escravos de seu conhecimento tomarem parte na votação.

Para uma situação servil, só estes votantes escravos.(51)

Podemos ver por estas descrições que a participação de negros, livres e escravos, no processo político de 1872 ia muito além do simples capanguismo. No nosso entendimento, a conjuntura da Lei do Ventre Livre, ligada ao impacto da participação popular na Guerra do Paraguai, trouxe um contexto político absolutamente novo na Corte e no país. Nesse contexto, para parcela importante da população negra da cidade, não cabia mais um papel meramente acessório numa disputa entre dois contendores já velhos conhecidos, e com um resultado esperado. Era hora de traçar seu próprio caminho no campo rígido da política institucional. A militância negra do Partido Conservador era assim braço de um movimento social muito mais amplo, que, despertada pelos novos momentos do pós 1870, invadia os estreitos limites da política parlamentar, colocando suas próprias reivindicações e anseios, em forma de uma participação direta no processo.

O Partido Conservador era o caudal único desta "onda negra" porque tinha mostrado, no debate deflagrado pelo Ventre Livre, que estava bastante sensível aos novos momentos que se anunciavam. E em agosto de 1872, pressionado pela sua própria sobre-

vivência enquanto instância de poder, buscou até a exaustão a incorporação destes grupos como aliados decisivos. O Partido Liberal, por mais que tivesse elementos sensíveis à questão escrava, e mesmo uma importante ala pró-emancipação, fracassou em entender o novo momento que se inaugurava no pós 1870, e assim podemos entender sua visão do "servilismo" .

Para os liberais, era mais importante despertar a classe média para o perigo que esta presença negra na política poderia representar. No nosso entender, este o significado das candentes denúncias veiculadas pelo *A Reforma* sobre o papel exercido por capoeiras, escravos, negros livres em 72.

Até mesmo escravos fugidos teriam militado nas fileiras dos conservadores, de acordo com as denúncias vindas da província do Ceará:

Na véspera do dia da eleição pairava o terror sobre esta cidade.(...)No dia 18 desfilaram para a matriz grupos de homens armados de cacetes, e uma turma de cavalheiros armados de revolveres.

No meio deste grupo de aspecto sinistro achavam-se até escravos fugidos, que foram incorporar-se as fileiras governistas.(52)

A legenda da Guerra do Paraguai não deixa de marcar sua presença. No dia 10 de agosto o Ministro da Guerra manda publicar no *Diário Oficial* um curto mais expressivo parágrafo, um aviso que surge significativamente às vésperas da eleição mais importante daqueles anos:

O governo imperial empenha-se em tomar na maior consideração os serviços prestados durante a árdua cam-

panha do Paraguay(53)

Seria este aviso endereçado particularmente aos ex-combatentes que cumpriam funções importantes no pleito em questão? De qualquer modo, temos registros de militares tomando posições claramente pró-governistas, como um oficial que na Freguesia de Santa Rita teria deliberadamente ostentado sua condição militar durante a apuração, em favor do governo:

Tomou assento na meza, com a farda militar e divisas de major, um oficial que, não contente com suas façanhas no Paraguay, se oferecia para a campanha das urnas. Debalde, o juiz de paz instou para que o mesário deixasse sua farda e toda ostentação de força.(54)

Pouco tempo depois, enquanto o segundo turno das eleições marcava de violência as ruas da capital, o ex-voluntário Candido Fonseca Galvão, o futuro Príncipe Obá II, recebia as honras da promoção a Alferes Honorário do exército, em cerimônia solene no Quartel-General.(55)

Mas estas notícias não seriam o principal indicio do papel decisivo de ex-combatentes da Guerra do Paraguai na eleição de 1872. No dia 18 de agosto, na véspera da votação, *A Reforma* publica uma lista de 65 nomes de Guardas Nacionais deslocados para a freguesia da Glória, e que estariam atuando como capoeiras a serviço do Deputado Duque-Estrada Teixeira. Além do nome, a lista traz o endereço, a patente militar e a cor dos denunciados. Uma parcela numerosa destes Guardas tinham participado do conflito no Paraguai, como Manuel Maria Trindade, conhecido como Manduca Tambor, que serviu como cabo no 60 Batalhão de caçadores, e Custódio

José de Azevedo.(56)

A "Flôr da Gente" teria seu batismo de fogo no mesmo dia. Quando começa a chamada de voto na matriz da Glória, diversos capoeiras da malta de Duque Estrada Teixeira correm para votar com nomes falsos, provocando os eleitores liberais. Um grande conflito se segue, ficando ferido por navalha o Dr. Diogo Antonio Moreira, e ameaçado o Dr. Guilherme José Teixeira. O autor dos ferimentos, Augusto Cesar de Lima, era acusado de ser o chefe da malta, e estar sobre as ordens do juiz de paz da Freguesia, o próprio Duque-Estrada, o "Nhô Nhô da Glória", como era chamado irreverentemente pela imprensa local.

Augusto Cesar de Lima voltaria para a igreja e sentaria ao lado do próprio Juiz de Paz, o mesmo Duque-Estrada Teixeira, o que levantou a ira dos liberais. Em resposta, sua malta dizia aos gritos que a prisão não ocorreria. O subdelegado afirmou que não pode efetuar a prisão do capoeira por não ser flagrante, e não poder executar prisão preventiva em periodo eleitoral(57)

A entrada tumultosa da "Flôr da Gente" na cena eleitoral antecederia sua alcunha, que se tornaria sinônimo da capoeiragem politica. Diferentemente das outras maltas, que tinham denominações ligadas às freguesias por elas controladas, a malta da Glória teria seu apelido célebre como fruto de um incidente, detalhadamente registrado pela pena do repórter do *A Reforma* no momento em que se fazia uma das reuniões do Comitê Eleitoral do partido na redação do jornal:

Neste acto entra um dos nossos amigos daquela

parochia [Espirito Santo] declarando que achara na rua junto da igreja um curioso bilhete do sr. Duque Estrada Teixeira, juiz de paz da Glória aos srs. Eleoni de Almeida, juiz de paz daquela parochia, e Correia de Mello, subdelegado em exercicio até as vésperas da eleição.

Eis o bilhete: "ILMS. SRS. MAJOR ELIONE E CORREIA DE MELLO; AI VAI O RESTO DO REFORÇO PEDIDO; ESTE É DE LEI; E PARTE DA FLOR DA MINHA GENTE; DESEJO-LHES TRIUMPHO E FELICIDADE. AO AMIGO MUITO OBRIGADO.

DR. DUQUE-ESTRADA TEIXEIRA 21 DE AGOSTO DE 1872".(58)

Era o inicio da lenda da "Flor da Gente". Posteriormente se confirmou a autoria do bilhete. Ele seria levado a tribuna do senado, onde se transformou num escândalo político de grandes proporções. Intimado a responder na Câmara dos Deputados, Duque-Estrada confirmaria tudo, o que somente aumentou o clima de radicalização reinante. E aquilo que era apenas uma força de expressão, se tornou uma marca registrada que correu por toda década de 1870. A "CARTA NEGRA", como seria conhecido aquele bilhete, ainda percorreria os editoriais furiosos da imprensa liberal por mais alguns dias.

Como dissemos, a estratégia dos liberais era alertar as camadas médias e os setores tradicionalmente dirigentes da política para a perigosa inovação criada pelo Gabinete do Visconde de Rio Branco. Escravos, libertos, capoeiras e ex-soldados navalhando nas igrejas representantes das classes sociais mais privilegiadas, decerto despertaria um sentimento de repúdio, e principalmente de medo, quanto aos riscos para a ordem social estabelecida. O clima de instabilidade quanto à ordem escravista, alimentado pelo conflito racial nos EUA, as consequências da lei do Ventre Livre, as revoltas escravas no campo, os conflitos entre

cativos e senhores nas cidades, decerto ajudariam a compor um quadro de perturbadora inquietação para aqueles mais atentos a situação política.

A tónica de guerra social na eleição de 1872 seria retratada num editorial sobre a posição tomada pelos estudantes das faculdades e das escolas superiores, que votaram em massa nos candidatos liberais. Ver seus filhos ameaçados pela "ralé" do governo com certeza aumentaria o descontentamento com o Gabinete Conservador:

O GOVERNO E OS ESTUDANTES. A quatro dias que a imprensa ministerial faz a apologia dos capangas e dos policiais e deprime a corporação dos estudantes da Escola de Medicina e das escolas militar e central. A briosa mocidade que tão cavalheiramente tem mostrado sua adesão as idéias liberais, é coberta de injúrias pelos assalariados escribas, que elevam ao sétimo céu os capoeiras embriagados, os réus da policia, os urbanos acutiladores e os fascinorosos. O governo e seus partidários tem razão. Nós liberais folgamos de ter conosco estes nobres mancebos, que na Lagoa e São José protestavam com o voto e a palavra contra os abusos de uma autoridade desmoralizada, contra as misérias de uma politica indigna.

Fique ao governo a sociedade com os capangas da Glória, com os assassinos de São José, das baionetas e dos sabres, e das navalhas gotejantes de sangue. Apraz-nos a liga com a inteligência e o carácter puro dos moços, aos quais pertence o futuro, e que olham enojados para este presente de sangue, lama e podridão.
(59)

O carácter de "luta de classes", para usar um termo convencional, que se traduz das páginas do *A Reforma* quando denuncia as violências da eleição de 1872, era um componente importante do imaginário político da Corte na década de 1870. A questão do fim da escravidão, apesar do tom polémico, era tradicionalmente uma

trincheira do pensamento liberal, principalmente entre os mais jovens, ou mais próximos dos ideais modernizadores vindos do estrangeiro. Numa cidade como o Rio, onde a posse de escravos estava, pelo menos desde 1850, diminuindo seu horizonte social de forma gradual, e sendo uma metrópole ligada, como nenhuma outra do país, com a maré de novas idéias que invadiam o mundo "civilizado", seria de esperar uma forte militância anti-escravidão no Partido Liberal.

Mas a dinâmica social dos anos 1870 indica um outro caminho. A participação negra na guerra do Paraguai, e na eleição de 72 modificou os parâmetros da política. Os "moleques" que em janeiro de 1870 discutiam acirradamente com a idosa Leonarda Rosa sobre a guerra podem ter defendido um novo papel para si e seus iguais nos destinos da nação. A "gentalha" que enfrenta os estudantes adquiriu uma nova consciência de seu poder, por força do processo de mobilização iniciado com a Guerra no sul.

A vitória dos conservadores em 1872 foi vista pelos contemporâneos como uma façanha pessoal do deputado Duque-Estrada Teixeira. Personalidade contraditória, ele refletia as ambigüidades que marcaram a elite política tradicional do Império em uma época de profundas mudanças estruturais, como foram as décadas de 1870 e 80. Membro ativo do ultra-conservador Gabinete Caxias, em 1875, Duque-Estrada foi também o amigo afetuoso e dedicado do jornalista negro e abolicionista Ferreira de Menezes, fundador da *Gazeta da Tarde* jornal em que se inicia a campanha pela abolição.

(60)

Decerto Duque-Estrada não estava alheio ao debate político

da questão escrava que marcou os primeiros anos da década de 1870. Ele com toda certeza esperava retirar dividendos da questão, e há indícios de que fez uso de práticas emancipacionistas como forma de incorporação de capoeiras e escravos ao seu círculo de influência:

MANUMISSAO. Informaram-nos que hontem uma parda cativa apresentou-se ao sr. Duque-Estrada Teixeira, e felicitando-o pelo triumpho que ele acabava de alcançar no pleito eleitoral, pediu que a auxiliasse no empenho de libertar-se. Aquele não foi surdo a este pedido e libertou-a. (61)

As relações entre a "Flôr da Gente" e seu "chefe" decerto eram marcadas por uma troca de favores. Nos dias de eleição a malta se acercava do local de votação, fosse na matriz da Glória, ou em outras freguesias, e hostilizava votantes sabidamente adversários, num atuação claramente pré-estabelecida. Em tempos normais podia contar com a proteção de seu chefe político para suas atividades, como o controle informal de áreas da freguesia ou o uso da violência contra maltas contrárias. (Em janeiro de 1873 Duque-Estrada pronunciou um discurso na Câmara contra atuação da polícia da Corte, que havia detido diversos "cidadãos", possivelmente membros de seu grupo). (62)

As práticas aliciadoras que Duque-Estrada utilizava em sua freguesia com certeza não eram exclusivas. A própria política imperial, em seu nível mais alto, estava marcada por tentativas de incorporação de setores da população negra ao espaço de influência da Coroa.

A crônica sobre a "Flôr da Gente" várias vezes realça esta

aliança com a monarquia:

A festa da Glória era por eles [capoeiras] preferida. Dom Pedro II dedicava especial carinho a essa romaria, comparecendo anualmente com todas as formalidades, e intercedendo sempre pela liberdade dos que porventura fossem dela privados durante os festejos. Resultado: os capoeiras viam um campo propício para suas proezas e praticavam toda sorte de iniquidades, que a polícia não coibia para não desagradar o soberano, a quem todos rendiam verdadeiro culto.(63)

A velha questão da popularidade da monarquia entre a população negra e escrava do Rio de Janeiro ainda carece de estudos mais aprofundados. Mas não resta dúvida que a figura do Imperador gozava de certa admiração diante da parcela mais humilde da sociedade fluminense. Resultado de sua ausência das mesquinhas disputas políticas no parlamento, do seu infalível indulto aos escravos condenados à pena máxima, seu papel na promulgação do "Ventre Livre", sua inclinação por medidas claramente populares, como a abolição, suas atividades assistencialistas, ou mesmo sua respeitabilidade e despojamento, o certo é que sua figura na realidade podia ser entendida como símbolo de um Estado cada vez mais intervencionista nas relações senhor-escravo. Intervencionismo que explica o crescente número de cativos que recorrem à polícia para dirimir conflitos com seus senhores.(64)

Em síntese, podemos entender a "Flôr da Gente" como produto da conjuntura pós-1870, um contexto de tensão política cada vez maior, e de acirramento do "não quero" dos escravos, o que aponta para novas formas de cooptação e incorporação de setores "subalternos" ao círculo de influência da elite dirigente. Novas,

principalmente em relação à política exclusivista e senhorial vigente no período da Conciliação, quando a questão escrava dominava o clima de terror imperante nos escalões dominantes.

A crescente autonomia da vida escrava no meio urbano, e o reiterado problema do "disciplinamento" dos livres e libertos no pós-1870, reforçam a tese da participação política destes grupos ser ditada por uma opção, moldada por uma experiência própria, referenciada na guerra do Paraguai, e dirigida por um cotidiano politizado, na feliz expressão de Chalhoub.

Um grupo que, particularmente no caso da freguesia da Glória, era formado basicamente por desertores e escravos fugidos:

IMPORTANTE DILIGÊNCIA. Constando ao dr. Chefe de Polícia que no lugar denominado Jardim das Laranjeiras se homisiavam desertores e escravos, incumbiu o Subdelegado da Freguesia da Glória de captura-los e livrar o distrito de sua jurisdição de semelhantes fregueses. Assim hontem de madrugada o Subdelegado, acompanhado de uma escolta do Corpo Militar de Polícia, dirigiu-se ao referido lugar e capturou Antonio Feliciano Lopes, Joaquim sarapião e Virgílio Martins de Souza, e muitos escravos que sem autorização de seus senhores ali habitavam em cortiços. (65)

Em conclusão, podemos ter claro que as interpretações sobre a participação popular na vida política da Corte nos últimos anos da monarquia, calcadas em conceitos como "manipulação" ou "instrumentalização", representavam simplificações grotescas de uma realidade muito mais rica. Estas leituras, vigentes não somente na literatura da Velha República, mas ainda presentes em muitos trabalhos recentes, não podem dar cabo da complexa realidade, cuidadosamente oculta por seus contemporâneos. (66)

Retornando a agosto de 1872, enquanto a "eleição de sangue" eletrizava a cidade, um aviso chegou a redação do *A Reforma*, mas foi ignorado. A ameaça era de que a malta de Duque-Estrada Teixeira atacaria a tipografia do jornal. Horas depois o mesmo aviso veio para o jornal dos republicanos, o *A República*. A última das promessas seria cumprida meses depois. (67)

III

NO REINADO DA MASORCA

A noite de 27 de fevereiro de 1873 prenunciava tormentosos acontecimentos. O carnaval ainda lançava frêmitos de desordem pelas ruas. Nas vésperas, um vapor tinha aportado na Corte trazendo a notícia da queda da monarquia e da proclamação da República, na Espanha. Somados aos recentes eventos da "Questão Religiosa" e as acaloradas discussões sobre as eleições passadas, intensificava-se o clima de boataria costumeiro na Rua do Ouvidor, espécie de fórum político da cidade.

Os republicanos, que desde 1870 tinham a sede de seu jornal *A República* ali localizada, planejaram um grande desfile para saudar os "sucessos ocorridos na Hespanha". O Chefe de Polícia negou a licença, mas autorizou uma comemoração íntima na redação do jornal. Foi iluminada a frente do edifício. Bandeiras de nações republicanas foram hasteadas nas sacadas. No centro foi colocado um retrato do novo líder da Espanha, o Primeiro Ministro Emilio Castelar. E uma versão republicana da bandeira nacional, sem os braços monárquicos, foi colocada no meio do balcão de

três andares.

Republicanos fundadores e liberais históricos se encontravam no prédio, no entardecer de 27 de fevereiro. Entre eles, Quintino Bocaiúva, Rodrigo de Oliveira Filho, Henrique Brown, Dr. Daniel Terra Cardoso, José Lopes Silva Trovão, Saldanha Marinho, e outros.(68) De fora uma pequena multidão assistia ao sarau republicano. No Largo de São Francisco se postaram policiais.

Entusiasmado, Quintino tentou proferir discursos da sacada. Ao mesmo tempo um grupo de populares gritou palavras de ordem em ataque ao orador:

- "Viva a monarquia! Abaixo a república! Viva o sábio Visconde de Rio Branco! Viva o grande Imperador Pedro II!"

Francisco Cunha também se dispôs a falar, mas foi igualmente vaiado. Dentro continuava a celebração. O grupo da rua, encabeçado pelo filho de um senador do Império não identificado (69), começou então a atirar pedras contra as janelas do edifício. Durante duas horas os elegantes militantes republicanos e suas esposas ficaram sob a mira da "escória das ruas", até que a polícia dispersou os populares sem prender ninguém.

No dia seguinte os republicanos resolveram marcar novo "meeting" na redação do jornal, desta vez em protesto contra o ataque. Novo ajuntamento de rua e a repetição das cenas da véspera, com o acréscimo de ter um moleque da turba subido na calha para pintar de negro a tabuleta do jornal. Sobre os eventos do dia 27, *A República* se manifestou:

REGIMEM DE TERROR: Estamos em pleno domínio da

masorca.(70) As apreensões que manifestamos quando vimos as urnas entregues ás navalhas dos capangas, vão recebendo inteira e tristíssima confirmação.

A Flôr da Gente adquiriu consciencia da sua força, e agora reúne-se a luz do dia, combina planos, assalta estabelecimentos tipográficos, e a policia 'desfardada' pactua com ella, enquanto a policia fardada assiste com um sorriso de escárneo a esses infames espetáculos.

O governo, que há pouco insultava o povo decente das galerias da Câmara dos Deputados, qualificando-o de CANALHA, agora insulta toda população honesta do Rio de Janeiro, dizendo ser o povo fluminense o autor dos actos de incrível vandalismo praticados contra os estabelecimentos do *A República*. Temos agora nesse momento, a vista dous artigos asquerosos, um do "Jornal da Corte" e outro da *Nação restaurada*, em que ao passo que defendem o pudor de Isabel II de Hespanha, aplaudem a attitude da policia e dos capangas...(71)

Sobre o novo ataque do dia 28 o jornal foi ainda mais candente:

A NOITE DE HONTEM E A BERNARDA DO SR. RIO BRANCO: Hontem repetiram-se em maior escala as cenas indignas e cannibais que a população desta cidade presenciara na véspera, em frente do edificio onde funciona o *A República* e sua typographia. Desde as 7 horas começaram a aglomerar-se na vizinhança da referida casa alguns magotes de pessoas suspeitas, pela mor parte CAPOEIRAS, maltrapilhos e vagabundos, e logo depois principiou uma cantilena infernal de VIVA A MONARQUIA, ABAIXO A REPUBLICA, VIVA O SABIO VISCONDE DO RIO BRANCO, VIVA O PATRIOTICO MINISTERIO DE 7 DE MARÇO, VIVA O GRANDE IMPERADOR PEDRO II. Imediatamente appareceram alguns delegados de policia, os srs. Benevides e Figueira de Mello.. Todos eles porém conservaram-se na maior inércia deixando que o grupo desordeiro se excedesse não só em manifestações injuriosas à um partido político, como também fizesse da casa do *A República* pontaria para o jogo de pedras e outros meios destruidores...Houve quem tivesse e realizasse a idéia de subir a taboleta do jornal para cuspir sobre ella e cobri-la de tinta...(72)

INDECÊNCIAS: Hontem o sr. Ludgero [Chefe de Policia da Corte] depois de haver passado a noite assistindo ao apedrejamento do *A República* pelos Urbanos e belequins policiaes, recebeu as honras de desembargador por esses serviços e pelos que tem prestado em prol dos turbulentos e capoeiras de agosto e setembro.(73)

A oposicionista revista *O Mosquito* registrou com sarcasmos a cena:

Quando o sr. Ludgero viu que o povo não o ajudava a proporcionar a V. M. uma ovação monarquista, só achou uma saída para não falhar o espetáculo: Improvisou um povo com a Flôr da Minha Gente que encontrou a mão...Este povo, ao qual se juntaram alguns especuladores - O sr. Teixeira e o sr. Sayão e outros - que tem ganho, ganham, ou esperam ganhar com os governos de V. M....(74)

A resposta do governista *Jornal do Comércio* foi típica de quem não apenas noticia o fato, mas legitima politicamente o ato como uma expressão da vontade política popular, desta vez corretamente efetivada:

Honra ao povo fluminense! Honra as suas convicções que não se deixam impunemente insultar! honra ao bom senso da patriótica multidão, que sem desacato de quem quer que fosse, sem agressão brutal, mas usando de um incontestável direito, de um direito indiscutível, não se prestou como instrumento dócil a paixões inconfessáveis, a sugestões interesseiramente calculadas para desencadear a anarquia e produzir uma mentida agitação!(75)

A "patriótica multidão" ainda percorreria vários anos da *Gazetilha*, seu lugar cativo nas páginas do *Jornal do Comércio*.

Os conflitos de 27 e 28 de fevereiro de 1873 marcaram na realidade o início de uma longa guerra nas ruas entre republicanos e capoeiras. Uma guerra que só terminaria com o eclipse da monarquia, em novembro de 1889, quinze anos depois.

Marcou também o surgimento de um padrão de conflito político que vai se repetir na década seguinte: ataques contra mani-

festações republicanas em momentos de reunião pública, aos olhos do conjunto da sociedade; exibição aberta das posições políticas da malta agressora; ataques organizados sempre em grupos, de preferência de noite; quase sempre em áreas mais centrais da cidade, pontos nervosos do debate político das ruas. Diferentes portanto da capangagem clássica, onde o agressor geralmente se oculta, age em pequenos grupos, e parte para a intimidação individual.

Diferente também, em parte, do conflito em época de eleições, quando o natural ânimo acirrado nestes momentos cria violências de parte a parte, e a tradição de brutalidades nas disputas de voto já era parte integrante da prática política desde os primeiros tempos da monarquia.

De qualquer maneira, a hostilidade entre capoeiras e republicanos nestas duas décadas tem relação direta com a participação de capoeiras nos conflitos eleitorais. É preciso ter claro que republicanos e liberais tinham uma origem comum, uma proximidade que remontava aos idos de 1868, quando da dissolução do Gabinete Zacarias, momento em que os melhores capoeiras da Corte recebiam os "louros da Victória", sob o comando do conservador Caxias.

O uso de capangas, e mesmo capoeiras, não era, é claro, um privilégio dos conservadores. Os jornais de época quando relatam os conflitos eleitorais, sobejamente demonstram isso. O que queremos argumentar é a participação, ao lado dos conservadores, de um tipo especial de capangagem.

Uma capangagem em que os grupos praticantes da capoeira eram presença exclusiva. Em que a figura do matador, do intimida-

dor, do intimidador, é substituída pela malta, o grupo.

Um grupo em que a circularidade de valores culturais entre livres e escravos dissimulava e indiferenciava (ver Capítulos II e III). Um grupo que não existe só em função de eleição ou desordem política, mas que age a todo momento, controlando partes da cidade, agindo contra afrontas aos seus membros, e que conta com o beneplácito de seu protetor político.

Um grupo onde se destacam as características de ação autônoma que Sidney Chalhoub relacionou para escravos e homens pobres dentro da "Cidade Negra": viver "sobre si" (longe do senhor ou patrão, em sua própria moradia, e reproduzindo suas próprias despesas); trabalhar em serviços ocasionais, geralmente nas ruas, como vendedor de cigarros ou quitandeiro, por exemplo; usufruir de fugazes canais de ascensão social, como durante eleições.

Estas características se articulam com a existência da malta, que, pela lógica social, pode optar pelo melhor "protetor" político, na medida em que não fica sobre vigilância estrita dele. Principalmente se o chefe é um parlamentar renomado, envolvido com afazeres mais "nobres". De acordo com o que foi levantado, e com a fala de liberais e republicanos, os conservadores tiveram mais sucesso em arregimentar o serviço das maltas.

Os conflitos de fevereiro de 1873 não foram jamais apurados. Na Câmara dos Deputados o Ministro da Justiça foi interpelado por diversos parlamentares para explicar o papel da polícia na tentativa de empastelamento. No Senado o Visconde de Rio Branco teve mais sucesso em refutar as acusações da oposição. O *A Repú-*

blica só retomaria sua tiragem normal em abril de 1873.

O conflito de fevereiro de 1873 e as eleições de 1872 revelaram o quanto a atuação dos capoeiras iria interferir na política nacional, cujo palco primordial era a Corte. A década de 70 foi quase toda de plena hegemonia conservadora. E os jornais se enchem de reclamações contra capoeiras

AO DIGNÍSSIMO CHEFE DE POLÍCIA DA CORTE: Pede-se que V. Ex. lance suas vistas sobre o companheiro inseparável de um pardinho que se acha preso, de alcunha o Brazileirinho, pois que são dois capoeiras e ameaçadores, que assustam os cidadãos pacíficos. Um cidadão ameaçado pelos mesmos espera que V. Ex. tome providência. (76)

Em 1878, entretanto, a maré da história muda novamente. E desta vez os capoeiras foram pegos na contra-mão.

IV

A REVANCHE LIBERAL

Em 3 de janeiro de 1878 o Senador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, o mais proeminente líder do Partido Liberal, compareceu perante o Imperador Dom Pedro II, no Paço de São Cristóvão. Sua audiência lhe foi comunicada pelo próprio Chefe do Conselho de Ministros, o Duque de Caxias. Trancado no Escritório Imperial com o Imperador em pessoa, recebeu deste a incumbência de formar um novo ministério. O Partido Liberal voltava ao poder.

Fazia quase dez anos que os liberais tinham sido desalojados do governo por pressão do mesmo Duque de Caxias, Comandante Supremo do exército em guerra no sul. O pivô daquela crise, o então todo poderoso Zacarias de Góis e Vasconcelos, Primeiro Minis-

tro do Gabinete Liberal, tinha há exatamente uma semana, em 28 de dezembro, falecido sybitamente. O Generalíssimo Caxias se retirava do poder após três anos, alquebrado pela idade. Ele também não demoraria muito para terminar seus dias. Em 1880 sucumbe de uma crise renal.(77)

Os personagens da Velha Ordem ficavam para trás. O "Teatro de Sombras", como denominou um historiador ao revezamento parlamentarista do Segundo Reinado(78) fechava o pano e iniciava um outro ato.

O principal ponto do programa de governo dos liberais era a reforma eleitoral. A chamada "Eleição Direta", ponto principal de um programa de reformas políticas, significava a substituição do antigo sistema de "Dois círculos" pela eleição em um só turno. Pelo sistema anterior tinha acesso ao voto um espectro maior de eleitores, mas estes somente escolheriam os eleitores definitivos, que, posteriormente, votariam diretamente nos deputados e senadores. Pelo novo sistema proposto pelos liberais, somente haveria um turno, no qual, logicamente, somente teriam direito aqueles classificados socialmente como detentores do privilégio do voto.

O antigo sistema abria claros para os mecanismos de clientela e favoritismo, tão hegemônicos na área rural. Entretanto, pela proposta da oposição liberal, o direito do voto se tornava mais estreito e discriminatório.

Pelo novo sistema os liberais esperavam que fossem banidos da vida eleitoral os "phósphoros", os "votantes escravos", e outras "anomalias" tão caras aos conservadores, principalmente na

Corte. Mas, antes mesmo que a reforma fosse posta na mesa, os liberais decidem agir contra a principal reserva de força do grupo conservador.

O novo Chefe de Polícia da Corte era o Juiz de Direito Tito Augusto Pereira de Mattos. O escolhido para a pasta da justiça era Lafayette Rodriguez Pereira, republicano histórico, assinante do manifesto de 1870. Os liberais começam a preparar a vingança contra as afrontas recebidas por uma década.

Logo nos primeiros dias o Chefe de Polícia visita as prisões, determinando que os novos presos não possam se comunicar com advogados antes de serem por ele interrogados.(79) Tito de Mattos sabia que o anel de proteção criado pelos políticos em torno dos seus capangas e capoeiras era bastante forte para ameaçar os intentos da sua recém-empossada autoridade.

No final de janeiro foi desencadeada a maior operação policial na Corte desde 1865, e suas vítimas principais eram evidentes: os capoeiras. O jornal liberal *Gazeta de Notícias* faz paródia:

*Raiou no mês de janeiro
Um sol tão forte e quente
Que desde o dia primeiro
Fez murchar a Flôr da Gente(80)*

Nos jornais agora da situação, as colunas de cartas dos leitores tem como principal mote a execração dos símbolos da velha ordem conservadora, agora deposta:

Há no Rio 4 grandes flagelos, tendo cada qual o seu protetor, e cada protetor se julgando mais patriota. Os capoeiras, os kioskes, as carroças de eixo fixo e a Praça do Mercado. Será preciso declinar os nomes dos ilustres patriotas...de barriga?(81)

Fica claro que o longo período de domínio continuado dos conservadores criou um *modus vivendi* com as práticas correntes dos moradores da cidade, muitas vezes em contradição com as regras impostas pela própria municipalidade. Estas práticas tinham importância singular para a reprodução de parcela expressiva da população urbana, fossem simples trabalhadores livres ou comerciantes. E os capoeiras apontavam em primeiro lugar como apaniguados pelo clientelismo local.

A campanha repressiva contra os capoeiras tem início nos últimos dias do mês de janeiro. Somente na noite de 27 para 28 do mês cerca de quase cem membros de maltas pernoitaram no Xadrez.(82) No dia 5 de fevereiro Tito de Mattos enviou circular às autoridades policiais justificando suas prioridades, dando conta que a capoeira era o maior problema de segurança pública da cidade:

Clamorosas são as queixas cotidianas contra as tropelias que cometem, por ocasião de festas e reuniões populares, grupos de turbulentos que, sob a denominação de capoeiras, acham-se organizados em maltas, com chefes constituídos, derramando o susto e o terror pelas ruas e praças por onde passam...(83)

Para o novo governo era importante deixar claro que a onda de prisões pelas ruas era uma determinação policial em benefício do bem público em geral, uma medida que buscava garantir a segu-

rança do cidadão acima de tudo. Mas a imprensa não deixou de acentuar a natureza política da campanha, e mesmo a impunidade de alguns devidamente apadrinhados:

Esta bem certo que os vadios que são agarrados são todos capoeiras? e se são não serão apenas os das maltas contrárias?

Muito capadócio conhecemos nós que anda bem fresco e lampeiro, passando rasteira, tapeando os papalvos e correndo a navalha sem que o agarrem. Traíra não mata traíra. (81)

Para a Revista Ilustrada de Angelo Agostini a capoeira era um braço armado clandestino usado pelas duas principais facções políticas da Corte, e esse fator era suficiente para lhe garantir fôlego para escapar da perseguição policial.

Mas a mesma *Revista Ilustrada* não deixaria de apontar que a principal vítima da repressão era o Partido Conservador, que não deixou de sentir o golpe:

Pois o Partido Conservador está no mesmo caso que a cobra que perde o veneno,

Entrou num período de cólera, desde que perdeu o poder, e como a cobra, atira-se a todos, dá botes a torto e sempre, mas falta-lhe o veneno e não produzem efeito seus botes.

Organiza novos ministérios, distribue as pastas desacertadamente e elogia a popelina da Bahia em prejuízo da Guasca do Rio Grande do Sul. Mas mesmo a Flôr da Gente já virou casaca e dá vivas ao Partido Liberal. ..(85)

A campanha policial depois de um sucesso inicial, derivado do fator surpresa, começa a sentir os primeiros reveses. Membros do Partido liberal começaram a sofrer ameaças e atentados, principalmente nas freguesias controladas pelos conservadores. Entre estes, o mais famoso foi contra o comerciante Cardozo de Sá, vo-

tante liberal da freguesia da Glória, atacado por dois capoeiras das hostes da "Flôr" em frente a sua loja. O agressor, Olavo Diogo de Brito, vulgo "Rato Seco", foi preso no mesmo dia. O atentado revoltou a imprensa liberal, que festejou a eficiência da nova polícia.(86)

A onda de prisões cobria as principais freguesias da cidade. Mas a batalha decisiva ainda estava por vir. A malta da Glória se mantinha intocada. Talvez Tito de Mattos estivesse esperando um momento mais oportuno para desfechar um golpe decisivo que desse cabo da principal força de apoio do partido adverso. A cautela do Chefe de Polícia denuncia o imenso poder que as maltas retinham no Rio dos anos 1870.

O governo decidiu não adiar a eleição para a Câmara dos Deputados, marcada para fevereiro, mesmo sabendo da existência ainda ativa de numerosos capoeiras no partido contrário. Era expectativa do gabinete liberal pegar os conservadores em plena ação, dando fim a sua força de uma só vez. Com certeza a "Flôr da Gente" sairia de seus esconderijos, os cortiços e zungus da freguesia da Glória, para dar apoio ao seu chefe.(87)

No relato do comandante das forças militares, responsável pela eleição da Glória, recolhemos um depoimento que demonstra com clareza os métodos da "Flôr da Gente".(88)

No dia 23 de fevereiro, segundo seu relato, o Tenente do exército Tristão Sucupira de Alencar recebera, de forma sigilosa, o comando da Estação de Urbanos da Glória, com ordens de prender o irmão do "Rato Molhado", e, tarefa mais difícil, manter a ordem na eleição.

Aquele tinha se refugiado em um cortiço, sobre proteção dos companheiros de malta. O tenente manda o Cadete Maximiano invadir o reduto e prender o "Rato Seco".

De noite o cadete Maximiano recebeu um bilhete de um tal Guimarães, convidando-o a visitar um certo Doutor. Prevenido não compareceu. pouco antes o tenente Sucupira fora avisado por um português para esperar futuros embates

As 3 horas da madrugada de 24 de fevereiro o tenente foi a rua acompanhando um menino perdido no rumo de casa. Ao chegar na esquina da rua da Pedreira da Candelária com rua do Catete passou a ser seguido por cinco indivíduos armados com grossos cacetetes, chamados "petrópolis". Um dos homens o reconheceu como tenente do 7º de Infantaria.

Segundo o relato do oficial, eles discutiam se ele estava armado. Preocupado, o tenente decidiu evitar confronto direto. Ele pode ouvir claramente rumores do grupo que indicavam pertencer A temida malta da freguesia:

ouvi frases destacadas que demonstravam indignação contra mim e a força que comandava, e ao mesmo tempo alardeavam rôlos que haviam tido com a força pública.

Chegando A subdelegacia o tenente mandara prender o grupo, mas este já tinha se evadido.

No dia seguinte o tenente Sucupira foi assumir o posto na matriz da Glória, chegando minutos depois de um violento conflito dentro da igreja. No caminho encontrou um grupo de três soldados conduzindo um preso, e tentando escapar da ira de uma malta, que

seguia o grupo. Dando apoio, pôde levar o prêso para a estação. Temerariamente, o oficial voltou só para a igreja, e tentou acalmar com palavras a multidão que cercava o templo. Não teve sucesso. Atingido por uma pedra jogada pelo ex-praça da armada, Germano Bispo dos Santos, ele caiu desfalecido. Em seu relatório o tenente foi preciso em detalhar os culpados daquela situação que o fizera

traíçoeiramente ser vítima de um bandido que, em lugar de achar-se, por sua incorrigibilidade, atirado no fundo de uma masmorra, assenta-se a mesa de alegres festins políticos, presididos por homens que ocupam posições eminentes em nossa sociedade (grito nosso)

O encontro do tenente com a "Flôr" é instrutivo por dois motivos: primeiro, evidência a poderosa rede de informantes que os capoeiras mantinham nos quartéis e gabinetes, na medida que a nomeação do Tenente para a freguesia da Glória era uma medida altamente reservada, tomada nos escalões mais altos do Ministério da justiça.

Segundo, o monitoramento dos passos daquele que tem que ser atingido pela malta do bairro, dividida em pequenos grupos, que acompanham cada movimentação do oficial, até ele ser emboscado ou aterrorizado. Em cada lugar que o tenente passava, sempre havia um membro da malta ocupado em vigiá-lo, e este sistema permite o controle da circulação pelo bairro, numa atuação que deixava claro o domínio daquela região pelo grupo.

Intimado pelo Terceiro Delegado e pelo tenente Moreira, do 10 Batalhão de Infantaria, o deputado Duque-Estrada não só não negara sua participação no atentado, como afirmou que "a pedrada

foi bem empregada", conforme o relato do próprio Tenente.

O Chefe de Polícia em pessoa esteve na igreja dia 28, para verificar com seus próprios olhos a situação do pleito, providenciando que fosse perturbada ao mínimo até o fim da apuração.(89)

O "alegre festim político" de fevereiro de 1878 talvez tenha sido um dos últimos da "Flôr da Gente". Em agosto o próprio Duque-Estrada foi barrado na porta da matriz por tropas do exército, e sente o gosto amargo da derrota.

Mas Duque-Estrada Teixeira ainda era presença importante no Partido Conservador. Na sua residência, na Glória, as maiores eminências do ex-partido governista se reuniram para discutir o futuro da legenda, num encontro que juntou todas as alas e facções em que se dividia o "Partido da Ordem"(90)

Os capoeiras estão em toda parte. Mesmo com a perseguição nas ruas, os capoeiras teimam em aparecer, mesmo na forma de satíricos carros alegóricos levados pelas sociedades carnavalescas do tempo. Alegorias, levadas pelas grandes sociedades, desfilam pelas ruas mais centrais, tendo como tema central as maltas.(91)

A campanha de Tito de Mattos foi um fracasso. Tito não conseguiu acabar com a força político-eleitoral das maltas, nem isolar o fenômeno e seus praticantes. Isto foi devido à ignorância de Tito de Mattos quanto aos mecanismos que ligavam capoeiras e chefes políticos, mesmo na prisão.

Mesmo com os capoeiras atrás das grades, os chefes políticos tinham toda facilidade de libertar seus sequazes, por meio de chicanas jurídicas, e reincorporá-los ao seu círculo de influência. Assim, longe de serem punição exemplar, as prisões eram

espaço fundamental de reprodução da capoeira política, como veremos em outro capítulo. (De Siqueira a Sampaio: As Ondas da Repressão)

Doze anos depois, Sampaio Ferraz aprenderia a lição, mandando os capoeiras para o degredo de Fernando de Noronha, e passaria uma página dessa história

v

O PARTIDO CAPOEIRA

Os primeiros dias da década de 1880 foram marcados na Corte pela sombra da desordem e da revolta. Furiosos com uma taxa de transportes urbanos criada pelo novo ministro da Fazenda do governo liberal, o futuro Visconde de Ouro Preto, moradores da cidade saíram pelas ruas destruindo bondes, arrancando trilhos, e confrontando-se com policiais. Durante três dias o centro da capital do Império foi palco de uma verdadeira batalha. Legiões de trabalhadores livres foram presos e levados para a Casa de Detenção. Entre os escravos presos, um agitador: Jacinto, crioulo, escravo de Luiz Guilherme Nauf(92)

A Revolta do Vintém foi um marco na história política da Corte. Além de jogar no palco da política nacional figuras que posteriormente teriam papel decisivo nas campanhas abolicionista e republicana, como José do Patrocínio e Lopes Trovão, e influir na própria composição ministerial (o Ministro da Fazenda acabaria demitido pela repercussão do levante popular), ela revelou a existência de um forte movimento de opinião pública contra os desmandos do governo liberal. Para a historiadora norte-americana San-

dra Graham a Revolta do Vintém transformou a própria cultura política do país, redefinindo os atores e os espaços de atuação da política, e projetando pela primeira vez a massa urbana da Corte como peça decisiva do complicado jogo parlamentar. A Revolta contra o aumento do preço dos bondes também contribuiria, segundo a historiadora, para a gênese de uma nova era na história do país, marcada pela Abolição e a Proclamação da República.(93)

Discordamos de Sandra Graham em alguns pontos. Por mais que aceitemos a importância da Revolta na transformação do papel de alguns políticos já integrados ao sistema, que a partir de agora estariam mais conectados com um "clamor popular", não pensamos esta "política de rua" como algo completamente novo. Pelo menos desde 1872, como demonstramos antes, a massa popular urbana tem papel decisivo nos conflitos partidários da Corte. Mesmo que não possamos comparar diretamente a atuação da "Flôr da Gente" com a fúria popular contra o aumento do preço das passagens, temos que ter claro que ambos representam um patamar novo de um conflito que antes era exclusividade da elite senhorial ou seus representantes. E que ambos espelham o impacto das classes baixas urbanas no jogo da política nacional, cujo palco fundamental era a Corte.

Não podemos deixar de acentuar que a rebelião popular teve como contendor um Ministro do Gabinete Liberal empossado exatos dois anos antes. Este fato nos coloca novamente um tema recorrente: a partidarização do cotidiano politizado das classes populares urbanas. Isto é, a inclusão dos conflitos partidários na micro-política do cotidiano das classes populares na Corte.

Os literatos da Belle Epoque, quando divagavam em suas memórias sobre as predileções partidárias dos capoeiras da época monárquica, afirmavam que estes grupos apoiavam liberais e conservadores de forma indiferenciada. Eles, os capoeiras, estariam jogados numa espécie de "mercado da violência" onde quaisquer dos dois grupos teriam capacidade de aliciá-los, dependendo de quem pudesse pagar mais. Nesta ótica, aqueles detentores momentâneos do poder teriam, logicamente, maiores possibilidades de angariar os "serviços" das maltas. Assim, após 1878 os alvos da brutalidade dos capoeiras seriam os conservadores, colocados em "desgraça" após a sua saída do governo.

Na realidade, porém, o que encontramos é a radicalização do conflito entre liberais e os membros das maltas durante os governos liberais.

Em janeiro de 1879, no Dia de Reis - como marcando seu retorno após a onda repressiva de Tito de Mattos - uma grande malta fez "correrias" na rua do Carmo, deixando várias pessoas feridas(94). Em 11 de fevereiro um outro incidente, mais explicitamente político, deixa claro que a "guerra das ruas" entre liberais e capoeiras estava de volta. No momento em que aliados políticos do Conselheiro Gaspar Silveira Martins, ministro do Gabinete Sinimbu, realizavam uma passeata na rua do Ouvidor, uma "troça" de capoeiras, comandada por um certo Juca Reis iniciava o tumulto aos gritos de "Fora a Canalha!". Este Juca Reis, filho de pais Portugueses, cujo nome real era José Elísio dos Reis, além de capoeira de fama, era de família nobre. Seu pai era o Visconde de Matosinhos, importante representante da comunidade lusa no

Rio. Ele ainda daria muito trabalho a liberais e republicanos nos dez anos que se seguem.(95) Em 1880 Juca Reis seria preso tentando fraudar pela força as eleições na freguesia do Espírito Santo, em benefício dos candidatos do Partido Conservador.(96)

Neste momento podemos entrar com um conceito chave para o entendimento da conjuntura política dos anos 1880. É o que chamamos de Partido Capoeira. A expressão foi pinçada de um artigo da *Gazeta de Notícias*, que fazia menção aos recentes "azares" do Partido Conservador, rechem-afastado do poder.(97)

Para nós o Partido Capoeira não é um grupo específico, com determinado número de membros. Ele significa um método, uma forma de fazer política. Esta forma de atuação política teria duas características básicas: a primeira, estava ligada ao espaço onde esta atuação teria lugar. Este espaço era a rua, a praça pública. Esta política na rua estava dirigida, pensamos nós, não somente ao grupo adversário que se pretendia coagir, mas ao restante da sociedade. Para essa havia uma mensagem que se pretendia passar, mensagem esta ligada a formas de identidade, e uma presença no contexto político dominante. A política de rua dos capoeiras era, desta forma, uma leitura e uma prática invertida da política fechada dos gabinetes.

A segunda característica era a autonomia que o Partido Capoeira mantinha frente às grandes agremiações. Por mais que acentuemos a ligação que unia capoeiras e políticos conservadores, temos que ter claro que a reprodução do grupo e sua existência enquanto fonte de poder não estava nas mãos dos chefes políticos. Não havia um laço de dependência estrita da malta com seu "patro-

no", como, por exemplo, existia na área rural. A aliança com os conservadores era fruto de uma opção por aquele grupo da elite dominante que mais se aproximava de seus interesses, aliança que podia ser rompida a qualquer momento. Esta situação ficou clara quando da saída dos conservadores do governo, e a manutenção dos capoeiras como força política de primeira linha no tabuleiro da Corte.

O Partido Capoeira não era uma entidade anômala no universo da política na Corte. Ao contrário, ele construiu, anos a fio, uma rede de liames com a política institucional, e com seus agentes, a ponto de podermos falar numa circularidade de valores entre os componentes das maltas e a elite política da época. Este intercâmbio teria influenciado inclusive a própria linguagem usada pelo capoeira. Esta a percepção que fica de um texto célebre sobre a gíria popular do Rio dos primeiros anos do século XX, quando descreve os capoeiras:

A vida, quasi em comum, dos politiqueiros e demagogos de antanho e os capoeiras, estabeleceu uma permuta de vocábulos; Frases feitas, *chapas parlamentares*, eram adotadas ou adaptadas pelos "capadóccios"; os tropos da retórica dos pais da pátria transferiram-se para o vocabulário dos pernósticos guarda-costas. Assim se explica o gênero rebuscado que floresceu na linguagem dos *guaiamús* e *nagôas*; assim se justifica a entrada dos termos capadóccios no campo do falar comum.

O latim corriqueiro, muito citado em oratória daqueles tempos, era familiar na prosa do capoeira, reproduzido com ou sem propósito, sempre deturpado, para codimentar as narrativas, em malabarismos de palavra sem sentido, em gongorismo sem nexos. Não é fantasia de escritor a explicação de uma queda, que França Junior, em seus famosos folhetins põe na boca de um "sestroso". "escorreguei numa casca de banana infalível, e cai *ipsis verbis...*" (98)

Era o efeito da aproximação dos vultos políticos

da época, férteis no realejo dos chavões. Essa ajuda recíproca deu ao capoeira manancial para floreio de suas frases e atenuação da rudeza de seus vocábulos. Os improvisos desta casta de gente procuravam rivalisar com os trôpos dos oradores dos parlamentos.(98)

Esta proximidade com os políticos não era única. O aparato policial, criado formalmente para reprimir o crime, também estabeleceu relações de troca e harmonia com as maltas. Este Partido Capoeira durante anos a fio, criou um *modus vivendi* com o aparato policial. Esta situação se expressava na forma de uma variedade de canais de participação e cumplicidade, que, aparentemente, estavam fora do controle efetivo da hierarquia mais alta. Mesmo durante os governos liberais, capoeiras e policiais partilharam de uma estranha simbiose, que fazia escândalo para os moradores de classe média. Assim, capoeiras perseguidos por policiais em determinadas freguesias costumavam correr para suas áreas de origem, de forma a contar com a proteção, as vezes direta, da polícia local.

Mas o dado indicativo mais forte dessa "simbiose" era a existência do chamado Corpo de Secretas, que era uma espécie de polícia política clandestina, que fornecia informações para os escalões mais altos da instituição. Diversas vezes os jornais denunciavam que este Corpo era formado exclusivamente por capoeiras, que eram recrutados nas prisões, e que recebiam a liberdade em troca de alguns "serviços" que a polícia diretamente não poderia realizar. Durante os anos 1880 este Corpo de Secretas teve plena atuação. Os diversos Chefes de Polícia da Corte entre 1878 e 1885 nunca conseguiram dar cabo dessa polícia paralela, se é que havia real interesse nisso.(99)

Em 1881 a situação política na Corte volta a entrar em ebulição. O desencanto com as reformas liberais, a marginalização do povo, e a incapacidade dos novos governantes em reduzir o poder e prestígio que os conservadores mantinham na cidade, criam novas situações de conflito.

Na tarde de 30 de outubro de 1881 um grande comício estava marcado para o Largo do Roscio (atual Praça Tiradentes). O orador principal era o já famoso Lopes Trovão, propagandista republicano conhecido em toda a cidade. De acordo com os jornais cerca de 5.000 pessoas se aglomeravam na praça quando chegou o tribuno republicano. Policiais, a pé e a cavalo, guardavam as ruas transversais. Na multidão havia o rumor de que os capoeiras iriam aparecer para desmontar o espetáculo. O clima de tensão era muito grande. Logo Lopes inicia sua fala, pedindo calma à massa que cobria todos os espaços em volta da estátua do fundador do Império.

O Chefe de Polícia em pessoa observava o 'Meething', cercado de seus auxiliares imediatos. Era véspera de eleição, e Lopes lembrava que "não fora de bom conselho agitar a massa popular em ocasião em que o resultado [da eleição] seria de desfavorável proveito"(100)

Logo aparece o já conhecido José Elísio dos Reis. Acompanhado de uma malta. Depois de um breve diálogo com o Chefe de Polícia, ele avançou para a mesa do comício, gritando palavras de ordem, seguidas pelo seu grupo: VIVA A POLICIA - MORRA O DR. TROVÃO !! Impedido de falar, Lopes Trovão se refugia no gradil do monumento a D. Pedro I, e, foge depois para a rua do Espírito Santo com seus discípulos, sendo seguido pela "população desen-

freiada". Escondido no Café Lucinda, Lopes escapa da fúria dos capoeiras, mas estes partem para outros inimigos. As tipographias do *O Carbonário* e do polémico *O Corsário* são atacadas pelos "capadócios", e empasteladas.(101)

O ano de 1881 também marcaria o retorno da "Flôr da gente" ao cenário. No final do ano, em dezembro, a derrota do Partido Liberal seria o coroamento de um ano bastante turbulento.(102)

VI

CORRERIAS ABOLICIONISTAS.

O ano era 1885.O Chefe de Polícia da Corte o desembargador Coelho Bastos, braço direito do chefe do gabinete conservador, o barão de Cotegipe estava procurando desesperadamente um meio de comprometer os líderes da Confederação Abolicionista, reunidos permanentemente na redação da *Gazeta da Tarde*, com o roubo de escravos. Rapidamente ele logrou usar um ardil para desmoralizar públicamente a Confederação. Enviaria um "Secreta" para se alistar na Confederação, e funcionar como espião. Este seria sempre seguido por mais dois, de forma a configurar um flagrante contra os abolicionistas.

No dia marcado, o "Secreta" subiu as escadas da redação, e ofereceu seus serviços aos abolicionistas.

Estes já esperavam a cilada, e conduziram o "neóphito" a sala onde se reuniam, avisando ocultamente para todos da identidade do "Secreta". José do Patrocínio, de acordo com o combinado, desceu as escadas da frente e retornou pelos fundos, trazendo um telegrama falsificado e encenando grande emoção:

Meus irmãos!! Há um escravizado posto a ferros na rua do Senado. E preciso salva-lo o quanto antes!!

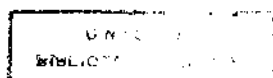
João Clapp, Presidente da Confederação Abolicionista, cumprindo seu papel na montagem, conclama todos os presentes a fazerem uma votação para escolher aquele que iria libertar o "infeliz". Quem seria eleito já era previamente sabido. O próprio "Secreta" tirou o papel com o nome.

Em seguida Serpa Junior, o eleito, seguindo a farsa, chamou o iniciante para ser seu auxiliar, o que foi saudado com palmas calorosas.

A caravana subiu a rua da Carioca, sendo seguida de longe pelos dois secretas da policia. Entrando o grupo liderado por Serpa Junior no corredor da casa da rua do Senado, a falar com a moradora, o agente policial chamou seus comparsas e deu voz de prisão para os abolicionistas da Confederação.

Antes que aqueles pudessem reagir, um terceiro grupo, bem maior, entrou no corredor, e pegou de surpresa os policiais disfardados, que foram surrados a valer com cabeçadas, rabos de araraia, e rasteiras. Eram os capoeiras do Partido Abolicionista, liderados pelos chefes de malta aliados da Confederação: Cá te Espero, Boca Queimada, Dégas, Joaquim da Ponte.(103)

A campanha Abolicionista, quando teve de sair dos ambientes parlamentares e ganhar as ruas da Corte, foi obrigado a construir uma relação de convivência com o Partido Capoeira. A primeira vez que os arautos da campanha jogaram nas ruas seu lema, foi durante a Revolta do Vintém. Mas seria somente em 1884, quan-



do da Abolição cearense, que a Campanha pelo fim da escravidão se tornou um tema obrigatório nas vielas e becos da cidade.

As tentativas dos abolicionistas de aproximar a causa das camadas médias urbanas impediu os defensores da abolição de colocar às claras sua relação com algumas maldas. Apenas José do Patrocínio e seu grupo exibiam indícios de utilizar a força política dos odiados capoeiras em seus movimentos.

A relação entre as maldas de capoeiras e o movimento abolicionista foi marcada por idas e vindas. Enquanto existiam grupos que apoiavam o movimento, protegendo comícios, guardando comitês, enfrentando policiais, haviam outros que faziam exatamente o contrário, ameaçando líderes políticos, atacando encontros públicos, perturbando "meetings".

O tema da abolição cindia ao meio a posicionamento político dos capoeiras. aparentemente esta diferença tem relação com a divisão maior das maldas em dois grandes grupos, os Nagôas e Guayamús. (ver 2o cap. Dos Nagôas e Guayamús: A Formação das Maldas).

O primeiro conflito entre abolicionistas e capoeiras teve lugar em 5 de janeiro de 1885. Não por coincidência, dia de apuração das eleições para o Parlamento, há pouco concluídas. Um grupo, descendo a rua da Uruguaiana, invade a Redação da *Gazeta da Tarde*, e ataca os funcionários, tentando destruir os equipamentos tipográficos. Estes resistem, e conseguem deter o grupo até a chegada da polícia, quando eles se dispersam. Para José do Patrocínio, editor do jornal, era mais uma manobra dos conservadores para deter a maré da idéia emancipadora:

Quando chegou [a polícia] a rua da Urugayana, o grupo já tinha retirado, indo fazer tropelias em outros pontos da cidade, a espera talvez da noite para repetir, em nome do Partido da Ordem, o ataque as nossas oficinas.(104)

Para outros jornais, no entanto, a história era diferente. Segundo a *Folha Nova*, o conflito teve origem numa briga entre duas maltas: a do Campo de Santana, composta por jovens vendedores de jornal, e aquela que controlava o Largo de Santa Rita, denominada "Flôr da Uva". A rusga teria resvalado para a redação do jornal, último refúgio dos menores do Campo de Santana.

A *Gazeta* refuta violentamente a afirmação da *Folha Nova*, para não deixar vaziar qualquer sinal de compromisso com o "Partido Capoeira". Essa estratégia estava fundamentada também na aproximação dos abolicionistas com as classes médias urbanas, que, certamente, não aceitariam bem essa aliança.

Para não romper a tradição, não faltaram acusações contra a "Flôr da Gente" como responsável pela tentativa de empastelamento da *Gazeta da Tarde*(105)

Na realidade, a "Flôr" nesta época, já pertencia ao passado. Seu patrono, Duque-Estrada Teixeira, falecera no ano anterior, no mesmo momento que o Gabinete Liberal, chefiado por Lafayette Rodriguez Pereira, lançava feroz onda de prisões contra os capoeiras.

O retorno dos conservadores ao poder, em 1885, após o fracasso do projeto Dantas da Lei dos Sexagenários, colocou a ação política dos capoeiras de novo na ordem do dia.

O novo Chefe de Gabinete, Cotegipe, estava fortemente comprometido com a manutenção da instituição escravista, e recebia

pleno apoio de parte expressiva do Parlamento, composta de proprietários e seus representantes. Sua atuação contra os militantes abolicionistas era vigorosa, e os capoeiras inimigos da causa emancipadora eram a vanguarda do novo governo:

Quando anno passado [1885] operou-se a evolução política que fez subir a governação do Estado o Partido Conservador, de que o illustre Presidente da casa é um dos ornamentos, coincidiram com o aparecimento da nova política essas corridas vandálicas que ensanguentaram a cidade(106)

Sobre a administração do novo Chefe de Polícia, Coelho Bastos, a capoeira não era apenas tolerada. Ela passou, segundo a imprensa da época, a ser parte integrante da estrutura policial, um símbolo mesmo da "nova" ordem que o Partido Conservador pretendia reimplantar:

Hoje em dia a navalha reina. Aquilo que, em principio, era um simples recurso secreto, para completar o quadro de mantenedores da segurança pública e agora o elemento vital e o característico de uma administração. Os permanentes vão usar, ao peito, em vez do classico apito, uma navalha pendente.(107)

1885 também coincide com o primeiro comício da Campanha Abolicionista no Largo da Lapa, no dia 4 de maio. Outro se seguiria no mesmo lugar, em 11 de maio.(108)

Mas o auge da campanha pela abolição da escravidão seria 1887. Este seria igualmente um ano de severos conflitos com capoeiras. Em julho um grande comício no Campo de Santana, em frente ao Quartel-General, foi dissolvido a pedradas. Em 6 de agosto o Teatro Polytheama seria palco de uma violenta rusga envolvendo capoeiras comandados pelo chefe de malta Benjamim, e os abolicio-

nistas.(109)

Em outubro, enquanto a Câmara dos Deputados reconhecia a eleição de Joaquim Nabuco como deputado, sob os aplausos das galerias abolicionistas, Coelho Bastos envia para as imediações da Cadeia Velha, sede do parlamento, um grupo de capoeiras, às ordens do mesmo Benjamim, e do capitão Vieira, braço-direito do Chefe de Polícia. Coelho Bastos em pessoa vai assistir o confronto. Na saída, os abolicionistas enfrentam a navalha da Polícia da Corte.

Precisamos, agora, entender certas contradições desta história. Se os capoeiras se mobilizaram politicamente em 1872 em consequência, de certa forma, da conjuntura da Lei do Ventre-Livre e de um novo patamar da resistência escrava, como em 1887 poderiam estar agindo na contra-mão, atacando abolicionistas?

Para responder esta lacuna, precisamos entender a politização da capoeira nos anos 1870 e 1880 como ligada fortemente ao Partido Conservador. E tal como no seio do Partido Conservador, entre as maltas a questão da abolição era um divisor de águas, um fator de separação. Acreditamos que as raízes dessa divisão mergulham na época em que se iniciou a entrada maciça de homens livres na capoeira, nos meados do século (ver 2o capítulo Dos Nãgós e Guaiamus: A Formação das Maltas)

O fato é que a divisão das maltas em lados opostos obedece, como um dos fatores do conflito, o posicionamento em relação a questão da escravidão. Um fator que, como repetimos, dividia ao meio também o Partido Conservador, mais do que qualquer outro. Divisão que se efetiva em dois grupos bem definidos. De um lado,

o que chamamos de Grupo Rio Branco, ligado a emancipação, e o grupo Cotegipe, determinado a manter o regime escravista a qualquer custo.

Em 1888, com a solução monárquica do problema escravo, o Partido Capoeira chega ao auge na Corte. Este seria também o marco do seu rápido declínio, e de sua extinção enquanto força política decisiva no cenário nacional.

VII

A GUARDA NEGRA

Na noite de 27 de fevereiro de 1888, um oficial de Marinha, o capitão-tenente Antonio José de Leite Lobo, foi preso na estação policial da rua Luiz de Camões por ordem do alferes José Rodrigues Batista. Embriagado, o oficial foi jogado na enxovia, depois de ser espancado pelos policiais de plantão.

No dia seguinte, quando vazou a notícia da prisão do alferes, seu tio, o ilustre tenente-coronel Luiz de Beaurepaire-Rohan, foi à estação soltar o sobrinho, e foi desacatado pelo mesmo alferes Batista. Quando o fato chegou ao quartel da Marinha, teve o efeito de desatar a revolta da oficialidade, já bastante tensa nas relações com o governo:

Despertou, ao mesmo tempo, o sempre inflamável "espírito de classe", soprado por um grupo de oficiais da Marinha, à cuja frente estava Eduardo Waldenkolk. Daí resultou que bandos de marinheiros, ajudados por capoeiras, começaram a atacar as estações policiais e as praças de serviço na cidade.(110)

A crise precipitou o fim da era Cotegipe, e, de resto, da instituição da escravidão.

O escolhido para dirigir o novo gabinete Conservador, que passaria a história como o gabinete do 13 de maio, era o pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira. Ele não era um novato em política. Tinha sido Ministro do Império no governo Visconde de Rio Branco, quinze anos antes. Era o braço direito de Rio Branco quando da decretação do Ventre Livre, em 1871, e fora Chefe de Polícia em Pernambuco. Era amigo pessoal de Duque-Estrada Teixeira, e foi acusado de cumplicidade no atentado contra o *A Republica*. Participava do grupo de conservadores mais próximo do abolicionismo. Sua presença no poder neste momento é para nós decisiva.

Segundo muitos contemporâneos e cronistas, a Guarda Negra surgiu à sombra do Gabinete João Alfredo, e seu objetivo teria sido arrebanhar os libertos pelo 13 de maio e criar uma milícia em defesa do regime monárquico, simbolizado na pessoa da Princesa Isabel, "A Redentora". Muitos historiadores repetem essas versões de época, sem se distanciar muito uns dos outros.

Oswaldo Orico(111)em sua biografia de José do Patrocínio, entende a Guarda como expressão dos sentimentos de 'gratidão' dos negros para com a Princesa, e um grupo marcado por rituais "primitivos" de servilismo e "fanatismo", repetindo as visões da época, principalmente de republicanos e intelectuais.

Já Raimundo Magalhães Junior, em sua obra, mais recente, sobre a vida do mesmo Patrocínio (112) vê a Guarda Negra como resultado das lutas pela abolição e do antagonismo com os repu-

blicanos, que negavam apoio à campanha, receiando perder apoio de importantes fazendeiros. Para Magalhães, a Guarda foi uma continuidade da ação política de Patrocínio, que buscava se projetar enquanto representante político dos negros.

Rebecca Bergstresser, em sua tese sobre a campanha da abolição na cidade do Rio, (113) enfoca a Guarda Negra como reflexo dos debates raciais do período, e da militância negra de alguns líderes políticos, que criaram instituições para organizar os libertos no pós-escravidão, como a Liga dos Homens de Cor. Para Bergstresser os conflitos internos da Campanha Abolicionista, como aqueles entre Patrocínio e os republicanos, no Rio foram o caldo de cultura que permitiu a formação da Guarda como expressão da autonomia política dos negros no colapso da escravidão.

No centenário da Abolição, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci (114) revisita a Guarda Negra, e a entende como instrumento de legitimação política da monarquia, e de aliciamento e manipulação da vontade política dos negros por parte de políticos da classe dominante, uma "especulação criminosa", de "fanáticos" "objetivando a dominação do negro frente ao controle direto do seu comportamento".

Nesse mesmo momento, Michael Trochim (115) analisa a Guarda Negra enquanto símbolo da emergência de um novo patamar na questão racial no Brasil, trazido pelo debate do colapso da escravidão, e que fracassou em virtude de seu atrelamento ao regime monárquico, condenado pelas mudanças estruturais que vivia a sociedade brasileira. Como herdeira das organizações negras do período colonial, como as irmandades, a Guarda negra foi, de acordo com

Trochim, um dos momentos mais importantes do conflito racial na história do país.

Por último, Flavio dos Santos Gomes reconstrói a teia de significados e símbolos que o duelo na imprensa entre José do Patrocínio e Rui Barbosa revela dos conflitos entre a Guarda e os militantes republicanos, que ocorriam simultaneamente traçando as linhas que podem levar à reconstrução do imaginário político dos libertos de 1888.(116)

A Guarda Negra foi o episódio da política dos capoeiras que mais foi focado pelos historiadores. Sua proximidade da Abolição e da República abriu caminho para as mais diversas interpretações, geralmente centradas na conjuntura que vai do 13 de Maio à Proclamação da República. Entendemos, porém, que a Guarda Negra não pode ser entendida isoladamente, ou somente ligada a estes dois macro-eventos da história do país.

A Guarda Negra é um capítulo de uma saga muito mais ampla. Uma história que dominou a vida política da Corte por pelo menos 20 anos. Uma tradição que tem relação direta com a "Flôr da Gente", e com os capoeiras do Partido Conservador. Um enredo em que os mesmos personagens se encontram do início ao fim, como a Princesa Isabel, tão decisiva no Ventre Livre como no 13 de maio, e o ministro João Alfredo.

Precisamos agora nos debruçar mais detidamente nas raízes profundas do conflito que divide capoeiras e republicanos, condição imprescindível se queremos ter um quadro mais nítido desta história.

O conceito de política vigente no Brasil do século XIX,

estava indelevelmente ligado às práticas do clientelismo e do favoritismo. Sendo assim, a política, ou a prerrogativa de agir na política, estava fortemente ligada a uma rede de relações pessoais que alguém podia ter, ou construir no correr da sua vida, geralmente limitada ao município ou região de morada.

Nessa ótica, a existência dos grandes partidos nacionais do Império era na verdade uma ficção jurídica, na medida em que cada partido, ou facção partidária, tinha seu universo de legitimação limitado a própria região. Cada partido nacional, na realidade, estava fragmentado em variantes regionais, cada uma com especificidades próprias. (117)

O próprio Partido Conservador, em sua ala ligada à Corte, tinha especificidades que o diferenciavam fortemente dos outros grupos conservadores no resto do país. talvez a diferença básica estivesse no tratamento da questão escrava, fator permanente de divisão dentro do Partido. Ao mesmo tempo que existiam grupos, como o ligado ao Visconde de Rio Branco e a Duque-Estrada Teixeira, favoráveis à negociação política da questão da escravidão, e uma emancipação lenta sobre controle do estado, existiam outros, como o ligado ao Senador Cotegipe, da Bahia, que se mantinham leais aos grandes proprietários do interior, e guardiães da propriedade escrava, e da sua legalidade.

Os republicanos se diferenciavam dos dois grandes partidos, em primeiro lugar, por sua forte centralização regional. Por mais que tivesse representantes em todas as grandes províncias, e principalmente na Corte, o Partido Republicano era ligado fortemente aos grandes proprietários cafeicultores do Vale do Paraíba

paulista e sua clientela. Isso era devido, em parte, à marginalização deste grupo na órbita da Coroa, centro político da Nação, e que era monopolizada pelos grandes senhores de terra da província fluminense, região decadente economicamente desde a década de 1870.

Os senhores da Província de São Paulo, ao contrário, participavam de forma crescente da exportação do café, base econômica do Império, mas isso não se refletia em forma de prestígio junto ao governo central. E, ao contrário do que afirmou a historiografia durante um certo tempo, a escravidão era a forma de trabalho dominante na era do café na província até bem avançar do século. Não era sem razão que José do Patrocínio costumava denominar a grande propriedade de São Paulo de "baluarte do escravismo". A quantidade de revoltas escravas que cobriu a província nos anos 1870 e 1880 reflete isso.(118)

Desde os primeiros tempos da Convenção de Itú o republicanismo se tornou, na verdade, porta-voz dos anseios da cafeicultura do Oeste Novo Paulista. Este fato não era ignorado pelos militantes abolicionistas, principalmente aqueles próximos de José do Patrocínio, que, durante anos, duelaram nas páginas da imprensa com os republicanos:

Eram os republicanos de São Paulo que tinham os critérios, os que dirigiam o Partido; a lei, para a idéia republicana, deveria vir de São Paulo, e lá, entendiam que não era possível, de forma alguma, prejudicar o Partido tratando da questão abolicionista. E como os republicanos de São Paulo são fazendeiros e advogados de fazendeiros, estes, os advogados, que falam sempre a linguagem dos seus interesses, estribados na dos seus clientes, foram mais francos e disseram: "não nos

mettemos nesta questão, porque perderemos grandes adesões se formos abolicionistas.(119)

Estas palavras, registradas no jornal *Cidade do Rio*, de Patrocínio, eram de Saldanha Marinho, republicano histórico da Corte.

O imigrantismo, idéia dominante no imaginário social dos grandes cafeicultores de São Paulo, tinha como pano de fundo o racismo renitente do final do século XIX, expresso na visão da incapacidade dos negros e mestiços libertos de se adequarem ao novo sistema de trabalho. Esta visão era agravada pelo clima permanente de revolta que marcou a relação senhor-escravo na província nas duas últimas décadas do cativo.(120)

Clima de revolta que foi intensificado com a Lei do Ventre-Livre em 1871, e que traça uma relação sensível com os eventos que desembocam no 13 de maio de 1888. Momentos especiais da transição política do problema da escravidão, nos quais, pela ótica dos grandes fazendeiros, o Estado, contraditoriamente, se coloca do lado dos cativos, em detrimento dos interesses da "grande lavoura". É o que se entende de uma carta enviada ao *Diário do Rio de Janeiro* em março de 1872, sintomaticamente chamada Súplica da Lavoura:

Os assassinatos dos lavradores e de seus feitores e pessoas de sua família, multiplicam-se. Raro é o dia em que um infeliz não caia ao golpe do machado assassino; Entretanto, o poder supremo, condoido da sorte dos bárbaros assassinos, cobre-os com seu manto, comutando-lhes a pena de morte por outras menos salutares! As consequências dessa condolente comisseração ahi vão alçando o collo; multiplicam-se os golpes mortíferos; cresce o número de infelizes vítimas,[...] O Poder Supremo do Império diz aos selvagens assassinos: "o meu

paternal coração vos poupará a vida que vós não quises-
tes respeitar". E assim elles se multiplicam dia a dia,
e o terror apodera-se da parte mais nobre da sociedade
brasileira.(121)

Uma aliança entre escravos e a Família Real, dirigida con-
tra os fazendeiros de São Paulo, pelo fim do regime do cativoiro?
O que se assemelha a um delírio, colocado na cabeça dos negros de
1888, poderia ter raízes na Lei do Ventre Livre de 1871? E o que
sugere a denúncia de uma revolta escrava abortada em Campinas em
janeiro de 1872, onde os ingredientes foram misturados por um tal
Vespasiano, funcionário do governo imperial:

Boatos aterradores terão ahí chegado acerca de
uma insurreição que devia ter lugar em dias deste mez,
projectada por um célebre Vespasiano, conductor de car-
gas da Nação para Matto Grosso.[...] Vespasiano reco-
lhia escravos em sua casa nos subúrbios da cidade, à
route, e lhes mostrava grande quantidade de armamento
que tinha chegado, chegando a abrir caixões para esse
fim, bem como todo o cartuxame e tudo mais que tinha
para conduzir a Matto Grosso, dizendo que o referido
armamento era para os armar, afim de assim poderem tra-
tar de sua liberdade, do que estava encarregado pelo
principe Conde D'Eu. Dizia-lhe mais, que o Conde D'Eu
já dera liberdade aos seus filhos, e que eles agora
tratassem da sua, a qual só se opunham os senhores fa-
zendeiros, etc etc....(122)

Seria Vespasiano um dos libertos convocados para a guerra
do Paraguai, e que estaria servindo após o conflito como transpor-
tador de mercadorias para um região ainda sobre ocupação militar?
Seria um exemplo vivo da "vanguarda política" dos libertos pela
Guerra?

Voltando em nossa história, é muito possível que Vespasia-
no estivesse trabalhando para o exército, que tenha lutado no Pa-
raguai, e que guarnecia as fronteiras daquele país, ainda sobre

ocupação brasileira.

As diversas leituras que o dos escravos podiam fazer da legislação emancipadora, teriam seu impacto maior nos momentos cruciais em que elas eram decretadas, momentos de mobilização social não somente no campo, como também na cidade, como 1871 e 1888. Estas medidas teriam, sem dúvida, reflexo em seu comportamento, em suas estratégias de sobrevivencia, e em sua politica particular, influenciando os homens livres que com eles convi-
viam.

A hostilidade de capoeiras e escravos contra politicos republicanos era possivelmente canal de expressão dessa politica contra a classe dos fazendeiros escravistas, hostilidade que pode ter sido sentida e aproveitada por grupos poderosos ligados ao regime, principalmente nos momentos em que estes grupos adminis-
travam a emancipação "lenta e segura".

Entre estes grupos politicos, está, em primeiro plano, o facção conservadora ligada ao Visconde de Rio Branco, muito pro-
xima à Família Imperial, e que tem entre seus maiores represen-
tantes João Alfredo. Uma facção que via no aliciamento de negros e mestiços de classe baixa um importante instrumento de legitima-
ção politica.

Reza a tradição que a fundação da Guarda Negra teria se dado na redação do *Cidade do Rio*, na data comemorativa da Lei do Ventre Livre, quando ela completava 17 anos. A Guarda Negra, se-
gundo esta versão, surge para o mundo sobre os auspícios de Jose do Patrocínio, seu patrono e líder natural.

De acordo com o que levantamos até agora a primeira menção

da Guarda Negra foi registrada em julho de 1888, sobre a batuta do abolicionista Emilio Roudé, e quando ainda se festejava a decretação da Lei Aurea:

Hontém a noite, quando o povo fluminense manifestava os seus sentimentos de sympathia à República Argentina, victoriando no São Pedro, o seu digníssimo ministro, Dr. Henrique Moreno, os pretos libertos Hygino, Manoel, Antonio, Jason, Aprígio, Gaspar, e Theorito, reuniam-se em casa de Emilio Roudé, o infatigável abolicionista de todas as tyranias, de todos os preconceitos, de todas ingratidões, e acordaram fundar uma associação que com o título de GUARDA-NEGRA DA REDEMF-TORA se dedicasse de corpo e alma, e em todos os terrenos, na defeza do Reinado da Excelsa Senhora, que os fez cidadãos. (123)

O que destaca da leitura desse artigo de jornal é a percepção de um programa de ação, e de formação de uma agremiação política, com estatuto, eleições internas, e uma rede de alianças, que vai desde os jornais da Corte até os libertos do interior:

Ficou assentado: 1 _ Criar-se uma associação com o fim de oppor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o paiz

2 _ Só poderem fazer parte, como seus sócios activos, os libertos que se comprometerem a obedecer os mandatos de uma Diretoria eleita, (grifo nosso) por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno.

3 _ Poderem ser sócios efectivos unicamente os que consideram o acto memoravel do dia 13 de maio acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra a humanitária princeza que o realizou.

4 _ Pedir a Confederação Abolicionista o seu apoio para que esta sociedade se ramifique por todo Império

5 _ Pedir a imprensa que participe desse senti-

mento com o seu valioso concurso.

é _ E último. Aconselhar por todos meios possíveis aos libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o 3º Reinado.(124)

Desponta uma Guarda negra diversa daquela "turba infrene" que passa na pena dos literatos da virada do século. Uma entidade política, com objetivos claros, um suporte institucional, e, principalmente, a legitimidade de poder negociar com as outras instituições da sociedade civil.

Nos subterrâneos da história, entretanto, novos fatos são criados. Ao mesmo tempo que a Guarda negra faz sua primeira aparição pública o governo inicia uma campanha de recrutamento militar na cidade, cujo principal objetivo é limpá-la de "vagabundos":

Mais como medida para repressão da vagabundagem, do que mesmo como providência necessária para prover a pátria de um exército numeroso, o governo tem expedido suas ordens afim de que se proceda o recrutamento no Império, e particularmente nesta capital.

O principal intuito do governo é limpar a sociedade expurgando-a dessa maldita instituição a que tantos crimes e tantos desgostos devemos: a instituição dos CAPOEIRAS.(125)

A campanha suscitou protestos na Câmara, onde o deputado Affonso Celso apresentou requerimento pedindo explicações ao governo, e reclamando que diversos "cidadãos" foram presos injustamente.(126)

Dois dias depois da inauguração na imprensa da Guarda Negra, um grande conflito entre capoeiras e soldados do exército tem lugar próximo ao Campo de Santana, que tem relação direta com a campanha de recrutamento. Nesta investida, cerca de 30 capoei-

ras, membros da malta do Campo de Santana, são cercados próximo a Fonte dos Marinheiros, e remetidos à Casa de Detenção. O chefe da malta conseguiu fugir para o Campo de Santana, onde foi afinal preso.

Seu nome: José Antonio dos Santos, 22 anos, pardo, morador na rua da Saúde.(127)

Este incidente não teria maior importância se não tivéssemos recuperado os nomes daqueles que participaram do primeiro ato de confronto entre a Guarda e os republicanos, em 30 de dezembro de 1888, o famoso conflito da Travessa do Barreira. Na lista de feridos desponta o nome de José Antonio dos Santos

Seria o mesmo José Antonio dos Santos que comandava a malta da freguesia de Santana cinco meses antes? É pelo menos estranho que um grupo comprovadamente de capoeiras, de acordo com a imprensa, tenha sido libertado em sua totalidade dois dias depois de preso. Além desse, vários outros nomes que aparecem na lista de feridos e presos durante o conflito de 30 de dezembro surgiram antes na relação dos membros da malta presa em julho.

Entendemos que a campanha de recrutamento de 1888 era uma tentativa deliberada do governo de formar mais um "exército de rua", nos moldes da "Flôr da Gente" de 1872, também produto de uma campanha de recrutamento (ver cap.6 De Siqueira a Sampaio: As Ondas da Repressão).

Concluimos deste episódio um fato importante: a existência de dois projetos de Guarda Negra sendo gerados no segundo semestre de 1888. O primeiro, dos militantes abolicionistas e dos libertos de Emilio Roudé, que buscava a formação de uma agremiação

organizadora, que tivesse capacidade de incorporar os interesses dos "libertos do 13 de maio" e transformá-lo em força institucional, nos moldes das organizações representativas da "sociedade branca".

O segundo, que provavelmente foi o que vingou, do gabinete João Alfredo, que procurava repetir a fórmula empregada por Rio Branco e Cotegipe contra o velho inimigo republicano e formar um braço armado clandestino que espalhasse o terror entre seus adversários e incorporasse parte representativa da camada popular ao seu anel de influência.

O projeto de João Alfredo foi aquele que se tornou vitorioso. Além de contar com o beneplácito do poder central, recurso não pouco importante, estava mais próximo da tradição política do "Partido Capoeira", que estava completando 15 anos, pelo menos, de presença no jogo de poder na Corte.

No aniversário do Presidente do Conselho de Ministros e Chefe do gabinete conservador, João Alfredo, meses depois, a própria Guarda Negra desfilaria em homenagem ao aniversariante, que respondeu a reverência com um discurso em que desejava que ela prosperasse e aumentasse "para defesa das instituições e do Sr. Dom Pedro II e Sra. D. Izabel".(127)

A questão da direção política dois destinos da Guarda nunca foi resolvida. Em finais de 1888 ela estava madura para entrar em cena no turbulento palco da violência política na Corte.

Em 30 de dezembro de 1888 estava marcado uma conferência do militante republicano Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica, próxima à praça da Constituição, na travessa do Bar-

reira. Ele retornava de uma longa viagem pelo interior das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, e esperava terminar o ano de 1888 no centro político do Império. Boatos correram toda a cidade de que a Guarda Negra iria interromper o comício, e no início da preleção, das ruas ecoavam os gritos de luta dos capoeiras: MORRA SILVA JARDIM !! A tentativa dos militantes negros de entrar no recinto do teatro provocou resistência feroz por parte dos republicanos, e por pouco o próprio Silva Jardim não foi vítima. Sete anos depois, Silva Jardim era vítima da mesma conspiração que tinham desafiado seu antecessor na propaganda republicana, Lopes Trovão, em 1881, poucos metros dali, e também poucos metros do local onde republicanos e a "Flôr da Gente" em 1873, tinham iniciado sua guerra das ruas. O teatro de operações do Partido Capoeira.

O que era a Guarda Negra? Na voz dos seus inimigos, militantes de classe média, um eco dos setores mais baixos da sociedade:

Sobre esta cerebrina, illegal e criminosa criação do espírito vazio de idéia e repleto de billes do presidente do conselho, não pode o investigador buscar esclarecimentos, colher informações nas camadas sociais onde ha trabalho e honestidade. Composta de elementos deletérios, perturbadores da ordem, nascida na mais baixa profundidade, a menos que o sr. João Alfredo, ou seu preclaro ajudante de ordens, Clarindo de Almeida venham a público dizer-nos o que é a GUARDA NEGRA, como e porque se formou, e qual o fim, só se obterá esse resultado descendo muito e muito, ouvindo-se as narrativas e discussões nas sessões das esquinas e nos conclaves das tabernas.

Ahi os soldados dessa GUARDA fazem a propaganda, desenvolvem o seu programa, angariam proselytos, e, arrastando pela lama um nome que devia ser respeitado, entre as libações de cachaça e as baforadas dos cachim-

bos sarrentos, conspiram mais prejudicialmente do que os republicanos.(128)

Para a *Cidade do Rio*, a Guarda Negra era diametralmente o oposto. Um partido político negro, que buscava a participação do ex-escravo nos destinos políticos da nação:

Somos uma corporação que preza a sua pátria e a quer elevar a altura que não deixaram atingir 300 anos de escravidão. O nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhes foi roubado de intervir nos negócios públicos(grifo nosso).(129)

João Alfredo, entretanto, esqueceu de uma questão importante: A tradição autonômica do Partido Capoeira. A participação de libertos e escravos nas lides políticas da Corte no final do século XIX sempre fora um tema problemático. Ao mesmo tempo que serviam como braço armado de interesses particulares ou do Estado, nos conflitos eleitorais, eles criavam outras incertezas para os grupos dirigentes.

Entre estas, avultava a incapacidade dos setores dominantes em controlar plenamente as ações sociais dos libertos e escravos no ambiente urbano. A questão inerente da troca de favores da política tradicional, quando aplicada numa sociedade escrava, levava inevitavelmente ao problema da liberdade, que colocava em questão a própria razão de ser da instituição. Como levar escravos a participar politicamente na sociedade, e evitar a politização de suas questões mais prementes, foi um dilema nunca resolvido pelo grupo conservador.

A cidade, como palco fundamental dessa "política escrava",

atrairia, sem dúvida, fugidos e libertos do interior, em busca de uma sociedade menos discriminatória e fechada.

Assim, desde muitos anos, a Corte foi ponto final das rotas de escravos fugidos, não só da província fluminense, como do país inteiro. Na metrópole, estes fugidos buscariam os canais de solidariedade da "Cidade Negra", como diz Sidney Chalhoub, como os cortiços, os zungus, quartéis, quitandas, e, logicamente, as maltas de capoeiras. Este problema preocupava os políticos nas vésperas da Abolição:

Dentro de breve prazo quasi um milhão de pessoas, que tem vivido no captiveiro, ha de invadir as cidades e povoações do Império.

Com que meios se impedirá a ociosidade dessa gente, que não tendo experimentado os beneficios da liberdade, por motivos que se comprehende, e que são naturais, a quererá sorver a longos tragos, com sério perigo para a ordem pública?(131)

A Guarda Negra, de muitas maneiras, escapou ao controle do Ministério João Alfredo. Seus ataques indiscriminados contra encontros republicanos, invariavelmente levavam a opinião pública a se voltar contra o governo, criando a incômoda pecha de "protetores da navalha". De qualquer maneira, o prestígio político dos republicanos aumentou muito entre 1888 e 1889, principalmente junto as camadas médias. A monarquia, que nunca tinha sido tão popular na Corte como em meados de 1886, se perde no imobilismo.

Em 14 de julho de 1889 os republicanos comemoravam os cem anos da revolução francesa. Um grande encontro foi marcado no edificio do Congresso Brasileiro. Na saída, uma grande passeata, liderada pelos republicanos históricos como Lopes Trovão e Quin-

tino Bocaiúva, desceu a rua do Ouvidor. No caminho, os chefes de malta bloquearam a rua, manobrando seu cassetetes, os "petrópolis". Houve sério conflito, com os republicanos se engalfinhando com os capoeiras. Depois, a malta se dividiu, com um grupo descendo a rua do Ouvidor, e outro parando na rua Uruguaiana.

Na batalha dos emblemas, reaparece a figura do Príncipe Obá II, na voz de um preto da Bahia, de nome José Antonio, de 20 anos de idade, que dava VIVAS AO PRINCIPE OBA !, enquanto a refrega continuava.(132)

Este seria o última grande batalha entre capoeiras e republicanos. Em 7 de junho daquele ano o governo tinha mudado de mãos, com o melancólico retorno dos liberais aos poder, na pessoa do Visconde de Ouro Preto.

A ausência da Guarda negra nos meses da gestão de Affonso Celso de Assis Figueiredo, reforça a idéia da conexão ministerial por trás dos capoeiras monarquistas, e, como de resto, do Partido capoeira. Somente restam ataques isolados, como o atentado contra Castro Soromenho, Redator-Proprietário do *Arquivo Contemporâneo Ilustrado* em agosto de 1889.(133)

O golpe militar de 15 de novembro de 1889 teve os capoeiras entre suas primeiras vítimas. Os republicanos sabiam que a estabilização do novo regime passava em grande parte, pelo controle da situação na Corte. E os capoeiras e a Guarda Negra representavam séria ameaça a isto.

O cargo de Chefe de Policia do agora Distrito Federal foi rapidamente ocupado. Seu titular, João Batista Sampaio Ferraz, era velho conhecido dos capoeiras. Durante longos anos fora Pro-

motor-Público na Corte, e atuou em vários processos de acusação contra navalhistas. Ele também era republicano exaltado, ligado ao jacobinismo, e escreveu para vários jornais, como *O Paiz* e o *Correio do Povo*, onde foi redator. Nascido em Campinas, São Paulo, era filho de uma família de abastados fazendeiros de café.

Era tudo que os capoeiras combatiam. Com carta-branca do General-Presidente Deodoro da Fonseca, ele percorreu toda cidade, prendendo um por um os capoeiras mais conhecidos, e cercando os outros. Com os endereços daqueles mais perigosos, ele buscou os capoeiras em casa, iludindo as maltas, que tinham as ruas como pólos de reunião.

Com o parlamento fechado e os políticos fora de ação Sampaio Ferraz, o "cavanhaque de aço", como passou a ser conhecido pela população da cidade, tinha grande possibilidade de deter e isolar os capoeiras de suas tradicionais táticas de clientela. Mesmo assim não bastou isso. Ele deportou arbitrariamente para Fernando de Noronha os capoeiras presos, sem qualquer medida judicial, apenas por seu reconhecimento pessoal, e uma misteriosa trinca denominada "turma da lyra"(134), que indicava os mais perigosos.

Sintomático que um advogado tivesse que agir ao arrepio da lei, num regime completamente discricionário, para atingir em cheio o Partido Capoeira, era prova do enraizamento da capoeira no ambiente político e social da cidade.

Em 3 de janeiro de 1890, o vapor de guerra *Madeira*, saía do porto do Rio, rumo a ilha de Fernando de Noronha, tendo a bordo 59 capoeiras, dos mais importantes navalhistas e chefes de

malta da Corte, em "viagem de instrução".(135)

Mas faltava um. Em abril de 1890, desembarcava no Rio, vindo de Portugal, o sr. José Elysio dos Reis, o célebre Juca Reis, para acertar questões de herança. Fazia alguns anos ele estava na Europa, talvez esquecido das suas "turbulências". Na rua do Ouvidor foi visto pessoalmente por Sampaio, e recebeu dele voz de prisão. A prisão de Juca Reis provoca a primeira crise política do novo regime. Seu pai, o Conde de Matosinhos, que tinha falecido, era padrinho político de Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações-Exteriores. Graças ao Conde, Quintino teve acesso ao *O Paiz*, jornal com o qual fez sua carreira republicana.

Quintino Bocaiúva coloca seu cargo à disposição, pedindo a deportação de Juca Reis para a Europa, e não para a solitária Fernando de Noronha. Na queda de braços que se segue no Conselho de Ministros, Sampaio Ferraz leva a melhor, em seu igualitarismo jacobino, e em 10 de maio Juca parte do Rio no Vapor Lucinda, rumo ao norte.

Em 8 de julho de 1890, falecia em sua casa na rua Barão de São Felix 26, de desgosto, o preto Candido Fonseca Galvão, ou melhor, o Príncipe Obá II da África, monarca da Cidade Negra. A história virava uma página.

CONCLUSÃO

A campanha de Sampaio Ferraz não significou o fim do campaigning político na cidade do Rio. Trinta anos depois, o escritor Lima Barreto protestava contra a "gente rebarbativa" que fa-

zia a segurança das campanhas presidenciais no centro do Rio.(136)

O colapso do regime monárquico representou, sim, o fim do Partido Capoeira. Os primeiros tempos da ditadura militar republicana contribuíram para alijar toda uma geração da vida política. Ao mandar para o exílio os grandes chefes de malta, o Governo Provisório de Deodoro abria caminho para novos personagens.

O pensamento político daqueles que formaram o Partido Capoeira aponta para uma experiência muito particular. Uma consciência de um papel novo na sociedade, como dos soldados recém-chegados do Paraguai. Uma ânsia de participar de um processo que lhes afetava diretamente, como os negros da "Flôr da Gente". É uma tentativa de influir nos rumos nos níveis mais altos do poder, como a Guarda Negra.

A violência eleitoral não foi uma invenção dos negros e mestiços capoeiras. Desde os tempos coloniais ela era instrumento recorrente da luta pelo poder. E mesmo hoje continua fazendo parte do cotidiano dos que fazem política. Os capoeiras do Partido Conservador podem nos ensinar que dar a volta por cima muitas vezes significa andar no fio da navalha.

GRAVURA 1

OBSERVAÇÃO: Duque-Estrada Teixeira "Negociando" com a "Flôr da Sua Gente".

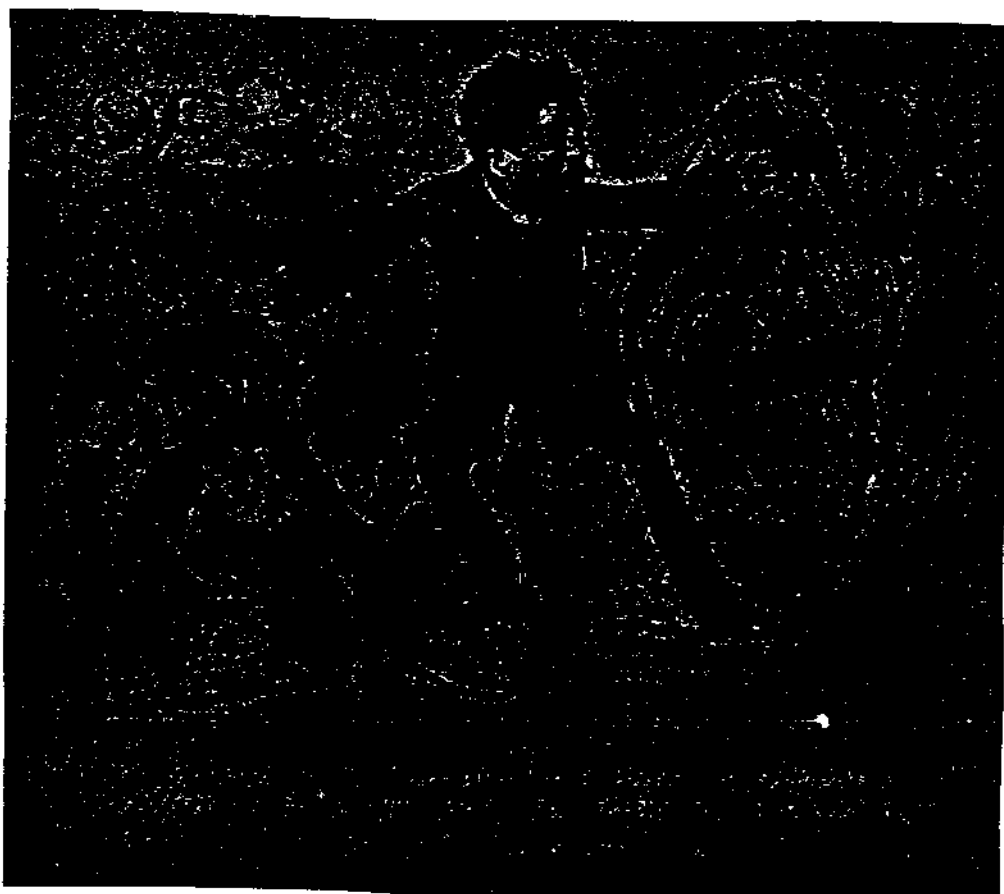
FONTE: *A Comédia Popular*, Rio de Janeiro, 28/01/1878.



GRAVURA 2

OBSERVAÇÃO: A perseguição de Sampaio Ferraz na charge jornalística. Notar que o "Capoeira de navalha" é branco e o "Capoeira da política" usa o traje que identifica o Partido Conservador.

FONTE: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XVI, Volume CXXVI, julho e agosto, 1949, p.77



NOTAS DO CAPITULO 5

- 1 - *Gazeta de Notícias*, 20/01/ 1878
- 2 - MORAES FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d., p.459
- 3 - FAZENDA, Vieira. "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro", IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol.4, [93(147):5-165, 1923] daqui por diante *RIHGB*. "Phosphi" era o nome do desordeiro de eleição, e seu grito era a palavra de ordem para rixa ter início.
- 4 - QUERINO, Manuel. *A Bahia de Otrora*. Salvador, Ed. Progresso, 1946, p.163
- 5 - COSTA, Francisco Augusto Pereira da. "Folk-Lore pernambucano" IN *RIHGB* [69(70):641-3, 1908]
- 6 - ROMERO, Silvio. "A Poesia Popular no Brasil", IN *Revista Brasileira*, 1, Rio de Janeiro, 1879, p.273.
- 7 - MACEDO, Roberto. *Notas Históricas*, Rio de Janeiro, s.d. pp.136-137.
- 8 - OLIVEIRA, Angenor Lopes de. "Os capoeiras" (Memória apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Folclore - Demonstrações Folclóricas. *Brasil Policial*, 5 de outubro de 1951.
- 9 - KATO, Ruth. *Três Revoltas Populares no Rio de Janeiro: 1821-1828-1831*. UFRJ, Dissertação de Mestrado, História, pp.100-141.
- 10 - Ofícios do Chefe de Polícia da Corte, Ij6 217, 20 de janeiro de 1854, ARQUIVO NACIONAL (agora AN).
- 11 - Sobre a Guarda nacional ver CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Col. Brasília-na, no 359. São Paulo, Ed. Comp. Nacional, INL, 1977; URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial* Rio de Janeiro, DIFEL, 1978; RODRIGUES, Antonio E. M. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro* série Estudos, Rio de Janeiro, PUC, 1981.
- 12 - *Ofício do Secretário de Polícia ao Comandante do Corpo Militar de polícia*, 27/05/1865, ARQUIVO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO (AGPMRJ)
- 13 - *O Parahybano*, 23/01/1867
- 14 - *Ofício do Chefe de Polícia da Corte ao Comandante do Corpo militar de Polícia da Corte*, 25/05/1865, AGPMRJ.

15 - De acordo com o Gráfico 23, no Anexo, cerca de 55% dos libertos na guerra era proveniente da Corte. Destes 2.196 libertos, 12% eram "Da Nação" (trabalhavam para o Estado) 3% vinham da Casa Imperial, 1,2% vinham dos conventos, 28,6% eram de particulares, 43% eram libertos "Pelo Governo", o que significa comprados ou adquiridos de outra forma, e 10,8% eram substitutos, que iam no lugar de seus senhores ou protegidos. Ver "Mappa da Força com que cada uma das Províncias do Império concorreu para a Guerra do Paraguay, segundo os mappas remettidos a esta Secretaria de Estado" IN *Relatório do Ministro dos Negócios da Guerra, 1872.*

16 - QUERINO, Manuel. *op. cit.* pp.67-73

17 - "Mappa Demonstrativo do Número de Indivíduos recolhidos ao xadrez da Polícia", IN: BRASIL - Ministérios dos Negócios da Justiça. *Relatório Apresentado a Assembléia Geral Legislativa. (1866 a 1871)*

18 - OLIVEIRA, Angenor Lopes de. *op. cit.*

19 - O 31 de Voluntários embarcou para o Paraguai em 10 de julho de 1865, e teve seu batismo de fogo em 24 de maio de 1866, no campo de Tuyuty. Participou de todos os combates importantes da guerra, sempre na vanguarda, e retornou em 19 de maio de 1870. Para mais detalhes ver DUARTE, General Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981; ANAIS DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DO SEGUNDO REINADO. IN *RIHGB*(no especial) Rio de Janeiro, 1985.

20 - MORAES FILHO, Alexandre Mello. *op. cit.* p.557. e SILVA, Eduardo da. *Slaves, Freedmen and Free Men of Colour in the Transition from Slavery in Brazil. A Case Study: The Life, Times and Ideas of Dom Obá II d' Africa, Prince of the People, c.1845-1890* Thesis Submitted for the Degree of Doctor of Philosophy, University of London, 1992.

21 - BERGSTRESSER, Rebecca Baird. *The Movement For The Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889* Stanford University, Ph.D., 1973. p.62-63

22 - QUERINO, Manuel. "A Bahia na Campanha do Paraguay" IN *op. cit.* p.176

23 - Gustavo Pinto de Andrade e Thomaz José dos Santos, réus. Processo criminal, caixa 42, processo 10, 1873, Arquivo Judiciário (AJ)

24 - *idem*, folha 4

25 - BEATTIE, Peter. *Nacional identity and the Brazilian Folk: The Setanejo in Taunay's A Retirada da Laguna*, University of Miami. Neste artigo Beattie constroi a hipótese que o esteriótipo do

sertanejo como tipo acabado da nacionalidade, tradicionalmente visto como produto da obra de Euclides da Cunha em *Os Sertões* na realidade teria sido esboçada muitos anos antes, no romance de Alfredo d'Escragnoille Taunay, (*A Retirada da Laguna*) narrativa de um cruento episódio da Guerra do Paraguai, onde soldados oriundos do interior do país teriam dado provas de grande bravura e intrepidez, para surpresa dos preconceituosos oficiais vindos das cidades do litoral.

26 - *Jornal do Comércio*, 02/01/1872

27 - *Jornal do Comércio*, 22/04/1870

28 - ABREU, Plácido de. *Os Capoeiras*, Rio de Janeiro, tip. da Escola Seraphim Alves de Brito, s.d. Plácido relata que nos primeiros meses de 1870 ocorreram diversos assassinatos de chefes de malta. Entre eles o célebre Francez, chefe da malta de São Domingos de Gusmão, José da Silva Azevedo, vulgo Pinta Preta da Lapa, chefe da malta da Glória, o Caboclo Jacob, na festa de Paula Mattos, o Alemãozinho, do Campo de Santana, César Maneta, na praia do Peixe, entre outros.

29 - No dia 31 de janeiro de 1870, Leonarda Rosa de Andrade, 79 anos, moradora da rua da Frainha, enviou ofício ao Ministro da Justiça requerendo providências "afim de que a policia prohiba que os moleques, capoeiras e vadios atropellem a suplicante quando sai a rua".

Em resposta o Chefe de Policia afirma ter tomado medidas de acordo com as ordens, mas, sugere que a peticionária é semi-responsável, pois "ella não se acha em perfeito juizo, prestando-se portanto aos molejos dos moleques, com os quais entra em discussões sobre a Guerra do Paraguay e outras questões de igual natureza".(grifo nosso) AN Ijé 518, 31/01/1870.

30 - Livro de Matrícula da Casa de Detenção, ng4052, fichas 992 e 993. Raymundo Arruda, pardo, fluminense, 21 anos morador na rua do Riachuelo 29, foi preso por "capoeira" junto com Mariano Teixeira, 33 anos, pardo, gaúcho, morador no Forte Villegagnon, na noite de 7 de novembro. ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AP)

31 - "Relatório do Chefe de Policia da Corte", (RCPC). IN BRASIL - Ministério dos negócios da Justiça. *Relatório Apresentado a Assembléia Geral Legislativa*, 1870.

32 - Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*, São Paulo, Comp. das Letras, 1990.

33 - *A República*, 03/09/1872

34 - *A República*, 06/08/1872

35 - RCPC, IN BRASIL - Ministério dos negócios da Justiça. *Relató-*

rio Apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1871

36 - Em sua obra sobre o período do imediato pós-Guerra da Secesão, o historiador Eric Foner realça as atitudes legitimadoras dos soldados negros em relação a politização das reivindicações dos libertos no Sul, agindo como vanguarda de uma nova atitude dos negros frente a sociedade branca após o fim da escravidão: "A presença de soldados negros no exército de ocupação da União aumentou a confiança dos libertos e suscitou queixas constantes da parte dos brancos. De acordo com o *New York World*, os soldados negros agiam como "apóstolos da igualdade negra", difundindo entre os ex-escravos idéias de propriedade de terras e igualdade civil e política. Eles intervinham em disputas nas fazendas e as vezes prendiam brancos ("E muito difícil..." escreveu um veterano confederado, "ver brancos serem levados presos por um desses partifes negros") As tropas negras ajudaram a construir escolas, igrejas e orfanatos, organizaram sociedades de debates e realizaram reuniões políticas onde cantavam-se canções de liberdade, e soldados faziam discursos do tipo mais inflamado" Nas cidades sulistas eles exigiram o direito de viajar em bondes segregados, e zombavam dos transeuntes dizendo "somos todos iguais agora"; em cidades como Memphis informaram os libertos que eles não precisavam retornar as fazendas". FONER, Eric. "O significado da Liberdade" in *Revista Brasileira de História* São Paulo, ed. Marco Zerro, vol.8 no 16, março-agosto 1988. p.13

37 - SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.74

38 - HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.)"O Brasil Monárquico" in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol.5, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972, p.135-146. 'A marcha da idéia da emancipação'.

39 - *Anais da Câmara dos Deputados*, 06/02/1873

40 - HOLANDA, Sérgio Buarque de.op. cit.. p.146-176.

41 - CARVALHO, José Murillo de "Eleições e Partidos: O Erro de Sintaxe Política" in *Teatro de Sombras*, Rio de Janeiro, Hucetec, 1988, p.141. De acordo com Carvalho só em 1945 vai ser superado a proporção de votantes no conjunto da população total da eleição de 1872.

42 - BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça, *Relatório Apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1872*

43 - FAZENDA,Vieira. op. cit. p.75

44 - *Kosmos* março, 1906

45 - MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de. *História da Polícia Mi-*

litar do Distrito Federal, Rio de Janeiro, tip. da Escola Militar, 1926, p.345

46 - Nascido em familia de politicos (seu avô era o Senador Luiz Joaquim Duque-Estrada Furtado de Mendonça) Duque-Estrada Teixeira nasceu em 6 de junho de 1836, filho do Dr. Joaquim José Teixeira e D. Rita Manoela Duque-Estrada Teixeira. Terminou o curso de direito da Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1859, e se filiou ao Partido Conservador em 1863. Para uma biografia de Duque-Estrada ver SANTOS, Lery. *Pantheon Fluminense*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1880, pp.575-578, INOCENCIO, Francisco da Silva *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa nacional, Tomo 16, p.38, e BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliografico Brasileiro 1883-1902*, 7 vols. "Cutuba" é gíria popular, e quer dizer saliente, destacado, valente. FEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça Carioca: Verbetes para um Dicionário da Gíria*, Rio de Janeiro, Ed. F. Briguet, 1946. (1ª ed. 1922)p.26

47 - NETTO, Coelho. *Bazar*, Porto, Livraria Chardron, 1928, p.135

48 - "Desde a Academia era o Duque apologista dos exercícios da capoeira. E não o supponham somente um capoeira theorico. Conhecia todas as regras da arte e as applicava com extrema agilidade e o necessario atrevimento.

Nesse tempo estava a capoeira muito em moda entre os estudantes. Na gíria hodierna poder-se-ia dizer que estava -na ponta!

Houve mesmo quem se lembrasse, tempos depois, de fundar em S. Paulo uma escola de capoeiragem. E era um capitalista importante, então na sua completa integridade mental - o general Couto de Magalhães"

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: Tadições e Reminiscências* São Paulo, s.ed. 1907 p.205

49 - *A Reforma* 25/08/1872

50 - idem

51 - *A Reforma* 24/08/1872

52 - *A Reforma* 03/09/1872

53 - *Diário Oficial* 10/09/1872

54 - *A Reforma* 19/08/1872

55 - *Diário Oficial* 27/09/1872 O posto de Alferes Honorário representava uma pensão vitalícia do governo, e o direito de usar farda nos momentos especiais. Tinha um claro significado politico, pois sedimentava laços importantes com o governo e a corporação, e não obrigava à reclusão nos quartéis. Agradeço a Adler Homero Fonseca de Castro por essa informação.

- 56 - *A Reforma* 18/08/1872. e *Diário Oficial* 18/08/1872
- 57 - *A Reforma* 19/08/1872
- 58 - *A Reforma* 22/08/1872
- 59 - *A Reforma* 25/08/1872
- 60 - *A Gazeta de Notícias* 10/09/1884
- 61 - *A República* 19/09/1872
- 62 - *Anais da Câmara dos Deputados* 06/02/1873
- 63 - *Vida Policial* 21/03/1925
- 64 - Um dos grandes motivos de prisão de escravos na Casa de Detenção era por "ir apadrinhar-se com o Chefe de Polícia", o que indica a tentativa de mediação, pelo escravo, da polícia para seus conflitos domésticos. Sobre esse tema ver CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte São Paulo*, Comp. das Letras. 1990.
- 65 - *Diário do Rio de Janeiro*, 27/03/1872
- 66 - Como exemplo ver RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: Perfil de uma Sociedade em Crise*, Campinas, 1990, s.e.
- 67 - *A Reforma* 22/08/1872
- 68 - BOEHRER, George C. *Da Monarquia Para a República: História do Partido Republicano no Brasil* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1973, pp.42-46
- 69 - BOEHRER, George C. *op. cit.* p.42
- 70 - "Masorca" de acordo com Trochim era o grupo organizado pelo ditador argentino Rosas com finalidades terroristas. TROCHIM, Michael. "The Brazilian Black Guard: Racial Conflict in Post-Abolition in Brazil, *The Americas*, janeiro 1988, no3, Vol. XLIV.
- 71 - *A República*, 02/03/1873
- 72 - *A República* 03/03/1873
- 73 - *idem*
- 74 - *O Mosquito* 06/03/1873
- 75 - *Jornal do Comércio*, 01/03/1873
- 76 - *Jornal do Comércio*, 28/02/1873.

- 77 - Baseado em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *op. cit.* "A volta dos liberais".
- 78 - CARVALHO, José Murillo de. *op. cit.*.
- 79 - *Gazeta de Notícias* 18/01/1878.
- 80 - *Gazeta de Notícias* 25/01/1878.
- 81 - *idem.*
- 82 - *Gazeta de Notícias* 29/01/1878.
- 83 - *Gazeta de Notícias* 06/02/1878.
- 84 - *Revista Ilustrada* 16/02/1878.
- 85 - *Revista Ilustrada* 12/01/1878.
- 86 - *Gazeta de Notícias* 17/02/1878.
- 87 - Zungú eram cortiços habitados principalmente por africanos e crioulos livres. Ver BEAUREPAIRE-ROHAN, Augusto de. *Dicionário de Vocábulo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1889.
- 88 - "Avizos do Ministro da Guerra ao Ministro da Justiça" Ij1 1016, 24/02/1878, AN.
- 89 - *Gazeta de Notícias* 01/03/1878.
- 90 - *Jornal do Comércio* 11/01/1878.
- 91 - *Gazeta de Notícias* 04/03/1878.
- 92 - Os livros da Casa de Detenção guardam os registros de livres e escravos presos na Revolta do Vintém. Entre os livres (Livro 3965) há registro de pelo menos 11 presos em 1 de janeiro, a maioria por tentativa de derrubar bondes. Quanto aos escravos (Livro 4617) os motivos de prisão variam entre "desordem" e "dano". Jacinto é o único dentre todos cujo motivo foi "provocar o povo sobre o imposto". AP?
- 93 - GRAHAM, Sandra Lauderdale. "The Vintém Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880", *Hispanic American Historical Review*, agosto, 1980, p.431-449. Segundo Rebecca Bergstresser *op. cit.*, (pp.18-21) O levante popular de janeiro de 1880 foi a convergência de vários movimentos: o ápice de um arroço tributário iniciado pelos governos liberais, as crises de crescimento da cidade do Rio como centro econômico do país e a forte influência da imprensa sob uma sociedade alijada do debate parlamentar.
- 94 - LIMA, Hermeto e BARRETO FILHO, Mello. *História da Polícia do Rio de Janeiro, 1870-1889*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1943,

p.99.

95 - *ibidem*.

96 - BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça, *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa*, 1881, p.4.

97 - *Gazeta de Notícias* 21/03/1880.

98 - FEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca* Rio de Janeiro, Ed. Briguiet, 1946, 2o ed. p.3.

99 - No debate do parlamento sobre o projeto de repressão à capoeiragem, em 1886, as denúncias sobre envolvimento de capoeiras e policiais foram repetidas:

"O Sr. João Fenido: - Logo que um capoeira é preso acha logo padrinho que promova sua liberdade.

O Sr.Candido de Oliveira...influe particularmente, para estimular a arrogancia e as demazias do capoeira, a complicitade da policia...Tratando-se de indagar as causas dessa, pode-se dizer, extravasação de maldade, reconheceu-se que mais de um autor dos assassinatos denunciados pertenciam ao *corpo de agentes secretos da policia*. [grifo nosso]...Está na consciencia da população que muitos desses desordeiros pertenciam ao bando da policia secreta, prompto para acudir aos reclamos da autoridade."

Como exemplo das denúncias de jornais ao "Corpo de Secretas" vemos essa do *Cidade do Rio* já no fim da monarquia:

"Quando a policia se resolvia a reprimir e castigar o exercicio da capoeiragem, as medidas tomadas limitavam-se à assinatura de termo de bem viver e a dois ou três dias de prisão. Da prisão o capoeira com a vida garantida: alistava-se na policia secreta." *Cidade do Rio*, 10/12/1889.

100 - *Gazeta de Notícias* 31/10/1881.

101 - *O Bode* 01/11/1881.

102 - *O Binrculo*, 10/12/1881.

103 - DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição: Esboço Histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1908, p.100.

104 - *Gazeta da Tarde* 05/01/1885.

105 - *A Semana* 10/01/1885.

106 - *Annaes da Câmara dos Deputados* 17/09/1886, p.228.

107 - POMPEIA, Raul. "A navalha do Sr. Coelho", *Obras Completas*, Vol.5 Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*. 1982, p.129-131. IN

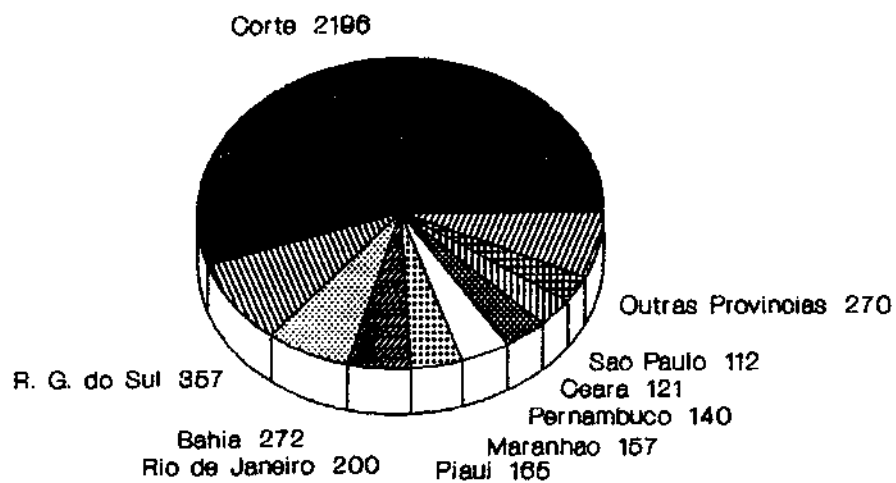
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Queda do Império da Navalha e da Rasteira*, Casa Rui Barbosa, 1989, mimeo.
- 108 - DUQUE-ESTRADA, Osório. *op. cit.* p.147.
- 109 - *Gazeta da Tarde* 08/08/1887.
- 110 - MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*, Brasília, Ed. UNB, 1987. p.148.
- 111 - ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*, Rio de Janeiro, s.ed. 1953.
- 112 - MAGALHAES JUNIOR, Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Ed. Sabiá. 1969.
- 113 - BERGSTRESSER, Rebecca. *op. cit.* pp.177-188.
- 114 - RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *op. cit.* Contra-Capa.
- 115 - TROCHIM, Michael. *op. cit.*.
- 116 - GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte - 1888-1889)" IN *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro (21): 75-96, dezembro 1991.
- 117 - Sobre as singularidades políticas do Partido Conservador ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, Rio de Janeiro, Ed. Hucitec, 1986.
- 118 -Ver MACHADO, Maria Helena F. T. *Negros e Cometas: Movimentos Sociais na Década da Abolição*, tese de doutorado, USP, 1991, mimeo.
- 119 - *Cidade do Rio* 22/09/1888.
- 120 - AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 121 -*Diário do Rio de Janeiro* 27/03/1872.
- 122 - *A República*, 10/01/1872.
- 123 - *A Cidade do Rio*, 10/07/1888.
- 124 - íden.
- 125 - *A Cidade do Rio*, 24/07/1888.
- 126 - *Gazeta da Tarde* 17/07/1888.

- 127 - *Livro de Matrícula na Casa de Detenção* No 3304, ficha 3336, AP.
- 128 - *Novidades* 31/12/1888.
- 129 - *Novidades* 03/01/1889.
- 130 - *Cidade do Rio* 03/01/1889.
- 131 - *Annaes da Câmara dos Deputados* 18/09/1886, p.239.
- 132 - *Livro de Matrícula da Casa de Detenção* Livro ? ficha 2213, 15/07/1889.
- 133 - MOURA, Jair. "Apogeu e Declínio da Capoeiragem no Rio de Janeiro" *Cadernos Rioarte*, Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal, ano 1, Nº 3 1985 pp. 66-93.
- 134 - *Vida Policial* 21/03/1925.
- 135 - *Jornal do Comércio* 03/01/1890.
- 136 - SANTOS, Affonso Carlos Marquês dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto* Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983, p.91-92.

grafico 23

LIBERTOS NA GUERRA DO PARAGUAI

Distribuicao por Provincias (1865-1870)



BNRJ, Rel. do Ministro da Guerra - 1872

CAPITULO VI
 DE SIQUEIRA A SAMPAIO:
 AS ONDAS DA REPRESSÃO

I

INTRODUÇÃO

*vagabundos, ratoneiros
 capoeiras, desertores
 trinta e um presos estão
 Oh policial! falta o resto
 presto! presto!
 move tua santa mão(1),*

Era final do ano de 1887. O prédio do Tribunal do Juri, próximo ao Campo de Santana estava em frenética agitação. Um dos casos mais rumorosos dos últimos anos estava sendo levado a julgamento. O réu era um conhecido capoeira, temido por toda a cidade, acusado de grave crime. Poucos acreditavam em sua condenação. Seu advogado era muito conhecido por sua habilidade e oratória, e ele contava ainda com a proteção de poderoso político local.

O Promotor Público, encarregado de formular a acusação, era um jovem de pouco mais de trinta anos. Nascido em Campinas, São Paulo, filho de família tradicional, ele tinha se notabilizado como o mais enérgico promotor da Corte. Seu nome: João Batista

Sampaio Ferraz.

Após ler os autos, e o libelo acusatório, Sampaio iniciou a sua exposição, empolgando com grande maestria o corpo de jurados e também o auditório, que estava lotado. Após horas de duelo verbal entre defesa e acusação, os jurados foram convocados a dar seu veredito. O acusado estava condenado ao grau máximo.

Ao anoitecer, após o fim da última seção, o jornalista Júlio do Carmo encontrou-se nas escadarias com o vitorioso promotor. Em rápida entrevista, Sampaio Ferraz deixou claro sua aversão radical à capoeira, e sua determinação de combatê-la em qualquer terreno. Já na rua, os dois embarcaram no bonde que se dirigia ao Largo de São Francisco.

No momento em que saltavam na praça, uma violenta luta entre duas maltas de capoeiras tinha ali seu palco. Eram os Nagôas e Guayamús, os dois mais temíveis grupos de capoeira da Corte, disputando de navalhas e porretes o controle do estratégico largo.

Sampaio e seu companheiro se refugiaram em uma loja, enquanto os outros estabelecimentos cerravam rapidamente suas portas. Era o já tradicional "Fecha Fecha!!!". Os apitos soavam inutilmente. Logo, uma das maltas se retirou em correria para o Largo do Paço, seguida por sua rival. Ao baixar da poeira, apareceram as vítimas: um senhor, navalhado nas costas, um menino ferido no lábio, e uma senhora grávida, com profundos golpes no ventre.

Os cidadãos e suas esposas retornaram lentamente, e se acercaram do altivo promotor, que observava os restos da batalha, num misto de revolta e indignação. Enquanto a multidão formava a

sua volta, Sampaio Ferraz profere uma solene promessa, sob os olhares dos atordoados moradores da Corte:

"Ah! Se um dia eu for chefe de policia desta terra, juro exterminarei esta corja maldita!!"

Dois anos depois, Sampaio era nomeado chefe de policia do Distrito Federal da república recém-inaugurada, e teve a oportunidade de ouro para cumprir sua promessa feita em praça pública. Em poucos meses, os mais temíveis e temidos chefes da capoeiragem local eram jogados no porão de um vapor da marinha e deportados para a distante ilha de Fernando de Noronha, sem prazo para voltar.

Este episódio, contado pelo jornalista Júlio do Carmo trinta anos depois, (2) foi o início da lenda do "Cavanhaque de Aço", como ficou conhecido na crônica literária o republicano Sampaio Ferraz, o homem que "exterminou" a capoeira da cidade do Rio de Janeiro. E ilustra o quanto a repressão policial contra os capoeiras durante a segunda metade do século XIX combinava mito e realidade. Sampaio Ferraz é o ponto de partida para entendermos a intrincada história das idas e vindas entre capoeiras e policiais, nos 40 anos que medeiam entre a metade do século e a proclamação da República.

A perseguição policial movida contra as maltas de capoeiras durante os governos do Segundo Reinado podem ser comparadas a uma sucessão de ondas, que se seguem depois de longos tempos de calmaria. Este perfil pode ser inicialmente entendido como resultado da rede de relações que a capoeira construiu, durante décadas, com o aparato policial-militar e com as elites políticas do

Império. Esta simbiose, contraditória e complexa, que tentaremos entender em toda a sua magnitude, explica o duplo caráter das Vargas repressivas lançadas contra as maltas, as vezes buscando realmente eliminar a capoeira como prática criminal, outras vezes pretendo simplesmente aliciá-los como aliados ocasionais de interesses políticos. .

Para entendermos as ondas de repressão a partir da década de 1850, precisamos voltar um pouco a atenção para a primeira metade do século, época de grandes transformações. A chegada da Família Real portuguesa no Rio, em 1808, foi o marco fundador da instituição policial na cidade.(3) A Guarda Real de Polícia, que seria a ancestral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em seu termo de fundação já colocava o controle da circulação da massa escrava como prioridade máxima. Sob as ordens da também recém-fundada Intendência Geral da Polícia da Corte, a Guarda Real realizava o policiamento ostensivo da capital da colônia, e futuro Império.

A capoeira foi vista, por toda a primeira metade do século, como o crime de escravos por excelência, e sua repressão se confundia com os mecanismos de controle do principal contingente de mão de obra da cidade:

Os capoeiras, que sempre merecerão a maior vigilância da polícia, hoje infestam as ruas da cidade de hum modo sobremaneira escandaloso, e não será fácil evitar as funestas consequências que dali resultão enquanto a polícia, a respeito dos escravos, não for como antigamente autorizada a castigar sem mais formalidades de processo aqueles que forem apanhados em flagrante...

(4)

As primeiras décadas do século foram anos de repressão violenta contra a capoeira, devido à sua importância enquanto forma de resistência peculiar aos escravos urbanos, e mesmo o peso numérico da população cativa no conjunto da cidade. O fim do tráfico atlântico de africanos, em 1850, e o início das incipientes reformas estruturais na cidade, no limiar da última metade do século, levam os capoeiras e os seus algozes a trilharem novos caminhos.

II

A DÉCADA DO MEDO

As 10 horas da noite de 14 de junho de 1849 o subdelegado da freguesia do Engenho Velho, na periferia da Corte, começou a ouvir de sua casa, quando estava prestes a se deitar, um grande barulho de tambores, que partia de um local ermo da freguesia chamado Maracanã.(5)

Imediatamente ele enviou ao lugar, de onde provinha o suposto "motim de pretos", um grupo para debelar a reunião. Três pedestres e cinco escravos foram remetidos para investigar o motivo da "festa". Chegando ao portão da Chácara de Antonio Alves da Silva, avistaram cerca de 100 escravos em animada reunião. Devido a flagrante inferioridade numérica os policiais resolveram ocultar sua presença. Mas eles montaram um ardil para conseguir informações sobre o que estava acontecendo. Cada preto que saía ou entrava sózinho era pego de surpresa e obrigado a revelar o que sabia do encontro.

Um dos capturados, entretanto, conseguiu fugir, e deu o

alarme. Logo um grupo numeroso de homens, todos escravos, saiu do portão armados de facas e foices. Um dos policiais, de nome Manoel Maria, foi mortalmente ferido. Ao verem o policial sucumbir, os escravos autores do atentado imediatamente se dispersaram.

O Subdelegado, ao ouvir no dia seguinte o informe da expedição na mesma hora oficiou ao Chefe de Polícia, dando conta da perigosa festa urdida por centenas de escravos numa freguesia rural da maior cidade do país. No mesmo documento, o Chefe de Polícia, ao enviar o ofício ao Ministro da Justiça, anexou um outro, da mesma data do evento anterior, alertando para um grande grupo de capoeiras que apareceu no Largo do Capim, grande praça central da cidade, alarmando o subdelegado da freguesia e as outras autoridades.

Por volta da metade do século a capoeira ainda guardava as características de prática exclusivamente escrava que marcaram sua presença como fenômeno social durante os cinquenta anos anteriores. (ver Capítulo I)

Este perfil seria modificado pelas profundas mutações sociais por que passa a cidade a partir dos anos 1850.

Essa década foi de mudanças também na estrutura policial na Corte. A Guarda Nacional, antes totalmente controlada pelos potentados rurais e grandes proprietários urbanos, passa a sofrer maior controle do poder central. A construção da Casa de Correção da Corte, concluída em 1855, a primeira penitenciária da história do país, refletia o esforço das autoridades nacionais em equiparar a estrutura jurídico-policial da cidade com aquela que caracteriza as grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos.(6)

No limiar da década de 50, o Chefe de Polícia da Corte inicia uma fugaz ofensiva contra os locais de reunião das maltas, centrados principalmente nas freguesias de Sacramento e Candelária, as mais centrais da cidade. Mas a falta de coordenação com o comando da Polícia Militar da Corte faz fracassar a tentativa. Era sintoma da necessidade de reorganização policial da capital do país.(7)

A repressão de 1849 aos capoeiras em foi uma espécie de balão de ensaio do que viria depois. Confrontado com constantes conflitos entre maltas na área mais central, o Chefe de Polícia estava desafiado a mostrar autoridade em sua jurisdição, a mais importante do país, pela proximidade com os centros nervosos da vida política da nação, como o Parlamento e o Paço Imperial. Em princípio, ele tentou processar judicialmente aqueles presos como capoeiras. No fracasso dessa medida, ele recorreu ao recrutamento militar, e para aqueles não cabíveis em tais providências, a assinatura dos "termos bem viver", documentos que obrigavam os signatários a procurar trabalho, sobre pena de prisões cada vez mais longas. De acordo com suas palavras, o êxito foi imediato.

O sucesso do recrutamento militar de 1849 em conter a ação das maltas de capoeiras, de acordo com as afirmações do Chefe de Polícia, era sinal de profundas mudanças no perfil daqueles estigmatizados como capoeiras pelo jargão policial. A quantidade cada vez maior de imigrantes e trabalhadores livres miseráveis vagando pela cidade, muda a composição social do crime. A impossibilidade de usar os métodos tradicionais de castigo para escravos, como o calabouço e os açoites, em homens livres, espelha a

necessidade do aparato repressivo em incluir novos setores das "classes perigosas" em seu combate às maltas de capoeiras.

Por volta de 1853 a força policial da Corte se dividia em quatro grupamentos principais: primeiramente, a Companhia de Pedestres, encarregada de realizar o policiamento preventivo diurno; os Fiscais de Freguesia, escolhidos entre moradores locais, e que tinham a responsabilidade de informar as autoridades de qualquer perturbação da ordem; os Inspetores de Quarteirão, que zelavam por pequena área adistrita às freguesias; e, por fim, o Corpo Militar de Polícia da Corte, que patrulhava a cidade à noite, a partir dos quartéis de Mataporcos e Barbonos.

Este aparato policial sofreu grande reviravolta quando da chegada de Alexandre Joaquim de Siqueira ao cargo de Chefe de Polícia da Corte. Tomando posse em 22 de abril de 1853, nomeado pessoalmente pelo ministro da Justiça, o conservador Luis Antonio Barbosa, Siqueira tinha um alvo fundamental: os capoeiras. Em seu primeiro relatório, Siqueira reproduz de forma característica o discurso daqueles responsáveis pela ordem pública nos meados do século quanto ao problema da capoeira:

Um dos mais frequentes crimes nesta cidade, pelo menos durante os três primeiros meses de minha administração, é o homicídio e o ferimento mais ou menos grave; sendo singular que nem a vingança e o desejo de roubar, a elles dem causa. E o prazer de ver correr sangue, ou para me servir de termo empregado por essa qualidade de criminosos, o desejo de "experimentar o ferro", quem os leva a perpetrar tão graves atentados, sendo os autores deles conhecidos pelo nome vulgar de - capoeiras -. (B)

No mesmo documento Siqueira retrata o impacto das medidas

repressivas adotadas, como o envio de 59 capoeiras ao calabouço no correr do ano de 1853. , que, de acordo com suas palavras, diminuíram consideravelmente a dimensão do problema.

Em despacho escrito dois meses após à posse, o novo Chefe de Polícia deixa claro que a capoeira na década de 1850 não era apenas um crime da condição escrava, mas, pelo contrário, uma atividade que envolvia cada vez mais homens livres de todas as origens, e que, por este mesmo motivo, ao contrário do que se poderia pensar, representava uma ameaça ainda maior à ordem policial que se pretendia implantar:

A princípio, composta somente de gente cativa, e agora de homens livres, se bem que da classe mais baixa da sociedade. Quanto aos primeiros, [escravos] os meios de repressão foram fáceis, e eficazes, porque o simples castigo na Casa de Correção, e o salutar temor deles, e a condição especial desses indivíduos, influirão na cessação das correrias e distúrbios que raras vezes saíram dos limites de um ordinário acontecimento. Quanto aos seguintes [livres] porém, tem sido negócio difficilimo de conseguir: eles arregimentão os outros, infundem-lhes ânimo e ousadia, e nos seus acometimentos muito tem dado a entender a policia.(9)

O maior desafio que Alexandre Siqueira teve que enfrentar, em sua cruzada contra os capoeiras, foi superar o principal mecanismo de impunidade que os participantes das maltas, de condição livre, utilizavam nos meados do século para escapar à ação da policia: o alistamento na Guarda Nacional. Braço armado dos interesses particulares de grandes políticos da Corte, a Guarda era refúgio natural dos homens de cor, ou capangas, que estivessem no círculo de influência de algum grande potentado agraciado com posto de coronel.(10)

Como prerrogativa do cargo, o guarda nacional estava isento de recrutamento forçado, um dos meios mais comuns de castigo para infratores livres, e não podia ser preso senão por militar de patente maior que a sua. Vários dos chefes de polícia da década de 1850 foram unânimes em denunciar a participação em massa de capoeiras dentro da Guarda Nacional, como forma de proteção contra os surtos de repressão policial que de quando em quando sacudiam a Corte. (11)

O ardil que Siqueira lançou mão para manter sob vigilância permanente os Guardas Nacionais presos como capoeiras sem ferir os princípios da lei foi remetê-los para a ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde eram empregados em trabalhos forçados sem prazo certo. Os arquivos da época estão pontilhados de ofícios do chefe de Polícia recusando pedidos de oficiais superiores da Guarda para a soltura de alguns de seus membros presos em "correrias" de maltas. (12)

Alexandre Joaquim de Siqueira não foi o primeiro chefe de polícia a reprimir os capoeiras, mas foi o protótipo da nova elite policial que a Corte conheceria nos próximos trinta anos. Além de profundo conhecedor do universo da marginalidade fluminense, e de sua linguagem e valores peculiares, era suficientemente astuto para não se chocar frontalmente com os interesses particulares que sua profissão obrigava a contrariar. Ao mesmo tempo que tinha de estar atento aos possíveis sinais de rebelião escrava, numa cidade coalhada de africanos, ele precisava vigiar de perto os imigrantes, principalmente portugueses, que desembarcavam às centenas nos portos da cidade, e que rapidamente entravam nos arqui-

vos policiais como réus ou vítimas. (ver Capítulo III) Na administração de Siqueira um novo problema passou a atormentar os responsáveis pela ordem social. O surgimento dos cortiços, as moradias da população trabalhadora mais miserável da cidade, e que se concentravam na já apinhada parte central, abrigando uma imensa e inquieta massa popular, que se dividia em africanos, imigrantes, pardos, pretos livres, etc.

Numa cidade que crescia assustadoramente, com uma população flutuante e subempregada cada vez mais numerosa, as tarefas que um chefe de polícia tinha que cumprir eram cada vez mais complexas e difíceis. Com energia e determinação, Siqueira criou um estilo que seria seguido pelos seus sucessores, e ajudou a forjar a imagem do heróico dirigente de polícia que livra a cidade da sanha dos capoeiras. Esta imagem seria elevada ao máximo com Sampaio Ferraz, quarenta anos depois.

III

O VENDAVAL DA GUERRA

Os cinco anos anteriores à Guerra do Paraguai foram relativamente tranquilos na Corte. A cessação definitiva do fluxo clandestino de africanos para o país tinha reduzido o medo da rebelião escrava no meio urbano. Todos os meses centenas de cativos eram levados para o interior, para abastecer de braços as insaciáveis fazendas de café. A "Cidade Africana", como se referiam alguns visitantes estrangeiros ao Rio, reduzia suas dimensões.(13)

A capoeira atravessou estes anos sob o silêncio das vozes

oficiais. Os relatórios dos diversos Chefes de Polícia nem citavam textualmente sua existência. Apenas os dados de prisões exibiam sinais de uma vigilância contínua, e de uma sistemática atenção dessas autoridades.(14) Por esses anos nós podemos apenas inferir o número considerável de prisões por capoeira (somente em dois anos, 1861 e 1862, foram detidos, respectivamente, 407 e 404 capoeiras, número apreciável, mesmo comparando com anos de repressão, como 1872, quando foram presos 173 capoeiras, 126 livres e 47 escravos)

Podemos constatar também uma maior incidência de prisões nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, em detrimento do resto do ano. (ver GRAFICOS 24 e 25) Esse padrão pode ser explicado entendendo que estes meses correspondem ao período de festas religiosas e profanas mais importantes do ano. Estas festas, com grandes reuniões populares nas ruas, atraíam as maltas, e, conseqüentemente, a atenção das autoridades. (para mais detalhes ver no 2o Capítulo a Parte III "Festa e Violência")

A estratégia das forças policiais, assim, se espelhava nas práticas e costumes das próprias maltas, ou, de outra forma, na estratégia social dos capoeiras, forjada por sua experiência de muitas décadas no ambiente urbano.

Nestes anos, a atenção das autoridades estava voltada para problemas mais prementes, como os cortiços, que se espalhavam assustadoramente pela cidade. Em 1864 este marasmo cessou rapidamente pela invasão paraguaia do Mato Grosso.

A luta fratricida entre facções políticas no Uruguai ameaçava mergulhar a região do Prata em mais uma das suas guerras lo-

cais, um problema crônico daquela parte da América do Sul. A invasão da Argentina e do Brasil por tropas paraguaias, porém, jogou um novo contendor naquele tradicional teatro de conflitos, o Paraguai, que tinha 80 mil homens em armas. A repercussão do ataque calou fundo na Corte, que quase sempre se manteve alheia às guerras platinas. A necessidade de soldados fez a Corte viver a maior campanha de recrutamento de toda a sua história.

O recrutamento forçado para o meio militar era uma tradição herdada dos tempos da colônia, quando não havia exércitos profissionais para conflitos inesperados. No interior ele se confundia com a retaliação política do grupo dominante contra outros grupos, e este clima foi agravado com a criação da Guarda Nacional, em 1831.(15)

Nas cidades maiores o recrutamento era um instrumento comum na repressão à vadiagem, ao crime, e mesmo a mendicância, "depravações" comuns a libertos e mestiços. Era uma forma de dar destino a personagens incômodos, sem ferir princípios jurídicos da ordem liberal.

Com a Guerra do Paraguai tropas do exército, Guardas Nacionais, policiais da Corte, entre outros, entram em frenética agitação para cobrir os pedidos de recrutas que emanam dos escalões superiores. Já no mês de janeiro de 1865, a caça aos "voluntários" estava instalada em toda cidade:

O recrutamento transforma o exército em casa de correção ambulante, porque ordinariamente ele se efetua na classe mais desestimada do povo, isto porque os recrutas são quase sempre vadios e réos da polícia...Abominável caçada de homens, o recrutamento serve muitas vezes de meio de vinganças políticas.(16)

Os capoeiras eram o alvo favorito das diligências de recrutamento. As colunas policiais dos jornais empilham nomes de indivíduos presos como capoeiras, como não se via desde o início dos anos 50. Podemos ter claro que os capoeiras eram presos não somente por sua periculosidade, mas principalmene por outros fatores que aguçavam a cobiça das autoridades: sua faixa etária, adequada ao alistamento militar, o fato de serem livres, em grande parte (fator importante pela impossibilidade de recrutar grande quantidade de escravos), e a origem nacional, outro fator que facilitava a remessa ao exército, e, porque não dizer, a capacidade de luta que o saber da capoeiragem transmitia:

O pardo livre Joaquim José da Rocha comandava uma malta de capoeiras armado de uma baioneta, antehontem, na praça Municipal. Foi preso pela patrulha, evadindo-se seus sequazes. (17)

Os arquivos do Corpo Militar de Polícia da Corte retratam com nitidez a ânsia das autoridades superiores em remeter o maior número possível de soldados para a frente de combate, que devorava homens em quantidade espantosa. Este Corpo era o centro nervoso do recrutamento, junto com a Chefia de Polícia, já que a Guarda Nacional e os efetivos permanentes do exército e armada foram rapidamente enviados *aofront*.

Não deixa de ser curiosa a grande quantidade de indivíduos que se apresentam "voluntariamente" (sic) perante o chefe de polícia para "servirem à Pátria", com cartas de apresentação do Comandante do Corpo Militar de Polícia. Seriam estes "patriotas" indivíduos recrutados à força, sendo que a documentação oficial

omite a sua verdadeira condição?(18)O recrutamento forçado, logicamente, era assunto melindroso para a elite dirigente, já que jogava o ônus da defesa da "honra nacional" nos braços de indivíduos vistos como incapazes e criminosos. Isto explica o tom escandaloso dos jornais, quando denunciavam as arbitrariedades dos recrutadores, e o silêncio e a omissão da fala oficial.

Para percebermos a confusa realidade das ruas da Corte nos primeiros meses de 1865, precisamos buscar, nas lacunas da documentação oficial, o que realmente teve lugar nestes tempos de agitação. O boletim de ocorrência de um capitão de polícia, que, numa ronda noturna, encontrara um dos nomes mais famosos da capoeiragem carioca, o lendário Manduca da Praia, registra que o mesmo andava protegido por quatro indivíduos, inclusive um tenente do Corpo Militar, altas horas da noite. Manduca da Praia, chefe da malta de Santa Luzia, era, por sua coragem, uma verdadeira lenda no mundo da capoeira, mas decerto estava receoso de ser apanhado por uma das patrulhas.(19)

Ilustrativa foi a denúncia do preto livre Antonio Francisco da Silva. No dia 9 de agosto passava ele pela praça da Constituição quando foi interpelado pelo tenente Geraldo Caetano dos Santos. O tenente, que afirmou estar dirigindo o recrutamento, perguntou se Francisco era escravo. Diante da negativa deste, o tenente lhe dirigiu voz de prisão, e o levou para delegacia policial mais próxima.

Na cela o oficial voltou a interrogar o preto livre, e perguntou se ele tinha algum documento que o isentasse da tropa. Depois de um dia na prisão, Francisco da Silva foi levado à pre-

sença do chefe de polícia, que tinha sido informado que o motivo da detenção era por "desobediência e injúria". Libertado após provar sua condição de "cidadão pacífico", Antonio Francisco enviou um protesto aos jornais, reclamando das arbitrariedades do recrutamento que se realizava na capital do país.(18)

Mesmo trajado como um cidadão de "remediado", o preto livre Antonio Francisco foi confundido com um escravo, mas quase embarcou para o sul exatamente por não ser escravo. Este episódio retrata o quanto negros livres e libertos eram as vítimas mais comuns da onda repressiva de 1865.

A partir dos fins de 1865 escravos começam a entrar nas listas de "recrutados", seja fugindo das fazendas ou presos nas ruas das cidades.(ver notas 12 e 13 do Capítulo V)

O recrutamento de escravos era sinal que os homens livres já tinham sido enviados em grande número, enquanto uma outra parcela tinha simplesmente fugido. No país inteiro, a campanha de alistamento militar tinha espalhado um clima de pânico e terror, e os relatórios do ministro da justiça dão um pálido reflexo desta situação.

Na cidade do Rio a caça aos "voluntários" chega ao auge em meados de 1865.No Parlamento já se debate a necessidade de levar escravos urbanos para o front, e substituí-los por homens livres(18)

No dia 10 de julho de 1865 o Corpo de Polícia da Corte, com o título de 31º Corpo de Voluntários da Pátria, embarcava no Cais Pharoux, com destino aos campos de batalha do Paraguai

A repressão de 1865 era o marco de um novo momento na his-

tória do aparelho policial no Rio de Janeiro. O padrão corrente por toda primeira metade do século era a prisão daqueles vistos como perigosos para a sociedade dominante, como vadios, assaltantes, turbulentos, e sua utilização enquanto mão-de-obra compulsória para o Estado. E se fossem escravos, o castigo era a chibata. A repressão visava, de vários modos, a excluir o suposto criminoso da sociedade, e usar o seu trabalho enquanto instância disciplinadora.

Agora a coerção policial estava centrada na incorporação daqueles estigmatizados como marginais e criminosos, na linha de frente da defesa da nação. Estes setores, normalmente taxados de ameaçadores, adquiriam, por força das circunstâncias da guerra um novo "status", o status de defensores da pátria, que teria de ser reconhecido, em algum tempo, pela sociedade dominante.

Nas relações entre a estrutura repressiva policial e as camadas marginais na Corte, marcadas quase sempre por ambiguidades e contradições, este momento foi sinal de um outro processo. E a emergência do que chamamos de repressão de aliciamento. Este conceito busca explicar uma onda de prisões, levada a termo pelo aparato policial, mas que não tem objetivo simplesmente de isolar o marginal do mundo social, mas incorporá-lo enquanto aliado precário dos interesses dominantes, no mais das vezes, interesses de Estado.

Os participantes das maltas de capoeiras, que tiveram uma atuação marcante no campo de batalha, teriam também uma presença decisiva nessa nova página da história da polícia do Rio de Janeiro que começava a ser escrita. Os capoeiras, execrados pela

ordem policial nos anos 1850, cumpriram papel decisivo nos campos de batalha. Ainda está por se fazer a história da Guerra do Paraguai na visão dos soldados e praças, que suportaram o fardo mais pesado. No 31º Corpo de Voluntários da Pátria, reza a tradição, os capoeiras tiveram atuação decisiva em vários combates:

A polícia da Corte possuía muitos capoeiras e no antigo quartel de Mataporcos, hoje Estácio de Sá, praticava-se a capoeiragem...E ainda em Itororó, no assalto da célebre ponte, o 31º de Voluntários da Pátria, constituído de elementos da polícia da Corte, esgotadas as munições, investiu contra os paraguaios com golpes de sabre e capoeiragem.(22)

O envio de capoeiras para o campo de batalha no Paraguai foi um sucesso. Tanto no frente interna como na externa. Externamente contribuiu na certa para a vitória final dos aliados contra o Paraguai. Internamente livrou a cidade de "elementos perigosos" que frequentemente desafiavam a ordem policial nas ruas. Isso explica o fato de, nos estertores da guerra, ainda isso ocorrer, como em dezembro de 1869 quando o furriel Jacinto José de Oliveira e os soldados Matheus José de Souza, Alexandre Joaquim da Glória e o corneta Joaquim Alves Rodrigues, todos pertencentes ao Corpo Militar de Polícia e encontrados ao lado de uma malta de capoeiras, próximo ao Paço Imperial, serem enviados prontamente para a frente de batalha.(23)

O fim da guerra, com a morte de Solano Lopez, líder máximo dos paraguaios, em março de 1870, foi saudado com grande entusiasmo. Os cinco longos anos de conflito cobraram pesado tributo à população brasileira.

A Corte teve vários dias de festa, em homenagem aos heróis

que conseguiram retornar. Mas as autoridades policiais mal sabiam que, com o retorno de alguns recrutas, ex-vadios e desordeiros, agora "Defensores da Pátria", seus problemas apenas começavam.

IV

O LONGO REGRESSO

A noite de 6 de janeiro de 1870 estava propícia para festejos. Era dia da Festa de Reis, um dos folguedos mais importantes do calendário popular na Corte. A proximidade do fim da guerra dava um tom de alívio popular aquele momento.

Era costume saírem grupos de músicos pelas ruas estreitas da cidade ao anoitecer, envergando fitas coloridas, a saudar a chegada dos três Reis Magos, recebendo presentes e donativos dos moradores. A tradição, de origem ibérica, era disputada pelas freguesias e bairros da Corte, cada um tentando exibir maior garbo que seus rivais.(24)

Uma dessas bandas de música saía da área central, sendo dirigida por um tal de Reginaldo. Ao se aproximar do bairro da Lapa, o grupo foi atacado por capoeiras da malta local, liderados por Antonio José de Azevedo, temido chefe de capoeiras, mais conhecido como Pinta-Preta da Lapa. Ele pertencia à Guarda Nacional, e estava de serviço na freguesia da Lagoa. Na luta que se sucedeu, ficou ferido o menor Eduardo Felício, que prestava serviço no Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras.

No dia seguinte se encontraram num botequim Manoel Maria Trindade, vulgo Manduca Tambor, José da Silva Balão, Prudêncio

José Ferreira, e Antonio "Moleque", mais conhecido por Antonio Capitão. Eles pertenciam a malta de capoeiras ligada à Sociedade de Reis (como eram chamadas essas bandas musicais) atacada pelos capoeiras da Lapa, e só pensavam numa forma de vingar a afronta.

Na noite posterior, eles acompanharam a Sociedade de Reis da sua freguesia, à espera dos "Nagôas" (a malta a qual pertencia o Pinta-Preta). Eles receberam um aviso que os "Nagôas" estavam na rua da Alfândega, bem no centro da sua área. O grupo partiu para lá disfarçado, com lenços cobrindo os rostos, e chapéus de sabados. Ao chegarem próximos da igreja de Santa Efigênia, na rua do Sacramento, encontraram o grupo adverso, e atacaram seu chefe, o Pinta-Preta, com porretes. Pouco depois, Manduca Trindade, apunhalou o chefe dos "Nagôs" com um estoque.

Num ardil previamente combinado, eles apitaram aos policiais e estes chegaram rapidamente agindo os capoeiras de Manduca Trindade, ou "Guayamús", como auxiliares da policia na prisão dos turbulentos. Para coroar a trama, a policia prendeu, no dia seguinte, um certo Seabra, que nada teve com a história, como principal acusado do assassinato de Pinta-Preta.(25)

Essa trama, que vitimou o chefe dos capoeiras da Lapa, revela dois dados importantes. Primeiro, o quanto o aparato policial seria envolvido pelos conflitos entre maltas de capoeiras na Corte, nos anos que se seguem à Guerra do Paraguai. Segundo, o quanto os capoeiras oriundos do exército que lutou no Paraguai teriam papel decisivo na história que se seguiria. "Pinta Preta", como todos os Guardas Nacionais da Corte, com certeza serviu na guerra. Manduca Tambor foi cabo do 6o Batalhão de Caçadores. E

José da Silva Balão havia sido recrutado em 1865.(26)

Os dois primeiros anos da década de 1870 foram marcados na Corte pelo explosivo retorno dos capoeiras. Afastados por completo da cena nos anos da guerra(27) eles voltaram dispostos a retomar seu lugar. O 31º de Voluntários da Pátria retornou a Corte em junho de 1870. Por todo ano de 1870 o chefe de polícia recebe reclamações contra os ex-soldados:

Tendo-se dado ultimamente no Campo da Aclamação diversos ataques contra pessoas que por ali passam de noite, por praças reformados ou inválidos, e não podendo o Corpo Militar de Polícia, por falta de forças, fornecer mais do que uma patrulha para esse lugar, rogo a v. ex. que se digne solicitar ao Ministro da Guerra as necessárias ordens para que o referido Campo seja rondado durante a noite por patrulhas.(28)

A ida do Corpo Militar de Polícia para o Paraguai precipitou mudanças sensíveis na estrutura policial na Corte. Em 1866 foi criada a Guarda Urbana, com a missão de manter a ordem nas freguesias mais centrais da cidade na ausência da principal força policial da cidade. O retorno do Corpo militar de Polícia teria que, forçosamente, resultar no retorno à estrutura anterior a 1865. Mas ao contrário, as mudanças efetuadas durante a guerra foram mantidas. Era sinal de que a ordem social não estava plenamente sobre controle.

Os primeiros anos da década de 1870 exibem uma sensível mudança nos padrões de criminalidade na Corte. Antes, escravos, imigrantes miseráveis, mestiços vadios, eram os alvos da ação policial. As ruas, focos da desordem e da turbulência, no dizer da elite controladora do estado, estavam, de um forma ou outra, sob

permanente vigilância.

Agora, soldados e militares de baixa patente eram a vanguarda da desordem, desafiando policiais, atacando patrulhas, e, o que talvez fosse mais perturbador, não acatando a autoridade policial como poder legítimo para dirimir conflitos, como se percebe em vários documentos oficiais.

Esse desprezo pela competência policial em reprimir a violência das ruas, demonstrado a todo momento pelos soldados egresos do Paraguai, pode ser explicado se atentarmos para dois fatores: em primeiro lugar, a origem social da grande maioria dos praças do exército e armada, na época, pelos padrões de recrutamento então em vigor, predispunha-os, naturalmente, a verem o aparato policial como agressor permanente, visto serem seus alvos constantes. em segundo lugar, as condições difícilísimas de sobrevivência na linha de frente, combinadas com o prestígio angariado por estes soldados, patenteado nas festas organizadas na Corte para recebê-los, deve ter produzido efeitos na visão de mundo desses homens. Sobreviventes de um massacre descomunal, e lutando pela sobrevivência numa cidade, para muitos hostil, eles encaravam o autoritarismo policial como inaceitável.

As altas esferas do poder não estavam alheias a essa situação. Em seu relatório como Ministro da Guerra Interino, em 1870 o Visconde de Rio Branco acentuou:

Grande número de praças tem completado o seu tempo de serviço, e requerem suas baixas.(...)Além de uma nova lei de recrutamento, reclama o exército uma legislação criminal mais acomodada às nossas circunstâncias e a nossa civilização.(29)

Os agitados anos iniciais da década de 70 ficaram marcados na história pela Lei do Ventre-Livre. Os historiadores da escravidão costumão interpreta-las a luz da pressão internacional, e do isolamento diplomático do Brasil depois do colapso da instituição escravista nos Estados Unidos.(30))

Mais recentemente, os pesquisadores como Célia Marinho Azevedo e Sidney Chalhoub tem enfatizado a participação de escravos na conjuntura social que acabou levando a elite política a decretá-la, reinterpretando, com base em novos autores que revolucionaram as teorias da origem social das leis, como E. P. Thompson, a gênese da política abolicionista, e o papel autonômico dos escravos.(31)

Numa cidade em que os índices de criminalidade estavam em alta, o debate político do emancipacionismo era mais um fator de agitação. Mas, para o nosso tema em particular, a relação das maltas de capoeiras com a estrutura policial nos anos 1870, uma sútil mudança jurídica veio no bojo das reformas.

A lei 2033, de 20/09/1871, incluída no pacote das reformas da Lei de 28 de setembro de 1871, em seu artigo 13, modificou a prisão preventiva no caso de crime afiançável, retirando sua prerrogativa da autoridade policial para o juiz competente, nos casos de formação de culpa e ou requisição.

Na prática, a nova legislação anulava o poder da autoridade policial em decretar a prisão dos suspeitos na grande maioria dos crimes ocorridos, que eram ferimentos e pequenos furtos, transferindo esta competência ao poder judiciário, no caso os

juizes de crime das freguesias. Todos os chefes de Policia após 1871 foram unânimes, em seus relatórios, na condenação desta medida, que anulava as leis de 6 de junho e 26 de outubro de 1831, que estabeleciam a "mão forte" da autoridade policial na decretação da prisão preventiva daqueles suspeitos de algum crime.

E estes mesmos chefes protestavam contra incapacidade incapacidade de punir com rapidez os capoeiras, com uma legislação que concentrava o poder de prisão em uma estrutura jurídica arcaica e lenta. Possivelmente esta reforma tenha refletido protestos de grupos políticos do interior, manifestando seu inconformismo com o uso frequente do poder de policia por interesses políticos. (32) O que podemos dizer é que esta nova legislação, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos que se seguiram a sua promulgação foram de projeção cada vez maior da capoeira enquanto delinquência. Basta termos claro que a lei de 20 de setembro se encaixa no contexto da Lei do Ventre-Livre, quando a elite dirigente é pressionada, externa e internamente, para dar um encaminhamento juridico ao problema do "elemento servil", em franca colisão com as elites proprietárias, tradicionais sustentáculos da ordem politica. No final de 1871, a ousadia das maltas nas ruas da Corte levou a cúpula dirigente do Estado Imperial a buscar uma solução duradoura para o problema. A guerra das ruas ia começar novamente.

v

A ERA DE LUDGERO

Eram 10 horas da noite de 17 de janeiro de 1872. O chape-

leiro português Manoel Joaquim da Silveira, fechava a porta da sua casa, na rua da Lapa nº 30. Aproveitando as sombras da noite, alguém acertou uma punhalada no chapeleiro antes que ele pudesse cerrar as pesadas portas. Ferido mortalmente, ele apenas teve tempo de pedir ajuda a um barbeiro vizinho. Carregado até a farmácia de João Domingos Vieira, poucos metros depois, não teve tempo para receber cuidados. Faleceu ali mesmo. O misterioso assassino fugira aproveitando a noite escura.(33)

O novo chefe de polícia prontamente compareceu à cena do crime, acompanhado do 1º Delegado, o Subdelegado da Freguesia, e os escrivãos Mello e Mariz. Depois das perguntas de praxe, um pelotão do Corpo Militar de Polícia, junto com outro da Guarda Urbana, cercaram o Mercado da Glória, extenso prédio que fora transformado em cortiço e refúgio de capoeiras.

Pouco depois da invasão do mercado por um grupamento dos policiais, diversos moradores foram levados para fora, para serem fichados. "Vagabundos", estrangeiros suspeitos de serem desertores de navios de guerra, e principalmente capoeiras, eram os alvos da incursão. Entre estes foi achado Antonio Rodrigues de Barros, procurado como cúmplice no assassinato que havia ocorrido no Campo da Aclamação em 2 de dezembro último.

Mas a presa maior foi achada três dias depois. Casimiro José Pereira, pardo, 22 anos, residente em Niterói, muito conhecido como capoeira, foi identificado por diversas testemunhas como o assassino do chapeleiro da rua da Lapa.

Logo após o crime, Casimiro fugiu em direção ao bairro da Glória, e ficou certo tempo no largo, sentado em uma das portas

do mercado. Um estranho não identificado o encontrou, e lhe fez perguntas sobre o homicídio recentemente ocorrido. Assustado, Casimiro entrou no mercado, e ali pernoitou. Após o cerco do prédio, ele também foi vítima da varredura policial, sendo levado a delegacia mais próxima.

Dois dias de interrogatório bastaram para chegar à verdade. Casimiro fora pago por Luiz Teixeira da Cunha para "aprontar" o português, o que significa, na gíria da capoeira, ferir, dar uma surra (34)

O acusado confirmou os nomes de Francisco Tarterolli, chapeleiro italiano, Vicente Bernardo Lopez, carvoeiro, e Manoel Francisco Ferreira, todos vizinhos e inimigos da vítima, como mandantes. Teixeira da Cunha confirmou a história, acrescentando, porém que o objetivo era ferir, não matar. Seus parceiros relutaram, mas acabaram confessando. Somente o italiano resistiu até o fim, mas ao ouvir as declarações de Ferreira, tentou agredi-lo, o que complicou ainda mais sua situação. Foram todos presos para serem processados na forma da lei.

Esse caso, revela dois aspectos interessantes da história da capoeira na Corte. Primeiramente a existência de um mercado da violência, no qual os capoeiras eram a mercadoria predileta, como instrumento de resolução, por meios agressivos, de pendências antigas. Segundo, e mais importante, a emergência de um novo mito nos anais da história da Polícia do Rio de Janeiro. O de Ludgero Gonçalves da Silva, o braço direito do Visconde de Rio Branco.

Ludgero foi de todos os chefes de polícias um dos que mais tempo ficou no cargo. De 1872 a 1875 ele foi senhor absoluto

da ordem policial nas ruas da cidade. chefe de polícia na província de Minas Gerais, Ludgero foi chamado ao cargo mais alto na hierarquia policial do país num momento de profunda crise. O gabinete Rio Branco, empossado em março de 1871, tinha conseguido efetivar um dos seus projetos mais ousados, uma lei primeira emancipadora, a contra-gosto de parcela numerosa da classe proprietária de escravos.

O preço que a cúpula do Partido Conservador teria que pagar parecia muito alto. O Parlamento estava irremediavelmente dividido, e mesmo os dois partidos tradicionais cindidos pela polémica questão(35). Nos campos e nas cidades, a massa escrava parecia que tinha descoberto o caminho da insubordinação, e a culpa era jogada aos ombros da elite governante.(36)

Ludgero tomou posse com a missão de restabelecer a autoridade do governo, e, quem sabe, trazer ganhos políticos para a causa do governo. Suas primeiras medidas foram de reprimir os focos maiores de inquietação urbana: os capoeiras e suas maltas.

Ele tinha conhecimento que os cortiços e estalagens eram locais preferidos de reunião das maltas. Assim sua primeira medida foi obrigar os donos destas casas a entregarem os nomes de seus hóspedes todos os dias. Era uma forma de arrolar aqueles que buscavam moradia nestes "valhacoutos de perversão".(37)

Uma relação dos nomes dos capoeiras mais conhecidos, e seus locais de moradia, poderia ser muito útil para futuros "serviços". Além disso, era preciso impor autoridade numa Corte ainda tomada por práticas "africanas":

BATUQUE Na rua da Alfândega, em uma cocheira, havia a dias um grande batuque, que atraia a atenção de diversas pessoas, servindo de obstáculo ao trânsito público. Proferirão palavras obscenas e foi desrespeitado o próprio rondante do local. O dono da cocheira foi intimado a comparecer a presença do subdelegado.(38)

Impor, pela força, o medo no seio da massa popular que se aglomerava pelas ruas empoeiradas e estreitas da grande cidade, era encarar de frente uma vigorosa cultura de rua, que mesclava com habilidade elementos "africanos", portugueses, crioulos, e uma infinidade de nacionalidades imigrantes, e que resistia fortemente as tentativas do aparato repressivo do Estado de impor sua "ordem". (ver Capítulo 3, "A composição das maltas...")

Do mesmo quilate foi a proibição do entrudo, pelo chefe de polícia, pouco antes do carnaval. O entrudo era um antigo folguêdo carnavalesco que se caracterizava pelo lançamento de "água" ou outros líquidos sobre os passantes, e que as elites tentavam de todos os modos extinguir, desde o início do século. O entrudo era a felicidade de escravos e mestiços. O carnaval era também, como mencionamos, um período de efervescente atividade das maltas de capoeiras.(39)

Quanto aos ex-combatentes vindos do Paraguai, se acrescentava o problema da solidariedade corporativa, provada nos campos de batalha, e que transformava a prisão de soldados isolados em violentos "rolos" entre policiais e militares de várias patentes, que intervinham em defesa de seus companheiros de armas:

Tenho a honra de passar as mãos de v. Ex. para conhecimento uma cópia do ofício do chefe de polícia da Corte, representando contra a intervenção indébita de

oficiais, cadetes, e praças de linha, sempre que se tratava de prender algum soldado do exército.(40)

Ludgero teria muito trabalho. Seus auxiliares eram profundos conhecedores dos hábitos das maltas, pois sabiam que ao se iniciarem as prisões no núcleo urbano os capoeiras se refugiariam na periferia, nesse tempo dominada por paisagens rurais. Assim se entende a incursão à região denominada Trapicheiro, na freguesia do Engenho Velho, atual Tijuca, onde diversos capoeiras buscavam refúgio da sanha aprisionadora do novo dirigente da polícia. Doze capoeiras foram ali presos.(41)

Em seguida Ludgero joga os braços da lei nas ilhas ao redor do caes da cidade, e faz nova colheita bem sucedida. Claro está que ele pretendia fechar os caminhos de fuga, talvez para manter os capoeiras no controle da polícia. A imprensa aplaude suas medidas. De uma maneira ou de outra, o destino dos capoeiras presos em 1872 era semelhante aos de 1865: A caserna.

ACTO POLICIAL. Pela 1^a Delegacia foram postos a disposição do sr. chefe de polícia, como capoeiras, para serem remetidos ao exército, Ignácio Machado de lemos Bezerra e José Joaquim da Silva. Foi também remetido ao Dr. chefe de polícia pela 1^a Delegacia, por ser desertor, o 2^a Corneta Miguel Archanjo dos santos.(42)

Diversas vezes a documentação aponta o recrutamento como o pretexto para a caça aos capoeiras empreendida pelo mineiro Ludgero Gonçalves da Silva. Como a guerra externa tinha acabado havia dois anos, fica difícil entender a voraz necessidade de recrutas para as duas armas, e que transparece dos ofícios. No nosso entendimento, Ludgero estava repetindo um padrão de aliciamento que fôra bem sucedido nos anos 1860, e que mantinha sobre vi-

gilância marginais que, pelos enfadonhos processos jurídicos, jamais seriam penalizados. E, quem sabe, utilizar esses capoeiras num futuro não muito distante.

De forma invertida "assentar praça" como recurso para fugir de uma situação opressiva foi provado cabalmente pelos escravos evadidos e que serviram na Guerra do Paraguai, e pelos capoeiras de 1850 que se alistavam na Guarda nacional. No imaginário popular o serviço de armas devia ser visto como última alternativa frente a uma situação de emergência, e que tinha um fundo não somente de sobrevivência física (o rancho, o quartel), mas de um espaço reservado para os setores mais "baixos" da sociedade.

Mas, repetimos, esta visão se reificava em situações especiais. Normalmente o pavor do recrutamento era unânime, principalmente em guerras externas, como prova a crônica dos cinco anos da guerra no interior do país.

Assim podemos entender a presença de capoeiras nas instituições policiais, um fato que não era novo na história da polícia do Rio de Janeiro. Como poderia um chefe de polícia perseguir capoeiras, enquanto suas fileiras estavam pontilhadas deles?

DESORDEM. Quem passasse ontem as 2 horas pela rua da Conceição, seria vítima de assuadas e ponta-pé dados por um grupo de praças do corpo policial que estavam a paizana, e sob o comando de um capoeira de nome João Cancio dos Santos, também modernamente praça daquele Corpo. Acudiu um urbano que foi logo agredido por Cancio. Aos sons do apito acudirão mais urbanos e travou-se conflito sério, que terminou com a prisão de uma praça do corpo policial, a qual foi remetida, pelo tenente Rangel, para o quartel daquele corpo. Os outros, incluindo Cancio, puderam fugir.(43)

No *modus vivendi* inevitável entre crime e polícia, Ludgero

deveria ter claro que não podia expurgar a força sob seu comando de todos os males. Ele deve ter concluído pela necessidade de construir um *modus vivendi* com as maltas que infestavam a cidade. Com outras palavras a integração do capoeira ao aparato policial surgiu como uma estratégia desses grupos, depois incorporada pelos responsáveis pela ordem policial como um *fato consumado*.

A campanha de Ludgero não era apenas contra capoeiras. Casas de jogos clandestinas também foram alvo da ira "regeneradora" da nova polícia, resultando na inusitada descoberta de um intrincado labirinto de túneis que ligava diversas casas de jogos de azar, e que servia como canal de fuga nas horas de aperto.(44)

A prisão de um popular mestre de feitiços e "simpatias" - o conhecido Juca Rosa - em finais de fevereiro, expõe a amplitude da ofensiva policial, voltada, igualmente para a eliminação dos focos de "superstição" e credence popular, de origem africana. Mas aparentemente eles não detiveram a popularidade desses tipos de culto:

DISCIPULOS DE JUCA ROSA Apesar do merecido castigo que teve aquele célebre criminoso, continua a arte dos feitiços a contar neófitos. Ultimamente, o sr. Subdelegado, dando, na lagoa, busca em casa suspeita, encontrou quatro discipulos e muitos apetrechos da arte.(45)

Dia a dia, mais nomes vão engrossando a Casa de Detenção. Não só na Corte eram perseguidos e presos capoeiras. Na Bahia a captura de João Manuel de Freitas, chefe da malta do bairro de Vitória, o "crioulo mais atrevido, mais desrespeitador de fami-

lias e o chefe de capoeiras mais temível que se conhecia naquela freguesia e quiça naquela capital" marcou o ponto alto da campanha policial naquela provincia, polo tradicional da capoeira.(46)

Por volta do final de março a campanha começa a perder ímpeto. As prisões, que eram diárias, diminuem, e as maltas, que momentaneamente, desapareceram da cidade, continuam circulando. A imprensa, que antes saudava com grandes artigos a prisão de um capoeira afamado, como se registrava fartamente no começo do ano, agora se pergunta porque eles continuam agindo, e pior, intensificando suas atividades:

ESCANDALO CRIMINOSO. Continuam ainda a aparecer individuos que assassinam sem causa e a sangue frio individuos inofensivos, que tem entre si organização para atacar a sociedade regular e inflingem um susto a civilização desta capital. Tal são os individuos denominados "CAPOEIRAS". Ante hontem foi preso com esta qualificação Manoel Francisco Rodrigues e mandado recolher ao xadrez da policia a ordem do sr. 1º Delegado.(47)

As freguesias centrais, pela metade de março, eram vasculhadas rua a rua, em busca de maltas ou capoeiras isolados. Neste momento os esforços convergem para a parte da cidade onde, pela experiência, se percebia como a área preferida para refúgio de escravos e desertores. A Freguesia da Glória

Constando à policia que o edificio da praça da Glória servia de centro as correrias de capoeiras desse bairro, para lá dirigiu-se hontem, às 2 horas da manhã, o Dr. 2º Delegado, acompanhado por seu escrivão, comandante do Corpo Militar de Policia e da Guarda Urbana, e da força composta de praças de ambos os corpos fez o cerco da referida praça....Não ha muito tempo que o Dr.

chefe de policia capturou nesse mesmo lugar célebres capoeiras e assassinos, que ainda antehontem responderam a jury.(42)

A freguesia da Glória era rota obrigatória para desertores e escravos em fuga que quisessem sair do vigiado e acotovelado centro velho da Corte, onde seus passos eram mais facilmente seguidos, para uma região de bosques e morros, na fronteira da cidade, que dominava a parte central. Além disso, era suficientemente próximo ao centro comercial para propiciar pequenas escapadas, em busca dos quioskes, cortiços, zungus, onde a diversão miúda do populacho se misturava com ligeiras atividades autônomas, de compra e venda. Mas, talvez mais importante, era o bairro predileto para moradia da elite política da Corte. Esta proximidade teria, a longo prazo, forte impacto

Logo os jornais deixariam para trás a perseguição aos capoeiras para se debruçar em assuntos mais candentes. As eleições, marcadas para agosto e setembro, de eleitores e de juizes de paz e senadores, contagiavam o debate político. Esperava-se, graças à dissidência dos conservadores, uma sonora derrota para o "Gabinete Ventre-Livre".

Na hora decisiva, preparada na surdina, a arma oculta que garantiria a vitória do governo do Visconde de Rio Branco foi exibida ao público. Os capoeiras, agindo como capangas eleitorais dos candidatos conservadores, sob a batuta do representante do Partido no Município Neutro, Duque-Estrada Teixeira, chefe político da malta da Glória, decidem, pela violência e ousadia, a "queda-de-braço eleitoral". O "braço forte" de Ludgero mostrava para que vinha.

Entre os chefes das maltas que atacaram os liberais nas igrejas, estavam Ignácio João Dias, vulgo Ignacinho, preso no dia 16 de fevereiro na freguesia de Santana, e Manoel Maria Trindade conhecido por Manduca Trindade ou Manduca Tambor, que serviu no Paraguai, e agora era Guarda nacional destacado na freguesia da Glória, além de um dos chefes da malta local: a temível "Flôr da Gente" (49)

A participação nos conflitos políticos de agosto, dos capoeiras presos pelo governo em janeiro-fevereiro, indicavam um novo patamar nas relações entre o "Bas fond", como era elegantemente chamada marginalidade urbana, e o aparato político-policia! do Estado. Iniciavam-se longos anos de simbiose e cumplicidade, entre a estrutura política, e as classes perigosas, e o intermediário desta troca era a instituição policia!.

Ela fazia a ponte que ligava, de um lado, escravos, imigrantes, proletários, moradores de cortiços, frequentadores de tascas, portadores de uma percepção política muito peculiar, e de outro deputados, senadores, ansiosos para cultivarem sua própria clientela, de açambarcaram um novo "eleitorado", muito superior aos seus tradicionais círculos de influência.

A rede de proteção montada pelas maltas, a partir de sua atuação política, e de sua infiltração na estrutura policia!, revelava uma estratégia social sofisticada, que lhes manteria, durante vinte anos, no domínio da marginalidade urbana. E lhes permitiria resistir aos novos vendavais que se aproximavam.

VI

A VOLTA DA "JANGADA" (*)

A rua da Gambôa já tinha visto muita briga de capoeira. Localizada à beira mar, numa península que se lança na Baía da Guanabara, era afastada do casario da Cidade Nova, bairro da cidade que crescia na direção oeste, mas suficientemente próxima dos cortiços da freguesia de Santana, onde as maltas tinham ali um local predileto para tirar diferenças.

Mas naquela tarde de janeiro de 1878 a situação chegou a um ponto alto. Navalhadas, cocadas, rasteiras, gritos, a região inteira assistia a uma memorável "pegada" entre as maltas locais. Um grupo de policiais do 9º Distrito, acudindo aos apitos, chegou ao local no auge da luta. Mas, ao invés de cessar o conflito, eles investiram contra um dos grupos rivais, posicionando-se ao lado de uma das maltas: tratava-se de uma situação "muito vulgar", na pena de um jornalista que cobriu o evento.(50)

A malta inferiorizada estava prestes a sair de cena, quando um pelotão do 7º distrito surgiu repentinamente, empatando a situação de novo. Na voz popular era claro o motivo da rixa: dias antes, dois rondantes do 7º Distrito tinham se engalfinhado com a malta da Gambôa, e desde então estava marcado um encontro entre os dois grupos. Todos sabiam que, a qualquer momento, a praia da Gambôa ia ser teatro da capoeiragem.

Entre as baixas, os de sempre: Manuel Benedito, preto li-

* - "jangada" era o termo, na gíria dos capoeiras, que se referia ao Xadrez da polícia. ver ABREU, Flácido de *op. cit.*

vre, que apresentou-se ao 7º Distrito com um ferimento no rosto, e Joaquim Rodrigues da Costa, também preto livre, que foi apunhalado no ventre, e medicado numa farmácia da rua Nova do Livramento. Na chefia da malta invasora, Campanhão, um dos mais temidos capoeiras do tempo, o "terror de Santa Rita". O *Jornal do Comércio* publicou a relação dos presos, e finalizou com uma frase sintomática: "Já se sabe. Presos hoje e soltos amanhã".(51)

Por volta de 1878 o conflito crônico entre as diversas maltas de capoeiras, que dominavam o perímetro urbano da Corte, invadia as jurisdições policiais, colocando cada distrito ou mesmo subdelegacias, como aliado ocasional da malta local, e, invariavelmente, companheiro em seus eternos "rôlos" com os grupos vizinhos. Era a consequência inevitável do status conseguido pelos navalhistas na década de 70, de sustentáculos da situação política, e força auxiliar do aparato policial.

As reviravoltas da política, trazendo o Partido Liberal de volta ao poder na virada começo do ano (ver 5º capítulo Da Flor da Gente a Guarda Negra: os capoeiras na política imperial) tornam a situação difícil para as maltas da Corte. A queda dos conservadores, aliados tradicionais dos navalhistas, traria inevitáveis consequências.

No dia 16 de janeiro era empossado Tito Augusto de Mattos no cargo de chefe de polícia da Corte, no lugar de Miguel Calmom Du Pin Almeida, o "amigo da navalha", como a ele se referia a imprensa liberal. Era voz corrente nas ruas que uma nova onda de prisões ia se suceder

Seguindo seu antecessor, Ludgero Gonçalves da Silva,

Tito de Matos visitou as prisões, o "palácio de cristal", como era irónicamente denominada pelos capoeiras a Casa de Detenção, e a "chácara", forma galhofeira para se referir à Casa de Correção. (52)

O primeiro ponto da cidade que foi marco inicial da nova ofensiva foi a Freguesia de São José, fronteira à cidade velha, como eram conhecidas as freguesias de Sacramento, Candelária e Santa Rita. Num único dia a "jangada" recolhe trinta e tantos capoeiras. (53) Ao mesmo tempo o Largo de São Francisco de Paula, no coração da cidade, via nova colheita de uma malta que seguia uma banda militar.

Maltas inteiras eram despachadas para a Detenção, e todos os dias os jornais reportavam cinco a dez nomes de capoeiras detidos:

A polícia recolheu hontem ao xadrez os capoeiras Antonio Serqueira, João Francisco Pereira, Henrique José Amancio, José Ferreira, José Francisco da Silva, Justino Elias de Carvalho e Nazário (este último escravo de Sódre Francisco Cardozo) os quais se entregavam às delícias da cabeçada e da rasteira na rua da Alfândega, junto a igreja de São Gonçalo Garcia, as 10h30 da noite. (54)

O resultado não podia ser outro: a superlotação das prisões, sobretudo o xadrez, localizado no quartel de Mataporcos. Numa só noite ali pernoitaram 100 presos, quase todos por capoeiragem. (55)

A estratégia de Tito de Matos era pegar de surpresa os navalhistas, antes que eles pudessem se articular e fugir da re-

pressão, numa ação relâmpago, que cobria todas partes da cidade: rua do Rezende, Largo do Moura, rua da Imperatriz, até mesmo o caes da Glória, reduto do lendária "Flôr da Gente", nata da capoeiragem politica dos conservadores, era vitima das patrulhas. Mesmo mulheres, fato inusitado nos anais da capoeira carioca, eram detidas por este motivo, como reportou o *Jornal do Commércio* em 29 de janeiro:

ATE O BELO SEXO Na rua do Riachuelo, antehontem a noite, Izabel Maria da Conceição, vulga Nenê, Ana Clara Maria de Andrade, e Deolinda, escrava de D. Bandeira de Gouveia, foram presas por estarem em renhida luta, e tanto haviam brigado que pareciam estar sem forças. Izabel e Ana passam a vida a brigar; e para isso desafião quem lhes dirige qualquer palavra desagradável, e quando empenhão qualquer luta mostram ser peritas na capoeiragem. Os urbanos do 10o Distrito conhecem-nas e são os primeiros a dizer que elas merecem o titulo de destemidas. Era só o que faltava(56)

Estava claro que o responsável pelo policiamento no novo governo teria de enfrentar anos de cumplicidade entre crime e polícia, ordem e desordem, becos e gabinetes. Mesmo tendo formalmente o aparelho repressivo na mão, as resistências seriam inevitáveis, dentro da própria corporação, e os liberais sabiam disso.

Junto com os magotes de capoeiras indo para as cadeias, multidões de funcionários públicos são demitidos, para abrir caminho aos amigos do novo poder. A atitude paradoxal de certos policiais, revela a extensão da rede de solidariedade tecida anos a fio:

SEM COMENTARIOS. As 9 horas da noite de ante-

hontem, por ocasião de efetuar-se a prisão de alguns capoeiras no Campo da Aclamação, esquina da rua de São Lourenço, 2 praças de polícia e 3 do 2º Regimento de Artilharia opuzerão-se a prisão dos malvados. Travou-se grande lucta entre urbanos e os ditos soldados, que querião a força tomar um preso pelo fato de ter sido este do corpo de policia.(57)(grifo nosso)

A perplexidade do jornalista retratava o espanto com a projeção alcançada pela capoeira no universo da politica e da ordem pública na capital do Império. Aqueles que estavam fora da estrutura policial, relutavam em acreditar naquelas cenas. Mas era uma faca de dois gumes. A cúpula da policia decerto tinha informações seguras sobre o paradeiro dos capoeiras mais temíveis. Uma circular entregue aos subdelegados e demais autoridades, do punho de tito Augusto de Mattos, promete enviar os nomes dos chefes das maltas a estas autoridades.(58)

As deliciosas paródias da *Gazeta de Notícias* davam o tom satirico da cena policial:

*O grande batalhão dos capoeiras
Notou numa revista das fileiras
Que haviam desertado de uma vez
João de Castro, Pedro Varella
E João Antonio Oliveira
Encontraram-se todos no xadrez(59)*

Mesmo com pleno apoio do ministério Sinimbu, empossado em janeiro, e particularmente do Ministro da Justiça, Laffayette Rodrigues Pereira, que sentiu pessoalmente a fúria dos capoeiras

durante a tentativa de empastelamento do *A República* em 1873, Tito sentia o chão tremer sob seus pés. Ao proibir a intermediação de passaportes para estrangeiros por agentes da polícia dentro da Secretaria, ele cortou um dos focos maiores de corrupção dentro da corporação, para desagrado de muitos funcionários, que viviam das propinas dessa seção.

Ao pedir ao Ministro da Guerra medidas urgentes contra os praças de linha que se reuniam, todas as noites, com maltas de capoeiras na freguesia de Santa Rita, ele interveio num costume que era repetido à pelo menos 10 anos: a constante solidariedade entre soldados e capoeiras.

Transmito a V. Ex., para seu conhecimento e fim conveniente, cópia do ofício em que o Chefe de Polícia da Corte comunica os distúrbios praticados na rua da Conceição por praças de linha reunidos a uma malta de capoeiras, e pede providências, a fim de que tais fatos não se repitam. (60)

O intercâmbio entre praças, escravos, capoeiras, tinha mostrado seu potencial durante os anos da guerra do Paraguai e o pós-guerra imediato na Corte. Romper estes laços de solidariedade era tarefa muito difícil para apenas um chefe de polícia.

E a imprensa, mesmo aquela ligada aos conservadores, que deu apoio direto à campanha policial, estava descontente com o rumo das coisas. Os jornais agora exibem o quanto as medidas de força são insuficientes para eliminar a "praga dos capoeiras".

Não ha meio de dar cabo dos capoeiras. Por maior que seja o número dos que entram no Xadrez, ainda ficam cá por fora alguns para darem o que fazer a policia. Ainda hontem um desses artistas ia na frente de uma

banda de música fazendo diversas partidas que lhe valeram algumas horas de xadrez.(61)

O golpe de misericórdia nos intentos de Tito Augusto de Mattos foram as eleições marcadas para fevereiro. A vitória dos conservadores em várias freguesias, com farto apoio de capoeiras, desgastou a estabilidade do decidido chefe de polícia junto a setores do governo.

Vitórias isoladas, como a prisão de Antonio Borges da Silva, mais conhecido como Campanhão, não encobriram a impressão de que o poder político dos capoeiras e sua influência dentro da estrutura policial se mantinham intocadas.

Tito de Mattos, cometeu o equívoco fundamental de não ver que o inimigo estava dentro da própria polícia, e que apenas prendendo os capoeiras não alteraria a raiz do problema, que era o predomínio das maltas de capoeiras no jogo da violência nas ruas da cidade. Seria necessário uma reforma da estrutura policial que expurgasse este convívio "daninho". Pelos dez anos, o "império da navalha" ainda daria as cartas na metrópole dos trópicos.

VII

NAS BARRAS DOS TRIBUNAIS

Neste subcapítulo, vamos analisar uma documentação muito especial, e que registra um volume singular de informações sobre a história da capoeira no século XIX. Falamos nos processos-crimes, instaurados na justiça e que no caso dos capoeiras, eram ge-

ralmente relativos ao crime de ofensa física, apesar de termos processos de homicídio e até de furtos.

Estes processos, além de trazerem uma infinidade de dados, são valiosos para entendermos a relação dos capoeiras com o sistema judiciário nas últimas décadas da monarquia.

Guardando diferenças com a teia de relações construídas entre capoeiras e as instituições de polícia, e com as corporações militares, e mesmo a intimidade com as elites políticas da Corte, as aventuras dos capoeiras nos corredores da justiça desvelam a face oculta de uma sociedade acorbetadora da violência das ruas, que agia na surdina, e que tinha os capoeiras como clientes e agentes da violência privada.

Desta forma podemos entender as formas até bizarras como os capoeiras escapam das malhas da lei, apesar de variadíssimas provas e testemunhos, mas sempre recebendo as absolvições de impávidos jurados, para surpresa de juizes e promotores.

O crime de ofensa física (artigo 201 do Código Criminal de 1830), traduzido em qualquer ferimento ou lesão feito deliberadamente em outrem, era o maior motivo de processos-crime contra capoeiras. Em várias partes do trabalho utilizamos diversos outros processos, geralmente envolvendo maltas, e vamos nos concentrar aqui naqueles instaurados contra indivíduos isolados, e concentrar nosso foco nos meandros jurídicos, e no que eles nos informam.(62)

Os processos contra capoeiras na justiça guardam uma proximidade com as diferentes campanhas policiais, que periodicamente sacudiam as ruas da Corte. Nos momentos de maior repressão,

era mais fácil a justiça colocar as mãos nos navalhistas, mas um dado é recorrente durante todo o período: a facilidade com os membros de maltas escapam de condenção, fator que deve ter tido influência nas diferentes ofensivas policiais, e principalmente, na última e mais feroz, sob a batuta de Sampaio Ferraz.

Em maio de 1873, Jesuino José de Almeida Gouveia, capoeira célebre da freguesia de Santana, estava envolvido em sérios apuros. Seu companheiro de malta, Francisco da Veiga, tinha, na rua do Sabão do mangue, dado um "banho de fumaça" em um menor, tombo na gíria da capoeiragem, possivelmente mais um acerto de contas entre capoeiras, e fora cercado por uma multidão revoltada com aquela ação.

De faca em punho, e com a ajuda de Jesuino, provavelmente chefe de sua malta, Francisco fugiu. Mas aquele ficou de frente com o Subdelegado da freguesia de Espirito Santo, Antonio Manuel Alves da Roza.

A ordem de prisão, Jesuino respondeu com gestos característicos de capoeiragem, e uma resposta inesperada para quem conhecia todos os meandros do 'marginália' local: que não reconhecia o subdelegado como autoridade e, além disso, o desafiava a "que o seguisse para São Cristovão", tentando diversas vezes embarcar num dos bondes.(63)

A audácia rendeu-lhe uma estadia na Casa de Detenção e um processo por ameaças em público (artigo 47 combinado com artigo 208). Não era a primeira vez. Em agosto de 1868 ele fora para lá remetido por "desordem" no 1º Distrito da freguesia de Santana,

mesmo na insólita função de Guarda-Urbano.(64)

O processo foi enviado ao Juiz de Direito do 5o Distrito Criminal, para iniciar as demandas. Das seis testemunhas, todas foram concordes em atribuir ao pardo Jesuíno as ameaças feitas ao subdelegado. Mas pequenas contradições afloram. Ignácio Correia da Roza, vendeiro disse que o encontrou "embriagado". O cabo da guarda do 1o Regimento de Cavalaria, Antonio Francisco Cavinhonha, chegou ao requinte de detalhar os gestos ameaçadores de Jesuíno como "meneios de corpo como quem queria dar em alguém". Esta testemunha também fora alvo das ameaças do capoeira, mesmo estando a cavalo.

Presente nos depoimentos, o réu tentava desmoralizar a acusação de "ameaças", ora alegando a dificuldade da testemunha em comprovar as ameaças, pela confusão reinante, ora a impossibilidade de reconhecer o subdelegado, que não portava as insígnias do cargo.

Frente ao policial José Francisco da Silva, quinta testemunha, que ajudara o subdelegado, mas não presenciara a prisão, nem as ameaças, Jesuíno foi suficientemente artiloso para contestar a acusação de ameaça física, feita pelo outro praça que realizou realmente a prisão, naquela hora ausente da sala:

Sendo contestado, disse o réu que a testemunha falta a verdade, ou faltou a ela o praça citado quando depôs neste juízo, porquanto declarou que os gestos tinham sido movimentos de corpo, mas não disse que ele quisera avançar sobre o subdelegado.

Em seu depoimento, o réu desqualificou seus gestos como ameaça de alguma forma ao subdelegado. A polêmica era decidida-

mente cultural: os gestos de Jesuíno, frente ao Subdelegado, eram de capoeira? O juiz não teve dúvidas sobre as intenções de Jesuíno. O julgamento é marcado para 11 de agosto.

As testemunhas, como de praxe, não apareceram, um fato rotineiro nos processos. O advogado do réu, Frederico José de Almeida Rego, alegou uma história que é paradoxal frente a tudo que foi dito. Jesuíno saía de uma casa, acompanhado de mulher e filhos, quando foi abordado por um tal Rezende, que, sem mais essa, lhe determinou a prisão, da forma mais arbitrária.

Esta versão, em completo desacordo com a prova dos autos, foi levada ao julgamento final, no dia 2 de outubro de 1873. Só a promotoria inquiriu testemunhas. O corpo de jurados, por unanimidade, julgou improcedente a acusação e absolveu o réu.

Este final imprevisível será a tônica das passagens de praticantes da capoeira nos corredores da justiça nos últimos anos da monarquia.

No dia 2 de abril de 1874, um guarda-urbano apresentou na Delegacia, Izidoro da Conceição, que havia sido preso na rua do Riachuelo. Ele vinha sendo perseguido por grande multidão, que o acusava de ter ameaçado com uma navalha o comerciante Bernardino Monteiro Varella, dono de uma venda na mesma rua. No ato da prisão o policial recebera uma navalha dos populares, que, diziam, pertencia ao capoeira.

O primeiro depoimento foi da vítima, que afirmou que, estando em sua padaria, localizada em frente a sua casa, viu nela entrar o acusado "gingando com gestos de capoeira" (Novamente a

gestualidade no banco dos réus).

Repreendido pelo dono da venda por estar "dançando", ele decidiu se vingar da afronta, e logo, aparecerá na casa de Bernardino, armado de navalha. Perseguido por grande multidão, joga fora a arma, que é recolhida como prova do crime e entregue ao policial Bernardino.

As testemunhas de acusação se seguem. E o promotor volta a fazer carga contra os gestos característicos da capoeira, já vistas como símbolos do crime:

Com requebros de corpo e gestos de capoeira, a provocar ajuntamentos sempre perniciosos em semelhantes casos.(65)

Os depoimentos são confusos. As testemunhas oculares admitem a ameaça de Izidoro contra o português, mas os policiais que levaram ele ao subdelegado não testemunharam plenamente este ato.

Somente Antonio Teixeira Bessa fez um registro convincente do que aconteceu. As 4 horas da tarde ele viu o acusado entrar na taberna de Varella com ginga de capoeira. Este prontamente afirmou a Izidoro que "ali não era casa de dança". Foi o suficiente para Izidoro sair prometendo vingança, voltando pouco depois com achas de lenha e uma navalha aberta.

Uma pequena multidão se formara na porta da venda, e o réu distribuiu ameaças, dizendo "podem chegar que o primeiro que vir degolo". O acusado foge da venda, sendo preso metros além. O curador nega essa versão, afirmando ser a testemunha devedora de Izidoro.

A alegação do curador, na defesa por escrito, era o que as

autoridades policiais que prenderam Izidoro não presenciaram nenhuma de uma rixa entre este e o dono da venda, sendo apenas relatado o conflito por uma pequena multidão.

O processo em segue com rapidez meteórica. As testemunhas não aparecem para a primeira seção, em 31 de junho de 1874. Sem testemunhas, o destino da acusação estava selado. O réu é absolvido.

O processo de Jesuíno, e o de Izidoro guardam semelhanças consideráveis. Nos dois, os gestos de capoeira, tão característicos, são a prova cabal da delinquência, marca registrada do crime urbano. As tentativas de comprometer seus praticantes são frustradas pelo desinteresse das testemunhas, desinteresse que pode ser um sinal de medo. Medo de que a ação da malta, a qual pertencia o acusado, se precipitasse contra eles.

Vamos dar um salto para seis anos adiante. E encontrar um outro dispositivo da cultura dos capoeiras: a festa popular enquanto momento da violência. O guarda-urbano João da Silva Claudio rondava a antiga rua do Sabão do Mangue, palco anterior das façanhas de Jesuíno, mas agora com o nome de rua Visconde de Itáúnas, por volta das 16 horas. Um popular o chamou para ir ao Campo de Santana, para acudir uma desordem. Na mesma rua, um bonde, fazendo o caminho inverso, era seguido por uma multidão, que gritava atrás do veículo. Era pleno dia de carnaval, e este não seria um fato estranho, se a multidão não demonstrasse claro sinais de ira contra um mascarado que nele ia embarcado.

Entrando no bonde o guarda prendeu Pedro Manuel Caetano da Cruz, 19 anos, fluminense, pedreiro, filho de Manuel Francisco de

Lima e Maria da Conceição e o levou para a subdelegacia mais próxima. As diversas testemunhas foram unânimes. O acusado entrara em uma barbearia, ao lado do Campo de Santana, e atirara uma moringa num menor empregado da barbearia, e depois lançou um copo que atingiu o rapaz, provocando um ferimento na cabeça.(61)

Além disso, segundo a testemunha José Antonio de Andrade, e a própria vítima, o acusado dera uma bofetada neste, ajudado por um outro. A alegação do réu era completamente diversa dos depoimentos. Ele fôra fazer a barba, e quando o menor trouxe a navalha, ele julgou que era para agredi-lo, e foi então que jogou o copo sobre ele.

Novamente o depoimento do acusado abre caminho para uma outra hipótese: os capoeiras, apaniguados pela proteção de políticos e policiais, tinham acesso a um aparato jurídico de defesa, como advogados e curadores, que garantiam seus atos, e sua impunidade diante da ação da justiça. Por isso não precisavam disfarçar totalmente suas ações violentas.

De qualquer maneira, a desenvoltura com que os capoeiras, geralmente oriundos das classes baixas, se movimentam no intrincado universo da justiça pressupõe o apoio de elementos da camada dominante, manipuladora dos códigos e da linguagem da justiça, e principalmente, de detentores de poder, principalmente políticos.

O exame de corpo de delito é pedido, e o réu enviado à Casa de Detenção. Em 30 de março ele sai da cela para assistir à primeira inquirição. A testemunha José Antonio de Andrade, que trabalhava na loja, além de confirmar tudo que os outras testemunhas tinham dito, acrescentou que o acusado, no ato da fuga, fôra

se defendendo com "exercícios de capoeiragem".

As outras testemunhas, cinco no total, não compareceram a primeira audiência, corroborando atitudes anteriores. Decerto, depor num processo envolvendo capoeiras era bastante arriscado,

Nos interrogatórios seguintes as versões das testemunhas, estranhamente, se contradizem.

Joaquim José Rodriguez viu um grupo, dentro do qual, alguém jogara um copo sobre o pequeno barbeiro. Justino da Cunha Andrade chegara ao salão quando já se dera o incidente, sabendo a autoria apenas por pessoas do povo. Manuel Rodriguez Carneiro também alegou não ter presenciado nada, apenas ter sido inteirado por outras pessoas.

É digno de nota que todas as testemunhas, fora o policial, eram portuguesas, nacionalidade dominante no ofício de barbeiros. De qualquer maneira, o juiz pronuncia o réu como culpado do crime de ofensa física, e o lança no rol dos culpados. O acusado pede prazo para o curador apresentar defesa, o que foi deferido pelo juiz. Findo o prazo para recorrer da pronúncia no artigo 201, e para contrariar o libelo criminal, o acusado e seu curador não se mexem.

A estratégia é clara. Eles querem partir o quanto antes para o júri popular, que sabem ser onde se jogará a partida definitiva.

No dia 9 de junho de 1880 estava marcado o julgamento. Infelizmente, como em todos os processos, os debates entre defesa e acusação são omitidos dos autos. Temos apenas o encadeamento do ritual jurídico que precede a sentença. O final já era esperado.

Absolvido por maioria absoluta do júri.

A ausência de alegações de defesa, permite supor que a audácia dos capoeiras aumentava, e que a impunidade dentro do aparelho jurídico lhes parecia garantida.

A trama que se esconde por trás dos processos contra capoeiras na justiça revela que estes indivíduos estavam longe de serem simples "pé rapados", isto é, desclassificados sociais pela pobreza, à mercê de um aparato jurídico excludente e elitista, que os tivesse apenas como vítimas. Pelo contrário, muitas vezes os diferentes recursos utilizados para escapar das malhas da lei exibem não somente um caudal de meios para se safar de uma condenação, mas um conhecimento apurado do labirinto intrincado da lei.

E o que observamos no processo envolvendo Eduardo Gonçalves Navarro. Em 19 de abril de 1881 ele navalhou Francisco Mendonça de Vasconcelos, 20 anos, pardo, empregado na fabrica de sabão na rua general Pedra.(67)

O pivô da rixa tinha sido um escravo. Na versão das testemunhas que abrem o processo o escravo de Eduardo Gonçalves Navarro estava carregando uma lata de kerosene. Um garoto, que vendia fogos numa barraca, em "peraltagem" colocara uma bomba na lata que era carregada pelo escravo. Após a explosão da lata, o escravo se retirou, e pouco depois Eduardo Gonçalves Navarro voltou junto com outros quatro comparsas, e exigiu a uma indenização em dinheiro ao garoto. Francisco Mendonça de Vasconcelos tentara apaziguar o conflito quando foi navalhado por Eduardo Gonçalves Na-

varro.

Na tentativa de pagar a fiança, e responder ao processo em liberdade, o pai de Navarro consegue o apoio de dois negociantes da área, Delfino Erasmo Valente Sadock, morador na rua do Livramento 51, e Acácio Joaquim Correia, que reside na rua Senador Pompeu 152. Os mecanismos do favoritismo e a política de clientela estavam em ação.

No auto do crime, o motivo da rusga. Os menores da barraca tinham colocado o explosivo na lata que carregava um escravo do pai de Navarro, e daí a questão sobre quem pagaria pela lata. Uma brincadeira que acabou terminando na justiça.

Em sua defesa por escrito, o curador e pai alegara a lei 2033 de 20/09/1871, que só permitia prisão, por ofensa física, em flagrante, como prova da ilegalidade. Após a cassação da fiança, o curador apela para a autoridade máxima: Sua Majestade Imperial. Em seu recurso ele contesta a legalidade do processo, a veracidade dos testemunhos, e pede a intervenção dessa autoridade suprema para evitar a farsa urdida pelo subdelegado contra o réu, o qual está:

acarretando, além de todos os males que está causando o presente processo, o maior, por desgostos e despesas ao seu pobre pai - o labéu de capoeira

Mas o juiz era implacável. Eduardo Navarro cometera o crime de ofensas físicas leves, e devia ser punido. Era a mão do adjunto de promotor: João Batista Sampaio Ferraz.

Nos corredores dos tribunais, Sampaio Ferraz aprenderia o poder imenso que as maltas de capoeira retinham na Corte. Os mé-

todos utilizados em sua campanha repressiva seriam pensados nesses quase dez anos anteriores. Em outros processos, encontraremos a assinatura do "Cavanhaque de Aço", como seria conhecido na República. Sempre como acusador de capoeiras.

A primeira seção do tribunal estava marcada para 10 de outubro. Mas, inexplicavelmente, somente em agosto de 1882 se retoma o caso. Seis meses

depois os personagens se encontram na sala do Tribunal do Júri. Até mesmo os fiadores da fiança tinham abandonado Navarro. Só, ele foi para o banco dos réus. As testemunhas já haviam esquecido o ocorrido. Foi absolvido por todos jurados em 15 de dezembro de 1883.

Algumas vezes, as brechas da lei eram utilizadas para incriminar e não para salvar capoeiras. E o caso de um capoeira preso por furto na rua da Gambôa, na Festa de São Pedro, em 29 de setembro de 1886.⁽⁶⁸⁾ Levado como autor de um furto, o réu, conhecido também por Antonio Capitão, foi, ao que tudo indica, vítima de uma trama urdida entre o subdelegado da freguesia e os guardas-urbanos, sendo depois descoberto que a própria vítima do furto não reconhecia o réu como o autor do crime. Será que os policiais estavam tentando incriminar o capoeira em uma modalidade de crime que permitisse sua condenação, visto que os processos por ofensa física eram sistematicamente burlados? Muito difícil afirmar isso.

Em outro processo vemos o quanto estas brechas na lei foram alargadas ao longo da década de 1880, e como elas vão culminar na repressão de 1890.

Na noite de 15 de agosto de 1886, às 9 horas, um grito cortou o silêncio. O praça do Corpo Militar de Polícia, José Joaquim de Ramos Junior, correu para o local de onde vinham os gritos de "Aqui del rei", e ao chegar na rua Visconde de Sapucaí, no 167, encontrou um homem ensanguentado e com profundos cortes de navalha, e outro que corria para a estalagem em frente.

Já se formava uma multidão em frente ao cortiço. O "valente" capoeira, autor dos ferimentos, deixara a navalha num paletô, que ficou nos braços de sua mãe, e foi se esconder embaixo de uma cama. O praça entrou no cortiço e retirou Francisco Guilherme Brum, 26 anos, casado, morador na rua São Leopoldo, pedreiro. (69)

Este era indigitado pelo povo como autor das navalhadas. As testemunhas, um praça de polícia, companheiro de José Joaquim, um inspetor de quarteirão, casado, farmacêutico, de 48 anos, um procurador da justiça, um oficial de justiça, e um cigarreiro de 18 anos, foram absolutamente concordes em seus testemunhos.

A vítima era José Pimenta Mesquita, 31 anos, oficial de justiça. O motivo era uma antiga rixa, ainda não explicada. O promotor que fez a denúncia era o mesmo Dr. João Batista Sampaio Ferraz. Aparentemente o capoeira estava numa sinuca. Apenas aparentemente.

A segunda rodada de testemunhos só confirma tudo que havia sido dito na primeira. Em sua defesa por escrito o curador do réu é magistral em aproveitar as brechas da justiça para safar seu cliente. E as diversas falhas da acusação são exploradas com habilidade. Onde estava a arma do crime? Qual o motivo do crime?

Qual das testemunhas realmente viu o acusado fazer os ferimentos?
As alegações da defesa são eivadas de sentimentalismo:

O fato diz-nos ter acontecido no dia 15 de agosto de 1886. São passados 22 dias e o acusado tem jazido no cárcere, imaginando a fome que sua mulher, filhos, e sua mãe tem passado. Enquanto ele se debate em aflições, provações e certas (sic) angústias, seus inimigos capitais batem palmas pelo triunfo de sua obra danada de perversidade e cinismo.

Em contra-ataque, Sampaio Ferraz requisita as diversas entradas do réu na Casa de Detenção. Nos últimos anos Francisco Guilherme Brum fôra hóspede assíduo do "palácio de cristal". Em pouco mais de 4 anos, ele fôra preso 8 vezes na Casa.

O júri se reuniria em 19 de fevereiro de 1887. Brum é absolvido com o beneplácito de metade do corpo de jurados.

As aventuras dos capoeiras na sombra da justiça acirrariam os ânimos de seus inimigos fidalgais: liberais, republicanos, militantes de classe média. A república positivista e autoritária de 1889 seria em parte uma reação contra a "promiscuidade" que marcava as relações do Estado, em seus vários níveis, com a "vasa social" das ruas, nos últimos anos da monarquia.

VIII

APOGEU E QUEDA

Se a década de 1850 foi marcada pelo medo da rebelião escrava, cotidianamente retratado na multidão africana e negra que enchia as ruas da Corte, os anos 1880 foram caracterizados por um

horror surdo, reflexo do poder sinuoso e onipresente das maltas de capoeiras no labirinto de ruas do centro urbano do Rio.

O fracasso da repressão de 1878 colocou o desafio, para os chefes de polícia dos governos liberais, de construir um *modus vivendi* com a geografia particular da capoeira, e com as maltas que pontilhavam na cidade.

A fonte mais visível para entender as idas e vindas do discurso oficial sobre a capoeira são os relatórios dos chefes de polícia da Corte. Dirigidos ao Parlamento, anexado ao relatório do ministro da Justiça, seu superior imediato, os relatórios de chefes de Polícia testemunham o crescente perigo que a capoeira representou no correr da década 1880.

O ano de 1881 foi o primeiro, depois de 1878, que a capoeira reconquistou seu lugar entre os problemas capitais de ordem pública na cidade. Aparentemente, a documentação oficial, nos anos que medeiam 1878 à 1881, fez o possível para ocultar a resistência da capoeira às reiteradas tentativas de aniquilamento postas em prática pelos diversos chefes de polícia. Mesmo nas partes policiais da imprensa o termo "capoeira" parecia banido.

Sintomaticamente, no relatório de 1881, o novo chefe de polícia, Ovidio Fernando Trigo de Loureiro, repetiu as mesmas palavras de Tito de Mattos três anos antes, refletindo a permanência do problema:

Uma das mais estranhas enfermidades morais desta grande e civilizada cidade - a capoeira - associação regularmente organizada, com seus chefes, suas subdivisões em maltas, que denominam *badernas*, com sinais e gíria própria.

Grupos de turbulentos, ávidos de asuadas, de lutas e de sangue, concorrem à voz de seus chefes nas grandes reuniões populares e festividades públicas para o fim de decidirem, por meios violentos, as suas contendas e rivalidades.(71)

Tito de Mattos elaborou o discurso sobre os capoeiras que seria repetido nos próximos sete anos de predomínio liberal, e propôs uma solução drástica, que seria somente colocada em prática no colapso do Império. a deportação pura e simples:

Dir-se-ia a seita sanguinolenta dos adoradores de Siva ou dos drusos homicidas.

Apesar das repetidas diligências de meus antecessores, não tem sido possível exterminar essa criminosa associação.

Entretanto, pedem a segurança dos cidadãos, o decôro de nossa civilização, e o sentimento cristão, que a autoridade não esmoreça.

Mas, para que sua ação seja eficaz, cumpre armá-la dos necessários recursos. A capoeiragem deve ser qualificada como crime especial, com novas penas de alçada da polícia.

Contra os capoeiras estrangeiros há o meio legal da deportação. Contra os nacionais deverá ser decretado o degrêdo em colônias militares, onde debaixo de severa disciplina, os delinquentes adquiram os hábitos de ordem e trabalho, e de obediência às leis e às autoridades.(72)

Num rasgo profético, Tito de Mattos enfoca as medidas que seriam tomadas pelo regime republicano muitos anos depois: a criminalização da capoeira e a deportação, pura e simples, dos seus praticantes.

O crescimento desordenado da cidade, e o aumento, ano à ano, da população trabalhadora imigrante, vinda tanto do interior do Brasil, como do estrangeiro, principalmente portugueses, são fonte de dores de cabeça permanentes para os responsáveis pela ordem pública. Afastados do poder há dez anos, os liberais estavam desatualizados com relação aos problemas práticos de quem

exercia governo, e das situações espinhosas que eram colocadas na administração de uma metrópole em fase crítica de expansão.

A Revolta do Vintém em 1880 demonstrou a falta de habilidade dos novos administradores em lidar com a população livre e pobre, já sacrificada com a questão da carestia, e pronta a responder com violência cada invasão de seus estreitos limites de sobrevivência.

Em 1882 o próprio Ministro da Justiça, numa atitude insólita, expôs em local destacado do seu relatório a questão dos capoeiras na Corte, reflexo da sua onipresença, mesmo nos momentos mais duros da repressão:

E de triste e tradicional notoriedade na Corte a existência de uma espécie de malfeitores conhecidos por - capoeiras - que principalmente na ocasião de ajuntamentos populares acometem os transeuntes, as vezes sem um fim manifesto, e só por mero instinto de perversidade. Debalde tem a autoridade pública empregado o possível rigor para atenuar os rigores desse mal, de que se encontram vestígios nos tempos coloniais, e apesar da ação enérgica e arbitrária da polícia de então.(73)

Acostumados a exercer com desenvoltura suas atividades durante o período dos governos conservadores, os capoeiras, quando os liberais chegaram ao poder, foram levados a criar outras formas de dissimulação ou proteção, menos evidentes do que as antigas. Entre elas a manipulação das prerrogativas legais, que coíbiam a ação arbitrária da polícia, usadas amplamente contra as tentativas policiais de repressão:

Hoje com a restrição das nossas leis quanto a prisão preventiva e jurisdição policial, tem enfraquecido os meios repressivos para os capoeiras, que na sua

proverbial destreza encontram mais um recurso para se esquivarem do corretivos necessário. Nem a medida do recrutamento forçado pode ser hoje contra eles invocada.(74) Mesmo a punição dos atos que podem cair sobre a sanção penal opõe-se as vezes a dificuldade da prova.

Outros fatos por sua natureza condenáveis, escapam a classificação legal, sendo insuficiente a providência do inciso 2 do artigo 2º do Código de Processo Criminal sobre Termos de Bem viver.(75)

Durante os anos 1880 os capoeiras ampliaram seu espaço. Mesmo sob o olhar vigilante da ordem policial, a capoeira passou a ser um recurso utilizado por quase todos grupos políticos em suas rixas de rua. Antes um privilégio dos conservadores, as maltas agora faziam a segurança de todas as facções políticas, mesmo aquelas não participantes do jogo parlamentar.

Foi o que se percebeu dos incidentes que se sucederam ao assassinato do redator do *O Corsário*, Apulco de Castro.

Desde 1880 este jornal vinha se especializando em criar polêmicas com altas figuras da política. Através de uma linguagem virulenta, o mulato Apulco de Castro vinha sucessivamente acusando as mais diferentes personalidades da vida pública pelas mais bizarras e insólitas denúncias, geralmente envolvendo negociatas, casos amorosos, tráfico de influência, etc.

Campeão da imprensa sensacionalista, Apulco de Castro vinha colecionando inimigos. Em 1881 a sua redação foi atacada por capoeiras monarquistas chefiados por Juca Reis, célebre desordeiro, após dissolverem à força comício do republicano Lopes Trovão.

Em outubro de 1883 um artigo envolvendo negócios escusos e militares foi o tiro de misericórdia na carreira do polêmico jornalista. Ameaçado de morte, Apulco foi pedir proteção ao chefe de polícia, pela terceira vez o desembargador Tito de Mattos, recém

empossado. Ele não teve tempo de agir. Na saída da Secretaria de Polícia, na rua do Lavradio, o coche que conduzia o jornalista foi cercado por oficiais do exército revoltados, que o esfaquearam em praça pública, mesmo tendo a proteção de um oficial militar.(76))

A notícia do assassinato do célebre folhetinista correu rápido. Maltas de capoeiras, aliados do falecido repórter, e que eram responsáveis pela segurança do jornal e seus funcionários, iniciaram uma série de tumultos pela cidade, em represália pela morte de seu chefe. No Largo de São Francisco lojas foram saqueadas, e o comércio cerrou as portas.

Capoeiras ligados às figuras políticas e militares difamadas pelo jornal de Apulco também compareceram ao cenário, entrando em luta com os grupos adversos. Durante três dias o centro da cidade da capital do Império foi campo de batalha da capoeiragem, enquanto a polícia se mantinha omissa.

Até mesmo o prédio do Ministério da Justiça foi alvo da sanha dos capoeiras do "O Corsário", registrados pelo olhar de um viajante estrangeiro em visita ao Rio.(77) Na noite de 29 de outubro Tito de Mattos colocou todo seu contingente nas ruas do centro, para prender os navalhistas, e restabelecer sua autoridade.

Repetiam-se as cenas do motim do Vintém, e do 9 de novembro de 1882, quando populares se rebelaram contra o aumento do gás e iniciaram uma outra onda de depredações.(78)

Em seu relatório, entregue em março de 1884, Tito de Mattos não deixaria de mencionar seus adversários prediletos, e os

epsódios de outubro do ano anterior:

O desforço pessoal, levado ao extremo do atentado, quando é - acto continuo - a uma grande afronta, explica-se pelo excesso de paixão que allucina.

Neste caso, por certo, não está o crime, a que vou me referindo.

Presupondo lenta e alentada premeditação, como as circunstâncias revelaram, o plano de vingança resistia a toda a reflexão

Tambem os distúrbios da noite seguinte, vinte e quatro horas depois do atentado, sem que os turbulentos, embora infundadamente, alegassem queixas, denunciando apenas o detestável propósito de fazerem desordem só pela desordem, assignalam vícios latentes em certa camada, predispondo-a a explosões, logo que se lhe ofereça oportunidade.(79)

Quem seriam os vetores da desordem? Tito de Matos não tinha dúvidas. Os capoeiras eram a pedra no sapato das autoridades na Corte, mormente durante o predomínio dos liberais. E as constantes reformas da lei penal durante os governos conservadores tinham enfraquecido as prerrogativas do Estado, facilitando a ação dos capoeiras:

A insuficiência da lei sobe de ponto no que toca a turbulência, com particularidade a espécie capoeiragem.

Está na consciência pública que as repetidas perturbações da tranquilidade da capital são grandemente acoroçadas, quer pela ineficácia dos meios atuais de repressão, quer pela dificuldade de prova e sua consequente impunidade, porquanto os turbulentos, aglomerados em grande massa, escapam ao testemunho alheio, e como por acordo tácito recusam à autoridade todo e qualquer esclarecimento. Assim urge que sejam adotados meios repressivos a pôr cobro aos tumultos e correrias que tão frequentemente se reproduzem, escandalizando a população ordeira e ultrajando nossa civilização.

Expelir desordeiros inacessíveis a emenda fóra, não só, expurgar esta cidade da escória que envenena as camadas inferiores da população, mas também prevenir a formação de bandos de malfeitores, muito mais temíveis e perigosos.

Há no meio dessa gente sinistra estrangeiros e nacionais. Expulsar do território do Império os primeiros, e remeter os segundos para presídios e colônias militares, onde possam achar trabalho na cultura da terra, são medidas cuja aplicação se me afigura de indeclinável necessidade, em garantia do sossego público e no interesse da segurança individual.

Sem estes meios, a grande missão da autoridade no que afeta a manutenção da paz pública e o respeito aos direitos da população, e a imensa responsabilidade que lhe corre, direi sem reboço, estarão a mercê de um pugilo de perversos.(80)

A terceira gestão de Tito de Mattos como Chefe de Polícia seria ainda mais conturbada que a primeira.

Antes, em outubro de 1883 o gabinete Lafayette Rodriguez Pereira, que fora Ministro da Justiça em 1878, teve sérios problemas com as maltas de capoeiras. Uma legislação draconiana de circulação pela cidade, chegou a ser elaborada, com o objetivo de coibir a ação de capoeiras, principalmente na área central:

...em vista dos factos das noutes anteriores, ficavam prohibidos os ajuntamentos, contra os quase a força pública operaria com toda energia. Esses factos das noites anteriores erão os tumultos causados por maltas de capoeiras que, na rua do Ouvidor, Largo de São Francisco e vários pontos da cidade, noute após noute, se reuniam não para exercícius innocentes, mas para fazerem exercícius que custaram a vida de muitas pessoas, porque em uma noute, e em cada noute, outras pessoas foram alcançadas pelas navalhas dos malfeitores, sendo uma das vítimas uma criança de 14 annos que estava em serviço do seu patrão no largo da Carioca.(81)

Os conflitos resultantes do assassinato de Apulco de Castro teriam ainda outro capítulo dramático. Na Casa de Detenção, na noite de 13 de dezembro de os 1883 cerca de 300 presos no conflito, um número muito superior à capacidade das celas onde estavam, se rebelaram. Contidos, eles voltaram à carga na noite seguinte, desta vez com muito mais violência, destruindo celas, dependências, equipamentos, e tudo que encontravam pela frente.(82)

Anos depois a rebelião ainda repercutia nos corredores da justiça, e serviria para futuras acusações contra a prática policial dos liberais, como se percebe das declarações de um advogado encarregado de defender um cigarreiro acusado de assassinato de um pardo no carnaval de 1885:

Porque a perseguição aparece as vezes para engodar o público e perseguir certos e determinados maltrapilhos - como aconteceu ainda não há muito - que querendo ou fingindo querer um certo chefe de Polícia acabar com os capoeiras, fez uma caçada tal, e encheu a Casa de Detenção de tantos que, mal acomodados e famintos, revoltaram-se.(83)

O ano de 1884 seria de sucessivas crises políticas. A incapacidade dos governantes liberais em transformar capoeiras em aliados políticos de ocasião, ou levar a cabo as reformas emancipacionistas do "Elemento servil", como os conservadores tinham feito nos anos 70, leva o partido para o ostracismo.

O gabinete liberal Saraiva, implantado no vácuo criado pela queda do governo Souza Dantas, apenas fecharia as contas da gestão do partido no poder.

O ano de 1885 vai assistir ao retorno dos conservadores,

encabeçados pelo "corcunda" Barão de Cotegipe, ao poder, no rastro da crise do projeto Dantas dos sexagenários, que racha o Partido Liberal. Apoiado por parcela majoritária do parlamento, Cotegipe trata com mão de ferro os militantes abolicionistas, e as sedições escravas, ao mesmo tempo que a imprensa de oposição denuncia as atividades cada vez mais ousadas de capoeiras ao lado do governo, principalmente nos primeiros momentos do novo governo.

Durante os anos Cotegipe, de 1885 a 1888, a simbiose entre capoeiras e polícia atingiu seu auge. Até mesmo visitantes estrangeiros podiam visualizar a simbiose que unia duas "instituições" aparentemente tão dispares, como se denota do comentário do viajante italiano A. Lomonaco, que aqui esteve em 1886:

Refere Lomonaco horrores da polícia carioca, "a mais despótica, arbitrária e brutal do globo", recrutada na escória da cidade, relaxada e violenta e ao mesmo tempo exercendo inteiramente o oposto de uma tutela e vigilância sobre a vida e a segurança dos cidadãos, além de recrutada, em geral, entre capoeiras. (84)

Durante a gestão de Coelho Bastos como Chefe de Polícia do ministério Cotegipe, a aliança entre os capoeiras e a estrutura policial deixou de ser subterrânea, tornando-se mais visível do que jamais tinha sido visto antes:

O Chefe de Polícia é uma vítima assim das ações e reações da coerência fatal.

Entrou na repartição Deus sabe porque e para que. Faltava a guarda urbana das gloriosas tradições: o bas-fond policial tinha uma lacuna. O sr. Coelho lembrou-se dos capoeiras...rapazes aproveitáveis! Além disso: sendo por ele, não seriam contra ele: aplainava-se um obstáculo...As navalhas!

E a navalha começou a ser uma coisa imprescindível na rua do Lavradio...A navalha é a obsessão do sr. Bastos. Ele quer ver relâmpagos de aço no ar: apaixonou-se pelos gumes afiados. Declarou-se defensor perpétuo das nobres classes dos navalhistas e dos barbeiros. Comprou até, para seu uso, uma esplêndida folha Rodgers de cabo de marfim, sua companheira inseparável.

Com esta navalha ele raspa a cabeça dos negros. Os seus agentes subalternos raspam as barrigas, o chefe raspa as cabeças.(85)

O ano de 1887 seria ainda mais dramático. As movimentações políticas de rua a favor do abolicionismo, levam a repressão policial a redobrar de atividade, invariavelmente acompanhados pelas maltas aliciadas pelos conservadores.

Em 1888 os navalhistas saltam, novamente, para a notoriedade, no caso do capitão da Armada Leite Lobo, espancado por policiais. Em represália, durante várias noites, oficiais e praças da marinha enfrentam piquetes de cavalaria policial, transformando o centro do Rio em verdadeiro campo de batalha. Os capoeiras tiveram atuação decisiva neste que foi o último ato do gabinete Cotegipe.(86)

O ano da Abolição e da Guarda Negra seriam de frenética atividade policial, principalmente por causa de uma campanha de recrutamento militar, cujas vítimas maiores seriam os capoeiras:

O principal intuito do governo é limpar a sociedade, expurgando-a dessa maldita instituição que tantos males, tantos crimes e tantos desgostos devemos: a instituição dos capoeiras...O recrutamento ha de dar cabo de todos estes elementos deletérios, que são as raízes cancerosas do nosso tempo e da nossa sociedade.Sob a rigorosa disciplina do Exército e da Armada se amaciarão essas índoles perversas, nascidas quase para o mal, e é bem provavel que elas se transformem, **podendo ainda prestar serviços a nossa pátria.**(87)

No final do ano, as páginas da imprensa diária davam espa-

ço para a Guarda Negra, e seus repetidos conflitos de rua com ativistas republicanos. Seriam os movimentos da polícia no governo João Alfredo, precursores da gestação da Guarda? Seria a repetição do modelo inaugurado por Ludgero, em 1872?

No derradeiro gabinete Affonso Celso, uma outra onda repressiva de baixa intensidade, teve lugar na capital, mas não deu cabo do problema, apesar das palavras do Ministro da Justiça:

Foram de notória eficácia as providências tomadas para dissolver as malhas de desordeiros, que sob a denominação de - capoeiras - há muito infestavam a capital do Império, praticando frequentes atentados contra a vida e a propriedade. Obrigados a assinar termos de bem viver, processados os infratores, dispersaram-se e muitos deliberavam afinal tomar ocupação (titl.88)

As falácias do ministro da justiça do Visconde de Ouro Preto foram desmentidas categoricamente pelos atos do novo chefe de polícia do regime republicano. No debacle do velho Império, muitos mitos e lendas seriam desfeitos. E aquela que seria a mais poderosa onda repressiva já feita no Brasil contra capoeiras estava prestes a começar.

A teia de relações construída entre capoeiras e o aparato policial alcançaram sua dimensão mais refinada no período do Gabinete João Alfredo. Meses depois a queda da ordem monárquica levaria de arrasto à queda mais truculenta do império dos capoeiras.

IX

O CAVANHAQUE DE AÇO

Era uma noite qualquer de dezembro de 1889. No crepúsculo um indivíduo saiu caminhando pela rua Marquês de Abrantes, indo

em direção à praia de Botafogo. Caminhava a esmo, sem saber muito bem para onde ia.

Um desastre amoroso o tinha golpeado havia pouco.

No trajeto foi interceptado por outra figura notívaga. Este, um policial, o intimou a se apresentar perante a autoridade máxima do recém-criado Distrito Federal. Mesmo tentando pequena resistência, J.S., como chamamos nosso personagem principal, terminou por acompanhá-lo.

Em pouco tempo os dois estavam dentro de um tilbury. Ao subir no carro, J.S. pôde perceber que havia um segundo personagem, que os havia seguido desde Botafogo. Em rápido galope, o tilbury se aproximava do centro velho.

Na rua do Lavradio, na sede da antiga polícia da Corte, o carro desembarcou seus ocupantes. Eram 9 horas e 30 minutos. No 1o andar, J.S. ficou numa sala, esperando a chegada da autoridade. Em meia hora esta chegava, acompanhado de uma legião de funcionários, informantes, guarda-costas. O agente que trouxe J.S. como prisioneiro exibia sua presa. E disse "está aí o homem"

Em vão J.S. tentou provar sua verdadeira identidade. Com auxílio de outro informante, possivelmente um capoeira, ele se tornou o "companheiro do Grego das Ostras". Com este bizarro codinome J.S. foi jogado no xadrez, o Depósito de Presos da rua do Lavradio. Seu destino posterior já era conhecido: a Casa de Detenção.

Na enxovia, J.S. não estava só. Um grupo, possivelmente também de "capoeiras", como ele, esperava o que ia acontecer. J.S. tinha esperança de ser reconhecido e afinal libertado. Uma

hora depois passos no corredor foram ouvidos. A porta de ferro foi aberta, e o grupo saiu, sob pesada escolta policial.

Na rua foram introduzidos no carro da Casa de Detenção, uma imensa gaiola suportada numa carroça. Aceleradamente, foram em direção à rua do Conde. À meia noite estavam no pé da imensa e sinistra entrada da Casa de Detenção.

Jogado em outra cela, desta vez individual, a chamada prisão celular, J.S. sentia a esperança de ser libertado se desvanecer. Não demoraria muito a ser de novo acordado, de madrugada, por um funcionário. Depois de percorrer os longos corredores da Casa, foi levado para fora, onde uma grande tropa escoltava um numeroso grupo de presos.

Foram em direção ao porto, o caes do paço Imperial, futura praça 15 de novembro, homenagem ao novo regime que realizava seus primeiros atos. Não se avistava viva alma nas ruas desertas. Com toda certeza, era uma grande operação policial-militar, de alto segredo.

Imediatamente ao saltarem no velho caes, foram embarcados na lancha que fazia o trajeto para a Fortaleza de Santa Cruz. Ao atravessar as escuras águas da Baía de Guanabara, J.S. contemplava a cidade, que sumia no horizonte. Na fortaleza de pedras cinzentas, à cavaleiro da entrada da Baía, nosso personagem ficou encarcerado em uma grande cela, com vários outros companheiros de infortúnio. Entabulando conversa com alguns deles, J.S. pode saber qual seria seu destino: a ilha de Fernando de Noronha, muitas centenas de quilômetros dali.

A ojeriza que nosso herói sentia pelos seus companheiros -

"dei graças a Deus por ver-me livre do contacto daquela gente cynica" - foi logo substituída por um sentimento inesperado de solidariedade, tecido pelo partilhar de uma situação desesperadora.

A rotina da fortaleza era semelhante a de um quartel, com o agravante da situação de encarceramento e castigo a que eram submetidos os presos militares: carregar água, fazer a faxina, raspar o cabelo, ou quaisquer outros trabalhos que o oficial de serviço designasse. Para J.S. tudo parecia um imenso pesadelo, uma conspiração na qual ele foi envolvido de forma absolutamente injusta:

De que horrível cilada fui eu vítima! Como em tão pouco tempo foi urdida aquela trama infernal em que me enredaram! Eis o que até agora me causa surpresa!(89)

Em Santa Cruz o regime era severo, e os castigos sumários. Por uma falta mínima, a pranchada, espécie de espada de madeira que era usada para golpear as costas, era a punição mais comum. Um dos detentos, Manuel Gomes Neto Fiúza, mais conhecido como "Carrapeta", sofreu várias vezes esses suplício, sob o olhar de seus companheiros.

No quinto dia, um vapor ancorou ao largo do forte. Era o vapor Madeira. Sua missão era levar os capoeiras para Fernando e Noronha. Acotovelados no porão do navio, em pouco menos de um mês chegavam à Recife, Pernambuco. Depois de uma escala na cadeia Nova, foram remetidos para Fernando de Noronha. J.S. cumpria tudo com a fatalidade de um condenado.

Em abril de 1890 J.S. completava um mês na ilha-presídio. Seus companheiros, principalmente aqueles mais perigosos, tinha chegado em janeiro, na primeira leva de desterrados pelo novo regime. O correio somente chegava de mês em mês. Ele escrevia cartas continuamente, alimentando a esperança de um dia voltar ao Rio de Janeiro.

As esperadas respostas não chegavam. E ele se sentia cada vez mais deprimido. O ambiente desolado da ilha apertava ainda mais o sentimento de desamparo. Depois de muito procurar, ele encontrou um rapaz que recebia os jornais da Corte, e pode ter algum contato com o mundo de fora.

Muitos dos capoeiras presos em Fernando de Noronha recebiam cartas de parentes ou amigos do Rio de Janeiro. Mas a maior parte dos "presos capoeiras", como eram chamados aqueles deportados por Sampaio Ferraz, não se preocupava muito com isso. Estavam mais interessados na coluna policial dos jornais vindos da capital.

Todas as noites, depois do trabalho, J.S., um dos poucos que sabia ler, se sentava em volta de uma fogueira para ler aos companheiros a *Gazeta da Tarde*. Os pedidos eram invariavelmente das listas de capoeiras presos, das perseguições às casas de jogos, etc.

Os capoeiras, de pouco em pouco, se habituavam à nova situação. Acostumados com as estreitas e tumultuadas ruas do Rio de Janeiro, encaravam agora um ambiente completamente diverso, onde a liberdade de ir e vir terminava nas praias das ilhas. A cultura capoeira procurava meios de se enraizar:

Parecem não estranhar muito quanto tem sofrido, ou então estarem resignados a tudo. Para gente assim este presídio não serve nem de estímulo para regeneração. Riem-se, passam parte da noite contando histórias e façanhas!...(90)

Aqueles, como J.S., que demonstram um comportamento mais dócil, recebem certas regalias. Os mais ousados ou violentos, o castigo da vara de gameleira, que deixava horríveis marcas nas costas.

Muitas mulheres acompanham os presos. Realizam pequenas tarefas, preparam os alimentos dos presos, que recebem as rações de dez em dez dias. Para suplementar essa alimentação, alguns presos compram ovos de mascates num mercado negro tolerado pelas autoridades.

O complexo de Fernando de Noronha se compõe de duas partes principais. O presídio propriamente dito, onde os presos tem que passar a noite, e o chamado aldeamento, onde podem comprar objetos, e conviver com os habitantes. Aqueles com faltas graves são proibidos de deixar o presídio. Os trabalhos de manutenção e limpeza são feitos pelos próprios presos, num sistema de revezamento, controlado pela direção.

Em pouco tempo J.S. faz um pequeno círculo de amigos. Um capoeira do Rio, um capanga do chefe político pernambucano Zé Mariano, e um velho lutador dos tempos da Fraieira. O que prova que a repressão dos albores da república não se fez só na capital do país.

Este mais velho, muito popular entre os presos, era muito conhecido pelas histórias dos detentos antigos, que contava como

ninguém. Particularmente repetida era a história de um indivíduo que veio para cá, confundido com outro com quem ele muito se parecia, numa trama que visava livrar do desterro um poderoso falsário. Talvez o tipo de arapuca em que se meteu J.S.

Todos os meses aportavam navios na praia, trazendo mais um lote de capoeiras presos. Alguns, segundo J.S., são simplesmente perseguidos do novo governo, não tendo o menor contato com as malhas de Corte. Outros, realmente, navalhistas a serviço de poderosos políticos do velho regime, pagam sua lealdade à monarquia:

Quase todos os verdadeiros capoeiras foram do serviço de altos personagens políticos, e tudo que fizeram foi contando com a proteção desses personagens, ou por mando deles. Serviram em todas as situações e a todos os governos da monarquia. Conhecem o mecanismo de tudo isso aí e descrevem como é costume enleiar-se um homem numa rede de intrigas que o façam perder-se(91)

As notícias que J.S. recebia da capital não eram confortantes. Greves, tentativas de golpe, ameaça de guerra civil, tropas nas ruas, pintavam um quadro pessimista do novo regime, e da situação na capital federal. Por ironia, J.S. era um discreto simpatizante das idéias republicanas. E o novo regime continua a mandar para a ilha os descontentes ou os aliados da velha ordem que não conseguiram entrar na moda do "adhesismo":

Todos os meses chegam a este presidio levadas enormes de infelizes e desterrados. Entre muitos bandidos chegam até homens dignos de melhor sorte; alguns deixando até os que lhe deram arrimo. As queixas que formulam de injustiças sofridas, as revelações que fazem, o desespero que manifestam, chegam a tal ponto que compungem.(92)

Este depoimento de um preso deportado para Fernando de Noronha foi retirado de uma coleção de cartas publicadas, não muito depois, por famoso jornal carioca. A última carta do anônimo "capoeira" preso pela polícia de Sampaio Ferraz, datada de julho de 1890, apenas relata seu desencanto e desesperança com a situação em que foi deixado. Este insólito diário foi publicado pelo jornal *Novidades* nos primeiros dias de 1891, com o sugestivo título de "CARTAS DE UM CAPOEIRA".(93)

Não sabemos ao certo se as cartas são verídicas ou uma montagem para dar uma alfinetada no autoritário Governo Provisório de Deodoro, ao qual o jornal fazia cerrada oposição. Mas, comparando com os documentos oficiais da repressão, fica patente a veracidade de certos fatos narrados, e a riqueza de detalhes coincidentes dos documentos.

A crônica da cidade, e literatura memorialística dos trinta primeiros anos do século XX, invariavelmente dedicavam um lugar de ouro para a passagem de João Batista Sampaio Ferraz como primeiro Chefe de Polícia do regime republicano. Seu retrato é quase sempre de um herói, que livrou a cidade e seus habitantes de um flagelo que a dominava há mais de cem anos:

A repressão à capoeiragem, dirigida em pessoa pelo Chefe de Polícia Dr. João Batista Sampaio Ferraz, foi de um efeito admirável. pois em menos de um ano estava consumada a obra, isto é, não havia mais capoeiras a infestar a cidade e seus diversos bairros(94)

Sua vocação para "terror dos capoeiras" teria sido forjada durante seus anos como promotor público na Corte, e posteriormen-

te sua militância republicana, que apesar de tardia, lhe rendeu cadeira cativa no novo regime instalado a 15 de novembro:

Coube ao Dr. João Batista Sampaio Ferraz a prebenda de iniciar, no regime republicano, o espinhoso serviço de polícia na capital da República. E não podia ir parar em melhores mãos este alto cargo, por se tratar de um cultor do direito já consagrado em nosso foro, onde exerceu com brilhantismo o cargo de promotor público, sendo além disso um dos maiores propugnadores do advento do novo regime pelo qual se baeu galhardamente, numa propaganda memorável, ao lado de Lopes Trovão, Silva Jardim, Enes de Souza, e tantos outros vultos, já desaparecidos. (95)

João Batista Sampaio Ferraz nasceu em 1856 na fazenda Santa Maria, na província de São Paulo. Era filho de Joaquim Bueno de Sampaio Góes, abastado fazendeiro de café, e membro da Convenção de Itú, em 1870, marco fundador da campanha republicana no país.

Sua família era das mais tradicionais da província de São Paulo, cultuando ancestrais das remotas épocas da colônia, e tendo presença solene na vida política desde muitas décadas. (96)

Chegando ao Rio, depois de formado pela Escola de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista, casou-se com D. Elisa Vidal Leite filha de família tradicional de cafeicultores do norte fluminense.

Aos 24 anos ele se tornava o mais jovem promotor público da Corte, cargo que exerceu por seis anos. Neste período ele diversas vezes esteve frente a frente com os capoeiras no banco dos réus, e pode ver de perto o poder do círculo de proteção e cumplicidade montado para livrá-los das malhas da justiça. (97)

Militante republicano, sobreviveu a diversas tentativas de exonerá-lo do serviço público, não somente por sua renomada competência jurídica, mas também por iniciativa do próprio Imperador Pedro II, que recusou propostas nesse sentido vindas até do Conselho de Ministros.(98)

Essa contradição sobreviveu até o despontar da Guarda Negra, no célebre conflito da Travessa do Barreira, dia 30 de dezembro de 1888. Ao lado de Silva Jardim, resistiu à bala as tentativas dos capoeiras de invadir o recinto da Sociedade Francesa de Ginástica. Demite-se da Promotoria Pública da Corte, tendo em vista, certamente, ter mais tempo para se dedicar à propaganda republicana.

No centenário da Revolução Francesa, em 14 de julho de 1889, na passeata organizada pelas sociedades republicanas no centro do Rio, estava na linha de frente da resistência às diversas tentativas de navalhistas da Guarda Negra em dispersar os ativistas.

Antes funda um jornal, *O Correio do Povo*, para divulgar mais amplamente suas idéias. Partidário de uma república revolucionária, nos moldes da ideologia jacobina da França de 1789, Sampaio era membro do estreito círculo de amigos e discípulos de Silva Jardim, de quem compartilhava os ideais positivistas e fervorosos.

Os violentos encontros com a "ralé monarquista" da Guarda Negra da Redemptora só amadureceram o sentimento autoritário e o compromisso com a "ditadura positiva", razões maiores do ideário jacobino do Brasil do final do século XIX.

No 15 de novembro, enquanto as tropas e a população da cidade esperavam ansiosas, as decisões tomadas pelas cúpulas políticas, ele foi pessoalmente discursar para a tropa, para garantir sua adesão ao novo regime.(99) Como prêmio, é chamado poucos dias depois perante o Generalíssimo Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório para assumir o importante cargo de Chefe de Polícia do novo Distrito Federal, ex-Corte. Ele pede, como condição única, carta branca para livrar a cidade e o regime dos seus antolhos monarquistas.

Sampaio Ferraz já tinha em mente sua obra principal: livrar a cidade dos capoeiras, aliados indissolúveis dos conservadores e da monarquia.

O primeiro mês de sua gestão como senhor supremo do aparato policial na cidade foi de cuidadosa preparação. Nada poderia dar errado na hora de jogar a rede sobre sua presa.

Com o auxílio de um pequeno mais ardiloso grupo de informantes, eles mesmos capoeiras e velhos conhecidos da polícia, organizou uma lista de nomes e endereços. Sampaio inovaria em relação ao que foi tentado antes. Ele não buscaria os capoeiras nas margens da cidade, em emboscadas, como Ludgero, nem esperaria que agissem para colocar as mãos neles, como Tito de Mattos. Sua estratégia primordial era pegar os capoeiras na porta de casa, literalmente falando.

Outro fator decisivo para Sampaio era prender primeiro os mais perigosos. Ele sabia que os chefes de malta, os mais antigos, aqueles que desfrutavam de maior posição social, (a "Turma da Lyra", como eram chamados) eram o núcleo fundamental, em torno

do qual as maltas existiam. Colocando-os fora de combate em primeiro lugar ele desarticularia a própria reprodução da capoeira na cidade, na medida que estes chefes eram responsáveis pelo ensino da "arte" aos mais novos.

Era importante deter primeiro, também, aqueles que eram oriundos das classes mais abastadas, filhos de famílias ilustres, de linhagens aristocráticas, mas que se destacavam nas cabeçadas e rasteiras: os "Cordões Elegantes", como eram conhecidos.

Como medida preparatória, Sampaio Ferraz dissolve a polícia secreta, célebre reduto dos capoeiras na instituição policial, isso logo nos primeiros dias do regime, sob os aplausos da imprensa:

Deparando no Boletim da República Brasileira, consta lá ter o atual governo dissolvido a polícia secreta. Eu, obscuro porém sincero crente da moralidade das doutrinas e do governo democrático, aplaudo tal ato, chamando: HOSANA aos caracteres egrégios que, iniciando o governo começam por afastar de si os incorrigíveis capoeiras e malandrins, que eram a origem do desprestígio e desmoralização do governo do Império; HOSANA aos magistrados ilustres que se apressam em repudiar auxiliares codinominados Carrapetas, João Costeletas, Landuzas, etc etc.... (100)

A extinção da Polícia Secreta tinha o objetivo de desmantelar a rede de informantes e aliados que os capoeiras mantinham na coração do aparelho repressivo. Sampaio jogava hábil cartada, demonstrando conhecer seu rival.

Em pouco menos de um mês a lista de nomes estava pronta. No dia 10 de dezembro de 1889 Sampaio Ferraz deu início a sua tão esperada ofensiva policial. A imprensa deu apoio imediato :

Bravo: a capoeira é a praga pior que o Império nos legou. Quando a policia se resolvia a reprimir os exercicios de capoeiragem, as medidas tomadas limitavam-se a assinatura de termo de bem viver e a dois ou três dias de prisão. Da prisão saía o capoeira com a vida garantida: Alistava-se na policia secreta.(101)

Através do artigo de Marcos Bretas sobre a repressão aos capoeiras no Governo Provisório vemos como a frenética ação policial nestes dias se desenvolvia em comum acordo com os "A Pedidos" dos jornais, pelos quais os moradores de classe média delatavam ao Chefe de Policia os nomes e os paradeiros de capoeiras, antigos desafetos. Cumprindo o ritual dos momentos de perseguição, os capoeiras entram aos magotes nas colunas policiais:

CAPOEIRAS. Graças as ordens terminantes do Dr. Sampaio Ferraz, chefe de policia, os guardas civicos prenderam hontem alguns individuos conhecidos por capoeiras.

O sr. Lima, Subdelegado do 1º Distrito de Sacramento, rondando na madrugada de hontem as ruas do Distrito de sua jurisdicção, prendeu 16 individuos conhecidos como capoeiras.

No 2º Distrito do Sacramento foram presos por serem capoeiras, Galdino Pereira da Paixão, Paulino Ribeiro de Almeida, Pedro Pereira Neto e João Gomes da Silva

Por ocasião da manifestação feita hontem ao sr. Ministro da Agricultura, quando formava o préstito em frente ao antigo Paço, forão presos oito capoeiras(102)

Por coincidência, no dia 10 de dezembro falecia o Conselheiro João Fernandes Costa Pereira, ministro do Visconde de Rio Branco e de João Alfredo. Um sinal simbólico do fim da velha ordem conservadora.(103)

Através dos registros da Casa de Detenção, uma das escalas dos capoeiras antes de irem para Fernando de Noronha, podemos acompanhar o gradual aumento de intensidade das prisões. Uma semana depois do golpe republicano, o primeiro capoeira, de nome

Joaquim da Trindade, caía nas mãos do "cavanhaque de aço". Como demonstrando a confusão inicial, ele é solto um mês depois, para ser preso de novo e ainda entrar na primeira lista de deportados. (104)

Como num mergulho no passado, a primeira grande leva a entrar na casa veio da freguesia da Glória, célebre reduto da extinta "Flôr da Gente". No dia seguinte, 9 de dezembro, um velho conhecido de Sampaio Ferraz adentra o histórico presídio: Domingos Soares Calçada, ou Dominguinhos da Se, com o nome falso de Francisco Soares Calçada Junior, capoeira conhecido em toda cidade, que teve oportunidade de defrontar-se com o promotor público Sampaio Ferraz em duas ocasiões. (105)

O próximo bairro que seria vítima da senha policial foi Santana. Nada menos que dez capoeiras ali presos pernoitam na Casa de Detenção na noite de 13 para 15 de dezembro.

Para varrer a capoeira da cidade, Sampaio Ferraz precisava destruir antigas lealdades. Praças, guardas ou soldados, que demonstrassem ser ainda fiéis aos antigos companheiros de malta poderiam esperar ter o mesmo destino:

Ficam presos: o soldado da 8ª Comp. Manuel Vieira, por ter alterado e ameaçado uma patrulha que prendera um indivíduo seu afeiçoado... (106)

Neste mesmo sentido deve ter sido o motivo da determinação de incorporar no contingente policial do Rio grande número de soldados oriundos de São Paulo, como podemos detectar em diversas ordens do dia. Era possível que Sampaio Ferraz não confiasse na polícia carioca, trazendo contribuição de outros estados para tão

melindroso serviço?(107)

De qualquer maneira, a varredura contra os capoeiras chegou também às forças armadas, redutos tradicionais dos navalhistas. Sampaio Ferraz resistiu aos apelos corporativos habituais e às tentativas de parentes e amigos de libertar seus conhecidos do destino em Fernando de Noronha. Até mesmo o Ministro do Interior, Francisco Glicério, era mobilizado para dar guarida aqueles presos pela mão implacável do novo Chefe de Polícia :

Remeto-vos para que informeis os inclusos papéis em que o 1º tenente e 1º maquinista da Armada José Joaquim de Sacramento pede se mande dar baixa do serviço do exército em seu filho Justino Teodoro do Sacramento, preso pela polícia da capital como capoeira e desordeiro.(108)

Remeto-vos para tomar em consideração que merece o requerimento em que o Alferes Duarte José Teixeira pede diversas certidões a respeito de seu filho Duarte José Teixeira, que consta ter sido preso como capoeira e ter tido o respectivo destino.(109)

Com o cerco se fechando no Rio, diversos capoeiras tentam fugir para a periferia, mas são igualmente açoitados pelo longo braço da lei. Entre estes Fernão Diogo, ou Diogo da Lapa, ou Diogo Francisco de Oliveira, capoeira emérito, participante da Guarda Negra, preso em Niterói como mascate.(110)

No final de dezembro a lista estava completa. Cinquenta e nove

dos capoeiras mais importantes, hábeis e conhecidos de toda a cidade, e até do país, estavam engaiolados em Santa Cruz, esperando despacho para o norte.

Seria o misterioso J.S., personagem da nossa introdução, o

Joaquim da Silva, preso no dia 23 de dezembro na rua do Catete, de cor branca, padeiro, nascido em Braga, Portugal? É difícil afirmar.(111)

No dia 1 de janeiro do ano novo de 1890 Sampaio Ferraz visitaria suas vítimas na Fortaleza de Santa Cruz, cuidando meticulosamente de tudo, para que nada saísse errado.(112) Estava montado o cenário para o último ato.

No dia 2 de janeiro o vapor Madeira saía barra fora, levando para o esquecimento o "Império de Navalha".

A batalha não estava vencida. Os meses de janeiro e fevereiro seriam de febril atividade. O Príncipe Obá II, herói do Paraguai, amigo pessoal do Imperador, perde suas regalias, e passa a ser um plebeu qualquer:

E QUE TAL O PRÍNCIPE? Anda as voltas com o sr. 4º Delegado de Polícia o príncipe Obá II D'África, por haver insultado e maltratado o dono da casa onde reside. à rua da Alfândega, quando este foi exigir pela alugueis atrasados.(113)

A imprensa da capital foi unânime em apoiar as ações do novo homem forte do regime. A lenda do "Cavanhaque de Aço" se forjava nas páginas dos jornais:

MEDIDAS NECESSÁRIAS. O sr. Sampaio Ferraz, Chefe de Polícia, tomou a si uma das medidas mais dignas que um magistrado pode levar a efeito no cumprimento dos seus deveres - o banimento da capoeira da nossa sociedade.

Elemento pernicioso e perverso, que servia nos tempos da monarquia aos candidatos fracos para vencer eleições, o capoeira transformou, por vezes, esta cidade a mais importante da América do Sul, em teatro dos seus crimes, levando o terror por toda parte onde o sangue pudesse assinalar sua passagem funebre...Feliz-

mente o distinto moço que se acha a frente de nossa policia não pretende dar caça unicamente aos capoeiras e suas medidas coercitivas vão se estendo, segundo nos informam, a certas mulheres que tanto deturpam os sentimentos de moralidade desta capital.(114)

Prostitutas, curandeiros, vigaristas, capoeiras, desertores, jogadores, feiticeiros. Toda a imensa fauna do "Bas Fond" fluminense do final do século foi alvo da onda moralizadora da gestão Sampaio Ferraz. Não por acaso ele é colocado, junto com Oswaldo Cruz e Pereira Passos, como um dos grandes "regeneradores" da capital da Republica, à custa, como seus predecessores, de muito sofrimento alheio.

Os primeiros meses de 1890 foram de frenetica atividade. Mesmo com a nata dos capoeiras no exílio, ainda sobravam muitas "sarandajes" (pequenas maltas) para serem presas.

Nesse interim, em abril, chegava quem Sampaio esperava. Acompanhando pessoalmente as diligencias que prendiam capoeiras (o que fazia com frequencia) ele encontrou, na rua do Ouvidor, observando as lojas elegantes, o príncipe dos Cordões elegantes": José Elysió dos Reis, o célebre Juca Reis, o mais arruaçeiro capoeira da antiga Corte.

Ele vinha de Portugal, e estava no Rio para assistir a partilha da herança de seu abastado pai, falecido havia pouco tempo. Alguns anos fora do Brasil, talvez estivesse esquecido das antigas rixas. Mas Sampaio Ferraz não. Pessoalmente lhe dá voz de prisão, e o remete imediatamente à Detenção.

A prisão de Juca Reis repercute imediatamente na imprensa e nos círculos políticos. Seu pai, o Conde de Matosinhos, era proprietario do *O País*, jornal a serviço da campanha republicana.

Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, cliente político do Conde de Matosinhos, reclama no Conselho de ministros contra o envio do rapaz para Fernando de Noronha.(115)

Quintino, representante do Partido Republicano no novo governo, joga todo o peso do seu prestígio, e lança um ultimato: se José Elysio dos Reis for para Fernando de Noronha, no mesmo dia ele sai do ministério. Colocado na mesa do conselho de ministros, a exigência cai como uma bomba. A demissão de Sampaio Ferraz, a outra alternativa, retiraria um dos seus mais populares funcionários.

Sampaio já esperava a tempestade. Conhecedor de longa data dos subterfúgios usados pelos navalhistas para fugir da punição, até porque ele mesmo é hábil jogador de capoeira e sabe que as relações pessoais, e de família, eram um poderoso instrumento de impunidade.(116)

Jovens, geralmente na passagem da adolescência para a juventude, os capoeiras usufruíam desta condição para se protegerem. Sua experiência como promotor público durante oito anos lhe mostrou isso diversas vezes. Juca Reis, como também o filho do Visconde de Rio Branco, e muitos outros jovens da elite, tinham inegável atração pela rasteira e a cocada. E Juca Reis tinha o agravante de, desde muitos anos, ser antagonista permanente dos propagandistas republicanos.

Sampaio sabia que se cedesse, pelo menos em público, seu prestígio junto a classe média cairia vertiginosamente, sem contar o risco da onda de impunidade que isso acarretaria. Juca Reis era para ele um símbolo. Símbolo da elite que dominou a Corte du-

rante muitas décadas, e fez da capoeira um instrumento de poder.

Na queda de braço com Quintino, sofrendo pressão até mesmo de Deodoro, Sampaio não cede, e Juca Reis é mandado para Fernando de Noronha em 1^o de maio, no vapor Arlindo. No dia 12 de junho de 1890 ele desembarcava em Fernando de Noronha do vapor Jaboaão.(117)

O resto do ano de 1890 seria ainda de prisões frequentes. Sampaio não queria deixar o menor vestígio das maltas na cidade. Muitos inocentes, como J.S., devem ter embarcado na vaga representativa.

Os registros da Casa de Detenção para o segundo semestre de 1890 mostram ainda repetidas prisões, apesar de serem raras, agora, as prisões em grupo, de grandes maltas, como mostramos no 3^o capítulo.

Em 11 de outubro de 1890 o novo Código Penal da República realizava o que a monarquia não tinha conseguido em quase cinqüenta anos de regime: transformar a capoeira de delito ou contravenção em crime:

**"CAPITULO XIII
Dos Vadios e Capoeiras**

Art. 402 - Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta ou incutindo temor, ou incutindo temor ou algum mal:

Pena: De prisão celular de dois a seis meses.

Parágrafo único - E considerada circunstancia agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro.

Art.403 - No caso de reincidência será aplicado

ao capoeira, no grau máximo a pena do art. 400. [Pena de um a tres anos em colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim serem aproveitados os presídios militares existentes. Nota do autor.]

Parágrafo Único - Se for estrangeiro será deportado depois de cumprir a pena.

Art.404 - Se nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicídios, praticar lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, e perturbar a ordem, a tranquilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes."(118)

Dois dias depois Manoel Francisco de Paula, 35 anos, cor preta, lustrador, filho de Francisco e Maria, morador na rua do Conde, era o primeiro acusado do crime de "capoeiragem".(119)

Até 1932, portanto durante os próximos quarenta anos, a capoeira vai entrar no rol dos crimes definidos no Código Criminal, liberada afinal por decreto do então presidente Getúlio Vargas.(120)

A pratica de Sampaio Ferraz para extinguir o "flagelo" da capoeira se torna lei, cristalizando a repulsa do regime republicano pela antiga "arte".

A carreira de Sampaio como "o vencedor dos capoeiras" encontraria seu fim em novembro deste ano, como reflexo da crise instalada com a tentativa de empastelamento do jornal *A Tribuna*. Sampaio Ferraz, em seu último despacho com o Ministro da Justiça, campinense como ele, receberia o tributo da nova ordem republicana.(121)

Mesmo com sua saída do cargo, a deportação de capoeiras continuaria, como se vê deste pequeno artigo publicado quase um ano depois no recém-inaugurado *Jornal do Brasil*:

DESERTOR. Foi ontem mandado apresentar ao Dr. Chefe de Policia, Alexandre Ferreira da Silva, encontrado em exercicios de capoeiragem na rua da Carioca. Para escapar de Fernando (sic) declarou ser desertor da escola de aprendizes marinheiros.(122)

EPILOGO

A caçada aos capoeiras levada a termo pelo "Cavanhaque de Aço" não extinguiu a capoeira das ruas do Rio. Na Revolta da Vacina, em 1904, a navalha e a rasteira fariam sua reentrada para serem de novo "banidas". Sampaio Ferraz representou, sim, o fim de uma situação politica e social, dentro da qual os capoeiras estavam plenamente integrados.

Longe de serem um resquicio dos tempos da escravidão, ou um ranço dos piores momentos do regime monarchico, a capoeira era parte integrante da sociedade carioca do século XIX. Braço mais vigoroso de uma "cultura da rua" que dominou a Corte durante cem anos, ela, longe de diminuir ou perder vigor, cada vez mais se fortalecia com o correr dos anos em comunhão com a "civilização" e o progresso urbano que marcaram a história da cidade nestes anos.

Sintomático que, Sampaio Ferraz, para cumprir sua promessa feita em dezembro de 1887, teve de jogar no lixo todo seu saber jurídico e legislativo acumulado durante anos. Mais que ninguém ele tinha plena consciência de que remover a capoeira da cidade do Rio de Janeiro era trabalho para um regime político de absoluto arbitrio e autoritarismo, sem respeitar as mais mezinhas regras do direito, tão ao gosto da elite juridica do tempo

Se fosse apenas uma questão de proteção politica, por par-

te dos donos do poder do velho regime, como colocam tão frequentemente os literatos da "Belle Epoque", apenas a atitude arbitrária da ditadura republicana instalada em 15 de novembro daria cabo do problema. Mas a capoeira era parte inerente do tecido social e cultural da sociedade fluminense do século passado. Extirpá-la exigia uma ação drástica, em vários níveis. Como um cirurgião positivista, Sampaio Ferraz abriu uma ferida que demoraria muitos anos para ser cicatrizada.

A repressão cíclica aos capoeiras na segunda metade do século foi uma página importante da história da consolidação do Estado brasileiro. Prática lúdica, forma de resistência, memória gestual, símbolo de identidade, meio de sobrevivência no ambiente urbano, ou quaisquer outros significados possíveis, a capoeira nos impõe a necessidade de irmos fundo na busca da gênese cultural de nosso povo como base maior da construção do país.

O complexo e rico labirinto cultural que se esconde atrás dos expansivos golpes da capoeiragem antiga ainda clama luz para ser, afinal, atravessado.

NOTAS DO CAPITULO 6

- 1 - *Gazeta de Notícias* 15/03/1878
- 2 - *A Rua* 13/08/1920
- 3 - ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: Estudos Sobre Escravidão Urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes, 1988, pp.35-40
- 4 - Códice 324, folha 61, 26/06/1833, Arquivo Nacional (AN)
- 5 - *Ofícios do Chefe de Polícia ao Ministro da Justiça* Ij6 212, 14/06/1849, AN
- 6 - "Relatório do Diretor da Casa de Correção", IN BRASIL - Ministério dos Negócios da Justiça *Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa* 1855
- 7 - AN Ij6 212, 16/06/1849
- 8 - AN Ij6 217, 20/01/1854
- 9 - AN Ij6 216, 15/06/1853
- 10 - CASTRO, Jeanne Berrance de. "A milícia cívica como meio de integração étnica" IN *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*, São Paulo, ed. Nacional, 1977
- 11 - Sobre repressão aos capoeiras por recrutamento militar ver Ij6 484, 24/02/1859, Ij6 484. 24/02/1859 e Ij 216, 15/10/1853.
- 12 - AN Ij6 216, 15/10/1853
- 13 - Sobre viajantes estrangeiros no Rio de 1850 ver SOARES, Luis Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century: Rio de Janeiro*, P.H. D. University of London, 1988 e COTTRILL, Robert J. "Comparative Slave Studies: Urban Slavery as a Model, Travelers' Accounts as a Source - Bibliographic Essay" IN *Journal of Black Studies* vol.8, No 1, Setembro 1977, pp.3-12
- 14 - "Mappa Demonstrativo do Número de Individuos Recolhidos ao Xadrez da Polícia em o Anno de 1860 e Quaes seus Crimes" IN BRASIL - Ministério dos negócios da Justiça...1860. Estas tabelas se

repetem de 1856 até 1873

15 - SODRE, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p.205.

16 - *Diário do Rio de Janeiro* 26/01/1865

17 - *Diário do Rio de Janeiro*. 24/01/1865

18 - Ofícios do Chefe de Polícia ao Comandante do Corpo Militar de Polícia da Corte 16/09/1865. IN *31 de Voluntários: Assuntos Diversos*, Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro (AGPMRJ).

19 - Ofícios do Chefe de Polícia...25/05/1865 *31 de Voluntários: Assuntos Diversos*, AGPMRJ.

20 - *Jornal do Comércio* 16/08/1865.

21 - SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 67.

22 - COSTA, Nelson. "Rio de Janeiro de Hontem e Hoje" IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, no Especial, 1985, p.383.

23 - *Ordens do Dia do Corpo Militar de Polícia* 16/12/1869, AGPMRJ.

24 - CASCUDO, Luis da camara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1964, pp.668-669

25 - *Jornal do Comércio*, 10/01/1872 e 22/07/1872. *Diário do Rio de Janeiro*, 22/07/1872

26 - *Diário Oficial* 18/08/1872

27 - Entre 1866 e 1871 o crime de capoeira deixou de ser mencionado como causa de entrada no xadrez da Polícia, conforme os relatórios do Chefe de Polícia. Ver "Mappa Demonstrativo do Número de Presos Recolhidos ao xadrez da Polícia durante o Anno de...Com Especificação das Autoridades e a Ordem de quem foram remetidas ao seu Destino" in *Relatorios do Ministro dos Negócios da Justiça*, 1866 à 1871.

28 - *Ofícios do Chefe de Polícia da Corte*, l.jó 518, 28/06/1871, AN.

29 - BRASIL - Relatório do Ministro dos Negócios da Guerra...1871, pp.3-4

- 30 - CONRAD, Robert *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 31 - ver THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, e CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 32 - As tentativas de modificar esse dispositivo penal deflagrou novas polêmicas ainda em 1886. ver *Anais da Câmara de Deputados* 18 e 27 de setembro de 1886. pp.238-249 e pp.298-302.
- 33 - Diário do Rio de Janeiro, 24/01/1872
- 34 - ABREU, Plácido de. *Os Capoeiras*. Tip. da Escola Seraphim Alves de Brito, s.d.
- 35 - O jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou várias cartas e manifestos de conservadores criticando os dirigentes do governo, como em 12/04/1872 o manifesto intitulado "O Partido Conservador e o Sr. Visconde de Rio Branco", onde a dissidência partidária faz severas críticas contra o Chefe do Gabinete.
- 36 - Ver "Súplica da Lavoura" in *Diário do Rio de Janeiro*, 27/07/1872.
- 37 - *Diário do Rio de Janeiro* 16/01/1872.
- 38 - *Jornal do Comércio* 09/01/1872
- 39 - "O Sr. Dr. Chefe de Polícia manda fazer público que foram expedidas terminantes ordens para ser fielmente observado o Título 8, 2ª parte, da postura municipal que proíbe o entrudo, achando-se implicitamente compreendida naquela disposição o facto de se lançar sobre alguém, nas ruas ou lugares públicos, qualquer quantidade de água com cheiro, ou sem elle, por meio de instrumentos vulgarmente conhecidos por esguichos, borrachinhas ou bisnagas. Outrossim manda o Exm. chefe fazer público que é proibido nos passeios e bailes mascarados, durante o carnaval, o uso de armas offensivas..." *Diário do Rio de Janeiro* 09/02/1872.
- 40 - "Registro de Avizos do Ministro da Justiça a Diversas Autoridades", Ij6 20, 23/07/1873, AN.
- 41 - *Diário do Rio de Janeiro*, 28/01/1872 e 31/01/1872.
- 42 - *Diário do Rio de Janeiro*. 05/02/1872.
- 43 - *Jornal do Comércio*, 27/01/1872.
- 44 - *Diário do Rio de Janeiro*, 08/02/1872.
- 45 - *Diário do Rio de Janeiro*, 09/03/1872.

- 46 - *Diário do Rio de Janeiro*, 30/03/1872.
- 47 - *Diário do Rio de Janeiro*, 15/04/1872.
- 48 - Ver acima. 25/03/1872.
- 49 - *Diário Oficial*, 18/08/1872.
- 50 - *Gazeta de Notícias* 02/01/1878.
- 51 - *Jornal do Comércio*, 01/01/1878.
- 52 - ABREU, Plácido de *op.cit.* p.4
- 53 - *Gazeta de Notícias* 28/01/1878.
- 54 - *Gazeta de Notícias*. 29/01/1878.
- 55 - *idem*.
- 56 - *Jornal do Comércio* 29/01/1878.
- 57 - *idem*.
- 58 - *Gazeta de Notícias* 06/02/1878.
- 59 - *Gazeta de Notícias*. 04/02/1878.
- 60 - Ofícios do Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra, Ijé 22, 08/02/1878,AN.
- 61 - *Gazeta de Notícias* 26/02/1878.
- 62 - Dos processos-crimes que vamos analisar damos a relação a seguir:
- A - ameaças - 1873 - Jesuíno José de Almeida Gouveia, capoeira tenta evitar a prisão de um companheiro de malta, e ameaça o sub-delegado
- B - ofensa física - 1874 - Fernando Izidoro da Conceição, capoeira conhecido da freguesia de Santo Antonio investe de navalha contra o dono de um botequim, que o tinha repreendido por estar "gingando com gestos de capoeira"
- C - ofensa física - 1880 - No carnaval, Pedro Manuel Caetano da Cruz ataca um menor barbeiro, é perseguido pela polícia, e se defende com "gestos de capoeira".
- D - ofensa física - 1881 - Eduardo Gonçalves Navarro fere gravemente com uma navalha um pardo e depois se esconde numa estalagem.

E - furto - 1883 - Antonio pereira da Silva, além de jogar capoeira na festa de São Pedro é acusado de furto.

F - ofensa física - 1886 - Francisco Guilherme Brum, com diversas entradas na Casa de Detenção, se envolve numa briga de estalagem.

63 - *Jesuino José de Almeida Gouveia*, réu, mss. caixa 47, processo 9, Arquivo Judiciário, (AJ).

64 - Livro de Matrícula da Casa de Detenção Nº 3956, Jesuino José de Almeida Gouveia, preso em 09/08/1868, 20 anos, natural da Corte, pardo, casado, guarda-urbano, morador na rua Nova do Ouvidor. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, (AP).

65 - Fernando Izidoro da Conceição, réu, mss. caixa 49, processo 9, AJ.

66 - Pedro Manuel Caetano da Cruz, réu, mss. caixa 58, processo 10, AJ.

67 - Eduardo Gonçalves Navarro, réu, mss. caixa 23, processo 3, AJ.

68 - Antonio Pereira da Silva, réu, mss. caixa 135, processo 3, AJ.

69 - Francisco Guilherme Brum, réu, mss. caixa 68, processo 9, AJ.

70 - Ver HOLLOWAY, Thomas. "A healthy terror: police repression of capoeiras in nineteenth-century Rio de Janeiro." in *Hispanic American Historical Review*. 69:4, 1989, Duke University Press, pp.637-676.

71 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte, anexo ao *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça*, 1881.

72 - iden.

73 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte...1882

74 - Em 1874 a reforma da Lei de Recrutamento acabou com as campanhas arbitrárias como única forma de preencher contingentes, como durante a Guerra do Paraguai, instituindo o sistema de sorteio, mas manteve a prisão nos quartéis como forma de punição para vadios e criminosos.

75 - Relatório do Chefe de Polícia...1882.

76 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte...1883, p.4

77 - KOZERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943, p.235

- 76 - BARRETO FILHO, Mello e LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1943, p.115
- 79 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1883. p.4.
- 80 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte, 1883, p.9.
- 81 - Anaes da Câmara dos Deputados, 12/08/1887, p.190.
- 82 - Relatório do Chefe de Polícia da Corte...1883, p.43
- 83 - Adolfo Ferreira Nogueira, ex-escravo de Dona Roza Ferreira Pinto, reu, mass. maço 9, processo 2, 1885. folha 34.
- 84 - TAUNAY, Afonso. *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II*, Rio de Janeiro, livraria Agir, 1947, p.213.
- 85 - POMPEIA, Raul. "A Navalha do Sr. Coelho", *Obras Completas*, vol.5, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, - OLAC, 1982, p.129-131, IN BRETAS, Marcos Luiz. *A Queda do Império de Navalha e da Rasteiras: A República e os Capoeiras Casa de Rui Barbosa*, 1989, mimeo.
- 86 - MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*, Brasília, UNB, 1987, p.148.
- 87 - *Cidade do Rio* 24/07/1888.
- 88 - *Relatório do Ministro dos Negócios da Justiça*, 1889.
- 89 - *Novidades*, 09/01/1891.
- 90 - *Novidades*, 13/01/1891.
- 91 - *Novidades*, 15/01/1891.
- 92 - *Novidades*, 09/02/1891.
- 93 - *Novidades*. 5, 7, 9, 13, 14 e 15/01/1891, e 7 e 9/02/1891.
- 94 - MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de. *História da Polícia Militar do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Tip. da Polícia Militar, 1926, Vol.I,p.345.
- 95 - *Vida Policial* 14/03/1925.
- 96 - *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XVI, CXXVI, 1949, p.68.
- 97 - *ibid.* p.72.
- 98 - *ibid.* p.75

- 99 - *O Paiz* 18/11/89.
- 100 - *Cidade do Rio*, 10/12/1889. IN BRETAS, Marcos. *op. cit.*. p.16.
- 102 - *Jornal do Comércio*, 12/12/1889.
- 103 - *Correio do Povo* 10/12/1890.
- 104 - *Livro de Matrícula da Casa de Detenção*, ficha 4105, Joaquim da Trindade, cor fula, 23 anos, trabalhador, morador na rua da América, preso em 23/11/89 e solto em 26/11/89. AP. Desembarcou em Fernando de Noronha em 23/01/1890, na primeira leva. *Livro de Ocorrências de Fernando de Noronha*. IIj7 82, 24/01/1890, AN.
- 105 - *Correio do Povo*, 25/12/1889.
- 106 - "Ordens do Detalhe do Corpo Militar de Polícia do Município Neutro, 1889-1890" 14/12/1889. AGPMRJ.
- 107 - *ibid.* 19/12/1889.
- 108 - "Registro de Avisos a Diversas Autoridades da Corte" Ij6 24, 28/02/1890, AN.
- 109 - *ibid.*, 04/03/1890.
- 110 - *Livro de Ocorrências de Fernando de Noronha*, IIj7 82, 24/01/1890 AN. e *Novidades* 28/12/1889.
- 111 - *Livro de Matrícula da Casa de Detenção* 23/12/1889, ficha 9405, AP.
- 112 - *Jornal do Comércio* 01/01/1890.
- 113 - *Jornal do Comércio* 05/03/1890.
- 114 - *Diário de Notícias* 02/01/1890.
- 115 - ABRANCHES, Dunche de. *Actas e Actos do Governo Provisório, Obras Completas*, 3o Ed. Rio de Janeiro, Oficinas Gáficas do *Jornal do Brasil*, 1953, pp.168-72.
- 116 - BRETAS, Marcos. *op.cit.* p.8
- 117 - *Livro de Ocorrências de Fernando de Noronha* IIj7 82, 12/06/1890. Na fixação igualitarista de Sampaio Ferraz, Juca Reis seria deportado na 3o classe do vapor, junto com os outros presos, destacado para os trabalhos de faxina, e ainda receberia uma punição em 01/07/1890, ficando recluso no presídio, possivelmente por não estar habituado a tal regime.

118 - *Código Penal Brasileiro contendo Leis, Decretos, Decisões dos Tribunais, avisos do Governo, cálculo de pena, penas, figurados todos os casos e um índice alfabético pelo Dr. Manuel Clementino de Oliveira Escorel* São Paulo, Tip. da Cia. Industrial de São Paulo, 1893. in MARINHO, Inezil Pena. *A Ginástica Brasileira*(resumo do Projeto Geral) 2ª edição, Brasília, 1982. pp. 28-30

119 - *Livro de Matrícula da Casa de Detenção nº4048, ficha 3559, 13/10/1890.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

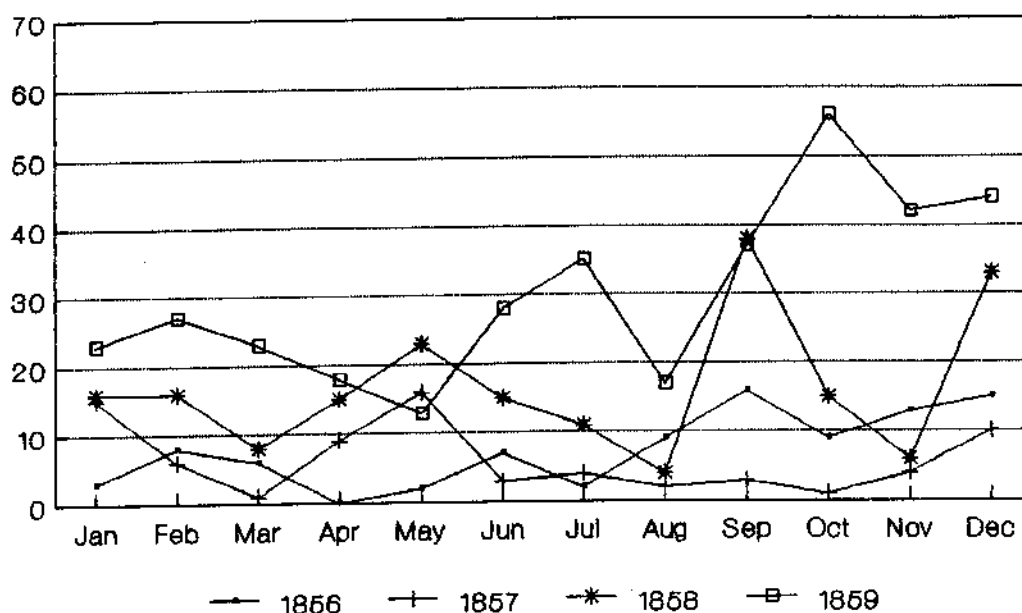
120 - AREIAS, Almir das. *O que é capoeira* Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1983, 3ª edição, p.63

121 - *Avizos do Ministro da Justiça à Diversas Autoridades* Ijô 24, 15/12/1890. "Tendo-vos concedido com pesar a dispensa que pediste do cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, não posso deixar de testemunhar que o Governo Provisório reconhece os relevantes serviços que durante um ano, a contar da memorável dia 15 de novembro de 1889, prestastes a causa da República nas difíceis circunstâncias da reconstituição política do país, mantendo com inextinguível zelo e dedicação, sempre inalterados, a ordem pública e a segurança individual, e deste modo coadjuvando eficazmente o Governo Republicano na melindrosa quadra que acaba de atravessar. Por tão poderosos motivos tenho a satisfação de louvar-vos, consignando a gratidão do Chefe de Estado e de todo ministério, de que faço parte, pela maneira sumamente satisfatória por que desempenhaste a árdua tarefa que foi incumbido.

Saúde e Fraternidade, Manuel Ferraz de Campos Sales, ao Coronel João Batista Sampaio Ferraz. 15 de dezembro de 1890."

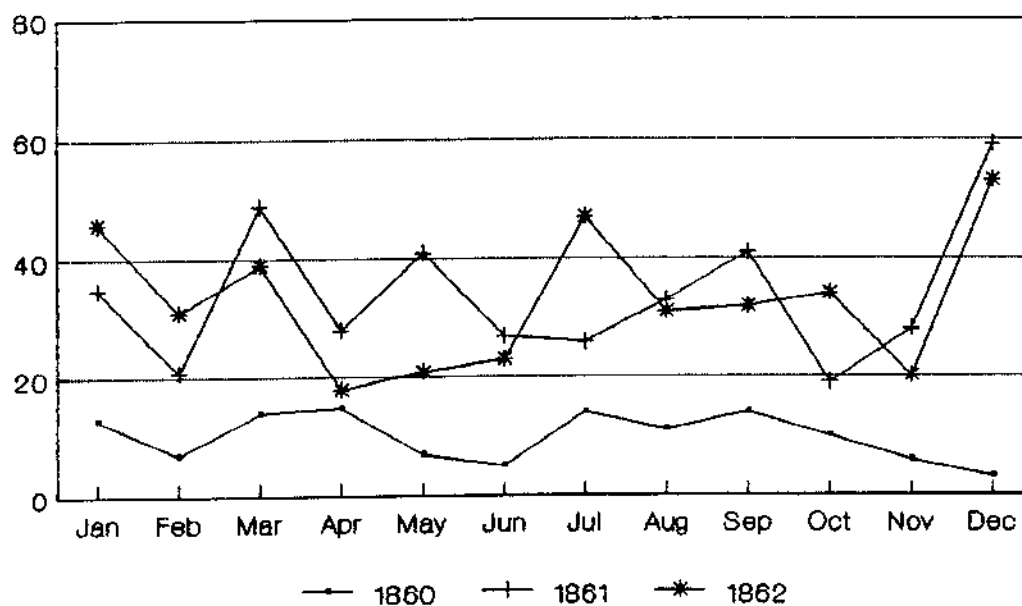
122 - *Jornal do Brasil* 30/01/1891.

grafico 26
PRISOES POR CAPOEIRA
Xadrez da Policia (1856-1859)



Rel. do Chefe de Policia da Corte

grafico 27
PRISOES POR CAPOEIRA
Xadrez da Policia (1860-1862)



Rel. do Chefe de Policia da Corte.

CONCLUSÃO

A saga dos capoeiras no Rio de Janeiro de Pedro II ainda guarda muitos dos seus mistérios encerrados nos arquivos policiais. Nessa travessia, que agora finalizamos, encontramos mais perguntas que respostas, mais lacunas que soluções. Mas temos elementos que podem formar um quadro minimamente sólido, mesmo com certas partes em branco, do que representaram os capoeiras e a capoeiragem na Corte Imperial na última metade do século passado.

Podemos ter certo que a capoeira significou muito mais que a "arma do escravo" no ambiente urbano, ou o recurso de resistência do pobre frente a violência do Estado. A capoeira, com suas maltas e sua geografia peculiar, exprimiu uma política de rua muito especial da Corte, onde facções da massa trabalhadora urbana estavam em permanente conflito, disputando zonas de influência, freguesias e bairros, numa guerra ininterrupta pela primazia na urbs.

Um tabuleiro de xadrez muito complexo, onde a luta de posições das maltas se confundia com os embates político-partidários da elite dona do poder, notadamente nas épocas de eleições quando a classe dirigente jogava seu destino político nos ombros dos "phosphoros".

Muito além de uma "luta negra" a capoeira foi um ponto de partida na história das relações raciais na cidade do Rio. No cipoal de raças e culturas que se misturavam na cidade-cortiço a

capoeira cumpriu o papel de divisor de águas, separando aqueles capazes de se adaptar ao ambiente conturbado da cidade grande dos outros não tão flexíveis e que eram rapidamente tragados pela metrópole. Na clivagem étnica que corta a cidade na passagem entre o fim do tráfico atlântico de africanos em 1850 e o crepúsculo final do trabalho escravo em 1888 a capoeira foi um marco referencial da vivência urbana, que atraía não só negros livres de todas as partes do Brasil, mas estrangeiros das mais diversas origens.

Mas a capoeira também sintetizava o êxito das culturas africanas trazidas pelo tráfico negreiro em amoldar-se e transformar-se em um ambiente de muitas maneiras inédito. A síntese cultural construída pelos africanos no ambiente da escravidão citadina teve na capoeira um representante digno. O agravamento dos conflitos inter-escravidão, dividindo "Crioulos" e "Africanos", e que de acordo com o que foi levantado explicam a natureza da formação dos Nagbas e Guayamús, se introjetaram com toda força entre os livres de todas as cores.

Essa herança carregaria também os temas da política escrava, levando libertos e livres a se defrontarem com aqueles vistos como representantes da ordem senhorial escravista, como foram vistos em outros tempos os políticos paulistas.

Mais do que um paradigma da "vadiagem" ou do "não-trabalho", a capoeira se tornou um componente inevitável no exercício de diversas profissões urbanas, como foi demonstrado pelos padrões ocupacionais daqueles presos como capoeiras. Baleiros, vendedores de jornal, condutores de bonde, carroceiros, ofícios exercidos

por escravos na metade do século eram monopolizados por portugueses e negros livres na década de 80, ao mesmo tempo que estes grupos numericamente se tornavam parcela majoritária daqueles presos como capoeiras.

No nível sócio-cultural, por mais que realçemos o conflito endêmico entre diferentes maltas temos que enfatizar o nível comum da ritualização do conflito, nível que preside a atuação de todos os grupos e que raramente era rompido. Esse nível, que discutimos em detalhe no capítulo 2, indica uma origem comum, um extrato cultural que unifica pessoas e grupos de origens as mais díspares, e um código de comportamento, que tem de ser seguido à risca, para permitir o ingresso e permanência na 'cultura capoeira'.

A presença de portugueses nas maltas de capoeiras, já acentuada nos anos 1860, indica a flexibilidade dos dispositivos culturais da escravidão urbana em enfrentar novas situações, e a capacidade dessa cultura escrava da cidade em incorporar novos grupos. Esse processo de expansão só foi cortado pelo braço repressor do regime republicano, que tentou erradicar a capoeira do Rio como uma epidemia tropical.

"Potência estranhamente indebelável", "carcinoma", "ginástica degenerada", "negregada instituição", ou quaisquer outros adjetivos, quase todos pejorativos, o que importa é que os capoeiras e suas maltas tiveram papel decisivo no jogo político da Corte durante as duas últimas décadas da monarquia. Os escritores da Primeira República, que eram mestres em apontar as mazelas do regime decaído, foram unânimes em considerar a força desses gru-

pos no jogo do poder na cidade. Mas estes mesmos cronistas, em grande parte imbuídos dos preconceitos sociais que vincaram o discurso da elite intelectual no início do século XX, eram estranhamente avessos em mostrar os segredos da capoeiragem política dos fins do XIX.

Bem mais do que "bilontras" ou "bestializados", os capoeiras do crepúsculo do regime monárquico mostravam ter uma percepção aguda da ação política da elite branca, e dos aliados possíveis no jogo fechado da política parlamentar. A aliança com os conservadores de certo deixaria intelectuais do final do século XX escandalizados.

A luta entre republicanos e a Guarda Negra, interpretada pelos contemporâneos como um conflito entre São Paulo, "a província mais impenetrável à abolição"(1) e a Corte, "morosa, oficial, explorada pela politicagem eleitoral dos chefes conservadores"(2) representou o apogeu da ação política das maltas. Podemos ler esses conflitos como fator importante na decisão da oficialidade do exército em derrubar o regime, no 15 de novembro. O golpe republicano nasceu assim também como resposta à "desordem política" do Partido Capoeira. Os aliados jacobinos da nova ordem não demorariam também em serem banidos pelo regime militar.

A participação popular na política somente retomaria níveis "assustadores" nos anos 30 e 40 do século XX. Ao mesmo tempo que a capoeira voltava ao cenário, domesticada enquanto "esporte popular"

NOTAS DA CONCLUSÃO

1 - BARBOSA, Ruy. *O anno politico de 1887*. Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Noticias, 1888. p.109.

2 - BARBOSA, Ruy. *op. cit.* p.111.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

SIGLAS

AN - Arquivo Nacional
 BN - Biblioteca Nacional
 IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 AP - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
 AGPMRJ - Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro
 AJ - Arquivo Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
 CRB - Casa de Ruy Barbosa
 AMHN - Arquivo do Museu Histórico Nacional
 RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ARQUIVO NACIONAL

Códices

Cod. 324 - Registros de Ofícios da Polícia ao Comandante da Imperial Guarda de Polícia. (1827-1829) - 2 volumes

Cod. 403 - Relações de presos feitos pela polícia (1813-1826) - 3 volumes

Ofícios da Polícia da Corte 1849-1890 Ij6
 maços 212, 216, 484, 216, 215, 217, 516, 517, 518, 519

Ofícios do Diretor do Presídio de Fernando de Noronha: ocorrências
 Ij7 82. 1890

Ofícios do Presidente de Alagoas ao Ministro da Justiça
 Ij1 373

Avizos do Ministério da justiça a diversas autoridades
 Ij6 19, Ij6 20, 21, 24, Ij1* 179

Ofícios do Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra
 Ij6 22

Documentação não identificada - GHIFI
 5F 26 (Deportações e banimentos), 1890

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Livros de Matrícula da Casa de Detenção

Livro nº 4058 - 17/08/1861 à 24/08/1861 - livres
 " nº 4059 - 16/11/1860 à 26/11/1860 - "

" no 3986 - 14/11/1861 à 20/11/1861 - "

" no 4284 - 24/08/1861 à 10/11/1861 - "

" no 3987 - 25/03/1863 à 13/04/1863 - escravos

" no 3967 - 16/05/1863 à 20/02/1864 - "

" no 3988 - 28/02/1864 à 08/04/1864 - "

" no 3956 - 08/05/1868 à 16/01/1869 - livres

" no 4052 - 11/07/1872 à 23/01/1871 - "

" no 4042 - 20/01/1875 à 23/08/1875 - "

" no 4040 - 16/04/1877 à 18/06/1877 - "

" no 3989 - 19/07/1877 à 12/08/1877 - "

" no 3965 - 18/12/1879 à 02/01/1880 - "

" no 4617 - 23/07/1879 à 21/05/1880 - escravos

" no 4041 - 03/04/1881 à 22/02/1882 - "

" no 4053 - 18/02/1881 à 16/03/1881 - livres

" no 4046 - 11/04/1881 à 16/05/1881 - "

" no 3974 - 07/08/1881 à 22/09/1881 - "

" no 4053c - 29/07/1881 à 01/08/1881 - "

" no 3981 - 24/11/1881 à 19/01/1882 - "

" no 3959 - 22/04/1884 à 08/07/1884 - "

" no 3979 - 29/11/1884 à 16/12/1884 - "

" no 4057 - 28/04/1888 à 31/07/1888 - "

" no 1889 - 13/11/1889 à 13/01/1890 - "

" no 4322 - 01/03/1890 à 30/04/1890 - "

" no 3960 - 05/05/1890 à 30/06/1890 - "

" no 3982 - 06/07/1890 à 06/09/1890 - "

" no 4048 - 13/09/1890 à 01/11/1890 - "

" no 3976 - 13/12/1890 à 25/01/1891 - "

ARQUIVO JUDICIARIO DO RIO DE JANEIRO

Joaquim Manoel da Costa, Zeferino, escravo e maximiano, escravo, réus, homicídio, maço 12, processo 1, 1874

José Eça da Cunha, réu, ofensas físicas, caixa 61, processo 8, 1882

Domingos Soares Calçada, réu, ofensas físicas, caixa 23, processo 17, 1881

Gustavo Pinto de Andrade e Thomaz José dos Santos, réus, ameaças, caixa 42, 1873

Jesuino José de Almeida Gouveia, ameaças, caixa 47, processo 9, 1873

Fernando Izidoro da Conceição, ameaças, caixa 49, processo 9, 1873

Pedro Manuel Caetano da Cruz, ofensas físicas, caixa 58, processo 10, 1880

Eduardo Gonçalves Navarro, ofensas físicas, caixa 23, processo 3, 1881

Antonio Pereira da Silva, furto, caixa 135, processo 3, 1883

Francisco Guilherme Brum, ofensas físicas, caixa 68, processo 9, 1886

Bernardino José da Costa, réu, ofensas físicas, caixa 46, processo 9, 1872

José Elycio dos Reis, ofensas físicas caixa 53, processo 5, 1877

Adolfo Ferreira Nogueira, homicídio, escravo, caixa 9, processo 8, 1885

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Código 40-3-78 - Capoeiras 1836-1861

ARQUIVO GERAL DA POLICIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

Ofícios do Secretário de Polícia da Corte ao Comandante do Corpo Militar de Polícia - 1865

Ofícios do Chefe de Polícia da Corte ao Comandante do Corpo Militar de Polícia da Corte - 1865

Ordens do Dia do Corpo Militar de Polícia da Corte - 1869-1889

31º de Voluntários da Pátria: Assuntos Diversos

Ordens do Detalhe do Corpo Militar de Polícia do Município Neutro, 1889-1890

Ordens do Dia do Corpo de Cavalaria do Distrito Federal, 1890-1892

JORNAIS

DIARIO DO RIO DE JANEIRO - 1863-1865-1872-1874

A REFORMA - 1872

FOLHA NOVA - 05/01/1885

GAZETA DA TARDE - 1888

REVISTA ILUSTRADA - 1878-1888

DIARIO DE NOTICIAS - 1888

JORNAL DO COMMERCIO - 1863-1865-1870-1872-1878-1884-1888-1890

NOVIDADES - 1889

GAZETA DE NOTICIAS - 1880-1878

O CORSARIO - 02/09/1882

A SEMANA - 1185-1886

O PARAHYBANO - 1867

A REPUBLICA - 1872-1873

O MOSQUITO - 1873
O BINOCUILO - 1881
O BONDE - 1881
CIDADE DO RIO - 1886-1889
VIDA POLICIAL - 1925
BRASIL POLICIAL - 1951
A RUA - 13/-8/1920

FONTES IMPRESSAS

Anais da Câmara dos Deputados. 1873-1886-1887
Relatórios do Ministro dos Negócios da Justiça - 1850-1890
Relatórios do Chefe de Polícia da Corte - 1857-1891
Ordens do Dia da Guerra do Paraguai - 1865-1870
Almanaque de Guerra - 1872-1889
Diário Oficial - 1872-1881
Relatório do Ministro dos Negócios da Guerra - 1871

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Dunche de. *Actas e actos do Governo Provisório Rio de Janeiro*, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1953, 3ª edição.
- ABREU, Plácido de. *Os capoeiras*, Rio de Janeiro, Tip. Seraphim Alves de Brito, 1886.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos CEBRAP* no 21, julho de 1988.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- _____. "Criminalidade Escrava e Controle Social no Rio de Janeiro (1810-1821)" in *Estudos Econômicos São Paulo*, 18 (no especial) pp.25-79, 1988.
- _____. "Slaves Crimes: The Use of Police Power to Control Slave Population of Rio de Janeiro" in *Luso-Brazilian Review* XXV, 25:1, 1988, p.28-48.
- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*, Rio de Janeiro, ed. de ouro, s.d.
- ALMEIDA, Pires de. *Brazil-Album*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1908, p.137.
- ALMEIDA, Renato. "O brinquedo da capoeira" in *Revista do Arquivo Municipal*, Vol.LXXVI, julho-agosto 1942. São Paulo.
- AMARAL, Amadeu et. alli. "Sampaio Ferraz: um vigoroso paulista na história do Brasil" in *Revista do Arquivo Municipal* ano XVI, Vol. CXXVI, São Paulo, julho-agosto 1949.
- ARAÚJO, Elísio de. *Estudos históricos sobre a polícia da Capital Federal. 1808-1831* Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1898.
- AREIAS, Almir das. *O que é capoeira*. São Paulo, Brasiliense, 1983, Col. Primeiros passos, no 96, 3ª edição.
- AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order and violence: social deviance and social control in Brazil. 1780-1840*. Minnesota, Minnesota University Press, Ph.D, 1976, History Modern, 2 volumes.
- AZEVEDO, Aluizio de. *O Cortiço*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d.
- AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: história, monumentos e homens célebres*. Rio de Janeiro, Ed. Garnier, 1877.

BARBOSA, Ruy. *O anno político de 1887*, Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 1888.

BEATTIE, Peter. *Nacional identity and the brazilian folk: the sertanejo in Taunay's A Retirada da Laguna.*, Universty of Miami. (artigo não publicado)

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Salvador, Ed. Progresso, 1956 (1ª edição 1889).

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. Olympica, 1974.

BERGSTRESSER, Rebecca Baird. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro. 1880-1889*. Stanford, Stanford University, Ph.D., 1973.

BLACKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro. 1883-1902*.

BOEHRER, George C. *Da Monarquia para a República: história do Partido Republicano no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1973.

BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*, IUPERJ, 1988.

_____. *A queda do Império da navalha e das rasteiras: a República e os capoeiras* Casa de Rui Barbosa, mimeo. 1989.

CARNEIRO, Edson. "Folclore do negro" in *Folclore*, São Paulo, 1(2): 28-37, 1953.

_____. *Negros Bantus: notas de ethnographia religiosa e folk-lore*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

_____. *A sabedoria popular*, Rio de Janeiro, INL. 1957.

CARVALHO, José Murillo de. *Teatro de sombras*. São Paulo, Hucitec, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. 1984.

_____. *Folclore do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura, 1967.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Comp. Ed. nacional/INL, 1977, Col. Brasileira, nº 359.

CHALHOUB, Sidney. *A guerra contra os cortiços: a cidade do Rio 1850-1906* Col. Primeira Versão, nº 19, IFCH/UNICAMP, 1990.

_____. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Comp. das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. RIHGB. Rio de Janeiro, [69 (70):641-3, 1908] pp.240-242].

_____. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco*. separata do Vol XXXIV, Recife, 1935.

COSTA, Nelson. *Rio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro, Ed. Leo, 1958.

COTTRILL, Robert J. "Comparative Slave Studies: Urban Slavery as a Model, Traveler's Accounts as a Source - Bibliographic Essay" in *Journal of Black Studies* Vol.8, nº 1, September 1977, pp.3-12.

COUTINHO, Afranio. *Enciclopédia da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, MEC, 1990.

DAVIS, Natalie. *Culturas do povo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

DIAS, Luís Sergio & MENDONÇA, Paulo Knaus de. *Capoeira vida e morte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Projeto Gonzaga de Sá, 1986.

DUARTE, General Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.

DUQUE-ESTRADA, Osório. *Abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1918.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Ed. Xenon, 1987.

_____. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis 1763-1808*. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1932.

FAZENDA, Vieira. "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro" in RIHGB [93 (147)5-615, 1923] pp.75-76 e 87-90

FEIJO JUNIOR. "O Vidigal" in *Vida Policial* 28/03/1925, pp.44-45.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de clas-*

ses. São Paulo, Ed. Atica, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.

FRAGOSO, João da Rocha. *Mappa Architectural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Litographia de Paulo Robim, 1874.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1951.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978.

GINZBURG, Carlo. *História noturna*. São Paulo, Comp. das Letras, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas: (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte. 1888-1889) in *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, (21)75-96, dezembro 1991.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. "The Vintem Riot and political culture: Rio de Janeiro 1880" in *Hispanic American Historical Review*, agosto 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) "O Brasil Monárquico", 5º volume, Tomo II da *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

HOLLOWAY, Thomás H. "A Healthy Terror: Police repression of capoeiras in nineteenth century. Rio de Janeiro" in *Hispanic American Historical Review*. 69:4, 1989, Duke University Press.

INNOCÊNCIO, Francisco da Silva. *Diccionário bibliographico portuguez*, Lisboa. 1903.

JOÃO DO RIO (pseudônimo de João Paulo Barreto) *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Sec. Municipal de Cultura, 1987.

KARASCH, Mary. "Anastácia And the Slave Women of Rio de Janeiro" in Paul E. Lovejoy. (ed.) *Africans in Bondage*, Wisconsin, Wisconsin Press, s.d. pp.79-105

_____. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, Princeton, Princeton University Press, 1987.

KATO, Ruth. *Três revoltas populares no Rio de Janeiro: 1821-1828-1831*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, faculda-

de de História, UFRJ, 1988.

KOZERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943.

KUBICK, Gehard. "Capoeira Angola" in *Angolan traits in black music. Games and dances of Brazil* Estudos de Antropologia Cultural no 10. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar no. 1979.

LIMA, Hermeto "Os capoeiras" in *Revista da Semana*, no 42, 10/10/1925.

_____. & BARRETO FILHO, Mello. *História da polícia do Rio de Janeiro, 1565-1870* Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1943, 3 vols.

_____. "O Dr. Sampaio Ferraz e a capoeiragem" in *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1940, p.306.

LOPES, Ney. "Sobrevivências e recriações bantas no Rio de Janeiro" in *Estudos Afro-Asiáticos*, no 15, 1988, pp.69-75.

MACEDO, Roberto. *Notas históricas*, Rio de Janeiro, s.d.

MACHADO, Maria Helena F. T. *Negros e cometas: movimentos sociais na década da Abolição*. Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de História, USP, 1991.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Crônicas, 1878-1888*. Rio de Janeiro, Ed. W.M. Jackson Inc. 1944, 1879 Vol.4, pp.227-230.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Deodoro: a espada contra o Império*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1957. 2 vols.

_____. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1969.

MARINHO, Inezil Pena. *A ginástica brasileira (resumo do projeto geral)*, Brasília, s.e. 1982.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1978.

MATTOS, Ilmar Rolhof de. *O tempo saquarema*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

MATTOSO, Kátia de Queirós. "Os Escravos na Bahia no alvorecer do século XIX" in *Revista de História* ano XXV, Volume XLVIII, São Paulo, 1974. pp.109-135.

MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de. *História da Polícia Militar do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Tip. da Polícia Militar, 1926.

MORAIS FILHO, Alexandre Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d.

MORAIS, Eyaristo de. *A campanha abolicionista*. Brasília, Ed. da UNB, 1987.

_____. *Da monarquia para a República*. Brasília, Ed. da UNB, 1985.

MOURA, Jair. "Evolução, Apogeu e Declínio da Capoeiragem no Rio de Janeiro" in *Cadernos Rioarte* nº 3, 1985.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983.

NETO, Coelho. "O nosso jogo", in *Bazar*, Porto, Livraria Chardron, 1928, p.137

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*, São Paulo, s. ed. 1907.

OLIVEIRA, Angenor Lopes de. "Os Capoeiras" in *Brasil Policial*, 05/10/1951

_____. *Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1935, Col. Cidade do Rio de Janeiro.

PAIS, José Machado. *A prostituição e a Lisboa Boémia do século XIX aos inícios do século XX*. Lisboa, Ed. Quercus, 1985.

PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca: verbetes para um dicionário da gíria*. Rio de Janeiro, Ed. F. Briguet, 1946 (1ª edição 1922)

POMPEIA, Raul. *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Viajantes, Século XIX: Negras Escravas e Livres no Rio de Janeiro" in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº28, pp.53-76, 1988.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*, Col. Estudos Brasileiros, Salvador, Ed. progresso, 1946.

REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*, Luanda, Banco de Angola. 1975.

REGO, Waldeloir. *Capoeira angolana: ensaio sócio-etnográfico*, Salva-

dor, Ed. Itapua, 1968.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Comp. das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: História do levante dos malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. "A greve negra de 1857" in *Revista Usp.* junho-agosto 1993, no 1993 pp.6-29.

REIS, Leticia Vidor de Souza. *Negros e brancos no jogo da capoeira: a reinvenção da tradição*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Antropologia, FFLCH-USP, 1993.

REIS, Liana Maria. "Mulheres de Ouro: As Negras de Tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII" in *Revista do Departamento de História, FAFICH*, no 8, 1989, pp.72-85.

RIBEIRO, Glayds Sabina. "Cabras" e "pés de chumbo". *Os rolos do tempo: O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de História, ICHF, UFF, 1987

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, s.d. 1990.

RIOS FILHO, Adolfo Moralles de Los. "Capoeiras e capoeiragem" in *Rio Esportivo*, 17/09/1926, 27/07/1926, 03/08/1926, 31/08/1926, 16/09/1926, 18/10/1926.

_____. *O Rio de Janeiro Imperial*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1946.

RODRIGUES, Antonio E. M. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro* Série Estudos, Rio de Janeiro, PUC, 1981.

ROMERO, Silvio. "A poesia popular no Brasil" in *Revista Brasileira*, 1, Rio de Janeiro, 1879.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SALLES, Vicente. "Bibliografia Crítica do Folclore Brasileiro CAPOEIRA" in *Revista do Folclore*, Janeiro 1969.

SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular. 1890-1950* Disertação de Mestrado, Faculdade de História, UNICAMP, 1990.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto* Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal. 1983 v.2.

SANTOS, Lery. *Pantheon Fluminense*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1880

SILVA, Eduardo. *Slaves, freedmen and free man of colour in the transicion from slavery in Brazil. A case study: the life, times and ideas of Dom Obá II d'Africa, Prince of People. 1845-1890* University College London, University of London, 1992.

SILVA, Morais. *Diccionario da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro. Tip. Fluminense, 1922 (1ª edição 1813)

SLENES, Robert W. "Malungo N'goma vem: Africa encoberta e descoberta no Brasil" in *Revista USP*, 12 (1991-92), pp.48-67.

SOARES, Antonio Joaquim Macedo. *Dicionário brasileiro de lingua portuguesa*. Rio de Janeiro, INL, 1954. (1ª edição 1889)

SOARES, Luis Carlos. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX" in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março-agosto 1988, pp.107-142.

_____. *Urban Slavery in Nineteenth Century. Rio de Janeiro*, University College London, University of London, 1988.

SODRE, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1983.

SOUZA, Albano Neves de. *...Da minha Africa e do Brasil que eu vi. ... Luanda, s.e.,19..?*

TAUNAY, Afonso. *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II*, Rio de Janeiro, Livraria Agir, 1947.

TAVAREZ, Júlio Cesar. *Dança da guerra: Arquivo-Arma*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Sociologia, UNB, 1984.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Senhores e caçadora: origem da Lei Negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Robert Farris. "Black martial arts of the Caribbean" in *Review latin literature and arts*, nº 37, 1987, pp.44-47

TINOP (pseudônimo de João Pinto Ribeiro de Carvalho) *História do fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

TROCHIM, Michael. "The brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition in Brazil" in *The Americas*, janeiro 1988, nº3 vol. XLIV.

TURNER, Victor. *Dramas, fields and metaphors. Symbolic action human society* Ithaca, Cornell University Press, 1974.

URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

VIEIRA, Luis Renato. *Da vadição à Capoeira Regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Sociologia, UNB, 1990.